# DISTRITO FEDERAL

# ENCICLOPÉDIA
# DOS
# MUNICÍPIOS BRASILEIROS

PLANEJADA E ORIENTADA

*por*

JURANDYR PIRES FERREIRA

PRESIDENTE DO I.B.G.E.

COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA

DE

SPERIDIÃO FAISSOL e HILDEBRANDO MARTINS

Secr.-Geral do C. N. G. — Secr.-Geral do C. N. E.

SUPERVISÃO GEOGRÁFICA

DE

ANTONIO TEIXEIRA GUERRA

Dir. de Geografia

SUPERVISOR DA EDIÇÃO

ADOLPHO FREJAT

Superintendente do Serviço Gráfico

21 DE ABRIL DE 1960

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

# ENCICLOPÉDIA
# DOS
# MUNICÍPIOS BRASILEIROS

XXIII VOLUME

RIO DE JANEIRO
1960

Nota:

O Prefácio e a Introdução dêste volume serão apresentados quando fôr publicado o volume relativo ao Estado da Guanabara.

# Índice

## 1. ASPECTOS HISTÓRICOS

### CALENDÁRIO CARIOCA

*Janeiro*

1.º — Foi descoberta, em 1502, pela esquadrilha portuguêsa de André Gonçalves, a Baía de Guanabara.

— Morreu no Rio, em 1763, o general Gomes Freire de Andrada, conde de Bobadela, vice-rei do Brasil, que prestou valiosos serviços à cidade.

— 1870: inauguração do Teatro São Luís.

— Inaugurada, em 1873, a terceira Exposição Industrial Internacional.

— Em 1874 inaugurado o cabo submarino entre o Rio, Bahia, Pernambuco e Pará.

— Registrado, em 1880, um movimento popular contra o impôsto de um vintém sôbre os preços das passagens de bonde.

— Inaugurado, em 1881, o Teatro Príncipe Imperial (depois Variedades e São José).

2 — Promulgado, em 1763, o decreto que criou o Arquivo Público (depois, Arquivo Público Nacional, hoje Arquivo Nacional).

— Inaugurado, em 1886, o Teatro Apolo, hoje inexistente.

3 — 1857: reabertura do Teatro São Pedro de Alcântara.

5 — Aberto ao público, em 1888, o Jardim Zoológico de Vila Izabel.

6 — Lançada a pedra fundamental do Forte de Copacabana, em 1908.

— Inaugurada, em 1934, a Rádio-Difusora da Prefeitura, hoje Rádio Roquette Pinto.

9 — Assinatura, em 1823, da carta imperial que concedeu à cidade do Rio de Janeiro, o título de "muito leal e heróica" e à Câmara o tratamento da "ilustríssima".

— Inaugurado, em 1857, o Liceu de Artes e Ofícios.

— Em 1872, foi inaugurado o edifício do Conservatório de Música.

12 — Criado, por decreto, em 1890, o Instituto Nacional de Música.

13 — Por decreto-lei, foi criado, em 1927, o Museu Nacional de Belas Artes.

15 — Em 1883, foi inaugurada a Estrada de Ferro do Rio d'Ouro.

— 1902: Inauguração do Teatro do Parque Fluminense.

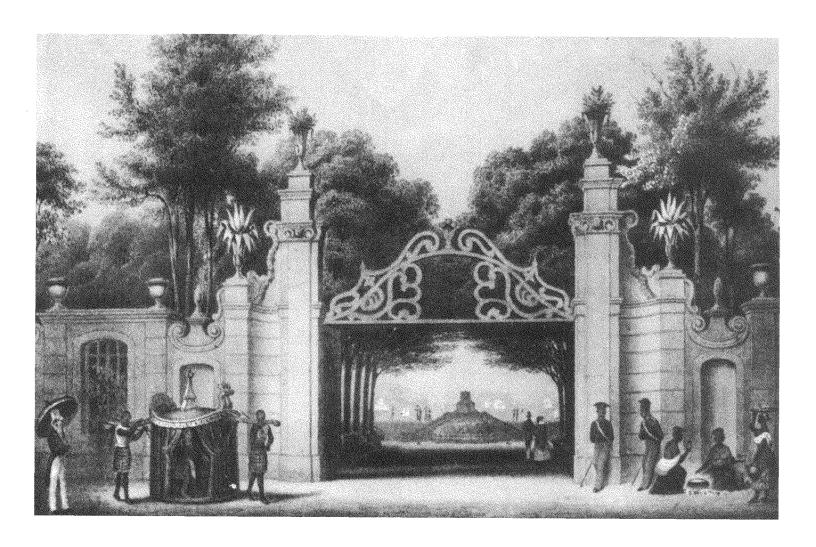
16 — Instalada, em 1830, a primeira Câmara Municipal.

17 — Em 1840, foi tirada a primeira fotografia da cidade, pelo abade Combés, passageiro da corveta francesa "L'Orientale".

18 — Inaugurado, em 1913, o caminho aéreo entre a Urca e o Pão-de-Açúcar.

Vista da Praça Tiradentes no início do século XX. Pode-se observar, em pleno centro urbano, dois tipos de transportes; ao lado do bonde elétrico vê-se as carroças puxadas a burros. O prédio visto à direita é o Teatro São Pedro de Alcântara, no mesmo local do atual João Caetano.



1 — 24 938

Gravura antiga, representando o portão de entrada do Passeio Público, parque do Rio de Janeiro Colonial, construído no govêrno do vice-rei D. Luiz de Vasconcellos.

19 — Em 1685, criado o cabido da Sé.

— Inaugurado, em 1835, o serviço de correio diário entre o Rio e Niterói.

— Em 1867, fundado o Clube dos Democráticos, associação carnavalesca popular.

20 — Tomadas, em 1567, pelas fôrças do governador geral Mem de Sá, as paliçadas de Uruçumirim e de Paranapucu, defendidas por tamoios e franceses, completando-se dêste modo a vitória final sôbre os invasores.

— Em 1857, inagurada a Sociedade Propagadora das Belas Artes do Rio de Janeiro.

— Fundado, em 1916, o Centro Carioca.

— Em 1932, lançada a pedra fundamental, na Esplanada do Castelo, do monumento comemorativo da fundação da cidade.

— Inaugurado o plano inclinado do outeiro da Glória, em 1944.

22 — Em 1826, reaberto, depois do incêndio que o destruíra, o Teatro São Pedro de Alcântara.

— Realizado no Hotel da Itália, em 1840, o primeiro baile de máscaras da cidade.

23 — Em 1916, inaugurado o Teatro A Natureza, na Praça da República.

27 — Em 1763, assinada a carta régia que transferiu da Bahia para o Rio de Janeiro a capital do vice-reino.

28 — Inaugurada, em 1908, a Exposição Nacional, comemorativa da abertura dos portos.

30 — Realizada, em 1752, a sessão inaugural da Academia dos Seletos, no paço do governador.

— Incêndio do Conselho Municipal, em 1919.

31 — Em 1702, assinada a carta régia que transfere para o Rio a casa de cunho da moeda, estabelecida em Pernambuco.

*Fevereiro*

1.º — Inaugurado, em 1872, o Cassino Franco-Brasileiro (mais tarde Teatro Sant'Ana, depois Teatro Carlos Gomes).

5 — Em 1859, inaugurado o edifício da Escola Militar, na Praia Vermelha, depois demolido.

6 — Instalado, em 1921, o Observatório Nacional no morro de São Januário.

7 — Entrou na baía de Guanabara, em 1851, o transatlântico "Theviot", inaugurando a primeira linha entre a Europa e o Brasil.

8 — Em 1615, celebrada a primeira missa no convento de Santo Antônio.

9 — Inaugurada a tração elétrica, na linha das Laranjeiras, da Companhia Ferro-Carril do Jardim Botânico.

15 — Inaugurado, em 1908, o mercado do largo do Moura.

16 — Por uma resolução régia, de 1751, foi criado um Tribunal de Relação no Rio.

17 — Inaugurado, em 1859, o Teatro Alcazar Lyrique, desaparecido.

18 — Realizada, em 1772, a primeira sessão da Academia Científica do Rio de Janeiro.

— Em 1855, realizou-se o primeiro préstito carnavalesco da cidade.

19 — Realizado no Teatro D. Pedro II, em 1871, o primeiro baile público de máscaras.

— 1917, morreu o escritor Vieira Fazenda, um dos maiores historiadores da cidade.

20 — Morreu, em 1567, Estácio de Sá, sobrinho do governador geral Mem de Sá, em conseqüência do ferimento que recebera na tomada de Uruçumirim, a 20 de janeiro.

— Em 1751, lançada a pedra fundamental do Seminário da Lapa.

— Inaugurado, em 1926, o monumento aos heróis da batalha do Passo do Rosário.

21 — Realizado, em 1846, no Teatro São Januário, o primeiro baile a fantasia em teatro.

24 — Promulgada, em 1891, a primeira Constituição da República, cujo artigo 2.º estabelece que o Distrito Federal continuaria a ser a capital da União enquanto não se transferisse para o planalto central a Capital do país.

— Localizada no Palácio do Catete, em 1897, a sede da Presidência da República.

— 1904: inaugurada a Guarda Civil.

— Em 1906, inaugurada a fonte Ramos Pinto.

25 — Em 1883, fundada a Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro.

— Inaugurado na Santa Casa de Misericórdia, em 1888, o Instituto Pasteur, para tratamento da raiva canina.

28 — Em 1854, abolido o entrudo, em virtude de excessos, e instituída uma passeata carnavalesca com carros alegóricos e mascarados a cavalo.

*Março*

1.º — Em 1565, lançados por Estácio de Sá, na várzea entre o morro Cara de Cão, hoje S. João, e o Pão de Açúcar, os fundamentos da cidade.

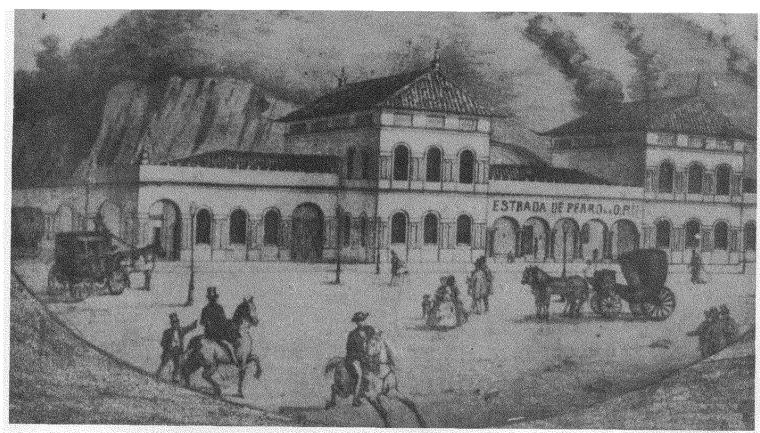
— Assinado, em 1811, o alvará que criou o Jardim Botânico.

— 1913: morreu o artista e arquiteto Valentim da Fonseca e Silva, conhecido como Mestre Valentim.

— Por decreto de 1858, foi criada a Escola Central, hoje Escola Nacional de Engenharia.

— Inaugurado, em 1915, pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, um marco no local onde foi fundada a cidade.

2 — Em 1850, morreu o arquiteto Augusto Henri Victor Grandjean de Montigny, membro da Missão Artística Francesa, depois membro da Academia de Belas Artes e autor de algumas obras arquitetônicas de alto valor.

**O Palácio do Catete, antiga residência do Barão de Nova Friburgo, foi adquirido pela República e, desde 1897, destinado a ser a sede do Govêrno Federal. Com a mudança da capital do país para Brasília passou a ser Museu para guardar os acervos históricos republicnos.**

A atual Estrada de Ferro Central do Brasil foi inaugurada em 1858 com o nome de Estrada de Ferro D. Pedro II. Na gravura acima um aspecto da antiga estação, que hoje é o ponto inicial da ferrovia no Rio de Janeiro.

4 — Inaugurado, em 1906, o Túnel Novo, hoje Coelho Cintra, entre Botafogo e Leme.

5 — Em 1647, saiu pela primeira vez a procissão das Cinzas.

— Criada por decreto, em 1880, no Município Neutro a Escola Normal, hoje Instituto de Educação.

— 1944: aberto ao tráfego o primeiro trecho da Avenida Presidente Vargas, da Praça Onze à da República.

7 — Fundada, em 1880, a Associação dos Empregados no Comércio do Rio de Janeiro.

8 — Iniciados, em 1904, os trabalhos de abertura da Avenida Central, hoje Avenida Rio Branco.

9 — Em 1888, criado o Colégio Militar.

10 — Inaugurado, em 1907, o viaduto do Engenho Novo.

13 — Noite das garrafadas, em 1831: lutas, nas ruas, entre brasileiros e portuguêses.

— Em 1851, segundo incêndio do Teatro S. Pedro de Alcântara.

— Inaugurado, em 1877, o plano inclinado de Santa Teresa.

14 — Em 1875, inaugurado o Asilo dos Meninos Desvalidos, hoje Instituto João Alfredo.

15 — Primeira vitória do Governador Geral Mem de Sá sôbre os franceses ocupantes da ilha Serigipe, hoje, Villegaignon.

— Inaugurada, em 1853, a pinacoteca da Imperial Academia de Belas Artes.

— 1863: lançada a pedra fundamental da sede do Conservatório de Música.

— Inaugurada, em 1873, a Biblioteca Municipal, hoje Biblioteca do Rio de Janeiro.

16 — Em 1915, inaugurado o Teatro Trianon.

17 — Iniciadas as atividades da Casa da Moeda, em 1915.

— 1922: inaugurado o Teatro Centenário.

18 — Inaugurado o Jardim Zoológico da Quinta da Boa Vista, em 1945.

19 — Inaugurados o Cemitério de S. Francisco de Paula, no Catumbi, em 1850, e a Doca da Alfândega, em 1869.

— Em 1876, lançada a pedra fundamental do matadouro de Santa Cruz.

20 — Em 1869, instalada a Sociedade Emancipadora do Elemento Servil.

22 — Inaugurado, em 1934, o Teatro Rival.

24 — Em 1884, inaugurado o Museu da Marinha, hoje extinto.

— Concluída, em 1878, a edificação da igreja da Candelária.

25 — Em 1838, inaugurado o Imperial Colégio de Pedro II, hoje Colégio Pedro II.

— Inaugurado, em 1852, o Teatro Provisório, hoje demolido.

— 1854: inauguração do serviço de iluminação a gás de vários locais do centro da cidade.

— Inaugurado, em 1875, o jardim do largo do Paço, hoje Praça 15.

26 — Em 1789, inaugurado o chafariz da Praça 15.

— Chegou ao Rio, em 1816, a Missão Artística Francesa, chefiada por Joaquim Lebreton, que viria fundar a Escola de Belas Artes.

28 — Inaugurada, em 1835, a navegação a vapor entre o Rio e Niterói.

29 — Em 1858, inaugurado o primeiro trecho da Estrada de Ferro D. Pedro II, hoje Central do Brasil, entre a antiga Côrte e a estação de Queimados.

30 — Inaugurado, em 1750, o Convento da Ajuda.

— 1862: inaugurada a primeira estátua da cidade: a de Pedro I.

31 — Em 1909, inaugurado o edifício-sede do Supremo Tribunal Federal.

*Abril*

4 — Criada, em 1935, a Universidade do Distrito Federal.

5 — Em 1903, inaugurado o Teatro Maison Moderno.

— Inaugurado, em 1922, como teatro, o Cinema Iris.

6 — Reaberto, em 1932, o Teatro Carlos Gomes.

7 — Em 1834 começou a funcionar o chafariz do Largo da Carioca.

— Inaugurado, em 1860, o Teatro Leopoldina.

— 1908: fundada a Associação Brasileira de Imprensa.

8 — Inaugurados o Teatro Variedades, em 1860, o edifício do Correio Geral, em 1878, e o prédio da Escola Normal, hoje Instituto de Educação, em 1880.

— 1926: fundada a Academia Carioca de Letras.

9 — Inaugurados, em 1872, o Conservatório de Música e, em 1875, a Escola Pública da Glória, hoje José de Alencar.

11 — Inaugurada, em 1847, a Biblioteca Fluminense, hoje extinta.

12 — 1884: fundado o Clube Naval.

14 — Em 1883, inaugurado o elevador de Paula Matos, o chamado Parafuso.

18 — 1896: assinada a escritura para a aquisição do Palácio Nova Friburgo, hoje Palácio do Catete, para sede do govêrno.

19 — Inaugurado o Hospital da Polícia Militar em 1943.

20 — Fundada, em 1923, a Rádio Sociedade do Brasil, hoje Rádio do Ministério da Educação e Cultura.

21 — Realizado o primeiro concêrto sinfônico do Centro Musical, em 1905.

23 — Em 1724, levada a efeito a primeira reunião da Academia Brasílica dos Esquecidos.

— 1811: abertura das aulas da Academia Real Militar, depois Escola Militar e Academia Militar das Agulhas Negras.

— Inaugurada, em 1886, a linha suburbana da Estrada de Ferro Leopoldina, de S. Francisco Xavier a Meriti, hoje Duque de Caxias.

24 — Instalada, em 1830, a Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro, mais tarde Imperial Academia de Medicina, hoje Academia Nacional de Medicina.

25 — Em 1767, nasceu o padre Luís Gonçalves dos Santos, o Perereca, historiador da cidade.

— 1906: inauguração do Palace-Theatre, hoje Cinema Palácio.

O Departamento Geral dos Correios e Telégrafos ocupa um dos mais antigos prédios do centro da cidade, cujas linhas coloniais contrastam com o estilo moderno das vizinhanças.
Trata-se do Palácio dos Vice-Reis, antiga residência dos vice-reis construída em 1743.

Ala de palmeiras na entrada principal do Jardim Botânico, onde D. João VI plantou a "palma mater", que deu origem a tôdas as outras atualmente espalhadas pelo Brasil.

26 — Em 1874, instalada a Escola Central, depois Escola Politécnica e hoje Escola Nacional de Engenharia da Universidade do Brasil.

27 — Inaugurado, em 1889, o edifício da Ilha Fiscal, construído para um pôsto da Alfândega.

30 — Instalado, em 1843, o Conservatório Dramático Brasileiro.

— 1910: inaugurada a estátua de Irineu Evangelista de Sousa, visconde de Mauá.

*Maio*

1.º — Iniciadas as aulas do Colégio Pedro II, em 1838.

— Inauguradas, em 1897, a estátua de José de Alencar e, em 1900, a tôrre da Catedral.

2 — Em 1798, inaugurados os serviços do Correio Geral.

3 — Inaugurada, em 1900, a estátua de Pedro Álvares Cabral.

5 — Inauguração da rodovia Rio—São Paulo, em 1928.

6 — Realizada, em 1736, a primeira sessão da Academia dos Felizes, na Casa dos Governadores.

— 1826: inaugurado o edifício do Senado do Império, com a realização da primeira sessão da primeira legislatura (no edifício, hoje reconstruído, acha-se instalada a Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil).

— Inaugurados, em 1889, o Colégio Militar e, em 1926, o Palácio Tiradentes.

9 — Em 1847, inaugurado o Teatro Tivoly, hoje demolido.

11 — Franqueado ao público, em 1811, o Jardim Botânico, anexo ao Museu Real.

— Inaugurado, em 1852, o serviço telegráfico.

12 — Em 1880, inaugurado o reservatório de águas do Pedregulho.

— Fundada, por decreto, em 1920, a Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, com a fusão das Faculdades Livres, de Direito do Rio de Janeiro e de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro.

13 — Criada, em 1808, a Imprensa Régia, depois Tipografia Nacional, hoje Departamento de Imprensa Nacional.

— 1811: instalada a Real Biblioteca do Rio de Janeiro, hoje Biblioteca Nacional.

— Inauguração, em 1911, do Teatro Chantecler, hoje desaparecido, e, em 1925, da primeira rodovia Rio—Petrópolis.

14 — Em 1837, fundado o Real Gabinete Português de Leitura.

15 — Inaugurado, em 1830, o chafariz da Carioca, hoje desaparecido.

19 — Fundada, em 1831, a Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional.

22 — Lançada, em 1871, a pedra fundamental da Escola de S. José, mais tarde sede do Conselho Municipal, hoje inexistente.

23 — Inaugurados, em 1908, o edifício do Corpo de Bombeiros e, em 1940, o da Associação Comercial.

24 — Inaugurado, em 1884, o Museu da Marinha.

26 — Criado, por decreto, em 1818, o Museu Real, hoje Museu Nacional.

28 — Baixado um decreto, em 1810, criando o Real Teatro de São João, que depois recebeu, sucessivamente, as denominações de São Pedro de Alcântara, Constitucional Fluminense, São Pedro e, por último, João Caetano.

— Em 1829, fundada a Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro, depois Imperial Academia de Medicina e hoje Academia Nacional de Medicina.

— 1895: inaugurado o Teatro Eden Lavradio, hoje desaparecido.

30 — Em 1910, instituída, por decreto, a bandeira do Distrito Federal.

31 — Fundada, em 1893, a Associação Cristã de Moços.

— Em 1902, lançada a pedra fundamental do edifício da Escola Nacional de Belas Artes.

*Junho*

1.º — Em 1821, entrou em circulação o "Diário do Rio de Janeiro", primeiro diário da cidade, dirigido por Zeferino Vitor de Meireles.

— Inaugurado, em 1933, o monumento ao Pequeno Jornaleiro.

2 — Em 1902, fundada a Academia do Comércio do Rio de Janeiro.

3 — Inaugurado, em 1880, o Teatro Lucinda, hoje desaparecido.

4 — Em 1619, lançada a pedra fundamental do Convento de Santo Antônio.

6 — Em 1647, assinada a carta régia que deu à cidade o título de "leal".

— Fundada a Sociedade Literária do Rio de Janeiro, em 1786.

10 — Em 1880, lançada a pedra fundamental do Gabinete Português de Leitura e inaugurada uma exposição camoneana na Biblioteca Nacional.

11 — Iniciadas, em 1855, as obras da Estrada de Ferro D. Pedro II.

— 1874: inaugurado o Teatro Vaudeville, hoje inexistente.

— Inaugurada, em 1938, a Escola Naval.

12 — Em 1935, partiu do Rio, em direção a São Paulo, o primeiro avião do Correio Aéreo Militar.

15 — Em 1808, assinatura do alvará que elevou a igreja dcs frades carmelitas, a Capela Real e a Catedral.

18 — Inaugurados, em 1926, o Teatro Cassino e, em 1944, o edifício da Alfândega.

20 — Inaugurado, em 1857, o Teatro D. Pedro II mais tarde Lírico, hoje inexistente.

22 — Em 1874, inauguradas as comunicações telegráficas com a Europa.

— Fundada, em 1882, a Policlínica do Rio de Janeiro.

23 — Inaugurados, em 1818, o chafariz das lavadeiras no Campo de Sant'Ana, hoje praça da República; em 1870, o Hospital do Carmo; e, em 1900, o Teatro High-Life, hoje inexistente.

26 — Em 1872, lançada a pedra fundamental do edifício da Praça do Comércio, hoje ocupada pelo Banco do Brasil.

— Fundado, em 1887, o Clube Militar.

27 — Estabelecida, por Carta Régia, a mudança da Capital do então Estado do Brasil, da cidade de Salvador, na Bahia de Todos os Santos, para a de São Sebastião do Rio de Janeiro.

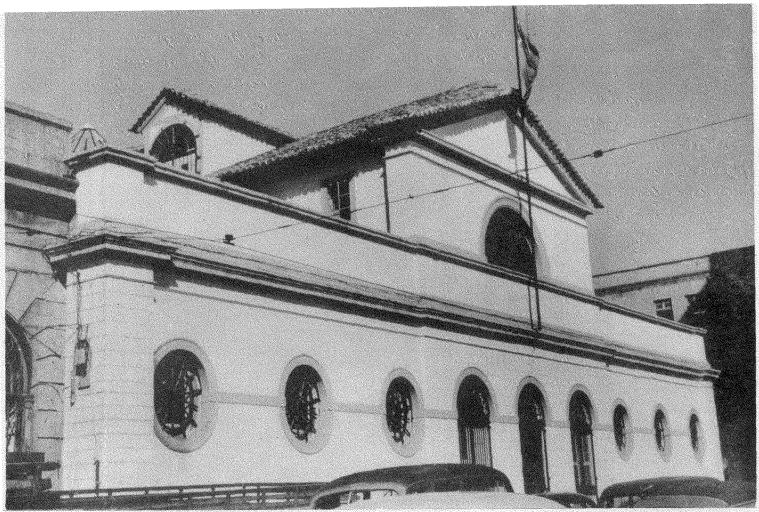
— Em 1808, assinado o alvará que dividiu a cidade em bairros e criou o impôsto predial.

— Inaugurado, em 1852, o edifício da Santa Casa de Misericórdia.

28 — Inauguração, em 1906, da Fortaleza da Laje; em 1930, das obras de reconstrução do Teatro João Caetano e do viaduto Washington Luís.

30 — Exibido em 1929, no cinema Odeon, o primeiro filme falado, "Broadway Melody".

*Julho*

1.º — Inaugurado, em 1885, o trecho da Estrada de Ferro do Corcovado entre as Paineiras e o Chapéu de Sol.

Aspecto parcial da antiga Alfândega, projetada por Grandjean de Montigny e construída em princípios do século XIX.

2 — Inaugurado, em 1839, o cemitério de S. Francisco Xavier.

— 1840: lançada a pedra fundamental da Santa Casa de Misericórdia.

— 1846: inaugurado um serviço de barcas para Botafogo.

— Inaugurados, em 1825, o Hospital Geral e a Santa Casa de Misericórdia.

— Iniciado, em 1868, o assentamento dos trilhos da Companhia Ferro-Carril Jardim Botânico.

3 — Em 1887, a Companhia Vila Isabel fêz experiência com um bonde elétrico, na presença da princesa Isabel.

6 — Inaugurado, em 1892, o túnel de Real Grandeza, hoje Alaor Prata.

7 — Inaugurado, em 1902, o Quartel do Corpo de Bombeiros.

9 — Em 1679, lançada a pedra fundamental do Convento da Ajuda.

10 — Inaugurado, em 1879, o Asilo de Mendicidade, no prédio onde hoje funciona o Hospital S. Francisco de Assis.

— 1937: inaugurado o trecho eletrificado entre Dom Pedro II e Madureira, na linha suburbana da Estrada de Ferro Central do Brasil.

11 — Instalada, em 1756, a Ordem Terceira de São Francisco de Paula.

— Bênção da Igreja do Carmo, em 1770.

12 — Fundada, em 1840, a Sociedade Portuguêsa de Beneficência.

14 — Inaugurado, em 1909, o Teatro Municipal.

16 — Em 1898, consagração da Igreja da Candelária.

— Inauguração, em 1940, da Bôlsa de Imóveis.

17 — Em 1842, lançamento da pedra fundamental da igreja matriz de N.S.ª da Glória.

18 — Entrou em circulação, em 1911, "A Noite", primeiro jornal noturno do Rio.

20 — Em 1897, primeira sessão da Academia Brasileira de Letras, no Pedagogium.

— Inauguração, em 1910, do primeiro trecho do cais do porto.

21 — Lançamento da pedra fundamental do Convento de Santa Teresa, em 1750.

— Em 1902, fundação do Fluminense Futebol Clube.

23 — Em 1900, inaugurado o Instituto Soroterápico Federal, hoje Instituto Oswaldo Cruz.

25 — Instalado, em 1892, o Museu Nacional, na Quinta da Boa Vista.

27 — Em 1924, inaugurada a Cinelândia, com o Cinema Odeon, construído por Francisco Serrador.

29 — Fundada, em 1868, a Associação dos Inválidos da Pátria.

30 — Inaugurado, em 1935, o Hospital Jesus.

31 — Em 1829, inaugurado o farol da ilha Rasa.

— Bênção da antiga igreja de Copacabana, em 1887.

*Agôsto*

1.º — Realizado o censo demográfico em 1872, sendo apurada a população de 274 972 habitantes.

2 — Inaugurado em 1834, o Teatro da Praia de D. Manuel, mais tarde S. Januário.

A idéia da criação de um Colégio Militar para filhos de militares mortos em campo de batalha, deve-se a Caxias, em 1853. Porém, êste só foi criado oficialmente em 1889, quando o govêrno adquiriu para sua instalação o palacete do Barão de Itacurussá, à rua São Francisco Xavier, local em que até hoje funciona.

— Em 1884, inaugurado o prado do Derby Clube.

— 1922: criado, pelo decreto n.º 15 596, o Museu Histórico Nacional.

4 — Inaugurada, em 1872, a primeira escola pública municipal, a de S. Sebastião, depois Benjamin Constant, hoje demolida.

— Fundada, em 1900, a Liga Brasileira contra a Tuberculose, hoje Fundação Ataulfo de Paiva.

5 — Em 1858, franqueada ao público a Biblioteca Nacional, instalada em edifício na Rua do Passeio.

— Inaugurada, em 1861, a iluminação da Igreja da Glória.

8 — Em 1851, segundo incêndio do Teatro São Pedro de Alcântara, hoje João Caetano.

9 — Inaugurado, em 1932, o Cinema Alhambra, hoje inexistente.

10 — Em 1848, inauguradas as aulas do Conservatório de Música, no edifício do Museu.

11 — Inaugurado, em 1925, como teatro, o Cinema Rialto, hoje inexistente.

12 — Em 1908, inaugurado o teatro retrospectivo da Exposição Nacional.

13 — Em 1929, fundada a Casa do Estudante do Brasil.

— Inaugurada, em 1930, a Casa de Rui Barbosa.

14 — Criado, em 1854, um asilo de mendigos na rua de Santa Luzia.

15 — Instalada, em 1831, a Sociedade Amantes da Instrução.

— Realizado em 1940 o primeiro salão de Belas Artes.

— 1903: realizada a primeira batalha de flôres, no jardim da Praça da República.

17 — Realizado, em 1940, o primeiro concêrto da Orquestra Sinfônica Brasileira, no Teatro Municipal, sob a regência do maestro Eugen Szenkar.

18 — Reaberto, em 1852, o Teatro S. Pedro de Alcântara, hoje João Caetano.

— 1877: inaugurado o Teatro Varietés, depois Recreio Dramático e Recreio.

19 — Fundado, em 1909, o Automóvel Clube do Brasil.

20 — Fundada, em 1918, a Casa dos Artistas.

21 — Em 1851, o Banco do Brasil reinicia suas atividades.

24 — Em 1860, bênção da Igreja de Bom Jesus do Calvário, hoje inexistente.

— Inaugurado, em 1934, o Teatro Meu Brasil, hoje inexistente.

— Em 1954 suicidou-se, no Palácio do Catete, o Presidente Getúlio Vargas, tendo assumido o governo o Vice-Presidente, Sr. João Café Filho.

25 — Fundado, em 1890, o Asilo da Velhice Desamparada, hoje Casa S. Luís.

O monumento a D. Pedro II na Quinta da Boa Vista data de 1925. Na foto vemos ainda o edifício onde funciona o Museu Nacional e que outrora serviu de residência à família Imperial.

26 — Lançada, em 1874, a pedra fundamental do edifício da Tipografia Nacional,hoje Departamento de Imprensa Nacional.

— Em 1944, fundada a Academia Brasileira de Filologia.

27 — Em 1928, inaugurada a segunda rodovia Rio—Petrópolis.

— Incêndio no Teatro Carlos Gomes, em 1929.

28 — Inaugurado, em 1941, o Palácio da Guerra.

29 — Inaugurado, em 1868, o Asilo dos Inválidos da Pátria.

— Em 1903, licenciado o primeiro automóvel da cidade, pertencente ao dr. Francisco Leite de Bittencourt Sampaio.

— Bênção da Igreja da Santíssima Trindade, em 1944.

*Setembro*

1.º — Em 1780, lançamento da pedra fundamental da Igreja da Santa Cruz dos Militares.

— Em 1896, inauguração dos bondes elétricos da Companhia Ferro Carril Carioca, com a linha do França.

— Em 1920, recenseamento da população: ....... 1.157.873 habitantes; em 1940, novo recenseamento: 1.764.141 habitantes; em 1950: 2.377.451 habitantes.

2 — Em 1900, reabertura da Igreja de S. Bom Jesus do Monte (Paquetá), completamente reconstruída.

7 — Reabertura, em 1839, do Teatro Constitucional Fluminense, hoje João Caetano.

— Em 1842, lançamento da pedra fundamental do edifício do Hospício D. Pedro II, hoje Hospittal Psiquiátrico.

— Inaugurada, em 1861, a Primeira Exposição de Indústria.

— 1862: reabertura do Passeio Público, reformado pelo dr. Glaziou.

— Inaugurado, em 1904, o eixo da Avenida Central, hoje Rio Branco.

— 1905: inauguração da luz elétrica na Avenida Beira-Mar.

— 1920: criada, pelo decreto n.º 14 343, a Universidade do Rio de Janeiro.

— Inaugurada, em 1922, a Exposição Internacional do Centenário da Independência.

— Em 1923, inaugurada a Rádio Sociedade do Brasil.

— Inaugurada, em 1944, a Avenida Presidente Vargas.

8 — Consagração da Igreja da Candelária, em 1811.

— 1914: inauguração do Forte de Copacabana.

10 — Em 1808, começou a circular a "Gazeta do Rio de Janeiro", nosso primeiro jornal, publicado pela Imprensa Régia.

— Inaugurado, em 1887, o edifício do Gabinete Português de Leitura.

12 — Em 1854, criado, por decreto, o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, hoje Instituto Benjamin Constant.

13 — Instaladas, em 1868, as oficinas da Casa da Moeda.

16 — Em 1854, inaugurado o Instituto dos Meninos Cegos, hoje Instituto Benjamin Constant.

— Inaugurado, em 1852, o edifício da Sociedade Portuguêsa de Beneficência.

18 — Em 1890, inaugurado o Teatro Apolo, hoje inexistente.

— Inaugurado, em 1904, o aquário do Passeio Público.

19 — Em 1956 foi sancionada a lei n.º 2 874, que dispõe sôbre a mudança da Capital Federal, do Rio de Janeiro para Brasília, em Goiás. A data foi fixada em 21 de abril de 1960.

20 — Baixada, em 1890, a lei n.º 85, que deu organização ao Distrito Federal.

— Em 1906, realizado um recenseamento: 811 443 habitantes.

26 — Inaugurado, em 1876, o Teatro Circo, mais tarde Politeama Fluminense, hoje inexistente.

27 — Fundada, em 1917, a Sociedade Brasileira de Autores Teatrais.

28 — Em 1872, sagração da igreja de N.S.ª da Glória, hoje Matriz da Freguesia da Glória.

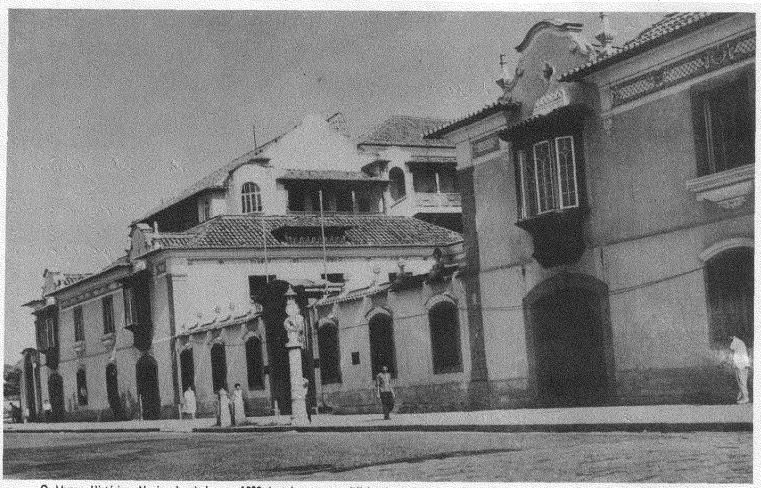
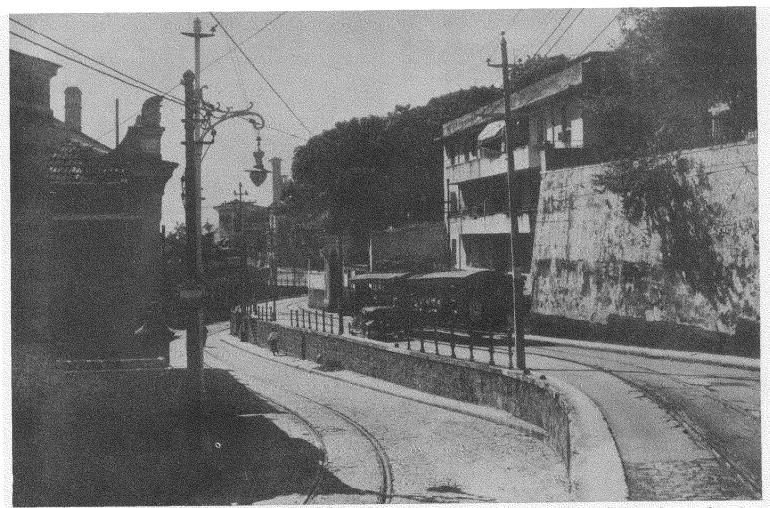
— Instalada, em 1880, a Sociedade Brasileira contra a Escravidão.

— Em 1887, saiu o primeiro número da "Cidade do Rio", diário abolicionista, fundado por José do Patrocínio.

— Em 1914, inaugurado o Forte de Copacabana.

*Outubro*

1.º — Em 1825, entrou em circulação o "Jornal do Comércio".

— Em 1862, saiu o primeiro número de "Diário Oficial".

O Museu Histórico Nacional criado em 1922 instalou-se no edifício do antigo Arsenal de Guerra, construído no govêrno do Conde de Bobadela. Na foto, vemos um aspecto da sua fachada.

Na foto um trecho do bairro de Santa Teresa. As ruas em curvas, e os vários níveis de construção como se observa na foto, constituem traços característicos dêsse bairro.

3 — Promulgada, em 1832, a lei que transformou a Academia Médico-Cirúrgica em Faculdade de Medicina, com uma nova organização.

— Em 1941, consagração da Igreja de Santa Teresinha.

— Inaugurado, em 1945, o edifício do Ministério da Educação e Cultura.

4 — Em 1773, inaugurada a Igreja de S. Francisco da Penitência.

— Aberta, em 1873, a Igreja N.S.ª da Lapa dos Mercadores.

5 — Em 1829 fundada a Imperial Sociedade Amante da Instrução.

7 — Inaugurada, em 1944, a Escola Técnica Nacional.

8 — Em 1892, inaugurada a tração elétrica nos bondes da Companhia Ferro Carril do Jardim Botânico, com a linha do Flamengo.

9 — Em 1868, inaugurado o serviço de bondes com uma linha da Rua Gonçalves Dias ao Largo do Machado, hoje Praça Duque de Caxias.

— Em 1884, inaugurada a Estrada de Ferro do Corcovado, com o trecho do Cosme Velho às Paineira.

10 — Instalada, em 1827, a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.

11 — Aparecimento da primeira revista infantil, o "Tico-Tico", em 1905.

12 — Em 1808, assinado o alvará que criou o Banco do Brasil.

— Inaugurado, em 1913, o Real Teatro de São João, hoje João Caetano.

— Iniciado, em 1847, o serviço de tílburis.

— Inaugurado o jardim do Alto da Boa Vista, em 1903; em 1907, o viaduto da Estrada de Ferro Central do Brasil sôbre o Canal do Mangue, na Praia Formosa; em 1911, o Teatro Politeama, hoje inexistente; em 1922, o Museu Histórico Nacional; e, em 1931, o monumento a Cristo Redentor.

14 — Inaugurado, em 1835, o serviço de barcas entre Rio e Niterói.

— Em 1863, inaugurado o Teatro Eldorado, mais tarde Fênix Dramático, hoje inexistente.

— Fundado, em 1921, o Aero Clube do Brasil.

— Em 1945, chegou o primeiro trem elétrico a Santa Cruz.

15 — Lançada a pedra fundamental do edifício do Recolhimento das Órfãs de Santa Teresa, em 1873.

17 — Inaugurado, em 1910, o Hospittal do Pronto Socorro, hoje Souza Aguiar.

18 — Fundada, a Associação Brasileira de Educação, em 1924.

19 — Em 1866, inaugurada a Exposição Industrial, na Casa da Moeda.

20 — Inaugurada, em 1916, a Avenida Niemeyer.

21 — Em 1838, instalado o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

— Instituída, em 1843, a Bôlsa de Valores.

25 — Em 1912, inaugurado o trecho do caminho aéreo do Pão de Açúcar, entre a Babilônia e a Urca.

26 — Em 1915, bênção do Palácio S. Joaquim.

— Inaugurado, em 1936 o Hospital Miguel Couto.

28 — Sagração da Igreja da Santa Cruz dos Militares, em 1811.

29 — Inaugurado, em 1910, o edifício da Biblioteca Nacional.

30 — Em 1925, inauguração do Teatro Glória; e, em 1942, do edifício da Associação dos Empregados do Comércio do Rio de Janeiro.

*Novembro*

1.º — Em 1851, primeira regata em Botafogo.

— Inaugurado, em 1907, o Pôsto Central de Assistência, na Rua Camerino.

4 — Reaberto, em 1848, o Teatro S. Januário, hoje inexistente.

— Em 1861, início das atividades da Caixa Econômica.

— Em 1938, inaugurado o Teatro Ginástico.

5 — Inaugurada, em 1826, a Real Academia de Desenho, Pintura, Escultura e Arquitetura Civil, mais tarde Imperial Academia de Belas Artes, hoje Escola Nacional de Belas Artes da Universidade do Brasil.

6 — Inaugurada, em 1926, a estação Barão de Mauá, na Estrada de Ferro Leopoldina.

8 — Em 1906, inaugurado o edifício da Associação Comercial, hoje sede do Banco do Brasil.

9 — Concluído, em 1868, o assentamento de fio telegráfico entre o Rio e Pôrto Alegre.

— 1943, inaugurado o edifício do Clube Militar.

10 — Em 1822, bênção das novas bandeiras do Brasil e distribuição delas aos corpos de guarnição do Rio de Janeiro.

— Inaugurações: em 1906, a da linha de bondes da Companhia Carril Carioca para o Sumaré e a do lampadário da Lapa; em 1943, a do edifício do Ministério da Fazenda e a de mais um trecho da Avenida Getúlio Vargas; e, em 1944, a da Avenida Brasil, no trecho entre as Ruas da Alegria e Lôbo Júnior.

12 — Lançada, em 1889, a pedra fundamental do Quartel do Corpo Militar de Polícia da Côrte, hoje Polícia Militar.

— Em 1806, inauguração da Avenida Beira-Mar; e, em 1910, do aquário da Quinta da Boa Vista.

14 — Em 1827, criada a Caixa de Amortização.

— Inaugurado, em 1906, o obelisco da Avenida Central, hoje Rio Branco; e, em 1922, o edifício da Assistência Municipal.

Vista do Largo do Boticário que, pelos seu calçamento em grandes lajes, sua fonte que data de 1848, seus velhos lampeões e prédios decorados de azulejos portuguêses é considerado relíquia do Rio de Janeiro antigo.

15 — Fundado, em 1895, o Clube de Regatas do Flamengo.

— Em 1905, inaugurada a Avenida Central, hoje Rio Branco, com o leito asfaltado e com iluminação pública elétrica.

— Inauguração do Palace Theatre, como teatro, em 1910.

— Em 1914, inauguração, em terrenos da fortaleza de São João, de um marco comemorativo da fundação da cidade (o primeiro).

17 — Fundado, em 1932, o Clube Municipal, associação de funcionários da Prefeitura.

19 — Em 1864, promulgado o decreto n.º 3 344, que aprovou o sistema de esgotos para a cidade.

23 — Criada, por decreto, a Academia das Artes, em 1820.

24 — Em 1698, bênção da antiga capela de São Roque, na ilha de Paquetá.

— Fundada, em 1945, a Academia Brasileira de Música.

25 — Lançamento da pedra fundamental da Fortaleza da Laje, em 1646.

29 — Em 1873, franqueado ao público o serviço de bondes da Companhia Vila Isabel.

30 — Em 1853, bênção do edifício do Hospício de Pedro II, hoje Hospital Psiquiátrico.

*Dezembro*

1.º — Inaugurações: em 1872, a do carrilhão da igreja de N.S.ª da Lapa dos Mercadores, o primeiro do Brasil; e em 1878, a do ramal de Santa Cruz, da Estrada de Ferro D. Pedro II, hoje Central do Brasil.

2 — Em 1829, inaugurada a primeira Exposição de Belas Artes.

— Assinado, em 1837, o decreto que criou o Imperial Colégio de Pedro II, hoje Colégio Pedro II.

— Em 1858, lançada a pedra fundamental do edifício da Casa da Moeda.

— Em 1861, inaugurada uma Exposição Industrial na Escola Central, mais tarde Politécnica, hoje Escola Nacional de Engenharia da Universidade do Brasil.

— Franqueada ao público, em 1872, a Biblioteca Municipal.

— Inaugurações: em 1875, de uma Exposição Industrial, no Ministério da Agricultura; em 1879, da linha de bondes do Engenho Novo a Cachambi; em 1881, de uma Exposição de História do Brasil na Biblioteca Nacional; e, em 1882, do edifício da Câmara Municipal, hoje inexistente.

3 — Em 1811, franqueada ao público a Biblioteca Real, depois Biblioteca Nacional.

4 — Em 1810, assinada a carta régia que criou a Academia Militar do Rio de Janeiro, hoje Escola Militar do Brasil.

— Inaugurado o cemitério de São João Batista, em 1852.

5 — Em 1935, inaugurado o Teatro Regina.

8 — Em 1616, missa solene, no convento de Santo-Casa para a ponta do Caju, com a denominação de Campo Santo.

8 — Em 1616, missa solene, no convento de Santo Antônio, em ação de graças pelo término das obras da igreja.

— Em 1750, primeira missa na igreja da Conceição, hoje inexistente.

— Fundado, em 1869, o Clube dos Fenianos.

— Em 1938, instalado o Pretório.

14 — Inaugurações, em 1898, da igreja do Divino Espírito Santo, no largo de Mata-Porcos, hoje Estácio de Sá, e da Estrada de Ferro da Tijuca, de tração elétrica, no trecho de Raiz da Serra (hoje, Usina) até o alto da Boa Vista.

15 — Fundada, em 1896, a Academia Brasileira de Letras.

16 — Instalada, em 1809, a Biblioteca da Marinha.

— Lançamento, em 1860, da "Semana Ilustrada", de Henrique Fleuss, primeira revista de caricaturas.

18 — Inaugurado, em 1943, o Museu da Cidade.

19 — Em 1835, lançamento da pedra fundamental do Hospital da Beneficência Portuguêsa.

21 — Em 1835, sessão inaugural da Imperial Academia de Medicina do Rio de Janeiro, ex-Sociedade de Medicina e hoje Academia Nacional de Medicina.

23 — Em 1889, adquirido o Palácio Itamarati, para servir de sede à Presidência da República.

24 — Inaugurada, em 1843, a Bôlsa de Comércio.

— Em 1873, inaugurado o cabo submarino entre o Rio e a Bahia, Recife e Belém.

— 1881: fundado o Clube de Engenharia.

— Inaugurado o edifício da Bôlsa do Comércio, em 1935.

30 — Inaugurado, em 1881, o matadouro de Santa Cruz.

31 — Em 1877, inaugurada a Tipografia Nacional, hoje Departamento de Imprensa Nacional.

— Realizado, em 1890, um recenseamento da população: 522 651 habitantes.

## PREFEITOS DO RIO DE JANEIRO

Proclamada a República a 15 de novembro de 1889, passaram a responder pelo govêrno do Distrito Federal os presidentes da Intendência Municipal, sucessivamente Sr. Francisco Antônio Pessoa de Barros (1889-1890), Dr. José Félix da Cunha Menezes (1890-1891), Dr. Nicolau Joaquim Moreira (1891-1892), até que a Lei n.º 85, de 20 de setembro de 1892, estabeleceu a organização municipal do Distrito Federal, e dispôs, em seus artigos 17 e 18, que o Poder Executivo seria exercido por um prefeito nomeado pelo Presidente da República, com aprovação do Senado, por um período de quatro anos. A lei dispunha, entretanto, que o mandato do primeiro prefeito terminaria em 31 de dezembro de 1894.

Promulgada a Lei 85, o Presidente da República, Marechal Floriano Peixoto, designou o Dr. Augusto Vieira de Barcellos para exercer interinamente as funções de Prefeito do Distrito Federal; finalmente, a 17 de dezembro de 1892, nomeou para o cargo o Dr. Cândido Barata Ribeiro, médico, natural de Salvador (Bahia).

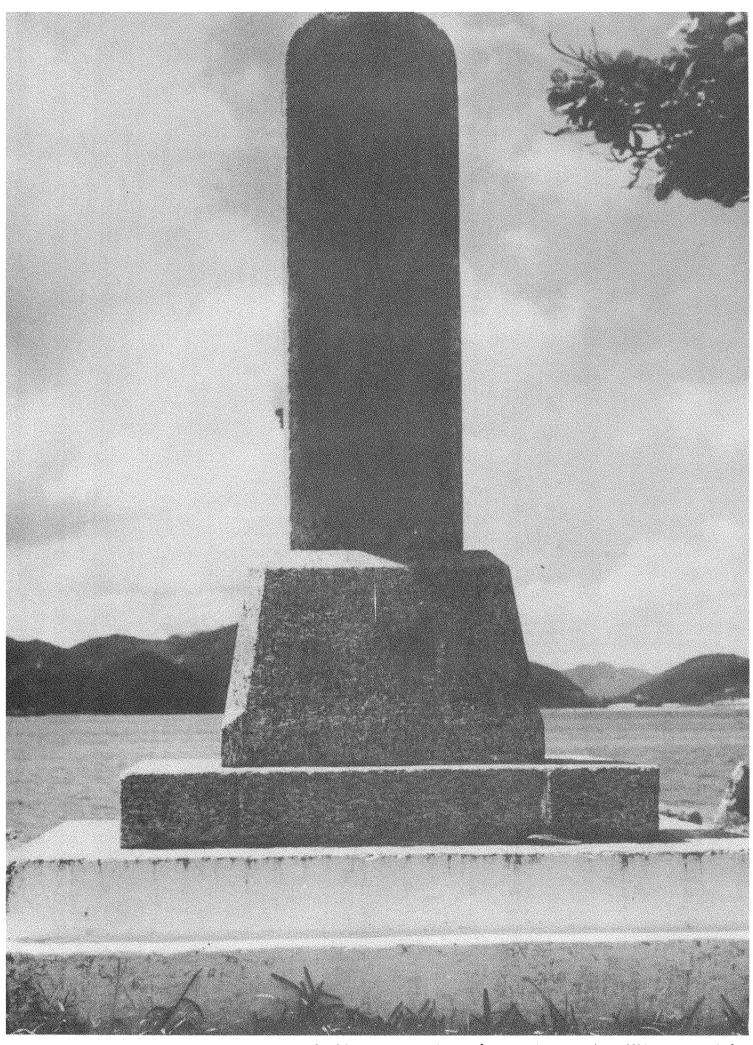



Foto do marco comemorativo da fundação da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro. Êste marco foi inaugurado em 1914 nos terrenos do forte de São João na Praia Vermelha.

Quando o Senado — que então estava em recesso — voltou a reunir-se em maio de 1893, não referendou a escolha do Dr. Barata Ribeiro, que foi substituido, em caráter interino, pelo Dr. Antônio Dias Ferreira. Daí por diante. teve o Distrito Federal os seguintes Prefeitos:

Coronel Henrique Valadares, engenheiro militar, natural do Piauí, que governou a cidade, de julho de 1893 a dezembro de 1894;

Dr. Francisco Furquim Werneck de Almeida, médico, natural do Estado do Rio. Deputado à Constituinte de 1891, cujo mandato foi de janeiro de 1895 a outubro de 1897, tendo sido, dentro dêsse período, substituído interinamente pelo Dr. Joaquim José da Rosa;

Dr. Ubaldino do Amaral Fontoura, jurisconsulto paranaense, que ocupou o cargo de novembro de 1897 a novembro de 1898;

Dr. Luís Van Ervan, engenheiro, nascido no Estado do Rio, que ocupou a prefeitura nos meses de novembro e dezembro de 1898;

Dr. José Cesário de Faria Alvim, advogado, natural do Estado do Rio, que se afastou temporàriamente do cargo em maio de 1899, sendo substituído interinamente pelo Dr. Honório Gurgel do Amaral, e cujo mandato foi de janeiro de 1899 a fevereiro de 1900;

Dr. Antônio Coelho Rodrigues, advogado e depois senador pelo Piauí, e que foi prefeito de fevereiro a outubro de 1900;

Dr. João Felipe Pereira, engenheiro cearense — de outubro de 1900 a outubro de 1901;

Dr. Joaquim Xavier da Silveira Júnior, advogado, natural de São Paulo — de outubro de 1901 a setembro de 1902;

Dr. Carlos Leite Ribeiro, advogado, primeiro prefeito nascido no próprio Distrito Federal, que governou de setembro a dezembro de 1902;

Dr. Francisco Pereira Passos, engenheiro, natural do Estado do Rio — de dezembro de 1902 a novembro de 1906;

General Francisco Marcelo de Souza Aguiar, engenheiro militar, nascido na Europa quando ali estava seu pai a serviço do país, e que ocupou a prefeitura de novembro de 1906 a julho de 1909;

General Inocêncio Serzedelo Corrêa, natural do Pará — julho de 1909 a novembro de 1910;

General Bento Manuel Ribeiro Carneiro Monteiro, natural do Estado do Rio Grande do Sul — novembro de 1910 a novembro de 1914;

Dr. Rivadávia da Cunha Correia, advogado, nascido no Rio Grande do Sul — novembro de 1914 a maio de 1916;

Dr. Antônio Augusto de Azevedo Sodré, natural do Estado do Rio, que ocupou o cargo interinamente, de maio de 1916 a janeiro de 1917;

Dr. Manuel Cícero Peregrino da Silva, jurisconsulto rio-grandense do norte — janeiro de 1917 a novembro de 1918;

Dr. Milcíades Mário de Sá Freire, advogado, nascido no Estado do Rio, que governou a cidade de janeiro a junho de 1919;

Dr. Carlos César de Oliveira Sampaio, engenheiro, nascido no próprio Distrito Federal, e cujo govêrno foi de junho de 1920 a novembro de 1922;

Dr. Alaor Prata Soares, engenheiro, natural de Minas Gerais — novembro de 1922 a novembro de 1926;

Dr. Antônio Prado Júnior, engenheiro, natural de São Paulo — novembro de 1926 a outubro de 1930;

Dr. Adolfo Bergamini, advogado, natural de Minas, designado provisòriamente, após a vitória da Revolução; em novembro de 1930 foi investido no cargo de interventor federal, que compreendia simultâneamente as funções executivas e legislativas do govêrno; sua administração compreendeu os meses de outubro de 1930 a setembro de 1931;

Dr. Julião Esteves, engenheiro, natural de Minas — setembro a outubro de 1931;

Dr. Pedro Ernesto Batista, médico, natural de Pernambuco, que ocupou o cargo inicialmente como interventor federal sendo posteriormente eleito prefeito pela Câmara Municipal, a 8 de abril de 1935; no período eleitoral de 2 a 20 de outubro do mesmo ano, passou o cargo interinamente ao diretor da Secretaria de seu gabinete, Dr. Augusto do Amaral Peixoto; ao todo, chefiou o Executivo Municipal de outubro de 1931 a março de 1936;

Cônego Olímpio de Melo, natural de Pernambuco, nomeado inicialmente prefeito e posteriormente interventor federal, exerceu o cargo de abril de 1936 a julho de 1937;

Dr. Henrique de Toledo Dodsworth, médico e advogado, natural do Distrito Federal, que foi a princípio interventor federal, passando depois a prefeito nomeado, segundo a Constituição de 1937, e cujo govêrno se estendeu de julho de 1937 a outubro de 1945;

Dr. Filadelfo de Barros Azevedo, jurisconsulto e ministro do Supremo Tribunal Federal, natural do Distrito Federal — de novembro de 1945 a janeiro de 1946;

Dr. Hildebrando de Araújo Góes, engenheiro, nascido na Bahia, que ocupou o cargo em fevereiro de 1946 a julho de 1947;

General Ângelo Mendes de Morais, natural do Distrito Federal — de julho de 1947 a abril de 1951;

Dr. João Carlos Vital, engenheiro, nascido no Rio Grande do Sul — de abril de 1951 a dezembro de 1952;

Coronel Ciro do Espírito Santo Cardoso, engenheiro militar, natural do Paraná — de dezembro de 1952 a setembro de 1954;

Dr. Alim Pedro, engenheiro, natural do Estado do Rio — de setembro de 1954 a novembro de 1955;

Dr. Eitel de Oliveira Lima, engenheiro carioca, que ocupou o cargo provisòriamente nos meses de novembro e dezembro de 1955;

Dr. Francisco de Sá Lessa, engenheiro, natural do Estado de Minas Gerais — de dezembro de 1955 a março de 1956;

Embaixador Francisco Negrão de Lima, advogado, nascido em Minas Gerais, que governou a cidade de março de 1956 a julho de 1958;

Dr. José Joaquim de Sá Freire Alvim, engenheiro, natural de Minas Gerais, que foi o último prefeito a ocupar o cargo, de julho de 1958 até 20 de abril de 1960, quando o Distrito Federal se transformou no Estado da Guanabara, tendo como chefe do Executivo o Dr. José Sette Câmara Filho, advogado e diplomata, nascido em Minas Gerais.

## 2. ASPECTOS GEOGRÁFICOS

### LIMITES

O Distrito Federal limita ao norte com o Estado do Rio de Janeiro, ao sul com o Oceano Atlântico, a oeste com a Baía de Sepetiba, a leste com a Baía de Guanabara.

A linha divisória está assim discriminada:

*Ao norte* — Com o Estado do Rio de Janeiro. Começando na Bóia de Sepetiba, na barra do rio Itaguaí, sobe por êste até alcançar o rio Guandu-Mirim ou Tingui, pelo rio Tingui, até atingir a linha reta que une o morro da Bandeira ao pico do Marapicu, por esta reta até o pico do Marapicu, dêste pico pela linha de vertentes, passando pelos morros do Manoel, José do Guandu e pico do Gericinó, que fica em frente à fazenda do mesmo nome, o marco da Cancela Prêta, na estrada da Água Branca, e a ponte da estrada do Cabral, sôbre o rio de igual nome, desce, em seguida, o rio Cabral até a sua barra, no rio Pavuna, continua descendo por êste até a sua confluência, no rio São João de Meriti e por êste até a sua barra, na Baía de Guanabara.

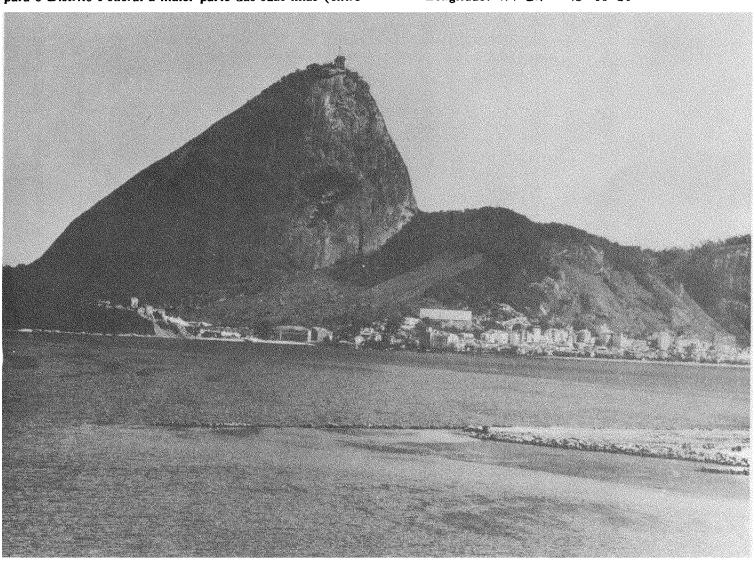
*A leste* — Com o Estado do Rio de Janeiro. Começando na barra do rio São João de Meriti, no Baía de Guanabara, segue por esta, obedecendo um contôrno que deixa para o Distrito Federal a maior parte das suas ilhas (entre elas as do Governador e Paquetá as maiores), passando pela respectiva barra e alcançando o ponto fronteiriço da linha que limita as águas territoriais brasileiras.

*Ao sul* — Com o Oceano Atlântico. Começando defronte da barra da Baía de Guanabara, na linha que limita as águas territoriais brasileiras, segue por esta na direção oeste, até defrontor o ponto da costa da restinga de Marambaia onde vai ter a reta que, partindo do marco limite existente na estrada de Santa Cruz, passa pela ilha de Guaraqueçaba.

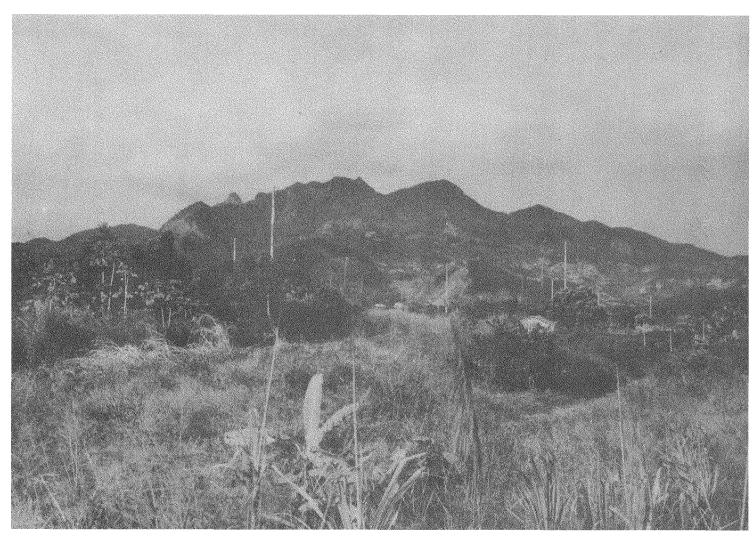
*A oeste* — Com o Estado do Rio de Janeiro. Começando na linha que limita as águas territoriais brasileiras em frente ao ponto da costa, na restinga de Marambaia, onde vai ter uma reta que, partindo do marco limite existente na estrada de Santa Cruz, passa pela ilha de Guaraqueçaba, alcança o dito ponto e atravessa a restinga, na direção da mencionada reta; atingida a Baía de Sepetiba, continua por esta até o litoral, pelo litoral demandando a foz do rio Itaguaí.

Os pontos extremos são: ao norte a ilha de Pancaraíba, ao sul a ilha Rasa, a oeste o rio Itaguaí, a leste as ilhas Tapuamas de Dentro, a sueste de Paquetá, tendo as seguintes coordenadas geográficas:

Latitude: Sul — 22° 54' 23"

Longitude: W. Gr. — 43° 10' 21"

Os pães de açúcar gnáissicos constituem elemento do relêvo largamente difundido nas montanhas cariocas. Na foto, o Pão de Açúcar, à entrada da baía de Guanabara.



2 — 24 938

**Aspecto da paisagem rural do Rio de Janeiro, vendo-se o maciço da Carioca.**

Está o Distrito Federal dividido em 16 distritos a seguir discriminados:

| DISTRITOS | SUPERFÍCIE (km2) | PERÍMETRO (m) |
|---|---|---|
| 1.º Centro | 9 436 | 14 450 |
| 2.º Estácio de Sá | 8 960 | 13 760 |
| 3.º Laranjeiras | 11 800 | 22 050 |
| 4.º Botafogo | 37 983 | 47 750 |
| 5.º Copacabana | 7 437 | 17 900 |
| 6.º São Cristóvão | 10 315 | 17 360 |
| 7.º Tijuca | 35 740 | 39 930 |
| 8.º Vila Izabel | 13 510 | 19 930 |
| 9.º Méier | 39 210 | 30 760 |
| 10.º Madureira | 66 020 | 39 260 |
| 11.º Penha | 40 350 | 40 310 |
| 12.º Jacarepaguá | 267 035 | 96 155 |
| 13.º Realengo | 149 570 | 63 480 |
| 14.º Campo Grande | 228 030 | 87 200 |
| 15.º Santa Cruz | 204 080 | 75 050 |
| 16.º Ilhas | 37 524 | — |
| TOTAL | 1 167 000 | — |

## CARACTERÍSTICAS FÍSICAS

O território do Distrito Federal é formado por planícies e montanhas. As planícies são de um modo geral arenosas, apresentando-se algumas alagadas permanente ou periòdicamente como a de Jacarepaguá e Guaratiba.

Elas constituem 2/3 da área territorial, sendo porém as montanhas a forma de relêvo que maior se destaca, sobressaindo três grandes maciços constituídos principalmente de rochas granito-gnáissicas, do complexo critalino. Êsses maciços resultaram de movimentos eperogenéticos. Seguem uma direção N.E.-S.W., apresentando-se bastante erodidos, com o escarpamento voltado para o mar.

O primeiro grande maciço é o *maciço urbano Andaraí*, dividido em 4 partes:

a — Cordão setentrional.

b — Cordão central (1.ª parte), — destacando-se a serra da Carioca e do Corcovado.

c — Cordão central (2.ª parte), — formado pelas serras da Tijuca onde se encontra o ponto mais elevado do maciço, o segundo de todo o Distrito Federal, o Pico da Tijuca, com 1 021 m; do Andaraí, com o Pico do Andaraí, a 900 m, ocupando segundo lugar na lista dos pontos mais elevados; a serra Bico do Papagaio, com o Pico do Papagaio, a 975 m, terceiro ponto mais elevado do Distrito Federal.

d — Cordão meridional, formado pelas serras Pão de Açúcar — Botafogo — Dois Irmãos.

Êsse maciço é constituído principalmente de gnaisse, sendo que o granito sòmente aparece em pequenos trechos.

O segundo grande maciço é o *Maciço Rural Marapicu-Gericinó*, que está dividido nas serras Marapicu e Mendanha e pelo qual passa o limite do Distrito Federal com o Estado do Rio de Janeiro. Constitui-se de rochas gnáissicas, graníticas e eruptivas. O maciço Marapicu-Gericinó, localizado na parte setentrional do Distrito Federal, acha-se separado do Grande Maciço da Pedra Branca pelas baixadas do Mendanha e do Guandu.

O terceiro grande maciço é o *Maciço Rural da Pedra Branca*, que está dividido em 3 partes:

a — Núcleo central, — destacando-se a serra do Rio da Prata do Cabuçu onde se acha o ponto mais elevado do Distrito Federal, o morro da Pedra Branca, com 1 024 m.

b — Contraforte setentrional, — constituído pelas serras Viegas e Lameirão e Saco.

c — Contraforte meridional, — formado pelas serras de Tocas, Morgado, Bicas, Piabas e São João.

Além dêsses, existem pequenos maciços e alguns morros isolados, como o morro Pedra da Babilônia, morro da Viúva, de Santo Antônio, situados na zona urbana; morros Urubus, Paraíso, Serra Nova, localizados na zona suburbana, e morros Panela, Igreja da Penha, Cantagalo, Amorim, situados na zona rural.

Com relação à rêde hidrográfica, destacam-se, quanto à extensão, os rios Itaguai, com 35 000 km, Meriti, com 25 500 km, Cabuçu, com 22 500 km, Guandu do Sapé, com 19 500 km e Caieira, com 18 000 km.

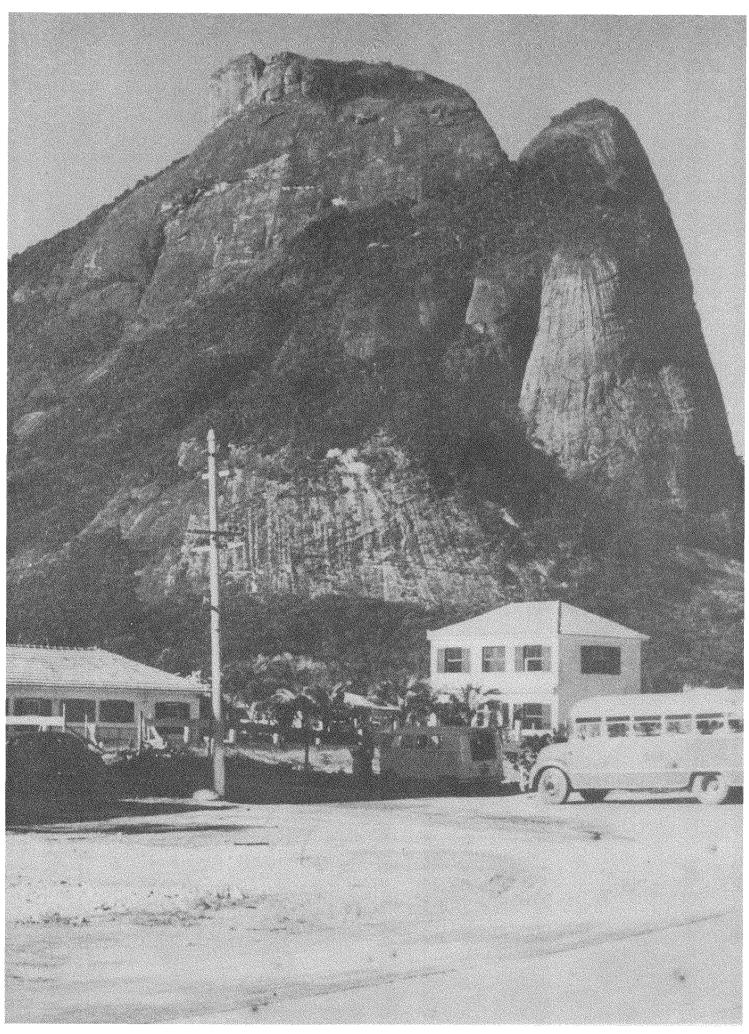
Nas áreas de planície, quer na zona urbana quer na zona rural, encontram-se algumas lagoas: Camorim, localizada no distrito de Jacarepaguá, com a área de ....... 11 056 800 m², de Marapendi no mesmo distrito, com 3 765 900 m², e Rodrigo de Freitas, entre Copacabana e Botafogo, com 3 042 000 m². Assinalam-se também alguns pântanos: temos o de Sermambetiba, localizado em Jacarepaguá, com a área de 79 427 000 m², o de Guaratiba, entre Campo Grande e Santa Cruz, com 28 330 000 m² e o de Santa Cruz, situado em Santa Cruz, com 27 820 000 m².

O escoamento das águas pluviais é feito através de canais, alguns dos quais foram construídos outrora com o objetivo de drenar os pântanos, nas partes baixas do território do Distrito Federal. Essas águas pluviais vão desembocar no Oceano Atlântico ou num dos rios, ou ainda numa das baías. O canal de São Francisco, no distrito de Santa Cruz, é de todos o mais extenso (11 750 m) seguido pelo do Itá (9 450 m), da Pavuna (3 950 m), Visconde de Albuquerque (3 520 m), Santa Luzia .... (3 200 m), D. Pedro II (2 800 m), Mangue (2 720 m), Benfica (500 m) e Barra da Lagoa Rodrigo de Freitas (530 m).

Na Baía de Guanabara, encontra-se a maior porte das ilhas pertencentes ao Distrito Federal, sendo a ilha do Governador, com 28 906 250 m², a mais importante. Além dessa, devem ser citadas, pelo seu valor turístico, industrial ou pela função militar as ilhas de Paquetá, Fundão, Boqueirão, Cobras e Brocoió.

No Oceano Atlântico, destacam-se, pela sua área, as ilhas Redonda, com 373 700 m², Rasa, com 221 200 m², Comprida, com 205 600 m² e Cagarra, com 93 700 m².

Na Baía de Sepetiba encontram-se as ilhas de Bom Jardim, Capão, Garças, Gariboa, Pescaria, Tatu, Guachas

Na foto, vemos da praia do Leblon alguns elementos básicos da paisagem física do Rio de Janeiro: — a restinga constituindo a praia, a encosta suave de material de decomposição em mata, e, finalmente, os paredões escarpados onde aflora a rocha sã ou pontões rochosos que constituem pães de açúcar.

Nos paredões rochosos das montanhas do Rio de Janeiro, observa-se que a rocha sofre os efeitos da desagregação mecânica (descamação superficial) e da decomposição química (sulcos formados pela ação das águas carregadas de ácidos orgânicos). Na foto, êstes efeitos podem ser verificados na Pedra da Gávea.

e Guaraciaba, destacando-se, pela sua área, a de Bom Jardim, com 1 399 300 m².

Na Lagoa de Camorim, em Jacarepaguá, estão as ilhas de Pombeba, Ribeiro, Curva da Passagem e Mina.

Na Lagoa Rodrigo de Freitas, há três pequenas ilhas, ligadas à terro firme: Piraquê, Y e Caiçaras.

## CLIMA

No Distrito Federal não se encontra uniformidade de clima. Entretanto a maior parte de sua área pertence ao clima tropical quente e úmido, segundo a classificação de Köppen.

Exercem grande influência nas diversidades de temperatura e pluviosidade que ocorrem nos diferentes distritos: o vento, o mar e principalmente o relêvo. O, relêvo montanhoso constitui uma barreira aos ventos, sendo responsável pela grande precipitação que se verifica principalmente no período de verão. É no sopé da montanha que a pluviosidade é mais intensa, diminuindo nas faixas litorâneas. A Zona Sul apresenta temperatura menos elevada, seguida pela das baixadas de Jacarepaguá e Sepetiba, com temperatura média abaixo de 22°7. A temperatura mais elevada, superior a 22°7, ocorre na Zona Norte da baixada de Guanabara.

Isto se deve à ação amenizante dos ventos e massas de ar frio provenientes do sul, na faixa litorânea, ao passo que nas demais partes, devido à continentalidade e às calmarias, a temperatura se torna mais elevada.

De acôrdo com o Köppen, essas variações climáticas se enquadram nos tipos de clima Aw-Am e Af. O clima Aw de verões úmidos e inverno sêco domina em grande parte do Distrito Federal.

O Am, transição entre os climas Aw e Af, é encontrado em pequenos trechos. O Af, quente e úmido sem estação sêca, compreende as partes mais baixas dos maciços.

Além dêsses, existe ainda um quarto tipo que corresponde às partes mais altas dos maciços, ou seja, acima de 500 m.

* * *

*Nota* — O presente trabalho oberece ao esquema adotado nos demais volumes da *Enciclopédia* e representa uma súmula de indicações gerais sôbre aspectos geográficos do Distrito Federal. Estudo mais desenvolvido é o que se contém no tomo VI da mesma obra.

Indicamos, a seguir, algumas publicações que podem ser lidas por quantos desejem obter maiores conhecimentos, de caráter especializado, sôbre o assunto em foco.

### *Bibliografia*


1. ABREU, Sílvio Fróes — *O Distrito Federal e seus Recursos Naturais,* Rio de Janeiro, Serviço Gráfico do IBGE, 1957, 3fp., | IX |, xxxi, 318p. ilustr. (Biblioteca Geográfica Brasileira. Série A publ. n.° 14).

2. DISTRITO FEDERAL. DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Anuário Estatístico do Distrito Federal,* 1956, Rio de Janeiro, 1957, XVIII e 293p.

3. BACKHEUSER, Everardo — "Os Sambaquis do Distrito Federal", *Boletim Geográfico,* Rio de Janeiro, Conselho Nacional de Geografia. 3 (32):1052-1068, nov. 1945.

4. BACKHEUSER, Everardo — "Geologia do Distrito Federal", *Boletim Geográfico.* Rio de Janeiro, Conselho Nacional de Geografia. 3 (35):1383-1914, fev. 1946, map.

5. BACKHEUSER, Everardo — "Geografia Carioca", *Boletim Geográfico,* Rio de Janeiro, Conselho Nacional de Geografia, 3 (32):1072-1074, nov. 1945; 3 (34):1290-1292, jan. 1946; 3 (37):31-33, abr. 1946; 4 (39):284-291, jun. 1946; 4 (40):442-445, jul. 1946; 4 (44):972-983, nov. 1946; 4 (47):1475-1477, fev. 1947; 4 (49):41-46, abr. 1947.

6. BOYNAD, Aluizio Peixoto e Maria Tereza Soares — "Santa Teresa, um Bairro Residencial, no Rio de Janeiro", *Boletim Carioca de Geografia,* Rio de Janeiro, Associação dos Geógrafos Brasileiros, 9(1 e 2), 77-88, 1958. (Aspectos da Geografia Carioca).

7. GEIGER, Pedro Pinchas — "Notas sôbre Formas Aparentes de Pequenas "Cuestas", na Baixada da Guanabara", *Boletim Carioca de Geografia,* Rio de Janeiro, 5 (3 e 4): 25-31, 1952 (Contribuições).

8. GEIGER, Pedro Pinchas — "Sôbre o Loteamento da Baixada da Guanabara", *Boletim Geográfico do Estado do Rio de Janeiro,* Rio de Janeiro, Diretório Regional do Estado do Rio de Janeiro, 5, 1952 p. 95-101.

9. LAMEGO, Alberto Ribeiro — "O Homem e a Guanabara". Rio de Janeiro, Serv. Gráfico do IBGE, 1948, 294p., fotogr., map. (Biblioteca Geográfica Brasileira, "Livros", Série A, publ/n.° 5) [Ao alto do título Setores da Evolução Fluminense] Bibliogr., p. 255-263.

10. RUELLAN, Francis — "Evolução Geomorfológica da Baía de Guanabara e das Regiões Vizinhas", *Revista Brasileira de Geografia,* Conselho Nacional de Geografia. 6(4):445-508, out./dez. 1944, fotogr., map. Resumo em francês, espanhol, italiano, inglês e esperanto. Bibliogr.

11. SERRA, Adalberto e Leandro Ratisbonna — "O Clima do Rio de Janeiro", *Boletim Geográfico,* Rio de Janeiro, Conselho Nacional de Geografia, 3(28):527-541, jul. 1945 (Transcrições).

12. SILVEIRA, Geraldo Goulart da — "A Agricultura no Distrito Federal", *Lavoura,* Rio de Janeiro, Sociedade Nacional de Agricultura, 53:30-40, set./out. 1954, tab.

13. SOUTO MAIOR, Ariadne Soares — "Tipos Climáticos do Distrito Federal", *Revista Brasileira de Geografia,* Conselho Nacional de Geografia, 16(2):267-275, abr./jun. 1954, tab., map. Bibliogr., p. 274-275.

14. VÁRZEA, Afonso — "Geografia do Distrito Federal", Rio de Janeiro, | Secretaria-Geral de Educação e Cultura |, 1945, 3v., ilust. fotogr.

## 3. ASPECTOS DEMOGRÁFICOS

### DESENVOLVIMENTO DA POPULAÇÃO

O Distrito Federal é uma das Unidades brasileiras de mais rápido desenvolvimento demográfico. Sua população, nos setenta anos de vida republicana, cresceu cêrca de seis vêzes, elevando-se de 522 651 habitantes, segundo as apurações do censo local realizado em 1890, a 3 220 225 habitantes, de acôrdo com as estimtaivas do IBGE para 1.º de julho de 1960.

A contar daquela data, foram realizados na Capital Federal cinco recenseamentos, cujos resultados, dispostos em série, permitem verificar que sua população tem duplicado com relativa regularidade em cada intervalo de aproximadamente trinta anos.

| ANOS | POPULAÇÃO | INCREMENTO | |
|---|---|---|---|
| | | Absoluto | Relativo |
| 1890 | 522 651 | — | — |
| 1906 | 811 443 | 288 792 | 55,3 |
| 1920 | 1 157 873 | 346 430 | 42,7 |
| 1940 | 1 764 141 | 606 268 | 52,4 |
| 1950 | 2 377 451 | 613 310 | 34,8 |

Entre os anos de 1890 e 1906 e os de 1940 e 1950, registrou-se um incremento anual da ordem de 3,5%, mais elevado do que nos períodos de 1906-1920 e 1920-1940, quando as médias percentuais desceram, respectivamente, a 3,1% e 2,6%. O fenômeno deve coincidir, evidentemente, com as fases de maior intensidade de desenvolvimento da economia industrial acompanhadas da evasão de grandes massas humanas das zonas rurais para os centros urbanos de importância.

No Rio, como de resto nas grandes aglomerações urbanas brasileiras, o elemento dinâmico que se destaca em seu desenvolvimento demográfico são os fluxos migratórios interiores. Os deslocamentos maciços de naturais de outras localidades do País, os quais têm sido uma característica permanente da formação dos centros mais populosos e da forte diferenciação nos ritmos de crescimento das regiões brasileiras, representam a parcela principal na expansão demográfica da Capital da República.

Com base nos cálculos efetuados pelo Laboratório de Estatística do CNE, pode-se verificar que, de 1940 a 1950, o incremento natural da população do Rio não excedeu de 1% ao ano, enquanto a taxa anual de incremento migratório se elevou a 2,5%

| CAPITAL | INCREMENTO RELATIVO (1940-1950) | | |
|---|---|---|---|
| | Total | Natural | Migratório |
| Rio de Janeiro (DF) | 34,77 | 9,97 | 24,80 |
| São Paulo | 65,74 | 18,06 | 47,68 |
| Recife | 50,59 | 12,71 | 38,38 |
| Salvador | 43,65 | 12,78 | 30,87 |
| Pôrto Alegre | 44,78 | 12,52 | 32,26 |
| Belo Horizonte | 66,87 | 19,81 | 47,06 |

Da comparação com as cinco maiores Capitais brasileiras, ressaltam as posições de Belo Horizonte e São Paulo, onde tanto o afluxo das migrações internas como o crescimento vegetativo ultrapassaram consideràvelmente os observados no Distrito Federal. Nesta Unidade, os ritmos de expansão demográfica, no intervalo dos dois últimos recenseamentos, tornaram-se igualmente mais lentos que os de Recife, Pôrto Alegre e Salvador.

O surto de progresso que se estendeu às grandes cidades das várias regiões brasileiras, conquanto tenha contribuído para descentralizar e diversificar as correntes de povoamento, não impediu que a Capital Federal mantivesse seu lugar tradicional como um dos principais pontos de atração dessas correntes.

No decênio a que se faz referência, dos 1 480 517 habitantes acrescidos à população das seis maiores Capitais do país e vindos de outras localidades, perto de metade ou 632 282 habitantes se fixaram na Capital de São Paulo, seguindo-se-lhe na ordem decrescente, o Distrito Federal, com o acréscimo migratório de 437 546 pessoas.

Como acontece em todos os centros de adiantado nível sócio-econômico, o desenvolvimento vegetativo da população carioca é moderado, mostrando-se não só inferior ao do conjunto do país mas também ao das Capitais dos Estados já examinadas.

O cálculo das taxas médias de natalidade e mortalidade elaborado para o decênio anterior ao Censo de 1950 (cujos resultados diferem, portanto, dos apresentados no quadro precedente) oferece os seguintes confrontos:

| CAPITAL | POPULAÇÃO MÉDIA DO DECÊNIO | TOTAIS DO DECÊNIO | | TAXAS MÉDIAS ANUAIS POR 1 000 HABITANTES | |
|---|---|---|---|---|---|
| | | Nascimentos | Óbitos | Natalidade | Mortalidade |
| Rio de Janeiro (DF) | 2 050 560 | 513 494 | 335 716 | 25,04 | 16,37 |
| São Paulo | 1 718 688 | 439 250 | 196 965 | 25,56 | 11,46 |
| Recife | 428 728 | 159 487 | 116 424 | 37,20 | 27,16 |
| Salvador | 348 672 | 117 502 | 79 980 | 33,70 | 22,94 |
| Pôrto Alegre | 328 453 | 90 325 | 55 890 | 27,50 | 17,02 |
| Belo Horizonte | 274 922 | 89 083 | 46 826 | 32,40 | 17,03 |

Em nenhuma outra dessas grandes aglomerações urbanas a taxa média anual de natalidade é inferior à do Rio: 25 nascimentos por mil habitantes. A de São Paulo e a de Pôrto Alegre ficam-lhe muito próximas, enquanto que as de Salvador, Recife e Belo Horizonte, sensìvelmente mais elevadas, guardam maior semelhança com as das demais Capitais brasileiras.

Estimativas mais recentes fazem ver que não tem havido grande alteração na taxa de natalidade da população carioca. Em 1957 ela se mantinha em 25 nascimentos por 1 000 habitantes, ao passo que a média nacional era de 43,01; e na maioria das Unidades da Federação excedia de 45 nascimentos, atingindo o máximo no Ceará e no Piauí (48 nascimentos por mil habitantes). Em São Paulo e no Rio Grandé do Sul, onde as condições de urbanização seguiram um curso peculiar, as taxas de natalidade foram estimadas no referido ano em, respectivamente, 38 e 38,5%.

De maior relêvo têm sido as alterações observadas nas taxas de mortalidade, as quais vêm declinando em ritmo bastante rápido, como decorrência dos progressos alcançados pela ciência médica, das melhorias das condições sanitárias locais e da elevação dos padrões de vida de parte apreciável da população.

Botafogo é um dos antigos bairros do Rio de Janeiro que, ao lado das aristocráticas residências ainda do período imperial, encontramos grandes edifícios de apartamentos que ocuparam o local das "Cabeças de Porco" surgidas paulatinamente com a degradação das referidas residências.

A curva da mortalidade no Distrito Federal manteve-se relativamente estável desde 1939 a 1941; sofreu leve declínio à altura de 1943 e elevou-se em 1944. Daí por diante, passou a descrever uma linha descendente bem pronunciada até as proximidades de 1950, a qual, provàvelmente, continua a acentuar-se até as datas mais recentes.

Entre 1939 e 1950, o número de óbitos por 1 000 habitantes caiu de 18,49 para 13,30. A continuar nesta regressão, a taxa de mortalidade no Distrito Federal, em 1958 ou 1959, deverá estar muito pouco acima ou mesmo abaixo de 10 óbitos por 1 000 habitantes.

DISTRIBUIÇÃO TERRITORIAL DA POPULAÇÃO — O Distrito Federal conta apenas 1 365 quilômetros quadrados de superfície territorial, calculando-se sua densidade demográfica em 2 34 habitantes por km$^2$.

O território está dividido em 16 distritos, os quais se subdividem em 35 circunscrições.

Na tabela seguinte pode ser apreciada a distribuição territorial da população do Distrito Federal, por circunscrições, nas datas dos Censos de 1940 e 1950. Apresentam-se, também, as estimativas da população das diversas circunscrições em 1.º de julho de 1958, advertindo-se, porém, que elas têm apenas o caráter de indicações largamente aproximadas, cujos erros — decerto não desprezíveis — só poderão ser medidos depois da apuração do Censo de 1960.

| CIRCUNSCRIÇÃO | POPULAÇÃO PRESENTE EM | | POPULAÇÃO PRESENTE EM |
|---|---|---|---|
| | 1.º-IX-1940 | 1.º-VII-1950 | 1.º-VII-1958 |
| 1. Candelária | 1 812 | 1 069 | 671 |
| 2. São José | 9 256 | 6 684 | 4 946 |
| 3. Santa Rita | 15 987 | 9 567 | 6 076 |
| 4. São Domingos | 7 498 | 3 521 | 1 836 |
| 5. Sacramento | 7 858 | 5 865 | 4 458 |
| 6. Ajuda | 7 441 | 11 103 | 14 829 |
| 7. Santana | 20 290 | 14 911 | 11 193 |
| 8. Gamboa | 38 791 | 31 324 | 25 386 |
| 9. Espírito Santo | 42 440 | 37 227 | 32 271 |
| 10. Rio Comprido | 61 957 | 70 979 | 76 458 |
| 11. Engenho Velho | 37 796 | 41 721 | 43 603 |
| 12. Santo Antônio | 32 903 | 26 951 | 22 097 |
| 13. Santa Teresa | 61 476 | 71 733 | 78 432 |
| 14. Glória | 61 728 | 82 563 | 100 878 |
| 15. Lagoa | 54 992 | 59 460 | 61 105 |
| 16. Gávea | 55 592 | 88 409 | 124 358 |
| 17. Copacabana | 74 133 | 129 249 | 195 925 |
| 18. São Cristóvão | 70 984 | 76 604 | 78 603 |
| 19. Tijuca | 64 499 | 80 011 | 91 950 |
| 20. Andaraí | 95 666 | 116 180 | 131 229 |
| 21. Engenho Novo | 78 631 | 122 977 | 170 647 |
| 22. Méier | 68 085 | 84 601 | 96 665 |
| 23. Inhaúma | 72 350 | 86 163 | 95 788 |
| 24. Piedade | 84 269 | 110 962 | 133 862 |
| 25. Irajá | 77 905 | 123 234 | 172 592 |
| 26. Pavuna | 56 173 | 98 594 | 150 2,2 |
| 27. Madureira | 111 333 | 157 796 | 202 109 |
| 28. Penha | 95 359 | 140 628 | 186 030 |
| 29. Jacarepaguá | 71 425 | 107 093 | 143 593 |
| 30. Anchieta | 35 891 | 75 600 | 133 657 |
| 31. Realengo | 90 387 | 150 712 | 220 317 |
| 32. Campo Grande | 35 035 | 59 752 | 88 968 |
| 33. Guaratiba | 14 644 | 20 516 | 26 030 |
| 34. Santa Cruz | 21 146 | 31 564 | 42 167 |
| 35. Ilhas | 22 935 | 39 957 | 60 534 |
| População em trânsito | 4 874 | 2 171 | 1 084 |
| TOTAL | 1 764 141 | 2 377 451 | 3 030 619 |

Um ligeiro exame comparativo dos resultados dos dois últimos censos, expostos nas duas primeiras colunas

da tabela, basta para mostrar que o rumo e a intensidade do desenvolvimento demográfico diferem nas diversas circunscrições.

Entre 1.º de setembro de 1940 e 1.º de julho de 1950, a população do Distrito Federal aumentou de 613 310 habitantes, isto é, de 34,77%. Mas êste aumento foi resultante de aumentos de diferente intensidade em 26 circunscrições, que emc onjunto ganharam 655 729 habitantes, e de diminuições de diferente intensidade nas demais 9 circunscrições (as de números 1 a 5, 7 a 9, na tabela), que em conjunto perderam 39 716 habitantes, e na população em trânsito, que diminuiu de 2 703.

Os maiores aumentos relativos verificaram-se nas circunscrições de Anchieta (110,64%), Pavuna (75,52%), Copacabana (74,35%), Ilhas (74,22%), Campo Grande (70,55% e Realengo (66,74%). As maiores diminuições reltaivas, nas de São Domingos (—53,04%), Candelária (—41,00%) e Santa Rita (—40,16%).

Tôdas as circunscrições que apresentam diminuições estão situadas na zona central da cidade; a maior parte das que apresentam fortes aumentos pertencem à zona periférica da cidade ou à zona suburbana (entre as quais é difícil fixar limites precisos com critério objetivo, independente da discriminação administrativa).

Segundo as estimativas para 1958, pode-se verificar que as circunscrições mais populosas do Distrito Federal são: Realengo, com 220 317 habitantes; Madureira, com 202 109; Copacabana, com 195 925; Penha, com 186 030; Irajá, com 172 592; Engenho Novo, com 170 647; Pavuna, com 150 272; Jacarepaguá, com 143 593; Piedade, com 133 862; Anchieta, com 133 657; Andaraí, com 131 229; Gávea, com 124 358 e a Glória, com 100 878. As circunscrições menos habitadas localizam-se no centro comercial da cidade e são: Candelária, com 671 habitantes; São Domingos, com 1 836; Sacramento, com 4 458; São José, com 4 946 e Santa Rita, com 6 076.

O Distrito Federal distingue-se das demais Unidades da Federação pela elevada expansão de sua área urbanizada. Das 35 circunscrições em que está dividido administrativamente seu território, 28 estão fora do quadro rural, que sòmente abrange uma parte de cinco outras circunscrições.

Em 1950, a população rural estava representada por 3%, a população suburbana por 22% e a urbana por 75%. Em números absolutos, a população do quadro rural, de acôrdo com o último recenseamento, somava 74 388 pessoas, localizadas nas circunscrições de Jacarepaguá, Realengo, Campo Grande, Guaratiba e Santa Cruz.

## ESTRUTURA DEMOGRÁFICA

Desde os fins do século passado até os nossos dias, a população do Distrito Federal tem apresentado modificações de certo modo significativas em sua estrutura.

Comparando-se os dados relativos à composição por sexo, estado conjugal e nacionalidade, apurados nos cinco censos realizados de 1890 até 1950, nota-se que algumas tendências se acentuaram no curso dêsse período, conforme se verifica dos percentuais sôbre a população presente, a seguir indicados:

| ANOS | SEXO | | ESTADO CONJUGAL | | NACIONALIDADE | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Homens | Mulheres | Solteiros | Casados | Brasileiros natos | Estrangeiros |
| 1890 | 56,19 | 43,81 | 60,20 | 31,50 | 70,30 | 29,70 |
| 1906 | 57,11 | 42,89 | 48,81 | 38,74 | 74,06 | 24,14 |
| 1920 | 51,67 | 48,33 | 47,46 | 41,29 | 79,24 | 20,65 |
| 1940 | 49,79 | 50,21 | 43,83 | 45,65 | 86,94 | 12,96 |
| 1950 | 48,91 | 51,09 | 42,63 | 47,96 | 91,12 | 8,85 |

As alterações na composição por sexo processaram-se no sentido de substituir a forte predominância do sexo feminino, observada a partir de 1940.

No que se refere ao estado conjugal, a marcante superioridade dos solteiros, encontrada nas apurações censitárias de 1890, 1906 e mesmo de 1920, cede lugar, em 1940 e 1950, à tendência inversa, para uma crescente proporção de casados, cujo número, acrescido dos viúvos já atinge mais da metade dos habitantes depois de 1920.

## CONTINGENTES ESTRANGEIROS

A diminuição da parcela de estrangeiros, que passa de cêrca de 30% a 9%, no período em exame, não é só um aspecto importante em si mesmo, como está diretamente relacionada com outras mudanças que se operaram na estrutura da população carioca.

Nos contingentes de origem estrangeira, era bastante acentuado o predomínio masculino, principalmente nas épocas em que se tornaram mais freqüentes as entradas de imigrantes em nosso país. A elevada proporção de homens nos grupos estrangeiros foi durante muito tempo o principal fator de desequilíbrio na composição por sexo da população carioca.

Em 1890, a população brasileira presente na Capital da República (367 449 habitantes) estava distribuída com quase absoluta igualdade entre os dois sexos (183 878 homens e 183 571 mulheres). Entretanto, contavam-se, entre os estrangeiros, 109 779 homens (70,73%) e 45 423 mulheres (29,27%), isto é, 2 417 homens para 1 000 mulheres.

Com as interrupções ou a cessação do fluxo migratório do exterior a situação de desequilíbrio entre os sexos foi-se corrigindo, não só na composição global como na dos grupos de naturais de outros países. Nesses grupos, o número de homens por 1 000 mulheres baixou a 1 847, em 1920, a 1 544, em 1940, e a 1 415, em 1950.

Entre os grupos de origem estrangeira fixados no Distrito Federal os portuguêses ocupam tradicionalmente posição de absoluta dominância. Em 1890, êles representavam um quinto de tôda a população presente (20,4%); em 1920, ainda se constituíam numa parcela fortemente representativa (14,9%), decrescendo em 1940 (8,8%) até sofrer drástica redução em 1950 (5,6%). Em números absolutos, o grupo de naturais de Portugal diminuiu de ... 172 338 pessoas presentes em 1920 a 133 905 em 1950.

A tabela que aqui se reproduz, elaborada pelo Laboratório de Estatística do CNE, mostra a distribuição da população de origem estrangeira nas datas dos quatro recenseamentos nacionais.

| NACIONALIDADE OU NATURALIDADE * | NÚMEROS AMSOUTOS | | | | PROPORÇÕES POR 1 000 000 DE HABITANTES | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 1890 | 1920 | 1940 | 1950 | 1890 | 1920 | 1940 | 1950 |
| Portuguêses | 106 461 | 172 338 | 172 656 | 133 905 | 203 694 | 148 840 | 87 666 | 56 323 |
| Italianos | 17 789 | 21 929 | 17 461 | 17 092 | 34 036 | 18 939 | 9 898 | 7 189 |
| Espanhóis | 10 750 | 18 221 | 12 214 | 10 814 | 20 568 | 15 737 | 6 923 | 4 549 |
| Alemães | 1 769 | 2 885 | 8 983 | 8 046 | 3 385 | 2 492 | 5 092 | 3 384 |
| Poloneses | ... | ... | 6 569 | 7 187 | ... | ... | 3 724 | 3 023 |
| Sírios-libaneses e turcos | 314 | 6 121 | 6 911 | 6 077 | 601 | 5 286 | 3 917 | 2 556 |
| Russos | 324 | 1 989 | 2 891 | 3 694 | 620 | 1 718 | 1 638 | 1 554 |
| Franceses | 3 962 | 3 538 | 2 801 | 2 876 | 7 581 | 3 056 | 1 588 | 1 210 |
| Estadunidenses | 259 | 1 066 | 1 635 | 2 759** | 496 | 921 | 927 | 1 160 |
| Rumenos | ... | ... | 2 226 | 2 659 | ... | ... | 1 2[illegible]2 | 1 118 |
| Austríacos | | 836 | 1 413 | 1 849 | | 722 | 801 | 778 |
| | 1 211 | | | | 2 317 | | | |
| Húngaros | | 133 | 988 | 1 480 | | 115 | 560 | 623 |
| Argentinos | 496 | 1 551 | 1 552 | 1 564 | 949 | 1 339 | 880 | 658 |
| Inglêses | 1 867 | 2 057 | 1 696 | 1 493 | 3 572 | 1 777 | 961 | 628 |
| Outros | 10 000*** | 6 465 | 6 679 | 8 959 | 19 133 | 5 585 | 3 787 | 3 768 |
| TOTAL | 155 202 | 239 129 | 228 675 | 210 454 | 296 952 | 206 527 | 129 624 | 88 521 |

* Nacionalidade dos nacionais e naturalidade dos ex-nacionais de países estrangeiros, para todos os censos, menos o de 1950, em que os estrangeiros foram classificados segundo a naturalidade.

** No censo de 1950, foram agrupados com os estudanidenses os pôrto-riquenhos.

*** É puramente acidental a soma redonda de 10 000, êste grupo de "outros" sendo discriminado conforme critérios nossos, diversos dos adotados na apuração do censo de 1890. Entre os 10 000, encontram-se 5 402 africanos, 5 106 dos quais "adotaram a nacionalidade brasileira" (antigos escravos).

Em 1950, depois dos naturais de Portugal (cujo total inclui 126 318 que conservam a nacionalidade estrangeira e 7 587 naturalizados brasileiros), os grupos mais numerosos são o italiano (15 742 não naturalizados e 1 350 naturalizados) e o espanhol (10 138 não naturalizados e 676 naturalizados). Entre os grupos restantes, destacam-se, por seu número superior a 5 000, o alemão (6 795 estrangeiros e 1 251 que se naturalizaram), o polonês (6 516 estrangeiros e 671 naturalizados) e o sírio-libanês (5 090 estrangeiros e 370 naturalizados).

Nos trinta anos decorridos entre os recenseamentos de 1920 a 1950 todos os grupos latinos sofreram reduções mais ou menos importantes. Entretanto, os grupos alemão, polonês, sírio-libanês e turco, russo, estadunidense, austríaco e húngaro tiveram seus efetivos acrescidos.

Na composição por sexo da população de origem estrangeira presente no Distrito Federal em 1950, observa-se que continua a manifestar-se forte predominância masculina entre os portuguêses e menos forte entre os italianos, espanhóis, sírio-libaneses e outros. Com os franceses,

Copacabana, considerada "uma cidade dentro da cidade", caracteriza-se pelo seu crescimento vertical, como pode ser observado na foto acima.

ao contrário, há forte predominância feminina, o que, em menor grau, também acontece com os argentinos.

| NATURALIDADE | NÚMEROS ABSOLUTOS | | PERCENTAGENS | |
|---|---|---|---|---|
| | Homens | Mulheres | Homens | Mulheres |
| Portuguêses | 82 592 | 51 313 | 61,68 | 38,22 |
| Italianos | 9 793 | 7 299 | 57,30 | 42,70 |
| Espanhóis | 5 763 | 5 051 | 53,29 | 46,71 |
| Alemães | 4 061 | 3 985 | 50,47 | 49,53 |
| Poloneses | 3 661 | 3 526 | 50,94 | 49,06 |
| Sírios-libaneses e turcos | 3 567 | 2 510 | 58,70 | 41,30 |
| Russos | 1 868 | 1 826 | 50,57 | 49,43 |
| Franceses | 1 076 | 1 800 | 37,41 | 62,59 |
| Estadunidenses e pôrto-riquenhos | 1 448 | 1 311 | 52,48 | 47,52 |
| Rumenos | 1 366 | 1 293 | 51,37 | 48,63 |
| Austríacos | 912 | 937 | 49,32 | 50,68 |
| Húngaros | 802 | 678 | 54,19 | 45,81 |
| Argentinos | 636 | 928 | 40,66 | 59,34 |
| Inglêses | 816 | 677 | 54,66 | 45,34 |
| Outros | 4 956 | 4 003 | 55,32 | 44,68 |
| TOTAL | 123 317 | 87 137 | 58,60 | 41,40 |

Em referência à composição por idades, nota-se um progressivo envelhecimento, como resultado da perda de intensidade das entradas de imigrantes nos últimos tempos.

Os grupos de mais de 40 anos aumentaram sua participação, no período 1940-1950, de 55,5% para 69,3%, enquanto diminuíram as proporções dos grupos de idades mais produtivas (entre 20 e 40 anos) de 37,6% para 25,8% e dos grupos infantis e juvenis (até 19 anos) de 6,9% para 4,9%. Dividindo-se a população oriunda de estrangeiros em dois grandes grupos principais, verifica-se que, enquanto a parcela de 0 a 39 anos ficou reduzida, no mencionado intervalo, de 101 459 para 64 405 pessoas, a de 40 anos e mais foi elevada de 126 424 para 145 340 pessoas.

| IDADE (anos completos) | NÚMEROS ABSOLUTOS | | | | PERCENTAGENS | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 1906* | 1920 | 1940 | 1950 | 1906* | 1920 | 1940 | 1950 |
| 0 a 19 | 28 016 | 27 896 | 15 819 | 20 168 | 14,41 | 11,70 | 6,94 | 4,90 |
| 20 a 39 | 101 164 | 124 625 | 85 640 | 54 137 | 52,04 | 52,25 | 37,58 | 25,81 |
| 40 a 59 | 54 621 | 68 908 | 96 534 | 100 053 | 28,10 | 28,89 | 42,36 | 47,70 |
| 60 a 79 | 9 780 | 15 942 | 27 978 | 42 627 | 5,03 | 6,68 | 12,28 | 20,32 |
| 80 e mais | 822 | 1 133 | 1 912 | 2 660 | 0,42 | 0,48 | 0,84 | 1,27 |
| TOTAL** | 194 403 | 238 504 | 227 883 | 209 745 | 100,00 | 100,00 | 100,00 | 100,00 |

* Em 1906, só nacionais de países estrangeiros.
** Exclusive os estrangeiros de idade ignorada (1 491 em 1906, 625 em 1920, 792 em 1940 e 709 em 1950).

## MIGRAÇÕES INTERIORES

Dos 5,2 milhões de brasileiros natos presentes em 1950 em Unidades Federadas diversas das de seu nascimento, mais de metade ou 2 655 311 haviam-se concentrado em São Paulo (1 064 009), Distrito Federal ..... (929 846) e Paraná (661 456).

Em virtude da intensidade dos fluxos migratórios encaminhados para a Capital da República, sua população revela uma elevada quota de imigrados, pois 43% das pessoas presentes à data da última operação censitária eram naturais de outras partes do território nacional.

Contribuem com os maiores contingentes para a população do Distrito Federal os seguintes Estados:

| | | |
|---|---|---|
| Rio de Janeiro | 360 324 | pessoas |
| Minas Gerais | 191 917 | " |
| Espírito Santo | 55 746 | " |
| São Paulo | 46 990 | " |
| Pernambuco | 45 157 | " |
| Bahia | 44 936 | " |

Os naturais dêsses seis Estados se elevam a 745 070 pessoas, representando 34,4% dos brasileiros natos presentes no Distrito Federal, enquanto os das Unidades restantes somam 184 776 pessoas, correspondendo a 8,5%.

De 1940 a 1950, a parcela de naturais de outras Unidades aumentou em 282 086 pessoas, nas quais estão compreendidos 77 703 de Minas Gerais, 73 715 do Rio de Janeiro, 37 922 do Espírito Santo, 17 233 da Bahia, 16 007 de Pernambuco e 10 658 de São Paulo. Em têrmos relativos, porém, o maior incremento foi dos naturais do Espírito Santo (mais 212,8% sôbre o total de 1940), seguidos dos de Minas Gerais (mais de 68,0%), da Bahia (mais 62,2%) e de Pernambuco (mais 54,9%).

## CARACTERÍSTICAS ECONÔMICAS

Entre 1940 e 1950, a população econômicamente ativa no Distrito Federal elevou-se de 694 569 a 969 086 pessoas, acusando o incremento de 42,4%, bem superior ao do conjunto da população. Aumento particularmente notável foi o registrado pelo contingente feminino, que passou de 161 980 para 250 914 pessoas, ou mais 54,9%, enquanto o contingente masculino se elevou de 532 589 a 718 172 pessoas, ou mais 34,8%.

Reflete-se na distribuição pelos ramos de atividade o caráter urbano da população do Distrito Federal, segundo se observa no quadro a seguir:

| RAMOS DE ATIVIDADE | NÚMERO DE PESSOAS | |
|---|---|---|
| | Absoluto | Relativo |
| TOTAL | 969 086 | 100,00 |
| Indústrias de transformação | 251 537 | 25,95 |
| Prestação de serviços | 235 185 | 24,27 |
| Comércio de mercadorias | 124 001 | 12,80 |
| Transporte, comunicação e armazenagem | 90 059 | 9,29 |
| Defesa nacional e segurança pública | 78 787 | 8,13 |
| Atividades sociais | 72 865 | 7,52 |
| Administração pública, Legislativo, Justiça | 45 952 | 4,74 |
| Comércio de imóveis, valores mobiliários, crédito, seguros e capitalização | 25 805 | 2,66 |
| Agricultura, pecuária e silvicultura | 18 100 | 1,87 |
| Profissões liberais | 13 881 | 1,43 |
| Indústrias extrativas | 6 468 | 0,67 |
| Atividades não compreendidas nos demais ramos ou mal definidas | 6 446 | 0,67 |

**A atividade mais importante é a de indústrias de transformação, a qual, juntamente com a de prestação de**

serviços, onde se incluem numerosas pessoas empregadas em ocupações congêneres ou auxiliares da indústria (pequenas manufaturas, oficinas de reparação, etc.), absorve a metade da mão-de-obra carioca.

No comércio e nos transportes e armazenagem, a participação das pessoas econômicamente ativas sobe a mais de um quinto do total. Opostamente, são insignificantes as quotas correspondentes às atividades agropecuárias e extrativas, as quais, reunidas, não atingem 3%.

Outro aspecto a realçar dentre as características econômicas da população carioca é a percentagem expressiva das atividades dependentes dos Podêres Públicos (defesa, segurança, administração, legislativo, justiça), para as quais convergem mais de uma décima parte da mão-de-obra ocupada, situação que se explica pelo fato de localizar-se no Rio de Janeiro a Capital do País.

É provável que se tenha acentuado no presente e venha a acentuar-se ainda mais no futuro a preponderância, já revelada através do Censo de 1940, dos ramos pertencentes a atividades econômicamente mais adiantadas, que são os que mais se têm expandido.

| ALGUNS RAMOS DE ATIVIDADE | NÚMERO DE PESSOAS | | INCREMENTO % |
|---|---|---|---|
| | 1940 | 1950 | |
| Indústrias de transformação | 156 497 | 269 477 | 72,19 |
| Prestação de serviços | 174 983 | 211 407 | 20,82 |
| Comércio de mercadorias | 109 470 | 124 400 | 13,64 |
| Transporte, comunicação e armazenagem | 65 947 | 89 075 | 35,07 |
| Agricultura, pecuária, silvicultura | 18 878 | 17 938 | 4,98 |

(*) As divergências nos dados dêste quadro decorrem do reagrupamento de classes para torná-los comparáveis nas duas datas.

Entre 1940 e 1950, o incremento de pessoal ocupado nas indústrias de transformação excedeu de muito o de todos os outros quatro ramos, sendo duas vêzes maior que o de transportes, mais de três vêzes superior ao de prestação de serviços e mais de cinco vêzes superior ao do comércio de mercadorias. Quanto às atividades agropecuárias, houve, ao invés de aumento, uma diminuição de quase 5% no efetivo de mão-de-obra.

A tendência que se evidencia é, pois, no sentido de uma participação cada vez maior no processo industrial em desenvolvimento. Admitindo-se que o ritmo de expansão se mantenha em nível igual ou superior à média anual de 7%, antes observada, pode-se estimar em nunca menos de 400 000 o atual número de pessoas entregue às atividades industriais na Capital da República.

## PERSPECTIVAS DE CRESCIMENTO

Conquanto seja lícito admitir, com a abertura de novos centros de atração para as correntes de migração interna e em face da possível estagnação ou redução da taxa de incremento natural, que se possa manifestar, em futuro não distante, a tendência para uma evolução em ritmo menos rápido da população do Distrito Federal, mantém-se ainda a expectativa de que, pelo menos até 1960, continue a prevalecer taxa média não inferior à do período 1940-1950.

Prevê-se, pois, que de 1950 a 1960 o incremento absoluto seja de 842 774 habitantes e o relativo de 35,45% contra os aumentos absolutos e relativos de, respectivamente, 613 310 e 34,77%, observados entre 1940 e 1950.

Após o Censo de 1950 e de acôrdo com as estimativas elaboradas pelo Laboratório de Estatística do CNE, o Distrito Federal perdeu para a Capital de São Paulo o pôsto que ocupara durante todo o passado, de mais populosa aglomeração urbana brasileira.

Logo que se realize a transferência para Brasília da Capital do País, a cidade do Rio de Janeiro poderá encontrar novos fatôres suscetíveis de retardar o ritmo de seu desenvolvimento tradicional.

Apesar de tudo, nada faz supor que seja detido o seu progresso, havendo muito maiores razões para crer que a expansão demográfica da primeira Capital da República continue a processar-se em velocidade superior à de grande número das maiores cidades do mundo.

| ANO | POPULAÇÃO ESTIMADA | |
|---|---|---|
| | Em 1.º de janeiro | Em 1.º de julho |
| 1941 | 1 782 074 | 1 809 316 |
| 1942 | 1 836 975 | 1 865 057 |
| 1943 | 1 893 567 | 1 922 514 |
| 1944 | 1 951 903 | 1 981 741 |
| 1945 | 2 012 035 | 2 042 793 |
| 1946 | 2 074 021 | 2 105 726 |
| 1947 | 2 137 915 | 2 170 598 |
| 1948 | 2 203 779 | 2 237 468 |
| 1949 | 2 271 671 | 2 306 398 |
| 1950 | 2 341 655 | *2 377 451 |
| 1951 | 2 413 795 | 2 450 694 |
| 1952 | 2 488 157 | 2 526 194 |
| 1953 | 2 564 811 | 2 604 018 |
| 1954 | 2 643 825 | 2 684 240 |
| 1955 | 2 725 274 | 2 766 934 |
| 1956 | 2 809 232 | 2 852 176 |
| 1957 | 2 895 777 | 2 940 045 |
| 1958 | 2 984 988 | 3 030 619 |
| 1959 | 3 076 948 | 3 123 984 |
| 1960 | 3 171 739 | 3 220 225 |

* Censo de 1950.

## A POPULAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, SEGUNDO O CENSO DE 1950

### I — *A composição por sexos e grupos de idade*

O número de mulheres presentes na população do Distrito Federal, segundo o Censo de 1.º-VII-1950 — 1 214 661 —, excede sensivelmente o dos homens — 1 162 790. Há, assim, um ligeiro desequilíbrio numérico

entre os sexos: 957 homens para cada 1 000 mulheres, conforme a tabela seguinte.

| IDADE (anos completos) | HOMENS | | MULHERES | | TOTAL | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Número | Percentagem da população total | Número | Percentagem da população total | Número | Percentagem da população total |
| 0 a 4 | 131 048 | 5,51 | 128 377 | 5,39 | 259 285 | 10,90 |
| 5 a 9 | 103 567 | 4,36 | 103 233 | 4,34 | 206 800 | 8,70 |
| 10 a 14 | 101 188 | 4;26 | 108 422 | 4,55 | 209 610 | 8,82 |
| 15 a 19 | 115 628 | 4,86 | 126 614 | 5,33 | 242 242 | 10.19 |
| 20 a 24 | 131 815 | 5,54 | 136 206 | 5,73 | 268 021 | 11,27 |
| 25 a 29 | 117 504 | 4,94 | 117 964 | 4,96 | 235 468 | 9,90 |
| 30 a 39 | 184 360 | 7,76 | 188 529 | 7,93 | 372 889 | 15,69 |
| 40 a 49 | 138 269 | 5,82 | 135 919 | 5,72 | 274 188 | 11,54 |
| 50 a 59 | 83 325 | 3,51 | 88 582 | 3,73 | 171 907 | 7,24 |
| 60 a 69 | 41 707 | 1,75 | 52 191 | 2,19 | 93 898 | 3,94 |
| 70 a 79 | 11 934 | 0,50 | 21 469 | 0,90 | 33 403 | 1,40 |
| 80 e mais | 2 445 | 0,10 | 7 295 | 0,31 | 9 740 | 0,41 |
| TOTAL | 1 162 790 | 48,91 | 1 214 661 | 51,09 | 2 377 451 | 100,00 |

No que diz respeito à composição por idade, o Distrito Federal se caracteriza especialmente pela baixa representação dos grupos de idade de 0 a 19 anos e pela elevada representação dos grupos de 20 a 59 anos, conseqüência da moderada natalidade e da intensa imigração interior para essa Unidade.

Essa característica fica ressaltada mediante comparação da composição por grandes grupos de idade da população do Distrito Federal com a de outras Unidades da Federação, constante da tabela seguinte.

| UNIDADES | IDADES (Anos) | | | TOTAL |
|---|---|---|---|---|
| | 0 a 19 | 20 a 59 | 60 e mais | |
| Distrito Federal | 38,61 | 55,64 | 5,75 | 100,00 |
| Pará | 53,36 | 42,62 | 4,02 | 100,00 |
| Pernambuco | 52,89 | 42,83 | 4,28 | 100,00 |
| Minas Gerais | 54,75 | 41,46 | 3,79 | 100,00 |
| São Paulo | 48,43 | 47,16 | 4,41 | 100,00 |
| Goiás | 55,83 | 41,18 | 2,99 | 100.00 |

Nos Estados do Pará, Pernambuco, Minas Gerais e Goiás — situados, respectivamente, nas Zonas Fisiográficas Norte, Nordeste, Leste e Centro-Oeste —, todos Estados de rápido crescimento natural, resultante de uma elevada mortalidade e de uma elevadíssima natalidade, mais da metade da população pertence ao grupo de idade de 0 a 19 anos, que se pode considerar como econômicamente passivo, enquanto apenas cêrca de quatro décimos se encontra no grupo de 20 a 59 anos, que se pode considerar como econômicamente ativo.

Ao contrário, no Distrito Federal, onde os níveis de mortalidade e natalidade são mais baixos, e para onde afluem importantes correntes de migração interna, a população de 0 a 19 anos constitui menos de quatro décimos da população total (38,61%), enquanto a de 20 a 59 anos representa bem mais da metade (55,64%).

O Estado de São Paulo, que também se caracteriza por uma mortalidade mais baixa e por uma natalidade mais moderada, constituindo ingualmente importante meta das migrações internas, apresenta uma população cuja composição por idade se assemelha à do Distrito Federal.

## II — *A composição por sexo e ramos de atividade*

A distribuição por ramos de atividade da população masculina difere profundamente da feminina, de vez que as atividades extradomésticas são exercidas principalmente pelos homens, e as domésticas, pelas mulheres. Assim sendo, para que as características da distribuição da população por atividades econômicas apareçam mais evidentes, necessário se faz discriminar os dados para os dois sexos e analisá-los separadamente.

Segundo mostram os dados constantes da tabela seguinte, 76,41% dos homens em idades de 10 anos e mais do Distrito Federal estão ocupados em atividades produtivas exercidas fora do âmbito doméstico e familiar, enquanto 81,38% das mulheres dessas idades estão ocupadas em atividades domésticas e escolares.

| RAMOS DE ATIVIDADE | HOMENS | | MULHERES | | TOTAL | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Número | Percentagem | Número | Percentagem | Número | Percentagem |
| Atividades extra domésticas | 709 684 | 76,41 | 147 898 | 15,03 | 857 582 | 44,84 |
| Atividades domésticas e escolares * | 124 759 | 13,43 | 800 649 | 81,38 | 925 408 | 48,38 |
| Condições inativas | 94 353 | 10,16 | 35 330 | 3,59 | 129 683 | 6,78 |
| TOTAL ** | 928 796 | 100,00 | 983 877 | 100,00 | 1 912 673 | 100,00 |

* Inclusive as atividades domésticas remuneradas. Os que exerciam tais atividades em 1950, de acôrdo com os resultados censitários dêste ano, eram em número de 102 604, dos quais 6 230 homens e 96 374 mulheres.

** Exclusive os habitantes de idade ignorada.

Os inativos constituem 10,16% dos homens e 3,59% das mulheres de 10 anos e mais. Grande parte dêles é constituída por crianças ou velhos. Dos 94 353 homens inativos, 16 851 são crianças de 10 a 14 anos e 22 876 são velhos de 60 anos e mais; das 35 330 mulheres inativas, 10 063 estão em idades de 10 a 14 anos, e 8 586 nas de 60 anos e mais. A proporção dos inativos em idades de 10 a 14 anos e de 60 anos e mais é, pois, de 42,10% para o sexo masculino e de 52,79% para o feminino.

A menor proporção de inativos do sexo feminino (3,59%) do que do sexo masculino (10,16%) é devida à circunstância de que muitas das meninas e das velhas que não têm nenhuma ocupação escolar ou extradoméstica contribuem para o trabalho do lar.

Entre os homens de 10 anos e mais que exercem atividades domésticas e escolares, cuja proporção é de 13,43% do total, a grande maioria é constituída de estudantes em idade da infância, da adolescência e da juventude. Efetivamente, dos 124 759 homens que declararam exercer atividades domésticas e escolares, 115 727, isto é, 92 76% contam de 10 a 24 anos (76 887 de 10 a 14 anos, 29 977 de 15 a 19, e 8 863 de 20 a 24).

A distribuição mais detalhada da população do Distrito Federal, segundo ramos de atividade, consta da tabela a seguir reproduzida.

profissões liberais — nas quais se ocupam, em conjunto, 3,76% apenas, do população masculina de 10 anos e mais.

Como já fizemos notar anteriormente, é preponderante na população feminina a ocupação em atividades domésticas e escolares, que absorvem 71,58% das mulheres em idades de 10 anos e mais (exclusive as que exercem atividades domésticas remuneradas).

Em segundo lugar, na ordem de importância, aparece a ocupação feminina na prestação de serviços (13,04% do total de mulheres), em terceiro nas indústrias de transformação (4,25%), em quarto nas atividades sociais (3,26%), em quinto no comércio de mercadorias (1,46%) e em sexto na administração pública (1,14%).

A agricultura e pecuária, as indústrias extrativas, o comércio de imóveis e valores, os transportes e comunicações, as profissões liberais e a defesa nacional ocupam apenas 1,54% da população feminina de 10 anos e mais.

Considerando-se os dois sexos em conjunto, verifica-se que as pessoas ocupadas em atividades econômicas extradomésticas (857 582, das quais 709 684 homens e 147 898 mulheres), sôbre as quais recai o encargo da obtenção de meios para o sustento próprio e das demais, representam 36,07% da população total do Distrito Federal (2 377 451, em 1.º-VII-1950), ou seja, um pouco mais de um têrço.

| RAMO DE ATIVIDADE | HOMENS | | MULHERES | | TOTAL | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Número | Percentagem | Número | Percentagem | Número | Percentagem |
| Agricultura, pecuária e silvicultura | 17 537 | 1,89 | 401 | 0,04 | 17 938 | 0,94 |
| Indústrias extrativas | 6 317 | 0,68 | 146 | 0,01 | 6 463 | 0,34 |
| Indústrias de transformação | 208 856 | 22,49 | 41 809 | 4,25 | 250 665 | 13,11 |
| Comércio de mercadorias | 109 215 | 11,76 | 14 311 | 1,46 | 123 526 | 6,46 |
| Comércio de imóveis e valores imobiliários, crédito, seguros e capitalização | 21 799 | 2,35 | 3 884 | 0,40 | 25 683 | 1,34 |
| Prestação de serviços | 101 917 | 10,97 | 128 302 | 13,04 | 230 219 | 12,04 |
| Transportes, comunicações e armazenagem | 83 741 | 9,02 | 6 208 | 0,63 | 89 949 | 4,70 |
| Profissões liberais | 11 090 | 1,19 | 2 440 | 0,25 | 13 530 | 0,71 |
| Atividades sociais | 39 660 | 4,27 | 32 110 | 3,26 | 71 770 | 3,75 |
| Administração pública, legislativo, justiça | 34 405 | 3,70 | 11 179 | 1,14 | 45 584 | 2,38 |
| Defesa nacional e segurança pública | 76 611 | 8,25 | 2 099 | 0,21 | 78 710 | 4,11 |
| Atividades domésticas não remuneradas e atividades escolares discentes | 118 529 | 12,76 | 704 275 | 71,58 | 822 804 | 43,02 |
| Atividades não compreendidas nos demais ramos, atividades mal definidas ou não declaradas | 4 766 | 0,51 | 1 383 | 0,14 | 6 149 | 0,32 |
| Condições inativas | 94 353 | 10,16 | 35 330 | 3,59 | 129 683 | 6,78 |
| TOTAL GERAL | 928 796 | 100,00 | 983 877 | 100,00 | 1 912 673 | 100,00 |

Exclusive os habitantes de idade ignorada.

Ao contrário do que acontece nas demais Unidades da Federação, em que a população masculina se ocupa principalmente em atividades agropecuárias, no Distrito Federal há uma nítida preponderância da ocupação masculina nas indústrias de transformação, que absorvem mais de dois décimos dos homens de 10 anos e mais de idade (22,49%).

Um pouco mais de um décimo da população masculina de 10 anos e mais está ocupada em cada um dos ramos das atividades domésticas e escolares, do comércio de mercadorias e da prestação de serviços (12,76%, 11,76% e 10,97%, respectivamente); um pouco menos de um décimo em cada um dos ramos dos transportes e comunicações e da defesa nacional e segurança pública (9,02% e 8,25%, respectivamente). São menores as quotas dos ocupados nas atividades sociais (4,27%), na administração pública ... (3,70%) e no comércio de imóveis e valores (2,35%). É relativamente baixa a quota das demais atividades extradomésticas — agricultura e pecuária, indústrias extrativas,

Essa quota de ocupados em atividades extradomésticas é baixa, em virtude da própria constituição por idade da população, que é muito jovem, mas é bem mais elevada do que a para o conjunto do Brasil que, segundo os resultados do Censo de 1950, atinge apenas 31,33%, isto é, menos de um têrço da população total do País.

Além da característica acima, que é comum a todo o Brasil, a população do Distrito Federal apresenta outras, no que diz despeito à sua estrutura econômica, próprias, em geral das grandes aglomerações urbanas. Entre essas, sobressaem as elevadas quotas de ocupados nas indústrias de transformação, na prestação de serviços, no comércio de mercadorias, nos transportes e comunicações e nas atividades sociais, tôdas ocupações essencialmente citadinas.

Ainda se caracteriza a população do Distrito Federal pelas importantes quotas de ocupados na defesa nacional e segurança pública, bem como na administração pública, legislativo e justiça, decorrência do fato de constituir essa Unidade a Capital da República.

## 4. ASPECTOS ECONÔMICOS

### PRODUÇÃO AGRÍCOLA

O Censo Agrícola de 1950 registrou no Distrito Federal 5 260 estabelecimentos rurais, verificando-se redução de 2 768 unidades relativamente aos imóveis recenseados em 1940. Êste decréscimo foi acompanhado pelo da área, que de 48 578 hectares passou a 41 331.

Em contraste com êsses resultados, cresceu de modo sensível, no período em questão, o valor dos estabelecimentos: cêrca de 326 milhões de cruzeiros em 1940 contra, aproximadamente, 1,9 milhões no último censo.

Uma das características mais salientes da agropecuária no Distrito Federal é o número elevado de imóveis de dimensões reduzidas. Na primeira das operações censitárias, os estabelecimentos de menos de 10 hectares representavam 91,5% do total; em 1940, o percentual respectivo ainda era bastante expressivo, ou seja, 82,4%, o que se deveria, em parte, à exclusão, dos cômputos censitários, dos imóveis de ínfima expressão econômica. Redução idêntica verificou-se nos estabelecimentos de área inferior a 5 hectares: 69,9% em 1940 e 62,7% em 1950.

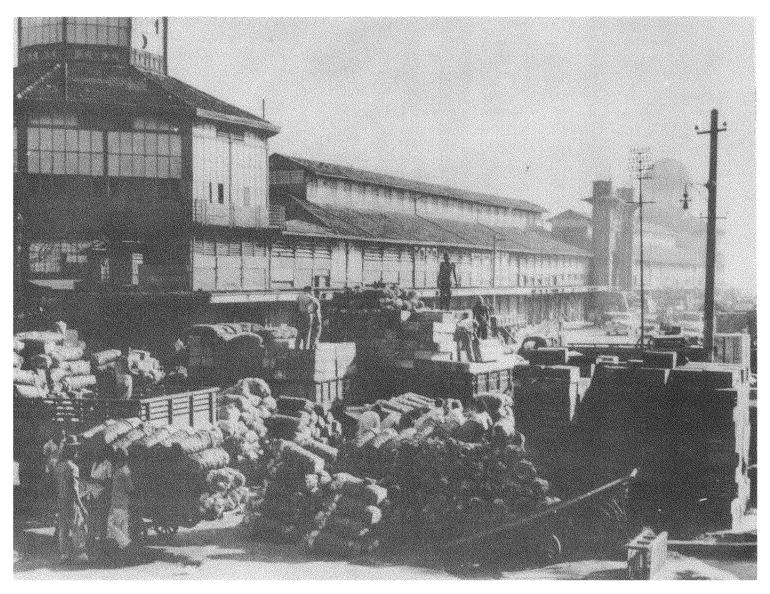
No tocante ao sistema de exploração, observa-se que, na ocasião do último censo, 2 807 prédios rurais estavam sob a responsabilidade de seus proprietários, ao passo que 1 847 eram explorados em regime de arrendamento. Por outro lado, os imóveis "ocupados" ou "de condição mista" somavam, respectivamente, 1 573 e 39 unidades.

A agricultura, a agropecuária e a pecuária constituíam atividades praticadas, preponderantemente, em pequena escala, isto é, em estabelecimentos de área inferior a 50 hectares, em geral bastante inferior a êsse limite.

Em 1950 as pessoas ocupadas nos estabelecimentos, inclusive as que trabalhavam como parceiros, totalizavam 16 541 unidades, das quais 6 699 eram empregados em caráter permanente ou temporário. Como responsáveis pela exploração e membros não remunerados da família, foram recenseados 7 936 pessoas. Entre os ocupados, nota-se forte preponderância de indivíduos do sexo masculino — 14 549 — contra, apenas, 1 947 do sexo feminino.

Diversos fatôres concorrem para que se restrinja cada vez mais a área rural, destacando-se, como de importância fundamental, a expansão urbana resultante do crescimento demográfico. O loteamento de glebas rurais para construção de residências ou de vivendas com fins recreativos responde, em parte apreciável, pelo recuo da fronteira rural. Em várias zonas, elevou-se sensìvelmente o preço da terra, deixando a agricultura, mesmo a praticada em forma intensiva, de constituir atividade compensadora. Não raro a exploração agrícola pròpriamente dita foi substituída pela criação de aves, sujeita, por sua vez, a alternativas cíclicas de prosperidade e depressão.

Pelas alturas de 1939 a citricultura chegou ao auge, recobrindo-se de laranjais grandes tratos de terra, sobretu-

As feiras livres do Rio de Janeiro ao lado do seu ar pitoresco tem uma função importante no abastecimento da cidade, pois, aí a população pode encontrar por preços mais accessíveis, os produtos alimentícios de que necessitam.

Aspecto do Mercado Municipal, localizado no centro da cidade do Rio de Janeiro, que supre de gêneros alimentícios tôda a cidade e arredores. Êste mercado é abastecido pelas zonas rurais do Estado do Rio e do próprio Distrito Federal, apesar de estar se restringindo cada vez mais a área rural dêste último, tendo como uma das principais causas a grande expanção urbana, resultante do crescimento demográfico.

do nas circunscrições de Campo Grande, Realengo, Jacarepaguá, Guaratiba e Santa Cruz. O ponto alto nas exportações foi atingido nesse ano, quando se despacharam para o exterior 144 557 toneladas de frutos.

Com a eclosão da segunda guerra mundial, teve início grave crise que afetou rudemente o mercado de laranjas. Daí em diante numerosos laranjais foram abandonados, destinando-se as terras, em muitos casos, a loteamentos.

A investigação censitária da produção agrícola obtida pelos estabelecimentos em 1949 revela que, no total de 8 produtos, 7 acusavam declínio em relação ao período anterior de dez anos: laranja (—613 toneladas), cana-de-açúcar (—670 toneladas), mandioca e aipim (—7 286 toneladas), milho (—825 toneladas), arroz (—385 toneladas), feijão (—670 toneladas e bata-inglêsa (—30 toneladas).

Apenas registrou aumento — e bastante acentuado — a produçpão de banana, que de 9,2 milhões de cachos em 1939 alcançou 13 milhões me 1949. A cultura da banana é feita, principalmente, com o aproveitamento de terrenos turfosos da Baixada da Guanabara, muito embora aí se cultivem, também, a mandioca, a laranja e as hortaliças. Observe-se, a propósito, que a ocupação de terras de baixada, na escala em que é realizada, data, relativamente, de pouco tempo, sendo posterior aos trabalhos de drenagem e saneamento executados pelo D.N.O.S.

Em contrapartida ao declínio assinalado no conjunto da atividade agrícola, logrou-se forte aumento na produção de leite e ovos, entre os dois censos, com a diferença para mais de 21 320 hectolitros e de 7,5 milhões de dúzias, respectivamente.

De acôrdo com estimativa de 1955, apenas 5% dos gêneros consumidos no Distrito Federal procediam do chamado sertão carioca, não obstante a aptidão de suas terras para a produção diversificada de alimentos.

O próximo Recenseamento, a realizar-se em 1960, fornecerá, sem dúvida, indicações do máximo interêsse sôbre vários aspectos atrás focalizados, permitindo o conhecimento das possíveis mudanças no período de dez anos.

## PRODUÇÃO INDUSTRIAL

A produção industrial no Distrito Federal atingiu o elevado valor de 59 294 milhões de cruzeiros, em 1957.

A Capital da República situa-se em posição de segundo centro industrial do País.

Realizando confrontos do valor total da produção à base do ano considerado, o município de São Paulo apresenta-se em primeiro lugar, com 146 852 milhões de cruzeiros, o Distrito Federal em segundo, com 59 294 milhões. Os demais centros aparecem com valores muito menores:

Santo André, 22 268 milhões; Pôrto Alegre, 11 900; Volta Redonda, 9 089; Recife, 8 179, etc.

Cumpre citar, ainda, que, com o referido valor de produção, o Distrito Federal coloca-se, por si só, em posição bem superior à de grandes Estados, como Rio Grande do Sul (43 bilhões de cruzeiros, correspondentes a 118 municípios), Minas Gerais (30 bilhões, correspondentes a 485 municípios) e Rio de Janeiro (37 bilhões, correspondentes a 60 municípios).

Aliás, no Distrito Federal, a "indústria de transformação" aparece com muita preponderância, entre os ramos de atividade principal da população.

Com efeito, 26% das pessoas econômicamente ativas, na Capital da República, ocupam-se no referido ramo, proporção não ultrapassada por nenhuma outra Unidade da Federação.

Entendem-se como "econômicamente ativas" tôdas as pessoas ocupadas, exclusive as que exerciam atividades domésticas não remuneradas e atividades escolares discentes, sem possuírem ocupação suplementar em outro ramo de atividade. Excluem-se também as pessoas classificadas no ramo "condições inativas", compreendendo, além de desempregados, aposentados, pensionistas, detentos, as pessoas que viviam exclusivamente de rendas.

ENERGIA ELÉTRICA — A existência de um parque industrial está condicionada a certos fatôres, entre os quais, sem dúvida, prepondera a possibilidade de bom suprimento de energia elétrica.

O Distrito Federal é servido pelo "Grupo Brazilian Traction", que também serve à cidade de São Paulo e cercanias e parte do Estado do Rio de Janeiro. Trata-se do mais poderoso concessionário do País. Sua produção em 1957 atingiu 8 932 706 milhares de kWh, ou seja, 53% da energia produzida no País, quando a produção do segundo concessionário foi de apenas 1 894 129 milhares de kWh.

O aumento extraordinário da indústria tem trazido problemas graves para o suprimento de eletricidade, mas o Grupo concessionário vem aumentando a produção de energia na seguinte forma:

| | *Produção* (1 000 kwh) |
|---|---|
| 1954 | 6 671 490 |
| 1955 | 3 778 539 |
| 1956 | 8 571 843 |
| 1957 | 8 932 706 |

Servindo à área Distrito Federal — São Paulo — o maior parque industrial da América Latina — o referido grupo concessionário deve suportar uma tremenda demanda. Basta citar que o somatório das demandas máximas horárias ocorridas durante o ano de 1957, nas diversas companhias e emprêsas constitutivas do sistema, atingiu o elevado valor de 1 576 639 kWh/hora.

A população total servida pelo Grupo Brazilian Traction é estimada em 8 014 milhares de habitantes, dos quais, cêrca de 2 852 milhares (mais de um têrço, portanto) correspondem ao Distrito Federal (ano de 1956).

O total de energia fornecida pelo grupo para consumo atingiu, no mesmo ano, 6 404 140 milhares de kWh (o consumo muito inferior à respectiva produção é, em grande parte, devido ao intercâmbio de energia entre emprêsas).

Dêste total, 3 087 523 milhares de kWh foram destinadas à indústria; o consumo residencial, comercial, rural e para iluminação pública absorveu 2 675 664; e os restantes 640 953 milhares de kWh destinaram-se à tração elétrica (serviços de bondes, ônibus elétricos, estradas de ferro eletrificadas e guindastes elétricos.

CRESCIMENTO INDUSTRIAL — Certos dados retrospectivos permitem apreciar quanto se desenvolveu a indústria na Capital da República.

Para isto, nada melhor que comparar os resultados dos três Censos Industriais realizados no Distrito Federal, justamente com os Recenseamentos Gerais de 1920, 1940 e 1950.

Convém excluir dos confrontos os aspectos relacionados a valor; restam, pois, os elementos estruturais: número de estabelecimentos, número de operários e fôrça motriz.

Os resultados dos Censos Industriais são os seguintes:

| | *Estabelecimentos* | *Operários* | *Fôrça motriz* (c.v.) |
|---|---|---|---|
| Censo de 1920 | 1 541 | 56 229 | 69 703 |
| Censo de 1940 | 4 169 | 123 459 | 137 083 |
| Censo de 1950 | 5 693 | 171 463 | 276 319 |

Relativamente a 1920, o número de estabelecimentos, em 1950, era aproximadamente quatro vêzes maior, o número de operários três vêzes e a fôrça motriz quase quatro vêzes. Os índices, a seguir (Censo de 1920=100%), facilitam a comparação:

| | *Estabelecimentos* | *Operários* | *Fôrça motriz* (c.v.) |
|---|---|---|---|
| Censo de 1920 | 100 | 100 | 100 |
| Censo de 1940 | 271 | 220 | 197 |
| Censo de 1950 | 369 | 305 | 396 |

Na verdade, o aumento verificado foi maior que o refletido nos dados retrospectivos, pois o Censo de 1920 inclui os dados correspondentes a estabelecimentos como alfaiatarias, oficinas mecânicas, marcenarias e semelhantes, que constituem numeroso grupo ao passo que, nos Recenseamentos de 1940 e 1950, essas unidades foram apuradas à parte, no Censo dos Serviços. Ainda com referência aos Censos Industriais de 1920, 1940 e 1950, convém fazer outro confronto:

| | *Número médio de operários por estabelecimento* | *Fôrça motriz média por estabelecimento* (c.v.) |
|---|---|---|
| Censo de 1920 | 36 | 45 |
| Censo de 1940 | 30 | 33 |
| Censo de 1950 | 30 | 49 |

Os números médios mais elevados do Censo de 1920 estão refletindo apenas os efeitos da inclusão já referida, dos estabelecimentos de tipo artesanal, como oficinas mecânicas, etc.

O que se destaca nos elementos transcritos é o grande desenvolvimento verificado quanto à fôrça motriz; em 1940, a média por estabelecimento era de 33 c.v.; em 1950, tal média atingiu 49 c.v.

Como ficou visto, entre 1940 e 1950 a fôrça motriz passou de 137 083 c.v. para 276 319 c.v., o que corresponde a um aumento de mais do dôbro, em dez anos.

Êstes dados constituem um índice muito significativo da rápida marcha da industrialização no Distrito Federal.

Cumpre referir que ocorreram diferenças de critérios quanto ao cômputo da fôrça motriz, nos Censos de 1940 e 1950, mas essas diferenças, que não seria oportuno relacionar aqui, não são de natureza a invalidar as conclusões estabelecidas.

INDÚSTRIA DE BASE — É interessante assinalar a transformação positiva que se vem verificando na estrutura do parque industrial do Distrito Federal: instalou-se a indústria do cimento branco; aumentaram, de maneira notável, as indústrias metalúrgicas e mecânica; organizou-se a indústria de derivados de petróleo. Isto quer dizer que o parque industrial da Capital da República, produtor tradicional de têxteis, produtos alimentares e químicos e farmacêuticos, evoluiu no sentido de instalar sua indústria de base.

Vejam-se os dados a seguir:

A usina foi projetada e construída nos Estados Unidos da América, por The M. W. Kellogg Company, e montada no Brasil pelos próprios engenheiros de Manguinhos, com o emprêgo de 1 700 000 homens-hora de mão-de-obra.

A unidade é do tipo de *cracking* térmico combinada, projetada para processar 10 000 barris diários, e embora não seja necessária, no momento, já tem proteção à corrosão, o que possibilita o uso de petróleos de diversas procedências. Foi projetada para a máxima economia térmica e o máximo rendimento de gasolina.

O conjunto compõe-se de uma casa de bombeamento, com algumas das bombas movidas por turbina a vapor, de potências que atingem até 435 c.v., que faz a transferência dos materiais em processamento; uma série de tôrres de fracionamento e retificação, bem como intercâmbios de calor e tambores intermediários; uma fornalha para pré-aquecimento, visco-redução e *cracking*, com 4 quilômetros de tubulação e 123 910 BTU por hora de capacidade, o que equivale a uma potência de 48 700 c.v.

A sua estocagem mensal é de 300 000 barris de óleo cru. Sua capacidade diária de refino é de 10 000 barris de óleo, que produzem 1 090 000 litros de gasolina, 2 727 barris de óleos combustíveis e 450 barris de gás doméstico, cifras que representam, respectivamente, 60%, 30% e 100% do consumo geral da Capital Federal.

| CLASSES DE INDÚSTRIA | NÚMEROS ABSOLUTOS | | | | NÚMEROS ÍNDICES (censo 1940 = 100) | | NÚMERO MÉDIO DE OPERÁRIOS POR ESTABELECIMENTO | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Estabelecimentos | | Operários | | Estabelecimentos no censo de 1950 | Operários no censo de 1950 | Censo de 1940 | Censo de 1950 |
| | Censo de 1940 | Censo de 1950 | Censo de 1940 | Censo de 1950 | | | | |
| Indústrias de transformação | 7 723 | 4 897 | 91 873 | 134 067 | 131,5 | 145,9 | 25 | 27 |
| Transformação de minerais não metálicos | 220 | 348 | 6 282 | 11 489 | 158,3 | 182,9 | 29 | 33 |
| Metalúrgica | 309 | 325 | 8 053 | 10 606 | 105,2 | 131,7 | 26 | 31 |
| Mecânica | 33 | 77 | 1 003 | 2 632 | 233,3 | 262,4 | 30 | 34 |
| Material elétrico e material de comunicações | 27 | 64 | 1 183 | 2 769 | 237,0 | 234,1 | 44 | 43 |
| Material de transporte (contrução e montagem) | 40 | 34 | 1 378 | 1 544 | 85,0 | 112,0 | 34 | 45 |
| Madeira | 247 | 259 | 1 996 | 2 602 | 104,9 | 130,4 | 8 | 10 |
| Mobiliário | 352 | 410 | 5 584 | 8 100 | 116,5 | 145,1 | 16 | 20 |
| Papel e papelão | 62 | 87 | 2 175 | 2 953 | 140,3 | 139,0 | 34 | 34 |
| Borracha | 16 | 22 | 389 | 853 | 137,5 | 219,3 | 24 | 39 |
| Couros e peles e produtos similares | 48 | 62 | 1 241 | 2 176 | 129,2 | 175,3 | 26 | 35 |
| Química e farmacêutica | 373 | 515 | 6 453 | 10 265 | 138,1 | 159,1 | 17 | 20 |
| Têxtil | 88 | 98 | 21 298 | 27 025 | 111,4 | 126,9 | 242 | 276 |
| Vestuário, calçado e artefatos de tecidos | 551 | 810 | 9 844 | 16 711 | 147,0 | 169,8 | 18 | 21 |
| Produtos alimentares | 775 | 895 | 12 782 | 12 073 | 115,5 | 94,5 | 16 | 13 |
| Bebidas | 63 | 84 | 1 839 | 4 592 | 133,3 | 247,9 | 29 | 55 |
| Fumo | 8 | 10 | 1 857 | 2 171 | 125,0 | 116,9 | 232 | 217 |
| Editorial e gráfica | 336 | 459 | 6 569 | 10 136 | 136,6 | 154,3 | 20 | 22 |
| Diversas | 175 | 338 | 1 997 | 5 370 | 193,1 | 268,9 | 11 | 16 |
| Construção civil | 372 | 774 | 28 219 | 30 478 | 208,1 | 108,0 | 76 | 39 |
| Serviços industriais de utilidade pública | 16 | 4 | 2 092 | 6 791 | 25,0 | 324,6 | 131 | 1 698 |
| TOTAL (1) | 4 169 | 5 693 | 123 459 | 171 463 | 136,6 | 138,9 | 30 | 30 |

(1) Inclusive indústrias extrativas.

De acôrdo com a tabela, o aumento percentual de operários, acompanhado do aumento de número médio de operários por estabelecimento, é particularmente notável nos casos das indústrias "mecânicas" (262%) e de "transformação de minerais não metálicos", principalmente cimento.

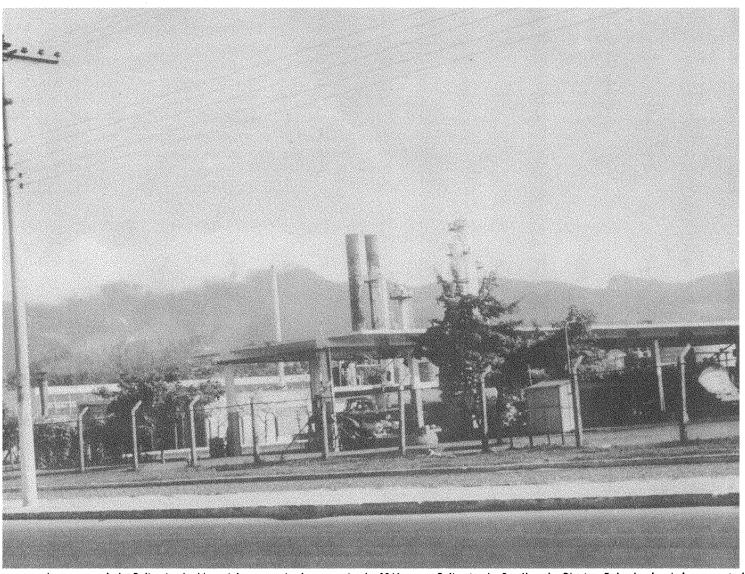
Destacam-se ainda aumentos dos mesmos tipos nas indústrias da "borracha" e de "bebidas".

Um fato se destaca quanto à criação da indústria de base, constituindo um marco na história econômica do Distrito Federal: a construção da Refinaria de Petróleo de Manguinhos S.A., organizada em maio de 1946, originalmente como Refinaria de Petróleo do Distrito Federal, com têrmo de autorização do Conselho Nacional do Petróleo, de 5 de setembro de 1946.

Manguinhos nasceu de uma concorrência pública rigorosa, com pesadas obrigações para o concessionário, sob fiscalização permanente do Conselho Nacional do Petróleo, com lucros certos para o Govêrno Federal, a fim de intensificar as onerosas pesquisas petrolíferas em todo o território nacional.

Em abril de 1954, tiveram início os trabalhos de montagem, dentro de um ritmo verdadeiramente acelerado. Com o material devidamente pago aos fornecedores, o grupo de capitalistas brasileiros natos iniciou a montagem da refinaria, que foi construída, ùnicamente, com o capital privado nacional, sem a ajuda de quaisquer bancos nacionais e estrangeiros, Caixas Econômicas ou autarquias.



— 24 938

Aspecto geral da Refinaria de Manguinhos, organizada em maio de 1946 como Refinaria de Petróleo do Distrito Federal, planejada e construída nos Estados Unidos da América, por The M. W. Kellogg Company e montada no Brasil pelos próprios engenheiros de Manguinhos.
Foi idealizada para a máxima economia e o máximo rendimento de gasolina.

A sua segurança, em caso de incêndio, é de 99%, índice alcançado sòmente pelas maiores refinarias do mundo, inclusive uma que funciona em pleno coração de Nova Iorque.

Desde que entrou em funcionamento (janeiro de 1955), a produção de derivados de petróleo da Refinaria de Manguinhos tem sido a seguinte:

| DERIVADOS DE PETRÓLEO | PRODUÇÃO (1 000 barris) | | | |
|---|---|---|---|---|
| | 1955 | 1956 | 1957 | 1958 |
| Gasolina automotiva — Tipo A | 1 188 | 1 887 | 1 996 | 2 101 |
| Gasolina automotiva — Tipo B | — | — | — | — |
| Querosene | 0 | — | — | — |
| Óleo "diesel" | 2 | 0 | 5 | 8 |
| Óleo combustível | 759 | 1 017 | 1 172 | 1 078 |
| Óleo lubrificante | — | — | — | — |
| Gás liquefeito | 78 | 190 | 285 | 270 |
| Asfalto | — | — | — | — |
| Solvente (1) | — | — | — | 12 |

FONTE — Conselho Nacional do Petróleo.
NOTA — Cada barril equivale a 159 litros.
(1) — Inclusive aguarrás.

Atualmente existem 8 refinarias de petróleo em funcionamento no Brasil. A de Manguinhos ocupa ainda posição modesta, no confronto com as Refinarias Presidente Bernardes e União, ambas de São Paulo.

Quanto ao cimento, cumpre citar que o Distrito Federal é a única Unidade da Federação produtora de cimento "Portland" branco (a produção teve início em 1955):

| ANOS | PRODUÇÃO | |
|---|---|---|
| | Quantidade (t) | Valor (Cr$ 1 000) |
| 1955 | 15 256 | 47 812 |
| 1956 | 21 657 | 67 881 |
| 1957 | 19 086 | 59 831 |
| 1958 | 22 289 | 69 852 |

**SITUAÇÃO ATUAL** — Em 1957, o valor de tôda a produção industrial do Distrito Federal atingiu 59 294 milhões de cruzeiros.

Havia 3 217 estabelecimentos em atividade, ocupando 133 596 operários.

Estas informações, como as demais a serem dadas no presente capítulo, representam os resultados de apuração do Registro Industrial de 1957, no Distrito Federal.

Referem-se apenas aos estabelecimentos industriais que ocuparam, em qualquer mês, cinco ou mais pessoas.

Tais resultados não incluem elementos referentes à indústria da construção civil e aos serviços industriais de utilidade pública.

| CLASSES DE INDÚSTRIA | Estabelecimentos | PESSOAL EM 31-XII | | Média mensal dos operários | SALÁRIOS E VENCIMENTOS PAGOS | | DESPESAS DE CONSUMO | | | | Custo dos serviços industriais prestados aos estabelecimentos | Valor da produção |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | Total | Operários | | Total | Operários | Matérias-primas | Embalagem | Combustíveis e lubrificantes | Energia elétrica | | |
| | | | | | Cr$ 1 000 | | | | | | | |
| Extrativa de produtos minerais | 5 | 106 | 68 | 71 | 5 525 | 3 049 | 3 336 | 2 521 | 312 | 132 | — | 23 794 |
| Transformação de minerais não metálicos | 315 | 13 278 | 11 290 | 11 705 | 752 793 | 578 720 | 724 615 | 36 255 | 187 217 | 37 473 | 4 420 | 2 846 755 |
| Metalúrgica | 340 | 13 790 | 11 606 | 11 868 | 846 922 | 644 083 | 1 847 088 | 56 207 | 52 406 | 43 948 | 8 924 | 4 066 965 |
| Mecânica | 84 | 4 261 | 3 297 | 3 361 | 314 422 | 216 707 | 353 173 | 4 201 | 5 632 | 4 426 | 4 328 | 1 072 356 |
| Material elétrico e de comunicações | 43 | 9 046 | 6 925 | 6 229 | 609 963 | 402 335 | 1 375 107 | 42 063 | 22 117 | 16 659 | 2 975 | 2 740 456 |
| Construção e montagem do material de transporte | 62 | 4 525 | 3 857 | 3 678 | 255 440 | 208 034 | 1 041 419 | 2 965 | 6 474 | 5 266 | 12 453 | 1 750 456 |
| Madeira | 148 | 2 163 | 1 743 | 1 752 | 128 098 | 95 642 | 352 643 | 621 | 900 | 7 747 | 501 | 627 602 |
| Mobiliária | 393 | 9 144 | 7 855 | 8 390 | 544 706 | 447 085 | 895 917 | 5 262 | 3 509 | 7 979 | 2 619 | 1 989 835 |
| Papel e papelão | 85 | 3 427 | 2 949 | 2 784 | 192 388 | 146 673 | 684 528 | 10 738 | 16 034 | 9 991 | 2 888 | 1 210 584 |
| Borracha | 29 | 1 726 | 1 282 | 1 242 | 111 170 | 77 341 | 318 327 | 5 598 | 6 642 | 5 425 | 1 031 | 597 817 |
| Couros e peles e produtos similares | 31 | 2 938 | 2 637 | 2 421 | 204 727 | 159 725 | 533 712 | 6 176 | 11 339 | 4 640 | 91 | 1 029 619 |
| Química e farmacêutica | 335 | 17 796 | 10 476 | 10 591 | 1 345 360 | 614 372 | 4 746 423 | 924 788 | 110 481 | 26 220 | 6 637 | 11 959 497 |
| Têxtil | 87 | 24 504 | 23 061 | 24 351 | 1 314 395 | 1 163 936 | 1 968 780 | 31 875 | 76 050 | 51 607 | 15 893 | 5 042 812 |
| Vestuário, calçado e artefatos de tecido | 531 | 17 814 | 15 710 | 15 582 | 897 965 | 706 751 | 2 156 864 | 60 032 | 3 817 | 7 844 | 9 289 | 4 239 972 |
| Produtos alimentares | 169 | 11 500 | 7 383 | 7 547 | 712 303 | 382 896 | 6 411 044 | 550 353 | 66 832 | 32 738 | 10 577 | 9 472 722 |
| Bebidas | 51 | 8 000 | 5 464 | 5 451 | 561 213 | 357 612 | 1 016 202 | 261 438 | 36 880 | 15 230 | — | 3 469 811 |
| Fumo | 5 | 1 539 | 1 084 | 1 059 | 113 098 | 69 336 | 287 032 | 125 256 | 2 776 | 1 391 | — | 1 192 011 |
| Editorial e gráfica | 276 | 17 036 | 12 182 | 11 855 | 1 466 367 | 943 410 | 1 398 254 | 16 461 | 8 503 | 19 471 | 34 136 | 4 555 435 |
| Diversas | 228 | 5 682 | 4 727 | 4 782 | 308 570 | 231 840 | 462 629 | 29 414 | 5 950 | 10 662 | 7 325 | 1 410 392 |
| TOTAL | 3 217 | 168 275 | 133 596 | 134 719 | 10 685 425 | 7 449 547 | 25 587 143 | 2 172 224 | 623 871 | 308 849 | 124 087 | 59 293 891 |

As maiores classes de indústria, em ordem decrescente do valor, são as seguintes (tôdas com produção superior a três bilhões de cruzeiros):

| *CLASSES DE INDÚSTRIA* | *Valor da produção* (*Cr$* 1 000) |
|---|---|
| Química e farmacêutica | 11 959 497 |
| Produtos alimentares | 9 472 722 |
| Têxtil | 5 042 812 |
| Vestuário, calçado e artefatos de tecidos | 4 239 972 |
| Metalúrgica | 4 066 965 |
| Editorial e gráfica | 4 555 435 |

Estas classes, em conjunto, abrangem 66% sôbre o valor de tôda a produção industrial do Distrito Federal.

Com referência ao Censo de 1950, verificam-se algumas inversões de posição: as classes de indústria "produtos alimentares" e "química e farmacêutica" revesaram-se no 1.º e 2.º lugar e a "editorial e gráfica" e "metalúrgica" no 5.º e 6.º lugar. As indústrias "têxtil" e de "vestuário, calçado e artefatos de tecidos" conservaram a mesma posição.

O confronto (que não será feito aqui) entre os salários e vencimentos pagos, as despesas de consumo e o custo dos serviços industriais prestados ao estabelecimento, de um lado, com o valor da produção, de outro, permitirá fazer idéia das condições mais ou menos onerosas a que obedece a transformação industrial, em cada classe de indústria. O valor da produção assinalado na tabela corresponde ao de venda do produto na fábrica, excluídas as importâncias relativas ao impôsto de consumo e às despesas com frete e carreto, e engloba tôda produção efetivamente obtida durante o ano, não importando que parte dela se tenha mantido em estoque, ou se tenha destinado à distribuição gratuita; no "valor da produção" também estão incluídos os valores relativos aos produtos cujos acabamentos se hajam processado em outros estabelecimentos, e aos serviços industriais prestados a terceiros. Com "salários e vencimentos pagos", foram considerados todos os pagamentos feitos ao pessoal (salários, bonificações, comissões sôbre a produção e ajudas de custo), excetuados apenas os relativos a diárias atribuídas a viajantes e outros empregados em trabalhos externos, para atender a despesas de manutenção e transporte e a gratificações ou concessões de participação nos lucros. Quanto às "matérias-primas", incluiu-se o valor daquelas realmente consumidas durante o ano, e não o das adquiridas no mesmo período; não foi considerado o valor das matérias-primas utilizadas na produção realizada por conta de terceiros.

**MOBILIDADE DA MÃO-DE-OBRA** — Na tabela a seguir reproduzida entre as colunas correspondentes, respectivamente, a *operários* e à *média mensal dos operários* estabelece, de alguma forma, a medida da intensidade da flutuação do emprêgo, em cada classe de indústria.

Como operários em 31-XII-1957 foram considerados aquêles que trabalharam diretamente ligados à produção, inclusive mestres, contramestres e aprendizes; para o cálculo da média mensal dos operários, foi levado em conta o número de operários existentes no último dia de cada um dos meses em que o estabelecimento efetivamente produziu:

| CLASSES DE INDÚSTRIA | NÚMERO DE OPERÁRIOS EM 31-XII | MÉDIA MENSAL DOS OPERÁRIOS | % DA MÉDIA S/ O NÚMERO DE OPERÁRIOS | VARIAÇÃO PERCENTUAL (+ ou —) |
|---|---|---|---|---|
| Extrativa de produtos minerais | 68 | 71 | 104,4 | + 4,4 |
| Transformação de minerais não metálicos | 11 290 | 11 705 | 103,7 | + 3,7 |
| Metalúrgica | 11 606 | 11 868 | 102,3 | + 2,3 |
| Mecânica | 3 297 | 3 361 | 101,9 | + 1,9 |
| Material elétrico e material de comunicações | 6 925 | 6 229 | 89,9 | — 10,1 |
| Construção e montagem do material de transporte | 3 857 | 3 678 | 95,4 | — 4,6 |
| Madeira | 1 743 | 1 752 | 100,5 | + 0,5 |
| Mobiliária | 7 855 | 8 390 | 106,8 | + 6,8 |
| Papel e papelão | 2 949 | 2 784 | 94,4 | — 5,6 |
| Borracha | 1 282 | 1 242 | 96,9 | — 3,1 |
| Couros e peles e produtos similares | 2 637 | 2 421 | 91,8 | — 8,2 |
| Química e farmacêutica | 10 476 | 10 591 | 101,1 | + 1,1 |
| Têxtil | 23 061 | 24 351 | 105,6 | + 5,6 |
| Vestuário, calçados e artefatos de tecidos | 15 710 | 15 582 | 99,2 | — 0,8 |
| Produtos alimentares | 7 383 | 7 547 | 102,2 | + 2,2 |
| Bebidas | 5 464 | 5 451 | 99,8 | — 0,2 |
| Fumo | 1 084 | 1 059 | 97,7 | — 2,3 |
| Editorial e gráfica | 12 182 | 11 855 | 97,3 | — 2,7 |
| Diversas | 4 727 | 4 782 | 101,2 | + 1,2 |
| TOTAL | 133 596 | 134 719 | 100,8 | + 0,8 |

| CLASSES DE INDÚSTRIA | Número de estabelecimentos | NÚMERO DE OPERÁRIOS NO FIM DOS MESES | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | Janeiro | Fevereiro | Março | Abril | Maio | Junho | Julho | Agôsto | Setembro | Outubro | Novembro | Dezembro |
| Extrativa de produtos minerais | 5 | 90 | 86 | 81 | 72 | 71 | 62 | 62 | 61 | 60 | 69 | 69 | 68 |
| Transformação de minerais não metálicos | 315 | 12 235 | 12 124 | 12 075 | 11 907 | 11 799 | 11 605 | 11 462 | 11 439 | 11 319 | 11 413 | 11 449 | 11 290 |
| Metalúrgica | 340 | 12 062 | 12 048 | 12 069 | 11 946 | 11 986 | 11 842 | 11 766 | 11 726 | 11 688 | 11 647 | 11 658 | 11 606 |
| Mecânica | 84 | 3 432 | 3 385 | 3 400 | 3 396 | 3 355 | 3 429 | 3 387 | 3 346 | 3 293 | 3 306 | 3 419 | 3 297 |
| Material elétrico e material de comunicações | 43 | 6 179 | 6 252 | 5 923 | 6 059 | 6 088 | 6 163 | 6 219 | 6 262 | 6 038 | 6 215 | 6 400 | 6 925 |
| Construção e montagem do material de transporte | 62 | 3 345 | 3 436 | 3 535 | 3 542 | 3 651 | 3 643 | 3 842 | 3 832 | 3 837 | 3 785 | 3 854 | 3 857 |
| Madeira | 148 | 1 814 | 1 787 | 1 762 | 1 760 | 1 738 | 1 740 | 1 698 | 1 715 | 1 715 | 1 725 | 1 749 | 1 743 |
| Mobiliária | 393 | 9 026 | 8 905 | 8 773 | 8 674 | 8 567 | 8 473 | 8 041 | 8 041 | 8 000 | 7 999 | 7 884 | 7 855 |
| Papel e papelão | 85 | 2 876 | 2 799 | 2 749 | 2 693 | 2 711 | 2 891 | 2 873 | 2 902 | 2 928 | 2 946 | 2 954 | 2 949 |
| Borracha | 29 | 1 187 | 1 209 | 1 215 | 1 227 | 1 242 | 1 250 | 1 258 | 1 246 | 1 263 | 1 266 | 1 263 | 1 282 |
| Couros e peles e produtos similares | 31 | 2 592 | 2 351 | 2 457 | 2 382 | 2 316 | 2 319 | 2 312 | 2 346 | 2 369 | 2 408 | 2 444 | 2 637 |
| Química e farmacêutica | 335 | 10 528 | 10 520 | 10 542 | 10 598 | 10 667 | 10 590 | 10 412 | 10 379 | 10 354 | 10 519 | 10 527 | 10 476 |
| Têxtil | 87 | 23 775 | 24 996 | 24 944 | 24 676 | 24 562 | 24 525 | 24 374 | 24 063 | 23 942 | 23 777 | 23 383 | 23 061 |
| Vestuário, calçado e artefatos de tecidos | 531 | 15 675 | 15 281 | 15 415 | 15 004 | 15 154 | 15 137 | 15 032 | 15 197 | 15 229 | 15 644 | 15 816 | 15 710 |
| Produtos alimentares | 169 | 7 693 | 7 669 | 7 510 | 7 510 | 7 549 | 7 509 | 7 568 | 7 528 | 7 518 | 7 558 | 7 496 | 7 383 |
| Bebidas | 51 | 5 820 | 5 848 | 5 508 | 5 412 | 5 300 | 5 268 | 5 237 | 5 224 | 5 285 | 5 410 | 5 407 | 5 464 |
| Fumo | 5 | 1 042 | 1 040 | 1 036 | 1 048 | 1 058 | 1 057 | 1 060 | 1 056 | 1 057 | 1 085 | 1 088 | 1 084 |
| Editorial e gráfica | 276 | 11 484 | 11 477 | 11 499 | 11 789 | 11 860 | 11 893 | 11 902 | 11 892 | 11 965 | 11 984 | 12 103 | 12 182 |
| Diversas | 228 | 4 933 | 4 823 | 4 768 | 4 802 | 4 790 | 4 724 | 4 702 | 4 663 | 4 740 | 4 742 | 4 751 | 4 727 |
| TOTAL | 3 217 | 135 788 | 136 046 | 135 261 | 134 497 | 134 464 | 134 120 | 133 207 | 132 918 | 132 600 | 133 498 | 133 714 | 133 596 |

*Os valores mais ou menos altos da média mensal, no* confronto com os operários em 31-XII, indicam se, no decorrer do ano, o número de operários ocupados foi maior ou menor, e a grandeza das variações percentuais mostra a maior ou menor intensidade da flutuação do emprêgo.

As maiores variações percentuais ocorreram nas classes a seguir:

| | | % |
|---|---|---|
| Material elétrico e material de comunicações | — | 10,1 |
| Couros e peles e produtos similares | — | 8,2 |
| Mobiliário | + | 6,8 |
| Têxtil | + | 5,6 |
| Papel e papelão | — | 5,6 |

Nestas classes, particularmente, o problema da mobilidade da mão-de-obra mostrou-se mais agudo.

A tabela transcrita sôbre o assunto precisa melhor a matéria.

INVERSÕES DE CAPITAL — A apuração do Registro Industrial abrange o aspecto das inversões de capital, em cada classe de indústria.

Alcançando apenas os estabelecimentos que declararam produção durante o ano, o levantamento não inclui as inversões totais dos novos estabelecimentos que tiveram as obras iniciadas em anos anteriores ao do início da produção, pois que apenas foram declaradas as inversões realmente efetuadas no anos de 1957.

| CLASSES DE INDÚSTRIA | INVERSÕES — VALOR (Cr$ 1 000) | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Número de estabelecimentos | Total | Em maquinaria | | Novas instalações e novas construções | Em veículos | |
| | | | Total | Usadas | | Total | Usadas |
| Extrativa de produtos minerais | (x) | 2 638 | 288 | -- | 1 664 | 686 | 160 |
| Transformação de minerais não metálicos | 58 | 41 579 | 17 671 | 3 140 | 9 865 | 14 043 | 6 947 |
| Metalúrgica | 96 | 122 385 | 87 919 | 15 325 | 27 853 | 6 613 | 2 703 |
| Mecânica | 30 | 115 496 | 45 123 | 7 060 | 65 163 | 5 210 | 610 |
| Material elétrico e material de comunicações | 21 | 104 819 | 62 177 | 32 497 | 37 864 | 4 778 | 1 664 |
| Construção e montagem do material de transporte | 33 | 42 315 | 30 470 | 2 758 | 6 554 | 5 291 | 3 727 |
| Madeira | 18 | 3 940 | 1 383 | 163 | 1 080 | 1 477 | 1 251 |
| Mobiliário | 51 | 23 344 | 8 136 | 1 504 | 10 390 | 4 818 | 2 549 |
| Papel e papelão | 27 | 25 462 | 20 319 | 4 178 | 3 967 | 1 176 | 627 |
| Borracha | 12 | 18 286 | 7 540 | 153 | 6 877 | 3 869 | 1 703 |
| Couros e peles e produtos similiares | 3 | 20 350 | 2 710 | 453 | 15 547 | 2 093 | 95 |
| Química e farmacêutica | 113 | 251 137 | 74 206 | 2 725 | 136 508 | 40 423 | 7 447 |
| Têxtil | 33 | 423 739 | 352 388 | 4 648 | 67 052 | 4 299 | 4 299 |
| Vestuário, calçado e artefatos de tecidos | 88 | 35 498 | 21 058 | 3 995 | 11 593 | 2 847 | 859 |
| Produtos alimentares | 42 | 116 897 | 58 521 | 675 | 33 641 | 24 735 | 8 242 |
| Bebidas | 20 | 203 677 | 94 387 | 885 | 97 578 | 11 712 | 2 660 |
| Fumo | (x) | 20 508 | 19 808 | 3 124 | 700 | --- | --- |
| Editorial e gráfica | 71 | 157 770 | 83 295 | 29 686 | 60 293 | 14 182 | 2 718 |
| Diversas | 49 | 69 254 | 63 822 | 4 893 | 4 223 | 1 209 | 659 |
| TOTAL | 769 | 1 799 094 | 1 051 221 | 117 862 | 598 412 | 149 461 | 48 920 |

Inicialmente, confronte-se o valor das novas inversões com o da produção geral.

| CLASSES DE INDÚSTRIA | VALOR DA PRODUÇÃO GERAL | VALOR DAS NOVAS INVERSÕES | |
|---|---|---|---|
| | Cr$ 1 000 | | % |
| Extrativas de produtos minerais | 23 794 | 2 638 | 11 |
| Transformação de minerais não metálicos | 2 846 755 | 41 579 | 1 |
| Metalúrgica | 4 066 965 | 122 385 | 3 |
| Mecânica | 1 072 356 | 115 496 | 11 |
| Material elétrico e material de comunicações | 2 740 456 | 104 819 | 4 |
| Construção e montagem do material de transporte | 1 750 456 | 42 315 | 2 |
| Madeira | 627 602 | 3 940 | 1 |
| Mobiliária | 1 989 835 | 23 344 | 1 |
| Papel e papelão | 1 210 584 | 25 462 | 2 |
| Borracha | 592 817 | 18 286 | 3 |
| Couros e peles e produtos similares | 1 029 619 | 20 350 | 2 |
| Química e farmacêutica | 11 959 497 | 251 137 | 2 |
| Têxtil | 5 042 812 | 423 739 | 8 |
| Vestuário, calçado e artefatos de tecido | 4 239 972 | 35 498 | 1 |
| Produtos alimentares | 9 472 722 | 116 897 | 1 |
| Bebidas | 3 469 811 | 203 677 | 6 |
| Fumo | 1 192 011 | 20 508 | 2 |
| Editorial e gráfica | 4 555 435 | 157 770 | 3 |
| Diversas | 1 410 392 | 69 254 | 5 |
| TOTAL | 59 293 891 | 1 799 094 | 3 |

Destacando-se acentuadamente sôbre as demais, as maiores percentagens correspondem às classes de indústria "mecânica" (11%), "extrativa de produtos minerais" (11%), "têxtil" (8%) e "bebidas" (6%).

Na maioria das classes, as inversões em maquinaria abrangem mais de 50% sôbre o total das inversões:

| CLASSES DE INDÚSTRIA | % SÔBRE O VALOR TOTAL DAS INVERSÕES | | | |
|---|---|---|---|---|
| | Total das inversões | Maquinaria | Novas insta. e novas construções | Veículos |
| Extrativa de produtos minerais | 100 | 11 | 63 | 26 |
| Trasformação de minerais não metálicos | 100 | 42 | 24 | 34 |
| Metalúrgica | 100 | 72 | 23 | 5 |
| Mecânica | 100 | 39 | 56 | 5 |
| Material elétrico e material de comunicações | 100 | 59 | 36 | 5 |
| Construção e montagem do material de transporte | 100 | 72 | 15 | 13 |
| Madeira | 100 | 35 | 27 | 38 |
| Mobiliária | 100 | 35 | 44 | 21 |
| Papel e papelão | 100 | 80 | 15 | 5 |
| Borracha | 100 | 41 | 38 | 21 |
| Couros e peles e produtos similares | 100 | 13 | 70 | 10 |
| Química e farmacêutica | 100 | 30 | 54 | 16 |
| Têxtil | 100 | 83 | 16 | 1 |
| Vestuário, calçado e artefatos de tecido | 100 | 59 | 33 | 8 |
| Produtos alimentares | 100 | 50 | 29 | 21 |
| Bebidas | 100 | 46 | 48 | 6 |
| Fumo | 100 | 97 | 3 | — |
| Editorial e gráfica | 100 | 53 | 38 | 9 |
| Diversas | 100 | 92 | 6 | 2 |
| TOTAL | 100 | 58 | 33 | 8 |

Conforme a tabela anterior, as inversões em maquinaria só deixam de ser maiores nos casos das classes de indústria "mecânica", "madeira", "mobiliário", "couros e peles e produtos similares", "química e farmacêutica", "bebidas" e "extrativa de produtos minerais".

A percentagem de inversões em máquinas adquiridas em segunda mão só ultrapassa de 20% em três classes de indústria: "material elétrico e material de comunicações" (52%), "editorial e gráfica" (36%) e "papel e papelão" (21%):

| CLASSES DE INDÚSTRIA | VALOR DAS INVERSÕES EM MAQUINARIA | | |
|---|---|---|---|
| | Tôdas as máquinas | Máquinas adquiridas em 2.ª mão | |
| | Cr$ 1 000 | | % |
| Extrativa de produtos minerais | 288 | -- | — |
| Transformação de minerais não metálicos | 17 671 | 3 140 | 18 |
| Metalúrgica | 87 919 | 15 325 | 17 |
| Mecânica | 45 123 | 7 060 | 16 |
| Material elétrico e material de comunicações | 62 177 | 32 497 | 52 |
| Construção e montagem do material de transporte | 30 470 | 2 758 | 9 |
| Madeira | 1 383 | 163 | 12 |
| Mobiliário | 8 136 | 1 504 | 18 |
| Papel e papelão | 20 319 | 4 178 | 21 |
| Borracha | 7 540 | 153 | 2 |
| Couros e peles e produtos similares | 2 710 | 453 | 17 |
| Química e farmacêutica | 74 206 | 2 725 | 4 |
| Têxtil | 352 388 | 4 648 | 1 |
| Vestuário, calçado e artefatos de tedidos | 21 058 | 3 995 | 19 |
| Produtos alimentares | 58 521 | 675 | 1 |
| Bebidas | 94 387 | 885 | 1 |
| Fumo | 19 808 | 3 124 | 16 |
| Editorial e gráfica | 83 295 | 29 686 | 36 |
| Diversas | 63 822 | 4 893 | 8 |
| TOTAL | 1 051 221 | 117 862 | 11 |

Como se vê, afora as exceções citadas, em tôdas as demais classes as inversões em maquinaria visam, preferentemente, a máquinas novas, demonstrando um aspecto positivo da industrialização no Distrito Federal.

Quanto às inversões em veículos, a preferência é por aquisições de segunda mão:

| CLASSES DE INDÚSTRIA | VALOR DAS INVERSÕES EM VEÍCULOS | | |
|---|---|---|---|
| | Todos os veículos | Veículos adquiridos em 2.ª mão | |
| | Cr$ 1 000 | | % |
| Extrativa de produtos minerais | 686 | 160 | 23 |
| Transformação de minerais não metálicos | 14 043 | 6 947 | 49 |
| Metalúrgica | 6 613 | 2 703 | 41 |
| Mecânica | 5 210 | 610 | 2 |
| Material elétrico e material de comunicações | 4 778 | 1 664 | 35 |
| Construção e montagem de material de transporte | 5 291 | 3 727 | 70 |
| Madeira | 1 477 | 1 251 | 85 |
| Mobiliário | 4 818 | 2 549 | 53 |
| Papel e papelão | 1 176 | 627 | 53 |
| Borracha | 3 869 | 1 703 | 44 |
| Couros e peles e produtos similares | 2 093 | 95 | 5 |
| Química e farmacêutica | 40 423 | 7 447 | 18 |
| Têxtil | 4 299 | 4 299 | 100 |
| Vestuário, calçado e artefatos de tecido | 2 847 | 859 | 30 |
| Produtos alimentares | 24 735 | 8 242 | 33 |
| Bebidas | 11 712 | 2 660 | 23 |
| Fumo | — | — | — |
| Editorial e gráfica | 14 182 | 2 718 | 19 |
| Diversas | 1 209 | 659 | 55 |
| TOTAL | 149 461 | 48 920 | 33 |

Destacam-se, como exceções, as classes de indústria "mecânica", "couros e peles e produtos similares" e poucas outras.

POSIÇÃO NO CONJUNTO NACIONAL — A tabela reproduzida, a seguir, estabelece o confronto da produção do Distrito Federal com a dos 4 Estados de maior desenvolvimento industrial (São Paulo, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e Minas Gerais), permitindo, ao mesmo tempo,

situar a sua posição relativamente ao conjunto da produção brasileira.

| CLASSES DE INDÚSTRIA | VALOR DA PRODUÇÃO | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Brasil | Estado de São Paulo | Distrito Federal | Estado do Rio Grande do Sul | Estado do Rio de Janeiro | Estado de Minas Gerais |
| | NÚMEROS ABSOLUTOS (Cr$ 1 000 000) | | | | | |
| Transformação de minerais não metálicos | 25 427 | 12 243 | 2 847 | 1 394 | 2 774 | 2 332 |
| Metalúrgica | 49 728 | 23 543 | 4 067 | 2 966 | 11 272 | 5 999 |
| Mecânica | 11 031 | 8 518 | 1 072 | 687 | 77 | 202 |
| Material elétrico e material de comunicações | 20 514 | 16 856 | 2 740 | 445 | 168 | 156 |
| Construção e montagem do material de transporte | 27 448 | 20 777 | 1 750 | 585 | 3 485 | 497 |
| Madeira | 13 089 | 3 140 | 628 | 1 617 | 156 | 881 |
| Mobiliário | 9 650 | 5 273 | 1 990 | 746 | 228 | 323 |
| Papel e papelão | 13 547 | 8 719 | 1 211 | 560 | 1 179 | 350 |
| Borracha | 11 421 | 9 311 | 593 | 177 | 747 | 124 |
| Couros, peles e similares | 6 667 | 2 264 | 1 030 | 1 545 | 12 | 477 |
| Química e farmacêutica | 66 491 | 41 659 | 11 959 | 3 286 | 2 178 | 536 |
| Têxtil | 76 357 | 44 725 | 5 043 | 2 420 | 3 763 | 5 193 |
| Vestuário, calçados e artefatos de tecido | 19 700 | 9 411 | 4 240 | 3 693 | 400 | 793 |
| Produtos alimentares | 129 776 | 54 727 | 9 473 | 16 940 | 9 074 | 9 905 |
| Bebidas | 13 895 | 5 339 | 3 470 | 1 941 | 610 | 398 |
| Fumo | 7 669 | 2 526 | 1 192 | 2 071 | 8 | 235 |
| Editorial e gráfica | 11 841 | 4 972 | 4 555 | 646 | 141 | 513 |
| Diversas | 9 242 | 6 101 | 1 410 | 579 | 384 | 153 |
| TOTAL | 523 493 | 280 104 | 59 270 | 42 298 | 36 656 | 29 067 |

| CLASSES DE INDÚSTRIA | VALOR DA PRODUÇÃO | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Brasil | Estado de São Paulo | Distrito Federal | Estado do Rio Grande do Sul | Estado do Rio de Janeiro | Estado de Minas Gerais |
| | % SÔBRE O BRASIL | | | | | |
| Transformação de minerais não metálicos | 100,00 | 48,15 | 11,20 | 5,48 | 10,91 | 9,17 |
| Metalúrgica | 100,00 | 47,34 | 8,18 | 5,96 | 22,67 | 12,06 |
| Mecânica | 100,00 | 77,22 | 9,72 | 6,22 | 0,70 | 1,83 |
| Material elétrico e material de comunicações | 100,00 | 82,17 | 13,36 | 2,17 | 0,82 | 0,76 |
| Construção e montagem do material de transporte | 100,00 | 75,70 | 6,38 | 2,13 | 12,70 | 1,81 |
| Material | 100,00 | 23,99 | 4,80 | 12,36 | 1,19 | 6,73 |
| Mobiliária | 100,00 | 54,64 | 20,62 | 7,73 | 2,36 | 3,35 |
| Papel e papelão | 100,00 | 64,36 | 8,94 | 4,13 | 8,70 | 2,58 |
| Borracha | 100,00 | 81,53 | 5,19 | 1,55 | 6,54 | 1,09 |
| Couros, peles e similares | 100,00 | 33,96 | 15,45 | 23,17 | 0,18 | 7,15 |
| Química e farmacêutica | 100,00 | 62,65 | 17,99 | 4,94 | 3,28 | 0,81 |
| Têxtil | 100,00 | .58,57 | 6,60 | 3,17 | 4,93 | 6,80 |
| Vestuário, calçado e artefatos de tecido | 100,00 | 47,77 | 21,52 | 18,75 | 2,03 | 4,03 |
| Produtos alimentares | 100,00 | 42,17 | 7,30 | 13,05 | 6,99 | 7,63 |
| Bebidas | 100,00 | 38,42 | 24,97 | 13,97 | 4,39 | 2,86 |
| Fumo | 100,00 | 32,94 | 15,54 | 27,00 | 0,10 | 3,06 |
| Editorial e gráfica | 100,00 | 41,99 | 38,47 | 5,46 | 1,19 | 4,33 |
| Diversas | 100,00 | 66,01 | 15,26 | 6,26 | 4,15 | 1,66 |
| TOTAL | 100,00 | 53,51 | 11,32 | 8,08 | 7,00 | 5,55 |

* Resultados omitidos a fim de evitar individualização de informações; os dados omitidos acham-se incluídos na classe "Diversas".

Não levando em conta o Estado de São Paulo, observe-se que as percentagens correspondentes ao Distrito Federal são, na maioria, sempre superiores às que se relacionam aos Estados do Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Rio de Janeiro, exceto nos casos das classes de indústria seguintes:

— Metalúrgica (predominância do Estado do Rio de Janeiro e Minas Gerais).

— Construção e montagem de material de transporte (predominância do Rio de Janeiro).

— Madeira (predominância do Estado do Rio Grande do Sul).

— Papel e papelão (ligeira predominância do Estado do Rio de Janeiro).

— Couros, peles e similares (predominância do Estado do Rio Grande do Sul).

— Produtos alimentares.

— Fumo (predominância do Rio Grande do Sul).

Os casos em comentário referem-se a classes inteiras de indústria. Referentemente a certos produtos industriais, porém, considerados de maneira isolada e esparsa, o Distrito Federal também oferece posição de bastante preponderância.

Já foi citado, páginas atrás, o caso do cimento "Portland" branco, em que o Distrito Federal aparece como o único produtor entre as diversas Unidades da Federação.

Seguem-se, agora, outros exemplos.

**FARINHA DE TRIGO** — O Distrito Federal aparece como o segundo produtor de farinha de trigo, no País. Em 1958, o Estado de São Paulo produziu 590 542 toneladas, o Distrito Federal 291 222 toneladas, seguindo-se, na ordem, os Estados do Rio Grande do Sul, com 289 472 toneladas, Pernambuco com 94 005 toneladas, e outros.

A produção do Distrito Federal tem sido a seguinte:

| ESPECIFICAÇÃO | QUANTIDADE (t) | | |
|---|---|---|---|
| | 1956 | 1957 | 1958 |
| Trigo em grão moído | 395 989 | 405 884 | 373 979 |
| *Produção de* | | | |
| Farinha de trigo | 303 847 | 304 586 | 291 222 |
| Subprodutos | 98 109 | 102 279 | 92 832 |

**LIGAS METÁLICAS** — Há apenas duas Unidades da Federação produtoras de ligas de ferro-manganês: o Distrito Federal e o Estado de Minas Gerais.

A produção no Distrito Federal tem-se desenvolvido da maneira seguinte:

| ANOS | PRODUÇÃO | | | |
|---|---|---|---|---|
| | Quantidade (t) | | Valor (Cr$ 1 000) | |
| | Distrito Federal | Estado de Minas Gerais | Distrito Federal | Estado de Minas Gerais |
| 1956 | 5 999 | 4 039 | 91 911 | 35 642 |
| 1957 | 5 959 | 7 495 | 111 414 | 116 895 |
| 1958 | 4 433 | 5 446 | 74 575 | 93 525 |

Nos dois últimos anos do período, a produção de Minas Gerais superou a do Distrito Federal. Outrossim, o Distrito Federal figurou como produtor nacional de ligas de ferro-silício, até 1957:

| UNIDADES DA FEDERAÇÃO | PRODUÇÃO | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Quantidade (t) | | | Valor (Cr$ 1 000) | | |
| | 1955 | 1956 | 1957 | 1955 | 1956 | 1977 |
| Minas Gerais | 1 082 | 2 371 | 1 953 | 5 853 | 16 442 | 33 501 |
| Rio de Janeiro | 1 177 | 1 592 | — | 3 530 | 4 774 | — |
| Distrito Federal | 2 155 | 479 | 602 | 28 875 | 6 182 | 11 214 |
| São Paulo | 894 | 301 | — | 8 282 | 2 386 | — |
| BRASIL | 5 308 | 4 743 | 2 555 | 46 540 | 29 784 | 44 715 |

**ÁGUAS MINERAIS** — Existem no Rio de Janeiro treze fontes de águas minerais, sendo duas localizadas no Méier, uma em Piedade, outra nas Laranjeiras e a última na Ilha do Governador. A temperatura da água é de 25°C.

A produção dessas fontes, em 1958, foi de 576 502 litros, no valor de Cr$ 2 882 510,00. É interessante verificar que a produção de águas minerais vem decrescendo no Rio de Janeiro, pois em 1955 foram captados 10 226 644 litros, reduzidos, em 1956, para 9 799 068 e, em 1957, para 7 152 080.

**PAPEL PARA IMPRESSÃO** — O Distrito Federal é o segundo produtor nacional de papel para impressão tipo "bouffant":

| UNIDADES DA FEDERAÇÃO | PRODUÇÃO (toneladas) | | |
|---|---|---|---|
| | 1955 | 1956 | 1957 |
| São Paulo | 738 | 742 | 895 |
| Distrito Federal | 360 | 213 | 197 |
| Rio de Janeiro | 167 | 52 | 184 |
| Outras | — | — | — |
| BRASIL | 1 265 | 1 007 | 1 276 |

**ÓLEO DE BABAÇU** — O Distrito Federal é o primeiro produtor nacional dêste óleo:

| UNIDADES DA FEDERAÇÃO | PRODUÇÃO | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Quantidade (t) | | | Valor (Cr$ 1 000) | | |
| | 1956 | 1957 | 1958 | 1956 | 1957 | 1958 |
| Distrito Federal | 15 158 | 10 099 | 13 050 | 490 305 | 302 865 | 380 676 |
| São Paulo | 5 737 | 5 599 | 8 269 | 133 754 | 167 623 | 227 658 |
| Piauí | 3 692 | 4 254 | 4 548 | 86 604 | 101 656 | 109 769 |
| Outras | 8 087 | 9 236 | 16 350 | 180 800 | 222 855 | 423 181 |
| BRASIL | 32 674 | 29 188 | 42 217 | 891 463 | 794 999 | 1 141 284 |

**ÁLCOOL-MOTOR** — O Distrito Federal é o segundo produtor dêsse produto no Brasil:

| | *Produção em 1958* (1 000 litros) |
|---|---|
| Distrito Federal | 457 689 |
| Estado de São Paulo | 688 914 |
| Estado de Pernambuco | 191 996 |
| BRASIL | 1 400 622 |

**CONSTRUÇÃO CIVIL** — Muito a propósito o assunto foi deixado para a parte final.

É de todos conhecido o extraordinário desenvolvimento alcançado pela construção civil, no Distrito Federal. Mas o fenômeno não interessa apenas pelo setor de produção; mantém estreitas e intrincadas raízes com o mundo dos negócios, reflete, inclusive, aspectos de bem-estar social, de grande significação.

Por tudo isto, o assunto mereceu, capítulo à parte, nesta publicação, onde as respectivas informações deverão ser procuradas.

Diversas instituições, no Distrito Federal, encarregam-se do preparo de técnicos para a indústria, visando a atender às necessidades sempre maiores que vão surgindo de um parque fabril em tão intenso desenvolvimento, como o do Distrito Federal.

O assunto está devidamente tratado no capítulo sôbre "Ensino".

## MOVIMENTO BANCÁRIO *

O Distrito Federal constitui a primeira praça bancária do País.

Importante centro urbano, grande centro industrial e comercial, pôrto marítimo de relêvo, sede de emprêsas de vulto, êstes fatôres todos haveriam de concorrer para a existência de seu maciço volume de transações econômicas, que tanto estimula a proliferação de bancos.

É notável a concentração bancária no Distrito Federal: basta ver que os seus 449 estabelecimentos do gênero detêm cêrca de 40% do total dos montantes depositados nos bancos e casas bancárias existentes em todo o território nacional:

| | *Saldos dos depósitos, em* 31-XII-1958 (*Cr$* 1 000 000) |
|---|---|
| — Distrito Federal | 150 710 |
| — 24 restantes unidades da federação (inclusive o Estado de São Paulo) | 227 121 |
| Total nacional | 377 831 |
| % do Distrito Federal | 40 % |

Dos 449 estabelecimentos bancários, 442 são nacionais e 7, estrangeiros; 111 categorizam-se como matrizes e 338 como sucursais, filiais e agências.

O Banco do Brasil, principal banco do País, aparece com participação muito acentuada no movimento do Distrito Federal (os valores absolutos referem-se a saldos existentes em 31-XII-1958 e estão expressos em milhões de cruzeiros):

| *CONTAS* | *Todos os estabelecimentos (nacionais, inclusive Banco do Brasil, e estrangeiros)* | *Banco do Brasil* | *Bancos estrangeiros* | *% do Banco do Brasil* |
|---|---|---|---|---|
| Empréstimos | 139 194 | 97 192 | 3 951 | 70 |
| Em conta corrente | 102 904 | 91 415 | 1 938 | 89 |
| Títulos descontados | 34 688 | 5 777 | 2 012 | 17 |
| Hipotecários | 1 602 | — | 1 | — |
| Depósitos | 150 710 | 93 499 | 5 693 | 62 |
| A vista e a curto prazo | 143 850 | 91 968 | 5 353 | 64 |
| A prazo | 6 860 | 1 531 | 340 | 24 |

As percentagens do Banco do Brasil chegam a atingir 89% nos empréstimos em conta-corrente, 70% no total de empréstimos, 62% no total dos depósitos e 64% nos depósitos a vista e a curto prazo.

Outrossim, a discriminação feita torna claro que a participação dos bancos estrangeiros tem pouca influência sôbre o total (com exceção dos empréstimos hipotecários).

* Dados estatísticos fornecidos pelo Serviço de Estatística Econômica e Financeira, do Ministério da Fazenda, e Banco do Brasil.

Edifício sede do Banco do Brasil S/A à rua 1.º de Março.

USO DO CHEQUE — Merece registro o desenvolvimento do uso do cheque no Distrito Federal. A compensação de cheques alcança volume sempre crescente, de ano para ano.

| ANOS | Número de cheques compensados na Câmara de compensação do Distrito Federal |
|---|---|
| 1938 | 673 766 |
| 1939 | 772 340 |
| 1940 | 823 464 |
| 1941 | 1 002 714 |
| 1942 | 1 099 242 |
| 1943 | 1 423 885 |
| 1944 | 1 695 169 |
| 1945 | 1 969 361 |
| 1946 | 2 129 805 |
| 1947 | 2 101 765 |
| 1948 | 2 158 400 |
| 1949 | 2 516 988 |
| 1950 | 2 798 941 |
| 1951 | 3 341 684 |
| 1952 | 3 728 322 |
| 1953 | 4 040 057 |
| 1954 | 4 851 520 |
| 1955 | 5 328 972 |
| 1956 | 6 380 300 |
| 1957 | 6 994 450 |
| 1958 | 8 255 700 |

Verifica-se que o volume de cheques compensados, sem registrar nenhuma diminuição nos 20 anos que compõem o período examinado, passou de 673 766 unidades, em 1938, para 8 255 700 em 1958.

Enquadra-se, pois, a praça do Rio de Janeiro, definitivamente, nos hábitos de uso de cheque, que caracterizam as grandes congêneres no mundo dos negócios internacionais.

BANCO DO BRASIL — O Banco do Brasil S.A., com agências em todo o território nacional e no estrangeiro, tem sua sede em majestoso edifício, à Rua 1.º de Março.

Mantém contrato com o Tesouro Nacional, para adiantar-lhe suprimentos a título de antecipação de receita, receber montantes da arrecadação federal, efetuar pagamentos autorizados e servir de agente do Govêrno Federal, em operações de câmbio e de natureza bancária, além de outros serviços.

A administração compõe-se de um Presidente e nove Diretores. O Presidente da República nomeia o Presidente, os Diretores das Carteiras de Câmbio, Comércio Exterior, Redesconto e Colonização. Os demais são eleitos pela Assembléia-Geral dos Acionistas.

Ao todo, o Banco possui cinco Carteiras; Carteira de Crédito Agrícola e Industrial, Carteira de Crédito Geral, Carteira de Colonização, Carteira de Comércio Exterior, Carteira de Câmbio, Carteira de Redesconto.

A primeira entidade bancária que surgiu entre nós foi o primitivo Banco do Brasil, criado pelo Príncipe Regente, como outras instituições nacionais, poucos meses após sua chegada ao Rio de Janeiro.

Vinculado à Coroa e sujeito, portanto, a influências que lhe perturbaram a regularidade — com as emissões além dos limites aconselháveis pela técnica, lançadas para tôda sorte de gastos — sofreu o instituto, mais tarde, forte campanha parlamentar, nem sempre serena, que culminou com a votação da lei de 23 de setembro de 1829.

Por fôrça dêsse ato legislativo, teve a sociedade de entrar em liquidação, findo o prazo de vinte anos inicialmente marcado para sua existência.

Desempenhou o Banco do Brasil o papel de pioneiro no exercício do comércio bancário e contribuiu, com esfôrço que não poderia ser negado, para custeio das guerras pela independência e pela consolidação da unidade política do Império nascente.

Só em 1838 é que a nossa cidade foi dotada de seu primeiro banco particular: o *Banco Comercial do Rio de Janeiro,* a êste seguindo-se, em 1851, por iniciativa de Mauá, outro instituto do gênero, que também se denominou *Banco do Brasil.*

Em, em 1853, cêrca de um quarto de século depois do encerramento das atividades do banco criado no govêrno do Príncipe Regente, é que pôde o Ministro Rodrigues Torres (futuro Visconde de Itaboraí) — aproveitando o afluxo de capitais desviados do tráfico negreiro, pouco antes abolido — obter a fusão daqueles dois estabelecimentos, ambos em próspera situação, e já com boa experiência, fundando assim o banco nacional, que, remodelado em 1893 e em 1905, é o Banco do Brasil de hoje.

Com a fase iniciada em 1905, quando lhe foi restituído o nome tradicional de *Banco do Brasil* — que manteve durante o Segundo Reinado e no princípio da República — pôde a instituição expandir-se de ano para ano, acompanhando o desenvolvimento econômico do país.

Dispondo de mais de 430 Agências, seus serviços são levados a numerosos municípios, do litoral ao sertão, realizando paulatinamente o sonho do legislador de 1816 que, em carta de lei de 16 de fevereiro, recomendou fôsse o primitivo Banco do Brasil se estabelecendo "em tôdas as cidades e vilas do Reino".

Tornou-se o nosso principal banco, como o imaginaram seus fundadores, uma casa realmente nacional, com raízes no passado, o que melhor poderá ser verificado numa visita ao seu Museu e Arquivo Histórico, serviço de ordem cultural, e que se destina a divulgar o papel que vem o Banco desempenhando na vida do País.

RÊDE BANCÁRIA — A rêde bancária do Distrito Federal compunha-se, em 1958, dos seguintes estabelecimentos:

*A área do centro urbano do Rio de Janeiro em tôrno da Igreja da Candelária e ruas circunvizinhas, está se transformando numa área bancária, pois quase todos os bancos da cidade têm aí sua matriz ou uma agência.*

BANCOS — Banco Agrícola de Cantagalo S.A.; Banco Aliança do Rio de Janeiro S.A.; Banco Almeida Magalhães S.A.; Banco da América S.A., com uma agência urbana; Banco Americano de Crédito S.A., com uma agência urbana; Banco Andrade Arnaud S.A., com 14 agências urbanas; Banco Andrade Pinto Lt.da; Banco Artur Scatema S.A.; Banco Atlântico S.A.; Banco Autocastro S.A., Banco Auxiliar de Crédito S.A.; Banco Auxiliar da Produção S.A.; Banco Auxiliar de São Paulo S.A.; Banco da Bahia S.A., com 2 agências urbanas; Banco Bandeirantes do Comércio S.A.; Banco Belo Horizonte S.A.; Banco Boavista S.A., com 18 agências urbanas; Banco Borges S.A.; Banco do Brasil S.A., com 18 agências urbanas; Banco Brasileiro de Descontos S.A., com 2 agências urbanas; Banco Brasão S.A.; Banco da Capital S.A.; Banco da Cidade do Rio de Janeiro S.A.; Banco Civia S.A.; Banco Comercial S.A.; Banco Comercial e Agrícola do Brasil S.A.; Banco Comercial do Estado de São Paulo S.A.; Banco Comercial e Industrial do Brasil S.A.; Banco Comercial de Minas Gerais S.A.; Banco Comercial do Paraná S.A.; Banco do Comércio S.A., com 7 agências urbanas; Banco do Comércio de Café S.A.; Banco Comércio e Indústria de Minas Gerais S.A., com 11 agências urbanas; Banco do Comércio e Indústria do Rio de Janeiro S.A.; Banco do Comércio e Indústria de São Paulo S.A., com 3 agências urbanas; Banco Continental S.A.; Banco Costa Monteiro S.A.; Banco de Crédito da Amazônia S.A.; Banco de Crédito Mercantil S.A.; Banco de Crédito e Comércio de Minas Gerais S.A.; Banco de Crédito Pessoal S.A.; com 5 agências urbanas; Banco de Crédito Real de Minas Gerais S.A., com 13 agências urbanas; Banco de Crédito Territorial S.A., com 7 agências urbanas; Banco Delamare S.A., com 8 agências urbanas; Banco de Descontos do Rio de Janeiro S.A.; Banco Econômico da Bahia S.A.; Banco Econômico Nacional S.A.; Banco do Estado do Rio de Janeiro S.A.; Banco do Estado de São Paulo S.A.; Banco Excelsior Limitada; Banco Figueiredo Rocha S.A.; Banco Financiadora Comercial S.A.; Banco Financial do Brasil S.A.; Banco Financial Novo Mundo S.A., com 7 agências urbanas; Banco Francês e Brasileiro S.A., com 1 agência urbana; Banco Francês e Italiano para a América do Sul S.A., com 3 agências urbanas; Banco Guanabara S.A.; Banco Hipotecário e Agrícola do Estado de Minas Gerais S.A., com 3 agências urbanas; Banco Hipotecário Lar Brasileiro S.A., com 8 agências urbanas; Banco Imobiliário e Comercial S.A., com 1 agência urbana; Banco Indústria e Comércio de Santa Catarina S.A., com 2 agências urbanas; Banco Industrial Brasileiro S.A.; Banco Industrial e Comercial do Sul S.A.; Banco das Indústrias S.A.; Banco do Intercâmbio Nacional S.A.; Banco Irmãos Guimarães S.A., com 7 agências urbanas; Banco Israelita Brasileiro S.A.; Banco de Itajubá S.A.; Banco Itaú S.A., com 2 agências urbanas; Banco Latino Americano S.A.; Banco da Lavoura de Minas Gerais S.A., com 5 agências urbanas; Banco Lino Pimentel Lt.da; Banco Lowndes S.A., com 4 agências urbanas; Banco Mauá S.A.; Banco Mazza S.A., com 3 agências urbanas; Banco Mercantil do Brasil S.A.; Banco Mercantil da Metrópole S.A.; Banco Mercantil de Minas Gerais S.A.; Banco Mercantil de Niterói S.A.; Banco Mercantil do Rio de Janeiro S.A.; Banco Mercantil de São Paulo S.A., com 4 agências urbanas; Banco Mesbla S.A.; Banco da Metrópole do Rio de Janeiro S.A., com 1 agência urbana; Banco Metropolitano de Crédito Mercantil S.A.; Banco de Minas Gerais S.A., com 5 agências urbanas; Banco Mineiro da Produção S.A., com 10 agências urbanas; Banco Monteiro de Castro S.A.; Banco Moreira Salles S.A., com 14 agências urbanas; Banco Moscoso Castro S.A.; Banco Nacional do Comércio S.A.; Banco Nacional do Comércio e Produção S.A., com 3 agências urbanas; Banco Nacional de Crédito Lt.da; Banco Nacional de Descontos S.A.; Banco Nacional de Minas Gerais S.A., com 25 agências urbanas; Banco Nacional do Norte S.A.; Banco do Noroeste do Estado de São Paulo S.A.; Banco Oliveira Roxo S.A.; Banco de Operações Mercantis S.A.; Banco Operador S.A.; Banco do País S.A.; Banco Pan-Americano S.A.; Banco Pareto S.A.; Banco Paulista do Comércio S.A.; Banco Português do Brasil S.A., com 11 agências urbanas; Banco Prado Vasconcelos Júnior S.A.; Banco Predial do Estado do Rio de Janeiro, com 13 agências urbanas; Banco da Prefeitura do Distrito Federal S.A., com 7 agências urbanas; Banco Prolar S.A.; Banco da Província do Rio Grande do Sul S.A., com 8 agências urbanas; Banco Real Brasileiro Sociedade Anônima; Banco Regional S.A.; Banco Ribeiro Junqueira S.A., com 1 agência urbana; Banco do Rio Grande do Sul, com 1 agência urbana; Banco Souto Maior S.A., com 1 agência urbana; Banco Sul Americano do Brasil S.A.; Banco Ultramarino Brasileiro S.A., com 5 agências urbanas; Banco União Mercantil S.A.; Banco Universal S.A.; Banco do Vale do Paraíba S.A.

CASAS BANCÁRIAS — Casa Bancária A Compensadora S.A.; Casa Bancária Alberto Bohhar; Casa Bancária A. Marques & Cia. Lt.da; Casa Bancária Atlas S.A.; Casa Bancária Auxiliadora Predial S.A.; Casa Bancária Bordallo Brenha S.A.; Casa Bancária Brasileira de Descontos Lt.da; Casa Bancária Castro e Silva Lt.da; Casa Bancária Central do Rio de Janeiro S.A.; Casa Bancária Comercial S.A.; Casa Bancária Companhia Geral de Comércio e Finanças S.A.; Casa Bancária de Crédito e Depósitos S.A.; Casa Bancária de Crédito Industrial e Comercial S.A.; Casa Bancária de Crédito Municipal S.A.; Casa Bancária de Crédito e Participações S.A.; Casa Bancária de Depósitos e Descontos S.A.; Casa Bancária Exprinter do Brasil Turismo Lt.da; Casa Bancária F. Braga, Irmãos Lt.da; Casa Bancária Financiadora Nacional Lt.da; Casa Bancária Financial Imobiliária S.A.; Casa Bancária Financial de Portugal S.A.; Casa Bancária Germano Lt.da; Casa Bancária Globo Lt.da; Casa Bancária Independência S.A.; Casa Bancária Irmãos Chor Lt.da; Casa Bancária Liberal; Casa Bancária Loyd Português Lt.da; Casa Bancária Lothar Steintbal & Cia.; Casa Bancária Manoel C. de Carvalho & Cia.; Casa Bancária Marinho Lt.da; Casa Bancária Mendel Bermann; Casa Bancária Moneró Lt.da; Casa Bancária Moraes Masset & Cia. Lt.da; Casa Bancária Nacional S.A.; Casa Bancária Norte Unido S.A.; Casa Bancária Oriental Brasileira S.A.; Casa Bancária Paschoal Ceglia & Filhos Lt.da; Casa Bancária Pinto de Magalhães Lt.da; Casa Bancária Rio Branco S.A.; Casa Bancária Rocha Miranda Filhos & Cia.; Casa Bancária Santa Cruz S.A.; Casa Bancária Seabra Santos S.A.; Casa Bancária Sul Americana Lt.da; Casa Bancária Theodoro & Cia. Lt.da.

Edifício da Bôlsa de Valores.

Além dos estabelecimentos atrás indicados, funcionaram, no mesmo ano, na Capital do País, os seguintes bancos estrangeiros: Banco Holandês Unido; Bank of London & South America Limited; Banco Ítalo-Belga S.A.; The Bank of Tokyo Ltd.; The First National Bank of Boston; The First National City Bank of New York; The Royal Bank of Canada.

A tabela seguinte permite verificar o desenvolvimento da rêde bancária no triênio 1956/58, bem como algumas de suas características.

| ESPECIFICAÇÃO | ANOS | | |
|---|---|---|---|
| | 1956 | 1957 | 1958 |
| Número de estabelecimentos em 31 XII | 370 | 416 | 449 |
| Segundo a nacionalidade | | | |
| Nacionais | 363 | 409 | 442 |
| Estrangeiros | 7 | 7 | 7 |
| Segundo a categoria | | | |
| Matrizes | 118 | 116 | 111 |
| Sucursais, filiais e agências (1) | 252 | 300 | 338 |
| Capital em 31-XII (Cr$ 1 000) | 4 119 864 | 4 444 640 | 4 890 750 |
| Segundo a nacionalidade dos estabelecimentos | | | |
| Nacionais | 3 488 824 | 3 813 600 | 4 210 050 |
| Estrangeiros | 631 040 | 631 040 | 680 700 |

FONTE — Serviço de Estatística Econômica e Financeira.
(1) — Exclusive agências do Banco do Brasil no exterior.

*Caixa Econômica* — O desenvolvimento das contas da Caixa Econômica Federal do Rio de Janeiro adquiriu características tais, que melhor recomendariam a inclusão dessa entidade num capítulo de movimento bancário, nada obstante a sua finalidade social.

Criada em 1861, pode a Caixa Econômica ser considerada de utilidade pública. Os depósitos que recebe estão sob a responsabilidade do Govêrno Federal, gozando a autarquia de isenção de tributos de qualquer espécie.

Possui cinco carteiras: Carteira de Consignações, Carteira de Depósitos, Carteira de Hipotecas, Carteira de Títulos e Carteira de Pecúlios.

Os depósitos (saldos) atingiram, em 31-XII-1958, os seguintes montantes:

| *DEPÓSITOS* | *Saldos* (*Cr$* 1 000 000) |
|---|---|
| Voluntários | 13 868 |
| Populares | 6 943 |
| Limitados A | 2 602 |
| Sem limite | 2 543 |
| Outros | 1 780 |
| Compulsórios | 280 |
| TOTAL GERAL | 14 148 |

Predominam os depósitos populares, com 50% sôbre o total geral.

Os empréstimos (saldos) discriminam-se da maneira seguinte (em 31-XII-1958):

| *EMPRÉSTIMOS* | *Saldos* (*Cr$* 1 000 000) |
|---|---|
| Sob garantia hipotecária | 6 367 |
| Sob consignação de vencimentos | 3 972 |
| Sob garantia simultânea | 1 288 |
| Sob penhôres | 774 |
| Sob cauções de títulos | 97 |
| Outras modalidades | 335 |
| TOTAL GERAL | 12 833 |

Verifica-se que a principal aplicação dos depósitos tem sido os empréstimos sob garantia hipotecária (50% do total), destinados a facilitar a aquisição da casa própria.

Em ordem de importância, como aplicação dos depósitos, seguem-se empréstimos sob consignação de vencimentos, que atendem aos servidores civis, aos militares, aos autárquicos e aos empregados estáveis de emprêsas concessionárias de serviços públicos.

A Caixa Econômica tem 28 agências, espalhadas por vários bairros do Rio de Janeiro.

Estas agências, além de proporcionar ao público o depósito e a retirada do dinheiro, ainda prestam vários serviços: nelas, podem receber os vencimentos funcionários federais, militares reformados e inativos e pensionistas do IPASE; de outro lado, nessas agências, recebem-se os pagamentos de cotas do impsôto de renda, adquirem-se selos federais, etc.

## TÍTULOS E AÇÕES

**BÔlSA DE VALORES** — Até 1947 a Bôlsa do Rio de Janeiro era a primeira do País, quanto ao valor das operações realizadas; daí em diante perdeu terreno para a de São Paulo:

| ANOS | VALOR DAS OPERAÇÕES REALIZADAS (Cr$ 1 000) | | | |
|---|---|---|---|---|
| | Tôdas as Bôlsas | Bôlsa do Rio de Janeiro | Bôlsa de São Paulo | Outras Bôlsas |
| | NÚMEROS ABSOLUTOS (Cr$ 1 000) | | | |
| 1938 | 738 460 | 452 820 | 271 131 | 14 509 |
| 1939 | 797 474 | 508 382 | 274 179 | 14 913 |
| 1940 | 933 526 | 579 793 | 329 884 | 23 849 |
| 1941 | 1 167 453 | 778 966 | 353 600 | 34 887 |
| 1942 | 1 305 753 | 747 427 | 495 663 | 62 663 |
| 1943 | 1 748 928 | 1 017 633 | 672 073 | 59 222 |
| 1944 | 1 613 193 | 952 823 | 594 545 | 65 825 |
| 1945 | 1 848 592 | 994 830 | 797 661 | 56 101 |
| 1946 | 2 002 867 | 1 068 609 | 843 050 | 91 208 |
| 1947 | 1 623 843 | 816 411 | 758 453 | 48 979 |
| 1948 | 1 884 457 | 626 837 | 1 193 782 | 63 838 |
| 1949 | 2 187 407 | 621 425 | 1 498 443 | 67 539 |
| 1950 | 2 587 643 | 1 040 315 | 1 451 325 | 96 003 |
| 1951 | 2 855 509 | 1 041 725 | 1 728 332 | 85 452 |
| 1952 | 2 488 548 | 1 082 787 | 1 253 255 | 152 506 |
| 1953 | 4 034 471 | 1 858 362 | 2 056 504 | 119 605 |
| 1954 | 5 925 056 | 1 486 842 | 4 299 645 | 138 569 |
| 1955 | 5 104 077 | 1 477 541 | 3 497 551 | 128 985 |
| 1956 | 6 083 483 | 1 676 455 | 4 138 563 | 268 465 |
| 1957 | 5 388 655 | 1 790 431 | 3 237 570 | 360 654 |
| 1958 | 8 009 000 | 3 434 358 | 4 129 376 | 445 266 |
| | PERCENTAGENS | | | |
| 1938 | 100,00 | 61,31 | 36,72 | 1,97 |
| 1939 | 100,00 | 63,75 | 34,38 | 1,87 |
| 1940 | 100,00 | 62,10 | 35,34 | 2,56 |
| 1945 | 100,00 | 53,81 | 43,15 | 3,04 |
| 1946 | 100,00 | 53,35 | 42,09 | 4,56 |
| 1947 | 100,00 | 50,28 | 46,71 | 3,01 |
| 1948 | 100,00 | 33,26 | 63,35 | 3,39 |
| 1949 | 100,00 | 28,41 | 68,50 | 3,09 |
| 1950 | 100,00 | 40,20 | 56,09 | 3,71 |
| 1951 | 100,00 | 36,48 | 60,53 | 2,99 |
| 1952 | 100,00 | 43,51 | 50,36 | 6,13 |
| 1953 | 100,00 | 46,06 | 50,97 | 2,97 |
| 1954 | 100,00 | 25,09 | 72,57 | 2,34 |
| 1955 | 100,00 | 28,95 | 68,52 | 2,53 |
| 1956 | 100,00 | 27,55 | 68,03 | 4,42 |
| 1957 | 100,00 | 33,23 | 60,07 | 6,70 |
| 1958 | 100,00 | 42,88 | 51,56 | 5,56 |

FONTE — Câmara Sindical da Bôlsa de Valores do Rio de Janeiro.

Observe-se que, até o citado ano de 1947, as percentagens correspondentes à Bôlsa do Rio de Janeiro eram sempre superiores a 50%; daí por diante, tenderam a decrescer até atingir o nível de 28%, 33% e 43%, nos últimos três anos do período.

É interessante verificar a ascenção dos títulos privados, no valor do movimento geral:

| ANOS | VALOR DAS OPERAÇÕES REALIZADAS | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | Números absolutos (Cr$ 1 000) | | | % sôbre o total | |
| | Total | Títulos públicos | Títulos privados | Títulos públicos | Títulos privados |
| 1938 | 738 460 | 643 665 | 94 795 | 87,16 | 12,84 |
| 1939 | 797 474 | 671 969 | 125 505 | 84,26 | 15,74 |
| 1940 | 933 526 | 761 830 | 171 696 | 81,61 | 18,39 |
| 1941 | 1 167 453 | 934 357 | 233 096 | 80,03 | 19,97 |
| 1942 | 1 305 753 | 913 491 | 392 262 | 69,96 | 30,04 |
| 1943 | 1 748 928 | 1 089 252 | 659 676 | 62,28 | 37,72 |
| 1944 | 1 613 193 | 1 047 613 | 565 580 | 64,94 | 35,06 |
| 1945 | 1 848 592 | 1 315 103 | 533 489 | 71,14 | 28,86 |
| 1946 | 2 002 867 | 1 501 213 | 501 654 | 64,95 | 25,05 |
| 1947 | 1 623 843 | 948 184 | 675 659 | 58,39 | 41,61 |
| 1948 | 1 884 457 | 1 217 832 | 666 625 | 64,63 | 35,37 |
| 1949 | 2 187 407 | 1 595 772 | 591 635 | 72,95 | 27,05 |
| 1950 | 2 587 643 | 1 745 260 | 842 383 | 67,45 | 32,55 |
| 1951 | 2 855 509 | 1 764 345 | 1 091 164 | 61,79 | 38,21 |
| 1952 | 2 488 548 | 1 378 954 | 1 109 594 | 55,41 | 44,59 |
| 1953 | 4 034 471 | 1 889 831 | 2 144 640 | 46,84 | 53,16 |
| 1954 | 5 925 056 | 3 464 365 | 2 460 691 | 58,47 | 41,53 |
| 1955 | 5 104 077 | 2 278 323 | 2 825 754 | 44,64 | 55,36 |
| 1956 | 6 083 483 | 1 828 849 | 4 254 634 | 30,06 | 69,94 |
| 1957 | 5 388 655 | 2 275 558 | 3 113 097 | 42,23 | 57,77 |
| 1958 | 8 009 000 | 4 210 000 | 3 799 000 | 52,57 | 47,43 |

FONTE — Câmara Sindical da Bôlsa de Valores do Rio de Janeiro.

Nos anos iniciais do período as percentagens que correspondem aos títulos privados eram inferiores a 20%; nos últimos anos tais percentagens situam-se em nível superior a 50%; atingindo o máximo de 69,94%, em 1956.

O quadro geral do movimento da Bôlsa é o seguinte:

| ESPECIFICAÇÃO | VALOR DAS OPERAÇÕES REALIZADAS (Cr$ 1 000) | | |
|---|---|---|---|
| | 1955 | 1957 | 1958 |
| TOTAL | 1 669 077 | 1 790 038 | 3 434 358 |
| *Segundo o tipo de venda* | | | |
| Comum | 1 604 005 | 1 760 563 | 3 410 540 |
| A prazo | 48 | — | 1 650 |
| Em leilão | 1 961 | 4 109 | 4 896 |
| Judicial | 63 063 | 25 366 | 17 272 |
| *Segundo a natureza dos títulos (1)* | | | |
| Públicos | 595 652 | 792 986 | 1 563 750 |
| Dívida externa | 56 | 68 | — |
| Dívida interna | 595 596 | 792 918 | 1 563 750 |
| Da União | 450 943 | 530 418 | 424 921 |
| Dos Estados e Distrito Federal | 143 962 | 261 561 | 314 298 |
| Dos Municípios | 691 | 939 | 1 682 |
| Letras do Tesouro Nacional | — | — | 822 849 |
| Privados | 1 008 353 | 967 577 | 1 846 790 |
| Ações | 976 690 | 941 014 | 1 800 977 |
| De bancos | 47 543 | 69 729 | 88 505 |
| De companhias de seguros | 46 944 | 28 520 | 8 571 |
| De companhias industriais de tecidos | 65 140 | 64 181 | 136 952 |
| De companhias de transportes | 31 618 | 8 349 | 11 886 |
| Outras companhias | 785 445 | 770 235 | 1 555 063 |
| Debêntures | 22 160 | 14 849 | 17 387 |
| Letras hipotecárias | 9 503 | 11 714 | 28 426 |

FONTE — Câmara Sindical da Bôlsa de Valores do Rio de Janeiro.
(1) — Exclusive as transações efetuadas em vendas "a prazo", "em leilão" e "judiciais".

Os títulos públicos mais negociados são os da dívida interna da União.

Quanto aos títulos privados, predominam as ações; as debêntures não atingem sequer 10%.

Entre as ações, destacam-se, quanto ao grupamento individual, as de bancos, as de companhias industriais de tecidos e as de companhias de seguros.

Exceto em 1957, as ações de companhias industriais de tecidos aparecem em 1.º lugar, quanto ao valor conjunto de movimento, e as ações de bancos, em segundo.

O rendimento do capital invertido na transação de títulos públicos na Bôlsa do Rio de Janeiro oferece resultados bem compensadores, em alguns casos.

A tabela a seguir confronta a taxa de juros nominal dos títulos públicos mais negociados com a que realmente foi obtida através da transação dêsses mesmos títulos:

| TÍTULOS | Valor nominal dos títulos (Cr$) | TAXA DE JUROS (%) | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | | Nominal | Real | | |
| | | | 1956 | 1957 | 1958 |
| *Apólices da União* | | | | | |
| Diversas emissões — nominativas | 1 000 | 5 | 8,00 | 7,86 | 8,35 |
| Diversas emissões — nominativas (cautelas) | 1 000 | 5 | 8,05 | 8,52 | 8,47 |
| Diversas emissões — ao portador | 1 000 | 5 | 6,59 | 6,20 | 5,14 |
| Diversas emissões — ao portador (empréstimos antigos) | 1 000 | 5 | 6,72 | 6,34 | 6,18 |
| Diversas emissões — ao portador (cautelas) | 1 000 | 5 | 6,47 | 6,37 | 6,23 |
| Diversas emissões — ao portador (cautelas com 2 semestres vencidos) | 1 000 | 5 | 7,10 | — | — |
| Diversas emissões — ao portador (cautelas com 3 semestres vencidos) | 1 000 | 5 | 7,35 | 6,33 | — |
| Diversas emissões — ao portador (cautelas com 4 semestres vencidos) | 1 000 | 5 | — | 6,23 | — |
| Diversas emissões — ao portador (cautelas com 5 semestres vencidos) | 1 000 | 5 | — | 6,26 | — |
| Reajustamento econômico — ao portador | 1 000 | 5 | 6,45 | 6,22 | 6,72 |
| Uniformizadas — nominativas | 1 000 | 5 | 8,03 | 8,00 | 8,50 |
| *Obrigações da União* | | | | | |
| De guerra — ao portador | 5 000 | 6 | 7,37 | 7,33 | 7,26 |
| De guerra — ao portador | 1 000 | 6 | 7,65 | 7,37 | 7,26 |
| De guerra — ao portador | 500 | 6 | 7,43 | 7,69 | 7,50 |
| Ferroviárias — ao portador | 1 000 | 7 | 9,17 | 8,83 | 8,63 |
| Tesouro Nacional (1921) — ao portador | 1 000 | 7 | 8,67 | 9,07 | 8,67 |
| Tesouro Nacional (1930) — ao portador | 500 | 7 | 9,46 | 8,95 | 9,16 |
| Tesouro Nacional (1930) — ao portador | 1 000 | 7 | 9,41 | 8,63 | 8,76 |
| Tesouro Nacional (1932) — ao portador | 1 000 | 7 | 7,19 | 7,62 | 7,42 |
| Tesouro Nacional (1937) — ao portador | 1 000 | 6 | 7,56 | 7,72 | 7,44 |
| Tesouro Nacional (1939) — ao portador | 1 000 | 7 | 8,60 | 8,50 | 8,50 |
| *Apólices Estaduais* | | | | | |
| Minas Gerais — ao portador | 1 000 | 7 | 16,51 | 18,72 | 20,96 |
| Minas Gerais (Dec. n.º 936) — ao portador | 1 000 | 7 | 15,05 | 15,38 | 14,20 |
| Minas Gerais (Dec. 1 177) — ao portador | 1 000 | 7 | 13,21 | 13,18 | 14,29 |
| Minas Gerais (Recuperação econômica) — ao portador — 1.ª série | 1 000 | 7 | 13,33 | 11,57 | 8,86 |
| Minas Gerais (Recuperação econômica) — ao portador — 2.ª série | 1 000 | 7 | 13,54 | 10,90 | 9,20 |
| Minas Gerais (Recuperação econômica) — ao portador — 3.ª série | 1 000 | 7 | 13,41 | 10,92 | 8,65 |
| Minas Gerais (Dec. n.º 3 226) — populares — ao portador | 500 | 5 | 12,32 | 13,81 | 14,04 |
| Minas Gerais (1934) — ao portador — 1.ª série | 200 | 5 | 9,26 | 11,11 | 11,83 |
| Minas Gerais (1934) — ao portador — 2.ª série | 200 | 5 | 9,80 | 11,63 | 14,29 |
| Minas Gerais (1934) — ao portador — 3.ª série | 200 | 5 | 9,80 | 11,24 | 12,20 |
| Espírito Santo — ao portador | 500 | 8 | 10,39 | 40,00 | — |
| Rio de Janeiro (Eletrificação) — ao portador — 2.ª série | 1 000 | 8 | 14,16 | 18,74 | 16,53 |
| Rio de Janeiro (Eletrificação) — ao portador — 3.ª série | 1 000 | 8 | 11,75 | 19,37 | 15,44 |
| Rio de Janeiro (Rodoviárias) — ao portador | 600 | 8 | 13,01 | 14,95 | 16,00 |
| São Paulo (Ferroviárias) — ao portador | 1 000 | 7 | 11,25 | 10,37 | 11,29 |
| São Paulo (Unificadas) — ao portador | 1 000 | 6 | 10,56 | 10,05 | 10,00 |
| São Paulo (Uniformizadas) — ao portador | 1 000 | 8 | 10,17 | 10,00 | 10,18 |
| São Paulo (IV Centenário) — ao portador | 500 | 5 | 7,35 | 7,12 | 6,58 |
| São Paulo — ao portador | 200 | 5 | 5,75 | 5,92 | 5,46 |
| Paraná (Dec. n.º 7 378) — ao portador | 1 000 | 7 | — | — | — |
| Rio Grande do Sul (Rodoviárias) — ao portador | 1 000 | 8 | 9,17 | 9,50 | 9,67 |
| *Apólices do Distrito Federal* | | | | | |
| Empréstimo de 1917 — ao portador | 200 | 6 | 7,41 | 8,39 | 9,23 |
| Empréstimo de 1931 — ao portador | 200 | 6 | 7,14 | 8,63 | 8,14 |
| Empréstimo do Dec. 1 535 — ao portador | 200 | 7 | 8,33 | 8,14 | 7,53 |
| Empréstimo de 1954 (Lei n.º 800) — ao portador | 800 | 5 | 6,90 | 7,89 | 7,55 |
| Empréstimo de 1954 (Lei n.º 820) — Plano A — ao portador | 800 | 5 | 5,28 | 6,85 | — |
| Empréstimo de 1954 (Lei n.º 820) — Plano B — ao portador | 800 | 5 | 6,39 | 6,99 | — |
| Empréstimo de 1954 (Lei n.º 820) — Plano A — ao portador | 1 000 | 5 | — | — | — |
| Empréstimo de 1954 (Lei n.º 820) — Plano B — ao portador | 1 000 | 5 | — | — | — |

Observam-se casos, como o das Apólices do Espírito Santo — ao portador — em que a taxa dos juros real atingiu até 40%, contra os 8% da taxa nominal.

Além dos títulos já citados, destacam-se como os de maior rendimento algumas apólices do Estado de Minas Gerais e as do Estado do Rio de Janeiro.

## COMÉRCIO

GIRO COMERCIAL — O valor da arrecadação do impôsto sôbre vendas e consignações, no Distrito Federal, representa o resultado da cobrança, feita pela autoridade fiscal, de quantia correspondente a 4% sôbre o valor de cada venda realizada.

A referida taxa incide pràticamente sôbre tôdas as vendas.

Mediante simples regra de três, portanto, é possível estimar, à base da arrecadação do impôsto referido, o volume de vendas realizadas na Capital da República, ou como geralmente se denomina, o "giro comercial".

Em 1958, a arrecadação do impôsto em referência atingiu 9 534 508 milhares de cruzeiros.

Se com a cobrança de 4% sôbre cada venda foram arrecadados 9 534 508 milhares de cruzeiros, o total de vendas realizadas — ou os 100% — corresponde a 238 362 700 milhares de cruzeiros.

Êste é o giro comercial estimado para o Distrito Federal em 1958.

Para avaliar o que representa o referido montante tenha-se em vista que êle equivale a mais de três vêzes e meia o valor de tôda exportação nacional, no comércio exterior (ano de 1958):

| | *Cr$ bilhões* |
|---|---|
| Giro comercial do Distrito Federal | 238 |
| Exportação nacional (comércio exterior) | 64 |

Em outras palavras, o valor das vendas mercantis realizadas dentro das fronteiras do Distrito Federal supera mais de três vêzes e meia o valor das vendas realizadas por tôda a economia nacional para o exterior.

Cada Unidade da Federação adota uma taxa diferente para cobrança do impôsto sôbre vendas e consignações. Dêste modo, os valores da arrecadação total do impôsto, representando resultados de incidências tributárias diversas, não se prestam a confrontos para fins de comparação de importância comercial.

O cálculo do giro comercial, no entanto, como foi esclarecido, reduzindo todos os valores à base uniforme de 100%, permite estabelecer as confrontações regionais

Apenas uma Unidade da Federação se apresenta com giro comercial superior ao do Distrito Federal: o Estado de São Paulo, com seus 435 municípios.

Em ordem de maior valor, verifique-se a posição da Capital da República entre as Unidades da Federação (ano de 1958):

A velha Rua do Acre, próxima à zona portuária, com seus sobrados antigos constitui o centro do comércio atacadista principalmente de cereais. Na foto observa-se fila de caminhões a espera de carregar ou descarregar nos armazéns que se estendem por tôda a Rua.

| *UNIDADES DA FEDERAÇÃO* | *Giro comercial* (*Cr$ bilhões*) |
|---|---|
| São Paulo | 805 |
| Distrito Federal | 238 |
| Rio Grande do Sul | 152 |
| Minas Gerais | 105 |

As restantes Unidades da Federação muito se distanciam, em valor do giro comercial, das discriminadas.

EXPORTAÇÃO POR VIAS INTERNAS — O Distrito Federal exerce papel de relêvo como centro distribuidor. O valor das exportações que realiza para outras partes do território nacional supera apreciàvelmente o valor das exportações que destina ao exterior:

| | *Exportações realizadas em* 1958 (*Cr$* 1 000 000) |
|---|---|
| Exportação (comércio exterior) | 7 629 |
| Exportação (cabotagem) | 11 761 |
| Exportação (por vias internas) | 73 038 |

É extraordinária a diferença entre as três espécies de exportação, ressaltando a função de centro distribuidor exercida pela Capital da República.

As exportações do Distrito Federal, por vias internas têm os seguintes destinos principais (dados de 1958):

| *PRINCIPAIS DESTINOS* | *Valor, em ordem decrescente* (*Cr$* 1 000 000) | % |
|---|---|---|
| Estado de São Paulo | 22 866 | 31 |
| Estado do Rio de Janeiro | 19 022 | 26 |
| Estado de Minas Gerais | 13 526 | 19 |
| Estado do Rio Grande do Sul | 3 972 | 5 |
| Outras unidades da federação | 13 652 | 19 |
| TOTAL GERAL | 73 038 | 100 |

Só os Estados de São Paulo e Rio de Janeiro absorvem 57% das exportações.

Cumpre esclarecer que o Distrito Federal exporta para tôdas as Unidades da Federação, inclusive para o longínquo Território de Rondônia; porém as exportações para as Unidades não discriminadas na relação anterior não abrangem, no conjunto, mais que 19% do total geral.

Isto significa que, como centro distribuidor, o Distrito Federal atende a uma área que se circunscreve pràticamente a parte das Regiões Leste e Sul (Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Rio Grande do Sul).

Como foi visto em capítulo anterior, 87% do volume de exportações processa-se por via rodoviária (dados de 1958):

| *VIAS DE EXPEDIÇÃO* | *Ordem decrescente de volume* (1 000 *toneladas*) |
|---|---|
| Rodoviária | 1 436 |
| Ferroviária | 83 |
| Aérea | 4 |
| Postal | 1 |
| TOTAL (incluindo a exportação por barcas, através da baía de Guanabara) | 1 640 |

Referentemente ao valor comercial, as exportações por via rodoviária atingiram 65,7 bilhões de cruzeiros, representando 90% sôbre o total geral exportado, que foi de 73,0 bilhões.

O valor correspondente às exportações por ferrovia alcança apenas 1,3 bilhões de cruzeiros, menos que o valor da expedição aérea (2,0 bilhões).

Em ordem decrescente de valor, as exportações grupam-se nas seguintes classes de mercadorias (dados de 1958):

| | *Valor* (*Cr$* 1 000 000) |
|---|---|
| Manufaturas classificadas principalmente segundo a matéria prima | 18 668 |
| Máquinas e veículos, seus pertences e acessórios | 15 041 |
| Produtos químicos, farmacêuticos e semelhantes | 13 741 |
| Artigos manufaturados diversos | 11 051 |
| Gêneros alimentícios e bebidas | 7 942 |
| Matérias primas, em bruto e preparadas | 6 452 |
| Ouro, moedas, transações especiais | 129 |
| Animais vivos | 14 |
| TOTAL | 73 038 |

Os dados transcritos neste capítulo foram apurados pela Diretoria de Levantamentos Estatísticos, da Secretaria-Geral do Conselho Nacional de Estatística.

Predominam as manufaturas (26% sôbre o total), as máquinas e veículos, com respectivos pertences e acessórios (21% sôbre o total) e os produtos químicos, farmacêuticos e semelhantes (19%).

MOVIMENTO MARÍTIMO — No tocante ao movimento marítimo, o Rio de Janeiro ocupa o 2.º lugar entre os portos brasileiros (organizados e não organizados). Apenas o pôrto de Santos registra movimento mais intenso.

Tomando como conjunto os portos cujo movimento tenha atingido o total de 500 milhares de toneladas de registro anuais (na entrada de navios), obtém-se a tabela dada a seguir, onde se observa a posição vantajosa conquistada pelo pôrto do Rio de Janeiro, entre os portos mais movimentados:

| PORTOS | NÚMERO DE NAVIOS | | | | | TONELAGEM DE REGISTRO (1 000 t) | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 1954 | 1955 | 1956 | 1957 | 1958 | 1954 | 1955 | 1956 | 1957 | 1958 |
| Belém | 935 | 901 | 1 036 | 1 139 | 963 | 1 700 | 1 461 | 1 760 | 2 383 | 1 706 |
| Fortaleza * | 847 | 815 | 850 | 847 | 840 | 1 176 | 1 154 | 1 093 | 1 237 | 1 216 |
| Natal | 267 | 277 | 297 | 422 | 369 | 429 | 438 | 521 | 541 | 521 |
| Cabedelo | 364 | 363 | 406 | 482 | 352 | 761 | 826 | 797 | 885 | 834 |
| Recife | 1 646 | 1 534 | 1 450 | 1 609 | 1 510 | 4 159 | 4 024 | 3 487 | 3 986 | 3 718 |
| Maceió | 374 | 296 | 370 | 360 | 378 | 507 | 612 | 597 | 541 | 479 |
| Salvador | 1 246 | 1 162 | 1 312 | 1 387 | 1 386 | 3 690 | 3 333 | 3 560 | 4 048 | 4 103 |
| Ilhéus | 688 | 749 | 725 | 702 | 806 | 768 | 833 | 916 | 833 | 850 |
| Vitória | 1 005 | 995 | 964 | 998 | 867 | 1 915 | 2 060 | 2 297 | 2 529 | 2 325 |
| RIO DE JANEIRO | 4 780 | 4 610 | 4 642 | 4 575 | 4 506 | 13 372 | 12 865 | 12 976 | 12 949 | 13 087 |
| Santos | 5 479 | 5 349 | 5 477 | 5 233 | 5 130 | 13 499 | 13 528 | 13 567 | 13 517 | 14 129 |
| São Sebastião * | 1 871* | 1 622* | 1 596* | 1 707 | 1 665 | 245* | 211* | 321* | 1 068* | 1 358 |
| Paranaguá | 926 | 786 | 889 | 931 | 1 052 | 2 084 | 1 653 | 1 963 | 2 033 | 2 255 |
| Itajaí * | 1 065 | 941 | 1 004 | 905 | 945 | 647 | 592 | 496 | 541 | 691 |
| Pôrto Alegre | 1 830 | 1 748 | 1 972 | 1 832 | 1 825 | 1 769 | 1 481 | 1 557 | 1 649 | 1 769 |
| Rio Grande | 1 147 | 1 163 | 1 175 | 1 230 | 1 265 | 2 639 | 2 321 | 2 414 | 2 440 | 2 806 |
| BRASIL | 36 872 | 35 480 | 36 762 | 37 853 | 35 861 | 53 417 | 50 837 | 51 916 | 55 236 | 56 605 |

FONTE — Serviço de Estatística Econômica e Financeira.
* Portos não organizados.

Para o decênio 1949/58, o movimento observado, no conjunto do País e nos portos de Santos, *Rio de Janeiro*, Salvador e Recife (portos com movimento de entrada superior a 3 000 milhares de toneladas anuais), é dado, em valores absolutos e percentuais sôbre o Brasil, na tabela a seguir:

| ANOS | TONELAGEM DE REGISTRO DOS NAVIOS ENTRADOS | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Milhares de toneladas | | | | | Percentagens sôbre o Brasil | | | |
| | BRASIL | Santos | Rio de Janeiro | Salvador | Recife | Santos | Rio de Janeiro | Salvador | Recife |
| 1949 | 45 204 | 10 552 | 11 850 | 3 355 | 3 122 | 23,3 | 26,2 | 7,4 | 6,9 |
| 1950 | 46 877 | 11 029 | 12 096 | 3 298 | 3 442 | 23,5 | 25,8 | 7,0 | 7,4 |
| 1951 | 45 983 | 11 082 | 12 279 | 2 903 | 3 514 | 24,1 | 26,7 | 6,3 | 7,6 |
| 1952 | 50 619 | 12 115 | 13 237 | 3 290 | 3 612 | 23,9 | 26,2 | 6,5 | 7,1 |
| 1953 | 53 026 | 13 277 | 13 579 | 3 761 | 3 656 | 25,0 | 25,6 | 7,1 | 6,9 |
| 1954 | 53 417 | 13 499 | 13 372 | 3 690 | 4 159 | 25,3 | 25,0 | 6,9 | 7,8 |
| 1955 | 50 837 | 13 258 | 12 865 | 3 333 | 4 025 | 26,1 | 25,3 | 6,6 | 7,9 |
| 1956 | 51 916 | 13 567 | 12 976 | 3 560 | 3 487 | 26,1 | 25,0 | 6,9 | 6,7 |
| 1957 | 55 236 | 13 517 | 12 949 | 4 048 | 3 986 | 24,5 | 23,4 | 7,3 | 7,2 |
| 1958 | 56 605 | 14 129 | 13 087 | 4 103 | 3 718 | 25,0 | 23,1 | 7,2 | 6,6 |
| 1949/58 | 509 720 | 126 025 | 128 290 | 35 341 | 36 721 | 24,7 | 25,2 | 6,9 | 7,2 |

FONTE — Serviço de Estatística Econômica e Financeira.

Os portos do Rio de Janeiro e de Santos alcançam, em conjunto, no período em foco, um movimento de entradas em tôrno de 50% do total nacional.

Para os portos do Rio de Janeiro e de Santos, o Serviço de Estatística Econômica e Financeira divulga também o movimento marítimo (entrada de navios), com especificação da nacionalidade dos navios entrados. Focaliza-se, a seguir, o movimento relativo às bandeiras que, em um dos anos do qüinqüênio 1954/58, tenham assinalado o total de 500 milhares de toneladas de registro:

| BANDEIRAS | ANOS | NÚMERO DE NAVIOS | | TONELAGEM DE REGISTRO (1 000 t) | |
|---|---|---|---|---|---|
| | | Rio de Janeiro, DF | Santos | Rio de Janeiro, DF | Santos |
| BRASILEIRA | 1954 | 2 607 | 3 007 | 2 684 | 1 930 |
| | 1955 | 2 428 | 2 980 | 2 494 | 2 236 |
| | 1956 | 2 456 | 3 049 | 2 730 | 2 527 |
| | 1957 | 2 394 | 2 826 | 2 756 | 2 547 |
| | 1958 | 2 248 | 2 564 | 2 660 | 2 095 |
| Longo curso | 1954 | 240 | 177 | 738 | 684 |
| | 1955 | 179 | 196 | 700 | 783 |
| | 1956 | 216 | 232 | 696 | 861 |
| | 1957 | 213 | 217 | 687 | 797 |
| | 1958 | 210 | 198 | 746 | 675 |
| Cabotagem | 1954 | 2 367 | 2 830 | 1 946 | 1 246 |
| | 1955 | 2 249 | 2 784 | 1 794 | 1 453 |
| | 1956 | 2 240 | 2 817 | 2 034 | 1 666 |
| | 1957 | 2 181 | 2 609 | 2 069 | 1 750 |
| | 1958 | 2 038 | 2 366 | 1 914 | 1 420 |
| ESTRANGEIRA | 1954 | 2 173 | 2 472 | 10 688 | 11 569 |
| | 1955 | 2 182 | 2 369 | 10 371 | 11 022 |
| | 1956 | 2 186 | 2 428 | 10 246 | 11 040 |
| | 1957 | 2 181 | 2 407 | 10 193 | 10 970 |
| | 1958 | 2 258 | 2 566 | 10 427 | 12 034 |
| Alemã | 1954 | 64 | 68 | 261 | 272 |
| | 1955 | 92 | 103 | 352 | 379 |
| | 1956 | 100 | 111 | 392 | 439 |
| | 1957 | 139 | 163 | 502 | 558 |
| | 1958 | 185 | 194 | 678 | 678 |
| Argentina | 1954 | 206 | 249 | 890 | 899 |
| | 1955 | 234 | 289 | 913 | 923 |
| | 1956 | 267 | 339 | 1 027 | 1 066 |
| | 1957 | 273 | 302 | 1 070 | 1 035 |
| | 1958 | 261 | 324 | 1 002 | 1 139 |
| Francesa | 1954 | 114 | 111 | 659 | 650 |
| | 1955 | 102 | 105 | 624 | 631 |
| | 1956 | 99 | 111 | 608 | 634 |
| | 1957 | 92 | 106 | 573 | 608 |
| | 1958 | 106 | 109 | 657 | 655 |
| Holandesa | 1954 | 221 | 242 | 952 | 1 044 |
| | 1955 | 200 | 242 | 837 | 975 |
| | 1956 | 186 | 209 | 785 | 888 |
| | 1957 | 190 | 216 | 803 | 917 |
| | 1958 | 203 | 235 | 806 | 957 |
| Inglêsa | 1954 | 254 | 276 | 1 624 | 1 674 |
| | 1955 | 229 | 230 | 1 465 | 1 437 |
| | 1956 | 230 | 210 | 1 409 | 1 281 |
| | 1957 | 243 | 221 | 1 483 | 1 362 |
| | 1958 | 248 | 244 | 1 445 | 1 410 |

| BANDEIRAS | ANOS | NÚMERO DE NAVIOS | | TONELAGEM DE REGISTRO (1 000 t) | |
|---|---|---|---|---|---|
| | | Rio de Janeiro, DF | Santos | Rio de Janeiro, DF | Santos |
| Italiana | 1954 | 174 | 173 | 1 316 | 1 350 |
| | 1955 | 161 | 162 | 1 238 | 1 298 |
| | 1956 | 120 | 151 | 978 | 1 113 |
| | 1957 | 110 | 122 | 852 | 920 |
| | 1958 | 131 | 132 | 1 065 | 1 034 |
| Liberiana | 1954 | 28 | 27 | 142 | 127 |
| | 1955 | 43 | 48 | 231 | 334 |
| | 1956 | 88 | 66 | 528 | 516 |
| | 1957 | 117 | 100 | 679 | 966 |
| | 1958 | 62 | 159 | 358 | 1 671 |
| Norte-Americana | 1954 | 274 | 310 | 1 526 | 1 670 |
| | 1955 | 281 | 316 | 1 556 | 1 712 |
| | 1956 | 294 | 324 | 1 607 | 1 748 |
| | 1957 | 265 | 323 | 1 460 | 1 700 |
| | 1958 | 241 | 269 | 1 187 | 1 320 |
| Norueguesa | 1954 | 249 | 326 | 1 015 | 1 379 |
| | 1955 | 282 | 295 | 1 150 | 1 208 |
| | 1956 | 243 | 273 | 944 | 1 036 |
| | 1957 | 212 | 232 | 821 | 760 |
| | 1958 | 231 | 221 | 908 | 764 |
| Sueca | 1954 | 184 | 221 | 483 | 544 |
| | 1955 | 172 | 200 | 364 | 494 |
| | 1956 | 199 | 227 | 427 | 534 |
| | 1957 | 172 | 231 | 356 | 516 |
| | 1958 | 181 | 228 | 479 | 520 |
| TOTAL | 1954 | 4 780 | 5 479 | 13 372 | 13 499 |
| | 1955 | 4 610 | 5 349 | 12 865 | 13 258 |
| | 1956 | 4 642 | 5 477 | 12 976 | 13 567 |
| | 1957 | 4 575 | 5 233 | 12 949 | 13 517 |
| | 1958 | 4 506 | 5 130 | 13 087 | 14 129 |

Deve o Pôrto do Rio de Janeiro à navegação de longo curso a atividade maior, no movimento marítimo que registrou no qüinqüênio 1954/58. A mesma situação é verificada no tocante ao Pôrto de Santos e outros portos. Aliás em face das necessidades brasileiras ainda é pequena a nossa frota mercante de cabotagem. Assim, tem o País de se socorrer com a tonelagem oferecida pelas frotas estrangeiras, para movimentar as mercadorias necessárias ao seu consumo e à sua expansão econômica. Na tabela a seguir, expõe-se o movimento marítimo verificado nos portos do Rio de Janeiro e de Santos, conforme os cursos marítimos seguidos pelos navios que entram nesses portos. São dadas também as percentagens que a navegação de longo curso, a navegação de bandeira estrangeira e a navegação nacional de cabotagem atingem, no conjunto dos navios entrados.

| CURSOS | ANOS | NÚMERO DE NAVIOS | | TONELAGEM DE REGISTRO (1 000t) | |
|---|---|---|---|---|---|
| | | Rio de Janeiro, DF | Santos | Rio de Janeiro, DF | Santos |
| Longo curso | 1954 | 2 413 | 2 649 | 11 426 | 12 253 |
| | 1955 | 2 361 | 2 565 | 11 071 | 11 805 |
| | 1956 | 2 402 | 2 660 | 10 942 | 11 901 |
| | 1957 | 2 394 | 2 624 | 10 880 | 11 767 |
| | 1958 | 2 468 | 2 764 | 11 173 | 12 709 |
| Brasileira | 1954 | 240 | 177 | 738 | 684 |
| | 1955 | 179 | 196 | 700 | 783 |
| | 1956 | 216 | 232 | 696 | 861 |
| | 1957 | 213 | 217 | 687 | 797 |
| | 1958 | 210 | 198 | 746 | 675 |
| Estrangeira | 1954 | 2 173 | 2 472 | 10 688 | 11 569 |
| | 1955 | 2 182 | 2 369 | 10 371 | 11 022 |
| | 1956 | 2 186 | 2 428 | 10 246 | 11 040 |
| | 1957 | 2 181 | 2 407 | 10 193 | 10 970 |
| | 1958 | 2 258 | 2 566 | 10 427 | 12 034 |
| CABOTAGEM (Brasileira) | 1954 | 2 367 | 2 830 | 1 946 | 1 246 |
| | 1955 | 2 249 | 2 784 | 1 794 | 1 453 |
| | 1956 | 2 240 | 2 817 | 2 034 | 1 666 |
| | 1957 | 2 181 | 2 609 | 2 069 | 1 750 |
| | 1958 | 2 038 | 2 366 | 1 914 | 1 420 |

| BANDEIRAS | ANOS | NÚMERO DE NAVIOS | | TONELAGEM DE REGISTRO (1 000 t) | |
|---|---|---|---|---|---|
| | | Rio de Janeiro, DF | Santos | Rio de Janeiro, DF | Santos |
| TOTAL | 1954 | 4 780 | 5 479 | 13 372 | 13 499 |
| | 1955 | 4 610 | 5 341 | 12 865 | 13 258 |
| | 1956 | 4 642 | 5 477 | 12 976 | 13 567 |
| | 1957 | 4 575 | 5 233 | 12 949 | 13 517 |
| | 1958 | 4 506 | 5 130 | 13 087 | 14 129 |
| % de longo curso sôbre o total: | 1954 | 50,5 | 48,3 | 85,4 | 90,8 |
| | 1955 | 51,2 | 48,0 | 86,1 | 89,0 |
| | 1956 | 51,7 | 48,6 | 84,3 | 87,7 |
| | 1957 | 52,3 | 50,1 | 84,0 | 87,1 |
| | 1958 | 54,8 | 53,9 | 85,4 | 89,9 |
| % dos navios estrangeiros sôbre o total | 1954 | 45,5 | 45,1 | 79,9 | 85,7 |
| | 1955 | 47,3 | 44,3 | 80,6 | 83,1 |
| | 1956 | 47,1 | 44,3 | 79,0 | 81,4 |
| | 1957 | 47,7 | 46,0 | 78,7 | 81,2 |
| | 1958 | 50,1 | 50,0 | 79,7 | 85,2 |
| % da cabotagem (nacional) sôbre o total: | 1954 | 49,5 | 51,7 | 14,6 | 9,2 |
| | 1955 | 48,8 | 52,0 | 13,9 | 11,0 |
| | 1956 | 48,3 | 51,4 | 15,7 | 12,3 |
| | 1957 | 47,7 | 49,9 | 16,0 | 12,9 |
| | 1958 | 45,2 | 46,1 | 14,6 | 10,1 |

FONTE Serviço de Estatística Econômica e Financeira.

**COMÉRCIO EXTERIOR** — No âmbito das trocas comerciais, por via marítima, com o estrangeiro, o Rio de Janeiro, mantém, na atualidade, o 2.º lugar entre os portos brasileiros.

Na tabela que se segue e que focaliza os volumes físico e monetário do comércio exterior dos principais portos brasileiros (portos, cujo movimento redondo — exportação/importação — tenha atingido 3 000 milhões de cruzeiros no triênio 1956/58), observa-se a situação favorável que cabe ao Rio de Janeiro, no conjunto dos portos brasileiros:

| PORTOS | QUANTIDADE (1 000 t) | | | VALOR (Cr$ 1 000 000) | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Exportação | Importação | Exportação e importação | Exportação | Importação | Exportação e importação |
| Belém | 165 | 574 | 739 | 2 153 | 2 685 | 4 838 |
| Fortaleza * | 88 | 403 | 491 | 3 058 | 1 872 | 4 928 |
| Recife | 710 | 2 065 | 2 775 | 6 087 | 9 196 | 15 283 |
| Salvador | 1 634 | 716 | 2 350 | 11 061 | 5 432 | 16 493 |
| Ilhéus | 298 | 0 | 298 | 8 710 | 1 | 8 711 |
| Vitória | 7 915 | 403 | 8 318 | 12 251 | 2 153 | 14 404 |
| RIO DE JANEIRO | 2 668 | 12 179 | 14 847 | 23 534 | 80 176 | 103 710 |
| Santos | 3 292 | 19 558 | 22 850 | 68 457 | 131 477 | 199 952 |
| Paranaguá | 660 | 693 | 1 353 | 17 921 | 2 550 | 20 471 |
| Pôrto Alegre | 480 | 692 | 1 172 | 3 135 | 9 681 | 12 816 |
| Rio Grande | 329 | 2 757 | 3 086 | 4 703 | 6 627 | 11 330 |
| BRASIL | 21 761 | 41 664 | 63 425 | 183 880 | 261 371 | 445 251 |

FONTE — Serviço de Estatística Econômica e Financeira.
* Pôrto não organizado.

Tomando como base o volume monetário, observa-se que o Rio de Janeiro foi mais pôrto importador que exportador, no triênio em tela. Maiores importadores foram também os portos de Belém, Recife, Santos, Pôrto Alegre e Rio Grande. Já os portos de Fortaleza, Salvador, Ilhéus e Paranaguá foram maiores exportadores.

Do valor conjunto, da exportação e importação brasileira do triênio 1956/58, o Pôrto do Rio de Janeiro participava com 23,3%. A Santos couberam 44,8%; a Paranaguá, 4,6; a Salvador, 3,7; a Recife, 3,4; a Vitória, 3,2;

a Pôrto Alegre, 2,9; ao Rio Grande, 2,5; a Ilhéus, 2,0; a Fortaleza, 1,1; a Belém, 1,1. Portanto, couberam aos portos do Rio de Janeiro e de Santos, no triênio observado, 68,1% do comércio exterior, por via marítima, do País.

Entre as principais mercadorias de exportação, no triênio 1956/58, o Pôrto do Rio de Janeiro aparece como exportador de: algodão em resíduos; café em grão; cêra de carnaúba; essência de pau-rosa; ferro fundido ou gusa; hematita; laranjas; mentol; minério de manganês; óleo de sassafrás; peles e couros, em bruto.

O Rio de Janeiro foi o 2.° pôrto exportador de café em grão, no triênio 1956/58, com 8 975 milhares de sacas no valor de 18 227 milhões de cruzeiros. À sua frente situou-se Santos, com 22 048 milhares de sacas no valor de 50 676 milhões de cruzeiros. Grandes exportadores de café em grão ainda foram os portos de Paranaguá e Vitória, com 8 087 milhares de sacas no valor de 16 418 milhões de cruzeiros e 3 207 milhares de sacas no valor de 5 217 milhões de cruzeiros, respectivamente. Sôbre o total nacional de 42 317 milhares de sacas no valor de 90 537 milhões de cruzeiros, as quantidades de café em grão exportadas pelo Pôrto do Rio de Janeiro atingem 20,1% do valor da exportação nacional, as exportadas por Santos muito mais, ou seja, 56,0%.

Em 1958, o Rio de Janeiro foi o 3.° pôrto exportador de café em grão, com 2 833 milhares de sacas no valor de 5 395 milhões de cruzeiros. À sua frente situou-se Santos, com 4 834 milhares de sacas no valor de 10 202 milhões de cruzeiros e Paranaguá com 2914 milhares de sacas no valor de 5 654 milhões de cruzeiros. Grande exportador de café em grão foi ainda o pôrto de Vitória, com 1 281 milhares de sacas no valor de 2 082 milhões de cruzeiros. Sôbre o total nacional de 12 883 milhares de sacas no valor de 25 340 milhões de cruzeiros, as quantidades de café em grão exportadas pelo Pôrto do Rio de Janeiro atingem 21,3% do valor da exportação nacional, as exportadas por Santos muito mais, ou seja, 40,3%.

O Pôrto do Rio de Janeiro foi ainda o 2.° exportador de algodão em resíduos, essência de pau-rosa, ferro fundido ou gusa; hematita; laranjas; mentol; minérios de manganês; óleo de sassafrás; o 3.° exportador de peles e couros, em bruto; o 4.° exportador de cêra de carnaúba, entre os portos brasileiros, no triênio em tela.

Entre as 49 principais mercadorias de importação, do País, no triênio 1956/58 (conforme "Anuário Estatístico do Brasil, 1958 — Ano XIX"), o Rio de Janeiro aparece como pôrto importador de 46 mercadorias. Dessas mercadorias, excluiu-se a importação de aviões, que chegam ao País por fôrça própria, em demanda dos aeroportos de destino.

Citam-se apenas as principais mercadorias importadas pelo Pôrto do Rio de Janeiro, por ordem decrescente do volume monetário: trigo em grão; óleo combustível para fornos ou caldeiras de vapor ("fuel-oil"); chassis com motores, para ônibus, caminhões e semelhantes; óleo combustível para motores de explosão ("diesel-oil"); óleos lubrificantes; petróleo em bruto ou cru; gasolina comum; carvão-de-pedra ou hulha, em bruto; querosene; bacalhau; fôlha-de-flandres; gasolina para aviação; malte ou cevada torrefata; tratores de esteira, exclusive a vapor; pertences ou acessórios para automóveis, caminhões e semelhantes; azeite de oliveira; pasta química de madeira ou celulose, sulfite; corantes de anilina; automóveis para passageiros; navios e barcos a motor, de mais de 250 toneladas, não especificados; pasta química de madeira ou celulose, não sulfite.

Coube ao Rio de Janeiro o 2.° lugar como importador de trigo em grão, com 1 014 milhares de toneladas no valor de 3 577 milhões de cruzeiros, sôbre o total nacional de 4 369 milhares de toneladas no valor de 15 930 milhões de cruzeiros. Importador maior foi apenas Santos, com 1 840 milhares de toneladas no valor de 6 737 milhões de cruzeiros. Já importações bem menores acusavam os portos de Salvador, Recife e Pôrto Alegre. Drenou o Rio de Janeiro, assim, para seu pôrto, 22,4% do valor da importação nacional de trigo em grão. Santos, colocado em 1.° lugar entre os portos importadores, obteve 42,3%.

O Rio de Janeiro foi o 1.° importador de gasolina comum, com 616 milhares de toneladas no valor de 2 043 milhões de cruzeiros, sôbre o total nacional de 1 575 milhares de toneladas no valor de 4 934 milhões de cruzeiros. O 2.° importador foi o Pôrto do Rio Grande. Couberam, assim, ao Rio de Janeiro, 41,4% do valor da importação nacional.

Com grande vantagem, foi também 1.° pôrto importador de óleos lubrificantes, com 438 milhares de toneladas no valor de 2 154 milhões de cruzeiros, sôbre o total nacional de 541 milhares de toneladas no valor de 3 257 milhões de cruzeiros, sendo o 2.° importador Santos, com 80 milhares de toneladas no valor de 814 milhões de cruzeiros. Pôrto Alegre foi o 3.° importador. Do valor da importação nacional, couberam, portanto, ao Rio de Janeiro, 66,1% e a Santos 25%.

Foi o 2.° importador de chassis com motores (para ônibus, caminhões e semelhantes), com 2 346 milhões de cruzeiros, sôbre o total nacional de 11 780 milhões de cruzeiros. Santos, que foi o 1.° importador, nesse particular, consignava o valor de 9 380 milhões de cruzeiros. Foram, o Rio de Janeiro e Santos, como se vê, pràticamente, os únicos importadores dessa mercadoria.

No tocante a petróleo em bruto, Santos encabeça com grande vantagem a lista dos portos importadores, com 12 503 milhares de toneladas no valor de 14 940 milhões de cruzeiros. Ocupa o Rio de Janeiro, nesse particular, o 2.° pôsto, com 1 368 milhares de toneladas no valor de 2 128 milhões de cruzeiros, vindo a seguir o Rio Grande, no 3.° lugar. Sôbre o total nacional de 15 388 milhares de toneladas no valor de 19 837 milhões de cruzeiros, as cotas alcançadas pelos portos do Rio de Janeiro e de Santos atingiram, respectivamente, 10,7 e 75,3%.

O Rio de Janeiro foi o 1.° importador de óleo combustível ("diesel-oil"), de que importou 1 299 milhares de toneladas no valor de 2 180 milhões de cruzeiros, sôbre o total nacional de 3 235 milhares de toneladas no valor de 5 278 milhões de cruzeiros. Rio Grande foi o 2.° importador, com 528 milhares de toneladas no valor de 876 milhões de cruzeiros, e Santos, o 3.°, com 335 milhares de toneladas no valor de 442 milhões de cruzeiros.

Também foi o 1.° importador de querosene, com 526 milhares de toneladas no valor de 1 139 milhões de cruzeiros, sôbre o total nacional de 1 300 milhares de toneladas no valor de 2 785 milhões de cruzeiros, antes de



4 — 24 938

Santos, com 171 milhares de toneladas no valor de 363 milhões de cruzeiros. Na importação dessa mercadoria, o Recife colocou-se no 3.º lugar e Rio Grande no 4.º, entre os portos brasileiros.

Foi o 2.º importador de fôlha-de-flandres, com o valor de 1 086 milhões de cruzeiros, sôbre o total nacional de 4 313 milhões de cruzeiros. Santos foi o 1.º importador, com 2 165 milhões de cruzeiros.

Na importação de bacalhau, o Rio de Janeiro sagrou-se o 1.º importador, com o valor de 1 114 milhões de cruzeiros, sôbre o total nacional de 3 341 milhões de cruzeiros. Em seguida, vinha Santos, como pôrto que mais importou, e, em 3.º lugar, o Recife.

O Pôrto do Rio de Janeiro ocupa posição de franco domínio na importação brasileira de carvão betuminoso, em bruto. Sôbre o total nacional de 1 085 milhares de toneladas no valor de 1 083 milhões de cruzeiros, importou 1 067 milhares de toneladas no valor de 1 065 milhões de cruzeiros.

Ocupa o 1.º lugar, entre os demais portos do País, na importação de papel para impressão de jornais, carvão-de-pedra ou hulha, gasolina para aviação, navios e barcos a motor (de mais de 200 toneladas, não especificados). Depois de Santos, é o maior importador de malte ou cevada torrefata, pertences e acessórios para automóveis de passageiros, caminhões e semelhantes; corantes de anilina; pasta química de madeira, sulfite, tratores de esteira, exclusive a vapor, automóveis para passageiros.

COMÉRCIO DE CABOTAGEM — No conjunto dos portos brasileiros, o do Rio de Janeiro situa-se em posição de vanguarda quanto ao movimento de exportação e importação de cabotagem.

Em 1958, importou 15 121 milhões de cruzeiros de mercadorias, correspondentes a 1 852 milhares de toneladas, e exportou 11 761 milhões de cruzeiros, correspondentes a 406 milhares de toneladas.

No referido ano, os valores indicados alcançaram elevadas percentagens sôbre os totais nacionais: 21,5% quanto à importação e 16,7% quanto à exportação. Essas percentagens mantêm-se aproximadamente as mesmas, há vários anos.

O Estado de São Paulo — pràticamente representado pelo Pôrto de Santos, em vista da posição de absoluta predominância mantida por êste no conjunto dos portos do Estado — importou, no ano em pauta, quantidades que atingiram 13 301 milhões de cruzeiros e 1 820 milhares de toneladas, e exportou mercadorias no valor de 12 062 milhões de cruzeiros que corresponderam a 827 milhares de toneladas de volume físico situando-se, assim, no 2.º lugar, quanto ao movimento de cabotagem do País.

Verifica-se, pois, a posição destacada do Pôrto do Rio de Janeiro, como centro distribuidor no comércio interestadual marítimo.

Das mercadorias desembarcadas no Distrito Federal em 1958 (1 852 milhares de toneladas, no valor de 15 121 milhões de cruzeiros), procediam do Estado do Rio Grande do Sul (portos principais: Rio Grande, Pôrto Alegre e Pelotas) 432 milhares de toneladas no valor de 6 393 milhões de cruzeiros. Êsses resultados situam o Rio Grande do Sul em primeiro lugar, na pauta de importação interestadual do Distrito Federal, via cabotagem, com quotas que atingiram 23,3%, quanto à quantidade, e 42,3% quanto ao valor.

Ao pequeno Estado de Santa Catarina (portos principais: São Francisco do Sul, Itajaí, Henrique Lage, Florianópolis) coube, no ano assinalado, o segundo lugar: procedentes desta Unidade da Federação o Pôrto do Rio de Janeiro recebeu 589 milhares de toneladas de mercadorias, no valor de 1787 milhões de cruzeiros. Expressos em percentagens sôbre os totais das importações do Distrito Federal, êsses resultados atingem 31,8% da quantidade e 11,8% do valor.

Em 3.º lugar, como exportador para o Distrito Federal, colocou-se, ainda em 1958, o Estado do Maranhão, com mercadorias que atingiram 71 milhares de toneladas no valor de 1 163 milhões de cruzeiros (respectivamente, 4,5% e 7,7% sôbre o total).

Os Estados de Pernambuco (Pôrto do Recife), São Paulo (Pôrto de Santos, com predominância), Ceará (Pôrto de Fortaleza, principalmente), Bahia (portos de Salvador e Ilhéus, principalmente), Rio Grande do Norte (Pôrto de Natal, principalmente), Pará (Pôrto de Belém, principalmente) e Alagoas (Pôrto de Maceió) citados por ordem das grandezas decrescentes dos valores das exportações para o Distrito Federal, são os que, em seguida, mais se destacaram nas importações cariocas por cabotagem.

Nas exportações do Distrito Federal, efetuadas por cabotagem, aparece como principal Estado de destino o de Pernambuco (Pôrto do Recife), com mercadorias no valor de 2 318 milhões de cruzeiros, correspondentes a 68 milhares de toneladas. Êsses resultados conferiam ao Estado de Pernambuco, no período de observação, sôbre o conjunto das exportações do Distrito Federal (11 761 milhões de cruzeiros correspondentes a 406 milhares de toneladas) quotas de 19,7%, sôbre o valor, e de 16,7% sôbre o volume físico.

O Estado da Bahia (portos de Salvador e Ilhéus, principalmente), foi, no ano em referência, a segunda Unidade da Federação na pauta da exportação de cabotagem, do Distrito Federal, com mercadorias no valor de 2 221 milhões de cruzeiros correspondentes a 74 milhares de toneladas, participando com taxas que atingiram 18,9% do valor e 18,2% do volume físico.

A terceira Unidade da Federação, na pauta das exportações do Distrito Federal, foi o Estado do Pará (Pôrto de Belém, principalmente) com 1 946 milhões de cruzeiros de mercadorias, correspondentes a 43 milhares de toneladas (16,5% do valor e 10,6% do volume).

A seguir, as exportações realizadas pelo Distrito Federal, por vias da navegação da cabotagem, tiveram ainda os seguintes destinos principais (por ordem decrescente dos valores alcançados): Rio Grande do Sul (portos principais: Rio Grande, Pôrto Alegre e Pelotas), Ceará (Pôrto de Fortaleza, principalmente), Amazonas (Pôrto de Manaus), e Santa Catarina (portos de São Francisco do Sul, Itajaí, Florianópolis, etc.).

As mercadorias importadas pelo Distrito Federal, em 1958, via cabotagem, distribuem-se como se segue (em or-

dem decrescente de valor e reunidas em grupos merceológicos):

| | *Quantidade* (1 000 *t*) | *Valor* (*Cr$* 1 000 000) |
|---|---|---|
| Gêneros alimentícios e bebidas | 554 | 7 712 |
| Matérias-primas, em bruto e preparadas | 1 203 | 6 039 |
| Manufaturas classificadas principalmente segundo a matéria-prima | 67 | 904 |
| Produtos químicos, farmacêuticos e semelhantes | 16 | 204 |
| Ouro, moedas, transações especiais | 10 | 170 |
| Maquinaria e veículos, seus pertences e acessórios | 1 | 45 |
| Animais vivos | 0 | 0 |

A exportação por cabotagem do Distrito Federal, em 1958, distribuiu-se, em ordem decrescente do valor e em grupos merceológicos, como segue:

| | *Quantidade* (1 000 *t*) | *Valor* (*Cr$* 1 000 000) |
|---|---|---|
| Manufaturas classificadas principalmente segundo a matéria-prima | 113 | 3 593 |
| Gêneros alimentícios a bebidas | 103 | 2 668 |
| Matérias-primas, em bruto e preparadas | 134 | 2 215 |
| Produtos químicos, farmacêuticos e semelhantes | 39 | 1 551 |
| Maquinaria e veículos, seus pertences e acessórios | 8 | 1 055 |
| Artigos manufaturados diversos | 8 | 619 |
| Ouro, moedas, transações especiais | 1 | 56 |
| Animais vivos | 0 | 3 |

**PÔRTO DO RIO DE JANEIRO** — O Pôrto do Rio de Janeiro, situa-se na margem ocidental da Baía de Guanabara, famosa por seus encantos naturais. Esta já era procurada a partir do século XVI.

Exploradores, geógrafos, hstoriadores e artistas vinham exaltando, a partir de então, os privilégios de seu pôrto seguro e as belezas naturais de sua Baía. Quando foi alvo da Invasão Francesa, em 1555, os portuguêses decidiram fixar-se definitivamente às suas margens.

As belezas naturais da Guanabara, o "tão gabado panorama enquanto há idiomas pelo mundo", no dizer de Afonso de Taunay, despertaram o mesmo hino de louvor desde os dias remotos do Brasil Colonial. Citem-se só os testemunhos de Arago, De La Touane, e La Salle, Du Petit Thouars, Maria Graham. Esta chega a exclamar: "Nada do que vi é comparável a esta Baía..." e Du Petit Thouars escreve: "A bondade, a extensão e a segurança da Baía e do Pôrto, a facilidade encontrada para a provisão, os recursos existentes para reparos de qualquer espécie, fazem do Rio de Janeiro ponto de escala importantíssima para as esquadras do mundo".

A sua posição geográfica define-se pelas coordenadas 22° 54' 23", de latitude sul, e 43° 10' 22", de longitude a oeste de Greenwich.

A Baía de Guanabara, cuja barra mede 1 500 metros de largura, é mundialmente consagrada como o mais importante pôrto natural do mundo: pelo tamanho de seus ancoradouros, pela profundeza de suas águas e pela proteção que as montanhas circundantes oferecem em oposição aos ventos e à agitação marítima. Aos primeiros navegantes portuguêses que a visitaram deu a impressão de um vasto rio, daí a batizarem de Rio de Janeiro, em memória ao mês em que a haviam descoberto.

A Baía de Guanabara, da barra para dentro, mede na direção longitudinal 30 quilômetros e, na transversal, 28, formando periferia de 131 quilômetros e compreendendo uma área de 412 quilômetros quadrados, incluindo-se a superfície de suas ilhas.

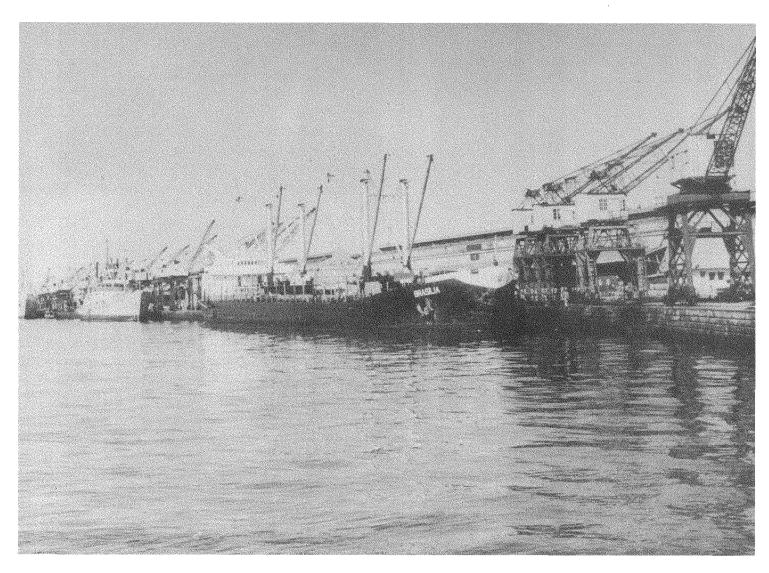
No regime dos ventos predominam os de S.S.E. e S.E. e N.W. e N.N.W., devido principalmente a alternativa diária entre a brisa do mar ou viração (depois do meio-dia, nos primeiros rumos) e a brisa da terra ou terral (de manhã até meio-dia, nos últimos rumos). A agitação das águas da Baía, causada pelos ventos do quadrante S.S.W. e S.S.E., quando sopram com mais fôrça, não alcança o Pôrto comercial, pelo abrigo completo que lhe oferecem morros e ilhas.

As marés são moderadas, sendo que a oscilação das marés de sizígias é de 1,43 metros, em média, e não passa de 2,40 metros. Nessas condições e devido a grande largueza da superfície d'água, as correntes de maré são mínimas, nas imediações do Cais do Pôrto.

O canal de acesso ao Cais tem 300 metros de largura. Na baixa-mar das sizígias, a sua profundidade mede 10,50 metros e a do Cais, de 8,00 a 10,50. Nevoeiros pouco densos ocorrem freqüentemente pela manhã, durante os meses de julho e agôsto.

A segurança marítima dos navios que escalam o Pôrto do Rio de Janeiro é favorecida pelas irradiações da "Previsão do Tempo", do Serviço de Meteorologia do Ministério de Agricultura, e pelo "Aviso aos Navegantes", emitido pelas estações radiotelegráficas das Ilhas Fiscal e Governador. Como no resto do País, o sistema de balizamento da costa e do canal de acesso ao Pôrto é mantido pelo Ministério da Marinha.

**POSIÇÃO GEOGRÁFICA** — Na vizinhança do Pôrto do Rio de Janeiro, na margem oriental da Baía de Guanabara, situa-se o pôrto de Niterói, também Capital do vizinho Estado do Rio de Janeiro.

A posição que o Pôrto do Rio de Janeiro ocupa ao longo do litoral brasileiro, no "centro de gravidade" de nossa civilização periférica marítima, lhe é altamente favorável. Escala intermediária entre os portos do Sul e do

Aspecto parcial do cais do pôrto do Rio de Janeiro no trecho denominado cais da Gamboa utilizado pela navegação internacional e de cabotagem.

Norte do País, a sua distância em milhas aos principais portos (organizados e não organizados) é vista a seguir:

| PORTOS | DISTÂNCIAS AO PÔRTO DO RIO DE (milhas) |
|---|---|
| Manaus | 3 063 |
| Belém | 2 170 |
| São Luís * | 1 872 |
| Tutóia * | 1 741 |
| Luís Correia * | 1 703 |
| Camocim * | 1 659 |
| Fortaleza * | 1 492 |
| Aracati * | 1 438 |
| Areia Branca * | 1 394 |
| Macau * | 1 376 |
| Natal | 1 246 |
| Cabedelo | 1 165 |
| Recife | 1 093 |
| Maceió | 968 |
| Aracaju * | 877 |
| São Roque * | 766 |
| Madre de Deus * | 760 |
| Salvador | 748 |
| Camamu * | 707 |
| Ilhéus | 643 |
| Caravelas * | 452 |
| Vitória | 286 |
| Rio de Janeiro | |
| Niterói | 4 |
| Angra dos Reis | 80 |
| São Sebastião * | 148 |
| Santos | 210 |
| Paranaguá | 339 |
| Antonina * | 350 |
| São Francisco do Sul * | 375 |
| Itajaí * | 397 |
| Florianópolis * | 418 |
| Henrique Lage | 446 |
| Laguna | 462 |
| Rio Grande | 753 |
| Pelotas | 775 |
| Pôrto Alegre | 908 |
| Corumbá * | 2 903 |

FONTE — Departamento Nacional de Portos, Rios e Canais.
* Portos não organizados.

CONSTRUÇÃO DO PÔRTO — Até o final do século passado, as instalações existentes, no Pôrto do Rio de Janeiro, eram, na maioria, construções precárias, mantidas por firmas comerciais e industriais concessionárias de trapiches com servidão sôbre as águas da Guanabara. Muitos dêsses ancoradouros não passavam de pontes de madeiras, onde acostavam faluas e saveiros empregados no transporte de produtos vindos do recôncavo da Baía para o consumo da cidade ou para a exportação.

Alguns trechos de muralhas ou molhes, mais sòlidamente construídos, permitiam atracação aos navios de cabotagem que, em grande número, procuravam o Rio de Janeiro.

A mercadoria importada e a bagagem sujeita à fiscalização aduaneira eram descarregadas em saveiros, que atracavam nas Docas da Alfândega. A mercadoria era depositada nos externos armazéns contíguos ao edifício projetado por Grandjean de Motigny para a antiga Praça do Comércio e, posteriormente, doado à Alfândega. O transporte de passageiros entre o navio e a terra era feito em pequenas embarcações, que atracavam no Cais dos Mineiros ou na atual Praça 15 de Novembro, onde, desde o século XVII, se fazia o desembarque dos viajantes por uma antiga escadaria na muralha em que terminava o Largo do Paço.

No início dêste século, as mais importantes obras de cais no Pôrto eram: as Docas de D. Pedro II, construídas inicialmente para o armazenamento de café; o Moinho Flu-

minense, com elevador para descarga de cereais importados; o Dique da Saúde, destinado a reparos navais; o Moinho Inglês, com silos e instalações de esteiras móveis para recebimento de trigo e, finalmente, a Estação Marítima da E. F. Central do Brasil.

Foi a partir de 1889 que se começou a cogitar mais objetivamente da construção de melhores instalações portuárias. Vários estudos foram feitos, tendo o Govêrno, nos anos 1889, 1890 e 1899, concedido, respectivamente, ao Visconde de Figueiredo, à Emprêsa Melhoramentos Industriais do Brasil e à The Rio de Janeiro Harbour and Docks, autorização para executar obras e melhoramentos diversos. Em fins de 1901, as duas companhias por último citadas fundiram-se, adotando a denominação Companhia Docas do Rio de Janeiro. Só em 1903, entretanto, após a encampação das antigas concessões, foi dado impulso decisivo à construção do Pôrto.

Naquele ano, uma comissão de engenheiros brasileiros, à qual pertencia o eminente técnico Francisco de Paula Bicalho, recebeu a incumbência de estudar um projeto definitivo de muralha de cais e instalações portuárias.

O início da construção do Cais do Pôrto do Rio de Janeiro foi uma das obras notáveis do Govêrno Rodrigues Alves (1902/06).

A construção das obras, contratada com a firma inglêsa C. H. Walker & Co., em 24-IV-1903, teve início em 24-III-1904, objetivando a construção de um cais de 3 300 metros de extensão, entre o Arsenal de Marinha e o prolongamento da Rua São Cristóvão, trecho êsse denominado Cais da Gamboa.

Já no fim do quatriênio Rodrigues Alves, em 8-XI-906, era inaugurada a parte concluída das Obras. Complexos aparelhamentos fixos e flutuantes, e instalações notáveis, a mais avançada técnica da época tinha sido aplicada numa obra sem precedentes na América do Sul.

Em complemento às obras do Cais, foi prolongado o Canal do Mangue até a nova muralha e aterrada a grande área de alagadiços insalubres, que ainda se estendia entre a Ponte dos Marinheiros e a orla marítima.

A construção dos dez primeiros armazéns e o fornecimento da aparelhagem portuária foram contratados ainda com a mesma firma.

Os serviços de exploração dêsse Cais foram inaugurados em 20-VIII-1910, tendo sido os mesmos, por concorrência pública, arrendados ao Dr. Daniel Henninger e aos banqueiros Demart & Cia. O contrato conseqüente foi transferido, entretanto, em novembro do mesmo ano, à Compagnie du Port de Rio de Janeiro, e vigorou até 1921.

Em 1910, ultimada a construção de seu cais acostável, passou o Rio de Janeiro a contar com a característica essencial de um pôrto organizado. Sòmente o antecederam, nesse particular, os portos de Santos (1892), Manaus (1903) e Belém (1909), graças ao surto do café (Santos) e ao "boom" da borracha (Belém, Manaus).

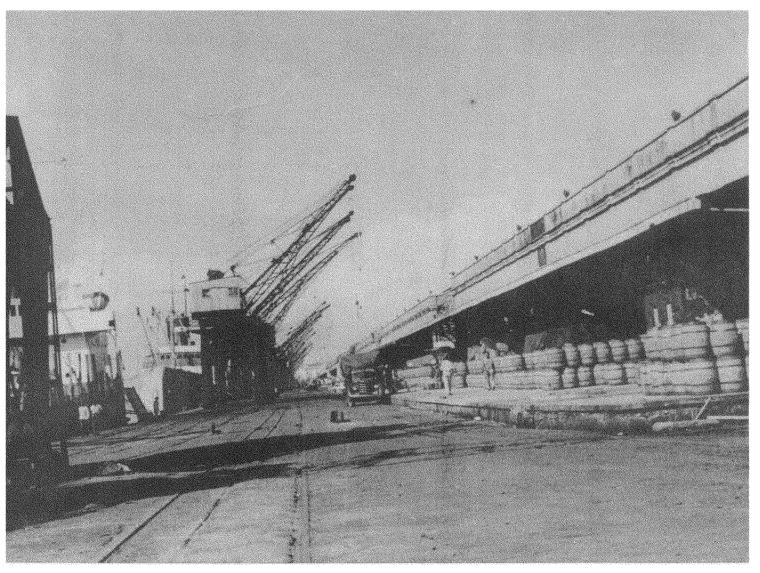



Foto do pôrto do Rio de Janeiro vendo-se a muralha do cais e as instalações portuárias — armazéns, guindastes, via férrea.

Em 1922, foi feita nova concorrência e aceita a proposta do engenheiro Manuel Buarque de Macedo, com um prazo de arrendamento de dez anos, a partir de 1923, sendo o contrato dessa vez transferido à Companhia Brasileira de Exploração de Portos.

No govêrno do Dr. Arthur Bernardes, em 1924, foi decidida a construção de um prolongamento de 1428 metros de Cais, a partir do Canal do Mangue. As obras foram executadas pelas firmas Companhia Nacional de Construções Civis e Societé de Construction du Port de Bahia, passando o novo trecho a ser conhecido como Cais de São Cristóvão.

Em 1934, terminado o prazo da concessão feita à Companhia Brasileira de Exploração de Portos, os serviços de exploração do Pôrto foram encampados pelo Govêrno, passando a ser, desde então, dirigidos por uma entidade que sofreu várias modificações em sua organização interna, até chegar à forma atual que é a de uma autarquia dirigida por um Superintendente escolhido pelo Presidente da República e fiscalizada pelo Ministério de Viação e Obras Públicas, através do Departamento de Portos, Rios e Canais.

A administração do Pôrto construiu, nos últimos anos, os chamados Cais do Caju, com o comprimento de 1 300 metros, iniciado em 1948 e concluído em 1949, e o Molhe Oscar Winschenck, com 883 metros de cais acostável, iniciado em 1949 e concluído em 1952.

CARACTERÍSTICAS E INSTALAÇÕES — O Pôrto do Rio de Janeiro pode ser dividido em quatro trechos principais, construídos em diferentes épocas: Cais da Gamboa, Cais de São Cristóvão, Cais do Caju e Molhe Oscar Winschenck.

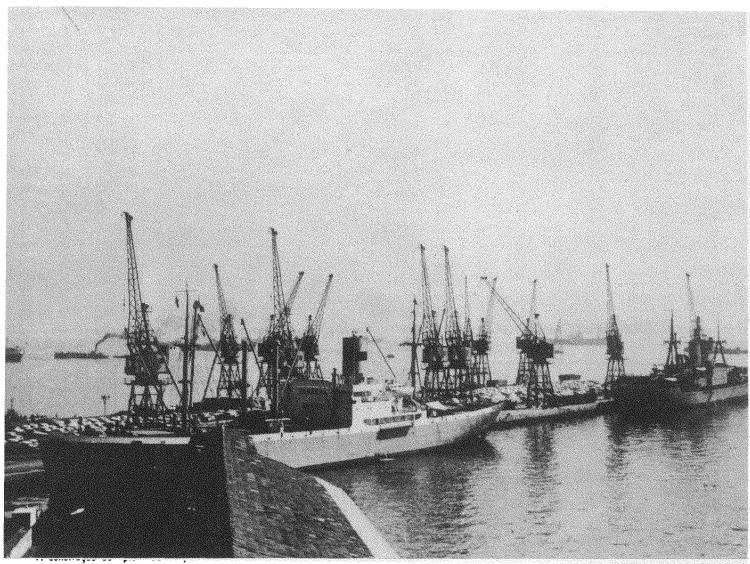
Cais da Gamboa é chamado o trecho que se estende da Praça Mauá até o Canal do Mangue; sua construção foi iniciada em 1904 e terminada em 1910. Com o comprimento de 3 298 m e profundidades de 8,00 a 10,00 m é utilizado, em parte, pela navegação costeira e, em parte, pela internacional. Entre suas instalações principais, conta o Cais da Gamboa com 17 armazéns internos de 1 pavimento, 18 pátios, sendo 6 cobertos, e 8 armazéns externos, entre os quais devem ser citados em epecial os denominados Externos II e III, os mais modernos do Pôrto. Têm ambos dois pavimentos abrangendo a área de 170 metros de comprimento e 50 de largura o primeiro, e 160 metros de comprimento e 40 de largura, o segundo. Foi planejada uma ligação direta entre os segundos pavimentos dêsses armazéns e a faixa do Cais. Essa ligação será feita por pontes de concreto protendido (passagens elevadas) sôbre a Avenida Rodrigues Alves, evitando assim a interferência do transporte de carga com o tráfego urbano da avenida. Na faixa do Cais possui a APRJ um armazém frigorífico para frutas, um armazém de bagagens e duas estações de passageiros, uma para cabotagem e outra para navegação de longo curso. Ao longo do cais, encontram-se canalizações subterrâneas de água e óleo combustível destinados ao abastecimento dos navios.

Na zona portuária da Gamboa e fora da faixa do Cais, a Administração do Pôrto tem instaladas suas oficinas e um grande depósito para material. Nesse trecho da zona portuária estão localizadas importantes instalações e serviços correlatos, como, por exemplo, os armazéns frigoríficos pertencentes ao Patrimônio Nacional, os silos e aparelhagem para descarga de trigo, do Moinho Inglez e do Moinho Fluminense, e a Estação de Expurgo para cereais, do Ministério da Agricultura. As estradas de ferro Central do Brasil e Leopoldina, que se encarregam do transporte ferroviário ligado ao Pôrto do Rio, possuem estações marítimas, com grandes pátios de triagem, nas proximidades do Cais. Dos melhoramentos previstos para o Cais da Gambca constam a construção de armazéns e das novas oficinas da APRJ bem como a ampliação do Frigorífico para Frutas.

Cais de São Cristóvão denomina-se o prolongamento do Cais, a partir do Canal do Mangue, com o comprimento de 1 428 metros, cuja construção foi iniciada em 1924. Paralelamente ao Cais, foi aberta a Avenida Rio de Janeiro, com 50 metros de largura, permitindo o intenso movimento de veículos de carga nesse trecho do Pôrto. As principais vias de tráfego da zona portuária — Avenidas Rodrigues Alves, Francisco Bicalho e Rio de Janeiro — convergem para a Avenida Brasil, por onde se faz hoje todo o movimento de veículos entre a cidade e o interior do País. Possui o Cais de São Cristóvão dois armazéns de 1 pavimento e dois de 2 pavimentos. Na faixa do Cais, encontra-se localizado o Parque de Carvão, onde são movimentados o carvão nacional e estrangeiro, recebidos por via marítima e enviados posteriormente, por via férrea, para diversos destinos.

No lado oposto da Avenida Rio de Janeiro, estão situados o Depósito para Materiais Pesados e o Parque de Minério, onde são estocados os minérios de ferro e de manganês, recebidos por via férrea e exportados por via marítima. Sob a faixa do Cais de São Cristóvão passam os túneis que vão ter às instalações do Moinho da Luz e às da firma Dianda Lopes, permitindo o transbôrdo do trigo a granel importado. Grandes indústrias particulares, tais como a Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira e as companhias de gasolina Texas e Atlantic, mantêm, nessa zona, seus depósitos e instalações especiais. No plano de melhoramentos e ampliação de suas instalações, a APRJ incluiu, para a Zona do Cais de São Cristóvão, várias obras de vulto, como sejam armazéns para carga geral, armazéns especialmente aparelhado para descarga e estocagem de sal e silos para trigo.

O chamado Cais do Caju teve sua construção iniciada em 1948 e concluída em 1949, no Govêrno do General Eurico Dutra. O Cais acostável tem 1 300 metros de extensão, dos quais os primeiros 150 metros são dragados até a profundidade de 8 metros e os restantes 1 150 metros até 6 metros. A faixa do Cais tem a largura de 150 metros e corre paralelamente a uma via de tráfego urbano, de 40 metros de largura, em prolongamento à Avenida Rio de Janeiro. A construção do Cais do Caju veio trazer grande desafôgo aos trechos já existentes, permitindo a localização de um Parque Madeireiro, Parque de Inflamáveis e instalações para bombeamento e depósito de combustíveis e óleos. Na zona dêsse Cais destinado à pequena cabotagem já foram construídos três armazéns, sendo dois de um pavimento e um de dois pavimentos.

O principal melhoramento projetado para o Cais do Caju é um grande parque para minério e carvão, cujo equipamento mecânico deverá atender a uma movimentação

pôrto do Rio de Janeiro em área de fácil acesso ao centro da cidade. Na foto, um aspecto do "pier".

de 1 000 toneladas horárias na exportação de minério e de 700 toneladas horárias na importação de carvão. Para obtenção da área destinada ao parque já foram iniciadas as obras de atêrro e construção da muralha que terá o comprimento aproximado de 350 metros.

O "PIER" — O Molhe Oscar Weinschenck teve sua construção iniciada em 1949 e foi destinado à acostagem dos grandes transatlânticos de linhas internacionais. Situado no extremo início da zona portuária, ocupando um dos lados da Praça Mauá onde vêm ter importantes vias de tráfego e linhas de coletivos urbanos, o Molhe Oscar Weinschenck oferece, por sua situação, aos passageiros que desembarcam ou transitam pelo Rio de Janeiro, as maiores facilidades de acesso às diversas zonas da Cidade. O Molhe tem o comprimento de 400 metros e a largura de 83 metros; a profundidade atual de 10,00 metros, ao longo da muralha, poderá ser aumentada caso as características da navegação, no futuro, assim o exigirem. Durante a construção do Molhe foram já cravadas as estacas de fundação para os futuros armazéns. Já foi elaborado pela Administração do Pôrto do Rio de Janeiro o projeto da estação de passageiros e armazéns que irão permitir ao Molhe Oscar Weinschenck o preenchimento de suas verdadeiras finalidades.

O projeto prevê, ao longo do Cais, armazéns para carga geral e para bagagem; em comunicação direta com a Praça Mauá, será construída uma estação de passageiros, dotada de amplos salões de espera com acesso aos diversos escritórios de informações e turismo, câmbio, agência de correios e telégrafos. A estação disporá ainda de restaurante, bar, salas de exposição de produtos nacionais e de venda de curiosidades.

MANIPULAÇÕES E TRANSPORTE DE CARGA — De um modo geral, as operações de carga e descarga no Pôrto do Rio de Janeiro se processam com auxílio de guindastes de capacidade variável de 1,5 a 10 toneladas.

O preparo da lingada a bordo é feita pelos trabalhadores da estiva, obrigatòriamente, ficando a manipulação daí em diante a cargo exclusivo da Administração de Portos do Rio de Janeiro. Para a movimentação das mercadorias na faixa do Cais e nos armazéns e pátios, são utilizados carrinhos de mão, zorras, empilhadeiras e, em alguns casos, madeira, por exemplo, transportadoras especiais.

A arrumação das pilhas no interior dos armazéns e a entrega de volumes na plataforma vinham sendo feitas por pontes rolantes. Recentemente, em alguns armazéns, estão sendo empregadas com sucesso empilhadeiras de 2 toneladas de capacidade para transporte e arrumação de carga.

No Frigorífico para Frutas, esteiras rolantes fazem a movimentação das caixas até a entrada das câmaras. Estão sendo construídos elevadores verticais que permitirão, dentro em breve, o transporte mecânico contínuo da carga entre as câmaras e os porões dos navios.

Para o transporte ferroviário, possui o Pôrto do Rio de Janeiro locomotivas diesel-elétricas, diesel-mecânicas e a vapor, vagões abertos e pranchas. O Parque Ferroviário do Pôrto está ligado diretamente às linhas da E. F. Central do Brasil e E. F. Leopoldina, estradas que levam ao interior do País os produtos recebidos e trazem a carga para exportação.

Diversos estudos têm sido realizados, visando à renovação do equipamento e à racionalização do trabalho, a fim de ser conseguida a maior eficiência nas operações de manipulação e transporte da carga.

*Equipamento mecânico* — Para movimentação da carga e transportes em geral, conta a Administração de Portos do Rio de Janeiro, atualmente, com o seguinte equipamento: 20 locomotivas, das quais, 8 díesel-elétricas, 3 díesel-mecânicas, 9, a vapor; 354 vagões, dos quais 50 abertos para minério, 304 abertos para carga; 199 pontes rolantes, das quais 161 com 1,5 toneladas de capacidade, e 38, com 2 toneladas; 162 guindastes elétricos de pórtico, entre os quais, 56 de 1,5 toneladas de capacidade; 14, de 2; 44, de 3; 18 de 5; 27, de 6; e 3, de 10 toneladas; 2 guindastes elétricos fixos, um de 3 toneladas, o outro de 2 toneladas; 15 guindastes díesel mecânicos de pórtico, de 5 toneladas de capacidade; 22 guindastes a vapor, de 2 a 2,5 toneladas de capacidade; 16 guindastes de pátio, de 2 a 5 toneladas de capacidade; 7 guindastes de esteiras, de 10 toneladas de capacidade; 1 cábrea, de 60 toneladas de capacidade; 22 tratores; 1 pá transportadora mecânica, para ¾ de jarda cúbica; 16 transportadoras de madeira, sendo 13, de 3,5 toneladas de capacidade, 2, de 4,5 toneladas, e 1, de 5,5 toneladas; 38 empilhadeiras, sendo 4, de 0,450 toneladas de capacidade, 21, de 1 tonelada, 11, de 2 toneladas, e 2, de 3 toneladas. Possui ainda 2 flutuantes sôbre caixões, 8 flutuantes sôbre cilindros, 2 lanchas, 24 caminhões e camionetas, 15 automóveis de passageiros.

*Desenvolvimento futuro* — Uma cuidadosa previsão deve orientar o desenvolvimento de um pôrto para que sua eficiência corresponda sempre às exigências criadas pela amplitude e características econômicas de sua zona de influência. Com êsse objetivo foram empreendidos, no caso do Rio de Janeiro, longos estudos que culminaram finalmente no Plano Diretor cuja aprovação foi objeto do Decreto Federal n.º 38 080, de 12-X-1955. De acôrdo com êsse plano serão construídos, acompanhando o litoral da enseada de Inhaúma, um cais corrido e, com a direção dêste, quatro molhes de 160 metros de largura e 800 metros de comprimento, situados no trecho do atual Cais do Caju.

O cais ao longo da enseada de Inhaúma terá o comprimento de 3 700 metros, além do molhe projetado em sua continuação. Sôbre os molhes e cais serão construídos armazéns de 40 metros de largura, separados por uma rua central também de 40 metros, garantindo boas condições ao tráfego interno. Para melhor aproveitamento de área estão previstos dois pavimentos para êsses armazéns. Dada a tendência do aumento de calado dos navios de carga, foi estabelecida a profundidade mínima de onze metros para o canal de acesso.

Terminando a enseada de Inhaúma, antes de atingir o litoral, foi projetado um cais de saneamento para contenção de atêrro, que permitirá ao Pôrto o aproveitamento de mais uma grande área e que poderá ser substituído, se necessário, por um cais de atracação. A realização dêsse plano tomará ao mar grandes áreas, que serão aproveitadas como depósitos e pátios de linhas férreas para triagem de vagões que se destinam ao Pôrto ou que dêle procedam. As instalações das companhias de gasolina, atualmente ocupando um trecho do Cais do Caju, poderão ser localizadas nos terrenos ganhos ao mar, na enseada de Inhaúma. Nas áreas aterradas, a E.F. Central do Brasil poderá localizar seus pátios ferroviários, entregando ao Pôrto os terrenos que ora ocupa em Arará e que, por sua contigüidade com as instalações portuárias, são naturalmente indicados para a construção de armazéns externos e depósitos.

Com a execução completa dêsse projeto de ampliação, o Pôrto do Rio de Janeiro terá, no futuro, sua capacidade aumentada de 10 000 metros de cais de 11 metros de profundidade, 340 000 m² de armazéns e 1 000 000 m² de áreas reservadas a depósitos de mercadorias e pátios de linhas férreas. *

*Zona de Influência* — O Pôrto do Rio de Janeiro, como o de Santos, ocupa posição estratégica no conjunto econômico do País e, antes de ser suplantado pelo de Santos, em 1950, figurava em 1.º lugar quanto à tonelagem das mercadorias movimentadas, entre todos os demais portos brasileiros. A zona de influência do Pôrto do Rio de Janeiro abrange o Distrito Federal, o Estado do Rio de Janeiro, partes dos Estados de São Paulo, Minas Gerais, Goiás, Bahia e Espírito Santo. Nela estão situadas a Usina Siderúrgica de Volta Redonda, a região cafeeira do Estado do Rio, o Vale do Paraíba, industrial, parte das minas de manganês e de minério de ferro do Estado de Minas Gerais e grandes centros consumidores como as cidades do Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Juiz de Fora, Goiânia, entre outras mais. Essa zona de influência é condicionada, em grande parte, pela extensa rêde ferroviária e pelo sistema rodoviário sempre mais moderno que a favorece. Existem três estradas de ferro, compreendendo uma rêde de mais de 12 000 quilômetros, que ligam o Pôrto do Rio de Janeiro às vastas e prósperas regiões de Minas Gerais e São Paulo. A E.F. Leopoldina e a E.F. Central do Brasil chegam diretamente ao Pôrto, enquanto que a Rêde Mineira de Viação faz junção, em diversos pontos próximos do Rio, com a E.F. Central do Brasil, proporcionando ligação ferroviária com todo o Sul de Minas e mesmo com o Estado de Goiás. Futuramente, a grande rodovia em construção entre Brasília e Belém fechará o circuito terrestre entre o Pôrto do Rio de Janeiro, a futura Capital Federal e o remoto pôrto do Norte brasileiro.

*O segundo Pôrto do País* — A posição de realce mantida pelo Pôrto do Rio de Janeiro, no concêrto dos portos brasileiros, é evidenciada pelo movimento de mercadorias registrado nos portos organizados e a renda bruta auferida pelos mesmos.

---

* *In* "O Pôrto do Rio de Janeiro", 1957 — Publicação organizada pelo Serviço de Engenharia da Administração do Pôrto do Rio de Janeiro.

Confrontando os resultados observados num qüinqüênio, o de 1953/57, o Pôrto do Rio de Janeiro aparece com 36 437 milhares de toneladas de mercadorias movimentadas (soma dos cinco anos), logo depois de Santos, cujo efetivo foi de 42 678 toneladas. Os demais grandes portos, em ordem do maior volume de mercadoria transitada — Recife, Vitória, Pôrto Alegre, Salvador, etc. aparecem com efetivo sempre abaixo de 1 500 milhares de toneladas, o que deixa entrever a posição ímpar dos dois portos citados.

Consideradas as mercadorias isoladamente e não em grupos, as que mais se destacam, na pauta das importações, são as seguintes (ordem decrescente de valor): 1.º) arroz sem casca, com 3 113 milhões de cruzeiros e 211 milhares de toneladas; 2.º) algodão em rama ou pluma, com 1 254 milhões de cruzeiros e 31 milhares de toneladas; 3.º) açúcar de cana, refinado ou não, com 957 milhões de cruzeiros e 113 milhares de toneladas; 4.º) banha de porco, com 802 milhões de cruzeiros e 19 milhares de toneladas; 5.º) trigo em grão, com 661 milhões de cruzeiros e 97 milhares de toneladas; 6.º) babaçu (coquilhos), com 562 milhões de cruzeiros e 35 milhares de toneladas; 7.º) gasolina, com 504 milhões de cruzeiros e 138 milhares de toneladas; 8.º) gomas vegetais não elásticas, borrachas sintéticas, regeneradas, sucatas de borracha, com 465 milhões de cruzeiros e 6 milhares de toneladas; 9.º) pinho em bruto ou preparado, com 456 milhões de cruzeiros e 172 milhares de toneladas; 10.º) borrachas naturais, em bruto, crespadas e prensados, com 423 milhões de cruzeiros e 6 milhares de toneladas; 11.º) tecidos comuns de algodão, com 416 milhões de cruzeiros e 3 milhares de toneladas; 12.º) vegetais e partes de vegetais para tinturaria e curtume, medicina ou perfumaria, com 333 milhões de cruzeiros e 13 milhares de toneladas; 13.º) fumo em fôlhas, com 331 milhões de cruzeiros e 13 milhares de toneladas; 14.º) feijão prêto, com 313 milhões de cruzeiros e 22 milhares de toneladas; 15.º) "gas-oil", "diesel-oil" e outros óleos combustíveis, com 287 milhões de cruzeiros e 176 milhares de toneladas; 16.º) óleos combustíveis para motores de explosão ("diesel-oil"), com 268 milhões de cruzeiros e 175 milhares de toneladas; 17.º) farinha de mandioca, com 257 milhões de cruzeiros e 24 milhares de toneladas.

Na pauta das exportações, as mercadorias que mais se destacaram, tendo em vista o critério do maior valor, foram as seguintes: 1.º) tecidos comuns de algodão, com 977 milhões de cruzeiros e 5 milhares de toneladas; 2.º) óleos refinados lubrificantes, com 882 milhões de cruzeiros e 39 milhares de toneladas; 3.º) cerveja, com 597 milhões de cruzeiros e 22 milhares de toneladas; 4.º) chapas e lâminas de ferro e aço, com 478 milhões de cruzeiros e 29 milhares de toneladas; 5.º) tubos, canos e seus acessórios, de ferro e aço, com 440 milhões de cruzeiros e 24 milhares de toneladas; 6.º) ferro e aço e suas ligas, com 395 milhões de cruzeiros e 31 milhares de toneladas; 7.º) veículos, seus pertences e acessórios, com 393 milhões de cruzeiros e 3 milhares de toneladas; 8.º) laticínios, com 388 milhões de cruzeiros e 5 milhares de toneladas; 9.º) medicamentos, com 368 milhões de cruzeiros e 4 milhares de toneladas; 10.º) farinha de trigo, com 284 milhões de cruzeiros e 26 milhares de toneladas; 11.º) papel em fôlhas e rolos, com 243 milhões de cruzeiros e 8 milhares de toneladas; 12.º) preparações farmacêuticas e medicinais, com 238 milhões de cruzeiros e 2 milhares de toneladas; 13.º) sabões, exclusive para a indústria têxtil e creme de barbear, com 226 milhões de cruzeiros e 9 milhares de toneladas; 14.º) máquinas e aparelhos elétricos, seus pertences e acessórios, com 209 milhões de cruzeiros e 1,6 milhares de toneladas.

## CONSUMO

DERIVADOS DO PETRÓLEO — O Distrito Federal consome por ano, em média, cêrca de 390 milhões de litros de gasolina, comum, representando pouco mais de 10% sôbre o consumo nacional, que atinge quantidade média anual próxima de 3 500 milhões de litros.

Entre as outras 24 Unidades da Federação, só o Estado de São Paulo consome mais que isto (média anual de cêrca de 1 250 milhões de litros).

Quanto ao óleo combustível, de importância vital para a indústria, o Distrito Federal absorve cêrca de 10 a 15% de todo o consumo nacional.

Depois do Estado de São Paulo (quase 50% do consumo nacional), só o Estado do Rio de Janeiro consome mais que o Distrito Federal (pouco mais).

O consumo dêste último produto, na Capital da República, tem sido o seguinte:

| | *Milhões de litros* |
|---|---|
| 1956 | 437 |
| 1957 | 434 |
| 1958 | 454 |

De modo geral, o consumo de derivados do petróleo, no Distrito Federal, assim se desenvolve:

| | QUANTIDADE (1 000 l) | | |
|---|---|---|---|
| | 1956 | 1957 | 1958 |
| **Gasolina** | | | |
| Aviação | 94 971 | 110 611 | 123 812 |
| Automotiva A (comum) | 394 685 | 389 357 | 398 906 |
| Automotiva B | 22 124 | 24 151 | 22 533 |
| Querosene | 119 178 | 102 961 | 98 005 |
| **Óleos** | | | |
| Diesel | 315 916 | 304 125 | 328 020 |
| Combustível | 437 494 | 433 573 | 453 510 |
| Lubrificantes | 53 287 | 29 646 | 45 236 |
| Sinal | 38 | 36 | 281 |
| Solventes | 14 867 | 17 723 | 16 746 |
| Gás liquefeito (1) | 50 368 | 39 688 | 53 644 |
| Asfalto (1) | 158 | 311 | 787 |
| Graxas(1) | 1 892 | 1 207 | 1 903 |
| Parafina (1) | 1 419 | 1 697 | 2 368 |

FONTE — Conselho Nacional do Petróleo.
(1) Quantidades expressas em toneladas.

Para cada produto registrado na tabela, a posição do Distrito Federal, em confronto com as demais Unidades da

Federação e o consumo nacional, é a seguinte (informações em bases de larga aproximação e relacionadas a 1957):

| PRODUTOS CONSUMIDOS | POSIÇÃO NO CONFRONTO COM O CONSUMO DE TÔDAS AS UNIDADES DA FEDERAÇÃO | % APROXIMADA SÔBRE O CONSUMO NACIONAL |
|---|---|---|
| Gasolina para aviação | 1.º lugar | 30 |
| Gasolina comum | 2.º » | 10 |
| Gasolina automotiva B | 2.º » | 20 |
| Querosene | 2.º » | 15 |
| Óleos "diesel" | 2.º » | 15 |
| Óleo combustível | 3.º » | 10 |
| Óleo lubrificante | 2.º » | 25 |
| Óleo "signal" | 2.º » | 35 |
| Gás liquefeito | 2.º » | 20 |
| Asfalto | 3.º » | 1 |
| Graxas | 2.º » | 15 |
| Parafina | 2.º » | 20 |
| Solventes | 3.º » | 20 |

**ENERGIA ELÉTRICA** — A energia elétrica consumida pelo Distrito Federal atinge, anualmente, cêrca de dois bilhões de kWh:

| | *Milhões de kWh* |
|---|---|
| 1956 | 1 766 |
| 1957 | 1 912 |
| 1958 | 2 077 |

Em 1957, os 1 912 milhões de kWh consumidos no Distrito Federal só foram superados pelos 2 562 milhões correspondentes ao consumo da Capital paulista.

Nenhum outro centro do País ultrapassou o nível de consumo de 500 milhões de kWh anuais, o que empresta aos dois já citados posição de flagrante destaque nacional.

No último triênio, o consumo do Distrito Federal assim se discrimina:

| *ANO* | *Consumo* (milhões de kWh) | | |
|---|---|---|---|
| | *Total* | *Para fôrça motriz* | *Para iluminação* |
| 1956 | 1 766 | 1 043 | 723 |
| 1957 | 1 912 | 1 102 | 810 |
| 1958 | 2 077 | 1 169 | 908 |

O consumo para fôrça motriz abrange cêrca de 60% do total.

É importante destacar, nesse tipo de consumo, a parcela correspondente a "particulares", que reflete, de algum modo, a intensidade com que se desenvolvem as atividades industriais:

| | *Consumo particular de energia elétrica, como fôrça motriz* (milhões de kWh) |
|---|---|
| 1956 | 693 |
| 1957 | 723 |
| 1958 | 778 |

Os dados estariam mostrando desenvolvimento muito mais rápido não fôsse a crise de energia elétrica, que tanto se refletiu sôbre a indústria.

As outras parcelas que compõem o total do consumo para fôrça motriz são as seguintes (dados para 1958 e em milhões de kWh); transportes — 102; eletrificação da Estrada de Ferro Central do Brasil — 126; repartições públicas — 131; consumo da própria Light — 32.

A iluminação pública absorveu 86 milhões de kWh, em 1958, e a particular, 821 milhões (quase dez vêzes mais).

*Gás* — O consumo de gás, no Distrito Federal, tem sido ùltimamente superior a 200 milhões de metros cúbicos por ano.

Todavia, verifica-se certo decréscimo no seu consumo. Assim é que, de 217 583 000 metros cúbicos em 1956, o total consumido baixou para 216 779 000 em 1957, tendo sido de 216 610 000 metros cúbicos em 1958.

No último triênio, houve portanto uma redução que, embora inferior a 0,5%, é bem mais sensível quando considerada em têrmos de consumo "per capita".

**GÊNEROS ALIMENTÍCIOS** — O consumo de gêneros alimentícios no Distrito Federal, em 1958, desenvolveu-se conforme os quadros abaixo:

*Carne* — Total consumido, 126 631 toneladas, sendo 50 908 de carnes frescas e 66 680 de carnes frigorificadas, mais 9 043 toneladas de vísceras e miúdos. A maior parte da carne é de origem bovina. Em 1958 esta última contribuiu com 106 061 toneladas, das quais 45 297 do produto fresco e 60 764 do produto frigorificado.

*Leite* — Em 1958 foram consumidos 1 576 607 hectolitros, volume bastante superior aos registrados em 1956. (1 261 954 hl) e 1957 (1 450 609 hl).

*Açúcar* — O consumo de açúcar, em 1958, registrou um total de 150 527 000 quilos.

## TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

*Transporte urbano* — O Rio de Janeiro tem no transporte um dos problemas mais sérios de sua vida urbana. O uso crescente de ônibus, autolotação, taxis e automóveis particulares tem dificultado, nos últimos anos, em virtude de ausência de amplas avenidas, o escoamento normal dêsses veículos. A carência de vias de escoamento mais amplas decorre, em parte, da própria topografia da cidade, comprimida, em uma grande extensão, entre o mar e os morros. Êste problema, no entanto, tem merecido dos órgãos competentes tôda a atenção e muito já foi feito no sentido de dar-lhe uma solução satisfatória. A abertura da Avenida Getúlio Vargas, o desmonte do morro de Santo Antônio, o atêrro da baía e a conseqüente abertura de novas vias e túneis para a zona sul, a construção da avenida Perimetral são obras que oferecem excelentes perspectivas para o tráfego da cidade.

O transporte coletivo urbano do Distrito Federal é efetuado por ferrocarris, ônibus, autolotações e trens, êstes, ao lado de ônibus e autolotações e ferrocarris, encarregados do transporte de passageiros para os bairros e subúrbios da Zona Norte.

Aspecto da Avenida Presidente Vargas, grande eixo de ligação entre o centro da cidade e os bairros da zona norte.
No primeiro plano que vemos na foto, temos a zona compreendida entre a Igreja da Candelária e a rua Uruguaiana onde se desenvolveu uma área cuja função é sobretudo bancária.
Em segundo plano, observa-se o velho casario ainda não atingido pelos modernos edifícios e finalmente ao fundo descortina-se o maciço da Carioca.

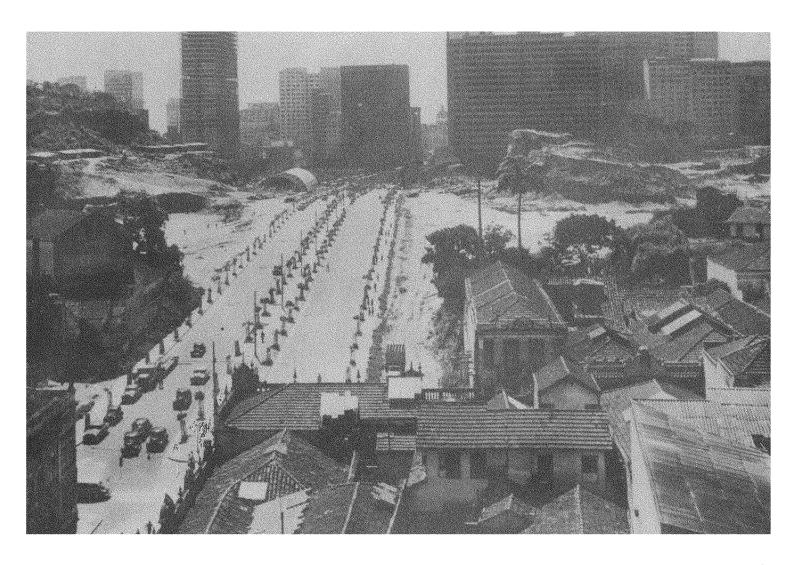
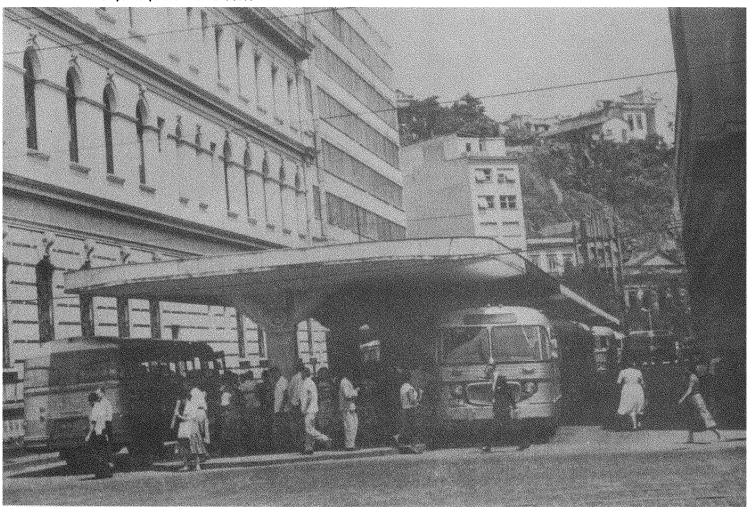
O movimento de passageiros transportados por ferrocarris foi o seguinte, no período 1955/58, segundo as zonas e bairros de destino (Dados do Departamento de Concessões da P.D.F.):

| ESPECIFICAÇÃO | PASSAGEIROS TRANSPORTADOS (1 000) | | | |
|---|---|---|---|---|
| | 1955 | 1956 | 1957 | 1958 |
| Zona Sul | 100 282 | 88 073 | 83 621 | 73 424 |
| Santa Teresa | 10 118 | 10 054 | 10 164 | 10 215 |
| Centro | 51 667 | 40 887 | 43 340 | 47 875 |
| Zona Norte | 104 108 | 94 207 | 93 943 | 139 829 |
| Subúrbios | 148 187 | 128 598 | 127 313 | 130 872 |
| Entre bairros | 113 550 | 114 179 | 87 064 | 89 655 |
| Ilha do Governador | 5 198 | 2 650 | 2 709 | 2 606 |
| Campo Grande | 2 787 | 5 940 | 5 755 | 4 977 |
| TOTAL GERAL | 535 877 | 484 588 | 453 909 | 499 453 |

Observa-se, na tabela acima, que de um modo geral vem decrescendo, nos últimos anos, o número de passageiros que se utilizam dos ferrocarris, principalmente para a Zona Sul, cuja população dá maior preferência aos ônibus e autolotações.

Os últimos levantamentos no setor dos transportes urbanos em ônibus e autolotações permitem apenas uma aproximação do número de passageiros transportados. Estima-se em 641 307 000 o número de passageiros transportados em 1958, dos quais 210 000 000 por ônibus e .... 431 307 000 por autolotações. Em 1940 o número de passageiros transportados anualmente por ônibus era de cêrca de 115 000 000. Considerando-se que nesse ano o uso de autolotações não havia, ainda, sido pôsto em prática, e incluindo-se, por motivos óbvios, o autolotação na categoria dos ônibus, verifica-se que nos últimos 18 anos o número de passageiros dêsse tipo de veículo aumentou extraordinàriamente.

Segundo elementos do Departamento de Geografia e Estatística da P.D.F., em 1958 o número de veículos de tração mecânica emplacados era o seguinte:

| ESPECIFICAÇÃO | NÚMERO DE VEÍCULOS |
|---|---|
| Autos de passageiros | 72 238 |
| Particulares | 60 530 |
| A frete | 10 228 |
| Oficiais | 1 480 |
| Autos de carga | 25 580 |
| Particulares | 16 099 |
| A frete | 4 977 |
| Oficiais | 738 |
| Ônibus | 1 410 |
| Lotações | 2 356 |
| Outros veículos | 5 540 |
| TOTAL | 103 358 |

Com o desmonte do morro de Santo Antônio, foi aberta a Avenida Chile ligando o Largo da Carioca com a rua Lavradio, o que muito facilitou o escoamento dos transportes pelo centro da cidade.

Aspecto da estação rodoviária Mariano Procópio na Praça Mauá, pequena para conter o intenso movimento de ônibus e passageiros.

O movimento de passageiros para os bairros e subúrbios da Zona Norte efetuado pelas estradas de Ferro Central do Brasil e Leopoldina é muito intenso e excede a atual capacidade dessas duas ferrovias. Em 1958, foram transportados para o subúrbio 186 800 000 passageiros pela Central do Brasil e 30 058 000 pela Leopoldina.

Há ainda o transporte de passageiros para o Pão de Açúcar e o Corcovado. Em 1958, a Estrada de Ferro Corcovado transportou 531 326 passageiros e o trem aéreo do Pão de Açúcar, 204 039.

*Transporte rodoviário* — Cêrca de 33 milhões de passageiros por ano são transportados nas linhas rodoviárias que ligam o Distrito Federal a mais de meia centena de cidades fluminenses, paulistas, mineiras e capixabas. Em 1958, utilizaram-se dos coletivos pertencentes às emprêsas que mantêm serviços regulares de transportes entre o Rio e os Estados mais próximos 33 134 352 pessoas, de acôrdo com as estatísticas fornecidas pelo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem. A média diária do movimento nessas linhas foi de 92 040 pessoas e a média mensal atingiu 2 761 196 pessoas.

Eleva-se a 55 o número de localidades servidas por essas emprêsas, cujo raio de ação abrange desde Duque de Caxias, a 23 quilômetros de distância do centro, até Teófilo Otoni, que fica a 772 quilômetros. Doze das localidades, situadas a menos de 100 quilômetros, integram-se, quase tôdas, na constelação carioca das cidades-dormitório, o que explica a forte intensidade do tráfego mantido com a Capital da República: 84 351 passageiros por dia ou .... 2 530 540 por mês.

As linhas de médio e longo percurso, se assim classificarmos as que se estendem de 100 a 300 quilômetros e as de 300 quilômetros em diante, servem às outras 43 localidades. No primeiro grupo figuram 22 localidades, das quais Juiz de Fora é a mais representativa, perfazendo o movimento médio diário de 4 326 passageiros e o mensal de 129 779 passageiros; no segundo grupo, do qual se destacam São Paulo e Belo Horizonte, estão compreendidas 21 localidades, com o movimento médio de 3 363 passageiros por dia e 100 877 passageiros por mês.

Várias linhas interligam o Distrito Federal a cidades e pequenos núcleos populacionais localizados na sua periferia, verificando-se o deslocamento diário, num e noutro sentido, de milhares de pessoas. Parte ponderável dos que se utilizam dêsses e outros meios de transporte exercem atividades no Rio de Janeiro, embora tenham domicílio fora. Das cidades fluminenses de Duque de Caxias, Nilópolis e Nova Iguaçu, principalmente, afluem à Capital Federal importantes contingentes de pessoas que, após o trabalho, regressam àqueles locais. Uma pequena parte reside no Rio de Janeiro e trabalha nas localidades próximas.

Particularmente intenso é o fluxo de passageiros entre Duque de Caxias e o Distrito Federal. Doze linhas dentre as que fazem o duplo trajeto acusaram, em 1958, o movimento mensal, em média, de 1 843 856 passageiros. Quotas mais baixas, porém expressivas, apresentaram algumas linhas que interligam o Distrito Federal a Nova Iguaçu (241 389 passageiros) e a São João do Meriti (137 652 passageiros). A média mensal de passageiros, no mesmo ano, em linhas que fazem o trajeto Rio—Petrópolis, foi de 116 199 pessoas.

Êstes dados evidenciam, à saciedade, o papel marcante do Distrito Federal como campo de atividade e centro de atração dos habitantes de várias localidades compreendidas na área de influência metropolitana.

*Barcas e lanchas* — A ligação entre o Rio de Janeiro e Niterói é feita por diversas linhas de barcas e modernas lanchas. O movimento anual de passageiros é da ordem de 30 milhões, o que representa 37,5% dos passageiros transportados no Distrito Federal, seja em transporte urbano, seja interestadual.

*Transporte ferroviário* — O Distrito Federal é servido por duas estradas de ferro de 1.ª categoria: a Central do Brasil, considerada a mais importante do País, e a Leopoldina.

A extensão total da rêde em tráfego atinge 152 km. Relativamente ao território e à população, tomados em conjunto, a referida quilometragem proporciona, para o Distrito Federal, o mais alto índice entre tôdas as Unidades da Federação: 12,8 contra os 8,0 correspondentes ao Estado do Rio de Janeiro e os 4,0 correspondentes ao Estado de São Paulo (índice proposto por Mortara, publicado em "Le comunicazioni in rapporto al Territorio ed alla popolazione").

As duas emprêsas citadas estabelecem ligações ferroviárias diretas da Capital da República com os Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Espírito Santo.

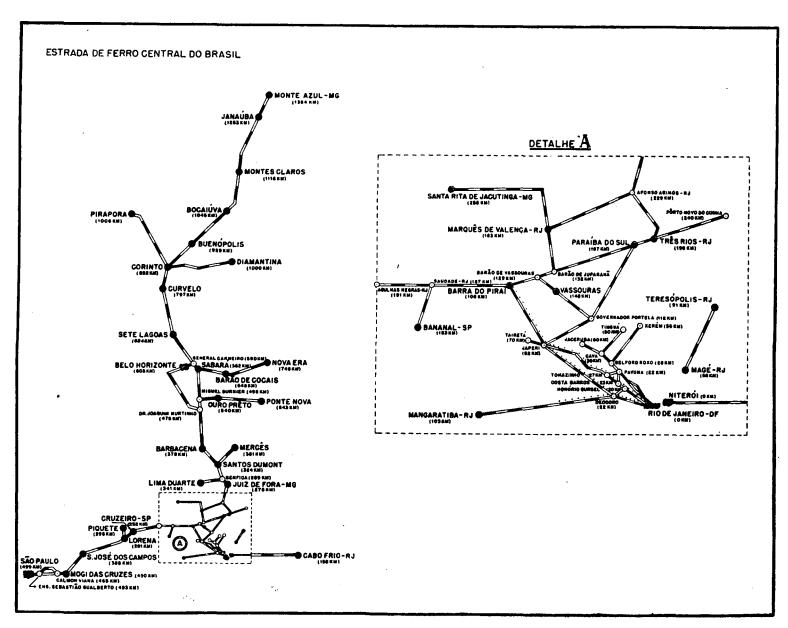
Como se vê, a Estrada de Ferro Central do Brasil avança através do Estado do Rio de Janeiro, por Barra do Piraí e Agulhas Negras, penetra no Estado de São Paulo, passando por Cruzeiro, São José dos Campos, Mogi das Cruzes, até chegar à Capital paulistana. Por outro lado, após atingir Afonso Arinos, no Estado do Rio de Janeiro, penetra no Território do Estado de Minas Gerais, alcançando a Capital mineira e prosseguindo até o extremo de Monte Azul. Um outro ramal dirige-se a Cabo Frio, no Estado do Rio de Janeiro.

A Leopoldina estende a sua rêde em direção da região Leste.

Os ramais atingem os Estados do Rio de Janeiro e Minas Gerais. O mais importante, depois de passar por Macaé e Campos, no Estado do Rio de Janeiro, penetra no Estado do Espírito Santo, rumo Cachoeiro de Itapimirim, até alcançar a capital capixaba.

As principais mercadorias entradas no Distrito Federal, através das ferrovias, são arroz, banha, batata, café, carvão vegetal, farinha de mandioca, feijão, manteiga, óleo combustível e lubrificantes, trigo e toucinho.

Em 1957, foram exportadas por via ferroviária .... 112 597 toneladas de mercadorias, no valor de 1 352 049 milhares de cruzeiros.

No confronto com outras vias de expedição internas, a ferroviária fica em posição relativamente secundária:

| VIAS DE EXPEDIÇÃO | EXPORTAÇÃO | |
|---|---|---|
| | Quantidade (t) | Valor (Cr$ 1 000) |
| Rodoviária | 1 436 138,6 | 65 727 523,7 |
| Aérea | 4 133,1 | 2 018 875,1 |
| Ferroviária | 83 008,9 | 1 291 264,8 |
| Postal | 689,4 | 222 108,1 |
| Não especificado | 14,5 | 337,9 |
| TOTAL (1) | 1 640 189,5 | 73 037 814,9 |

(1) Inclusive a exportação feita por barcas, através da baía de Guanabara.

Os dados da tabela indicam que o transporte ferroviário não está atingindo sequer 10% do rodoviário, quanto ao volume.

No que se refere à espécie de mercadorias exportadas, predominam, quanto ao valor, as seguintes classes (1958):

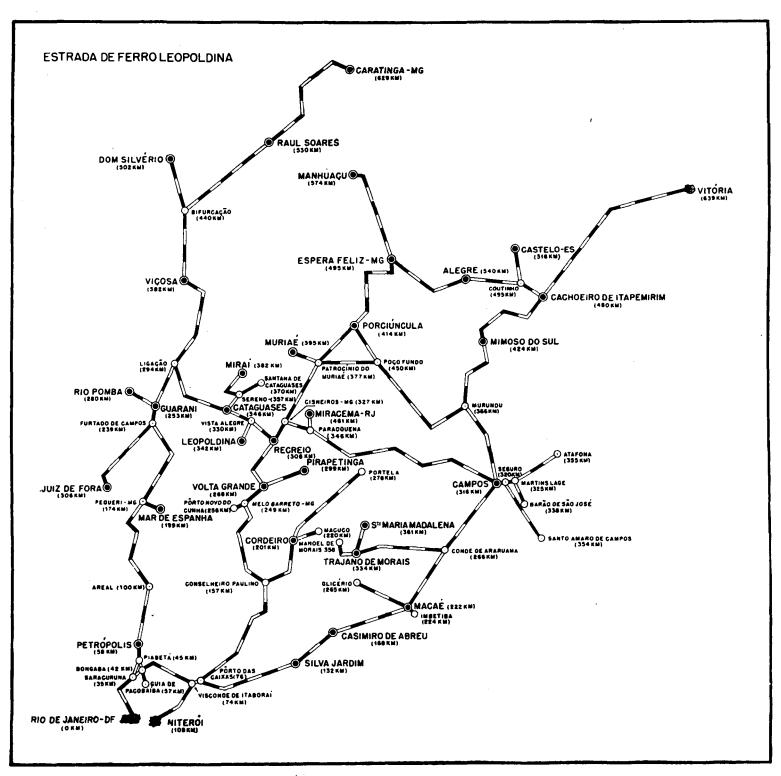
| CLASSES DE MERCADORIAS | EXPORTAÇÃO POR FERROVIAS | |
|---|---|---|
| | Quantidade (t) | Valor (Cr$ 1 000) |
| Manufaturas classificadas principalmente segundo a matéria-prima | 21 375,7 | 331 000,1 |
| Produtos químicos, farmacêuticos e semelhantes | 9 900,3 | 243 475,3 |
| Gêneros alimentícios e bebidas | 19 668,7 | 218 162,1 |
| Artigos manufaturados diversos | 1 293,7 | 216 236,2 |
| Matérias-primas, em bruto e preparadas | 29 384,5 | 158 570,4 |
| Ouro, moedas, transações especiais | 140,5 | 8 271,1 |
| Animais vivos | 29,4 | 5 676,4 |
| TOTAL (1) | 83 008,9 | 1 291 264,8 |

(1) Inclusive a exportação feita por barcas, através da baía de Guanabara.

Quatro classes predominam muito, econômicamente, sôbre as demais: "gêneros alimentícios e bebidas", "manufaturas classificadas principalmente segundo a matéria-prima", "produtos químicos, farmacêuticos e semelhantes" e "matérias-primas, em bruto e preparadas".

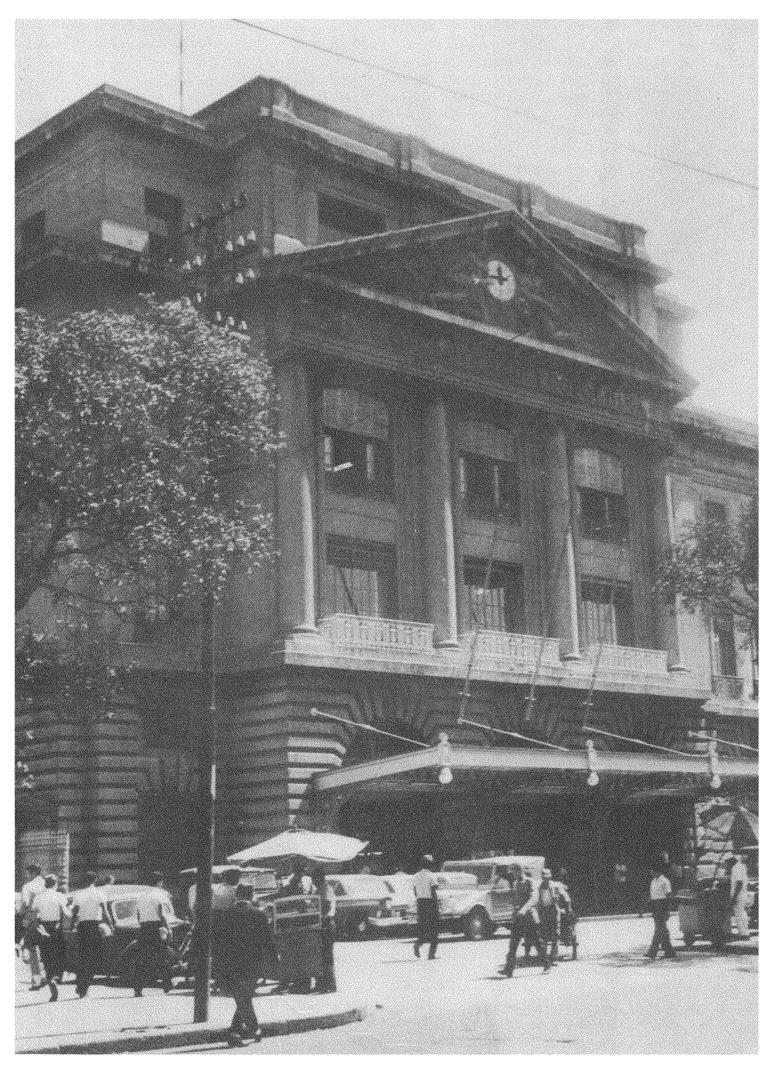
**ESTRADA DE FERRO CENTRAL DO BRASIL** — Depois de tentativas infrutíferas — dentre as quais foi pioneira a de Tomas Cochrane, em 1839 — para o estabelecimento de uma via férrea no Distrito Federal, teve êxito a Companhia de Estrada de Ferro D. Pedro II, criada pelo Decreto n.º 1 599, de 9 de maio de 1855 e presidida por Cristiano Benedito Otoni, que entregou ao público, em 29 de março de 1858, os quarenta e oito quilômetros que medeavam entre as estações da Côrte, nos terrenos que confinavam com a residência do então Imperador, na Quinta da Boa Vista, e a localidade de Queimados. Em 1889, o nome da ferrovia passou a ser Estrada de Ferro Central do Brasil.

A direção da ferrovia tinha em mente as riquezas exploradas ou não da Baixada Fluminense e os vales dos rios que corriam pela vertente da Serra do Mar, à procura das gargantas mais baixas para lançarem suas águas no Atlântico. Nessas terras, proliferavam as grandes fazendas agrícolas e pecuárias que se afastavam da Côrte, em busca de terras virgens que lhes proporcionassem maior rendimento.

Aspecto do Edifício da Central do Brasil onde se localiza a estação D. Pedro II, ponto de convergência dos trens da Estrada de Ferro Central do Brasil que vêm ter ao centro da cidade do Rio de Janeiro.

Êsse fato, todavia, não só fazia aumentar o apêlo ao trabalho humano como dificultava o escoamento da produção, visto como os primitivos caminhos da serra ou do mar, embora melhorados, não satisfaziam às necessidades dos fazendeiros.

Em Agôsto de 1864, inaugurava-se a estação de Barra do Piraí, estendendo-se a estrada ao longo do Vale do Paraíba, servindo às prósperas lavouras de café do Rio de Janeiro. Nos primeiros lustros de sua existência, foi mesmo esta cultura uma das que mais proporcionaram lucros à ferrovia.

Inaugurado o novo trecho, tiveram lugar os debates entre os estadistas do Império sôbre a diretriz da linha-tronco: se em demanda de São Paulo, ou para o centro, em direção ao Rio São Francisco. Êsse último rumo foi o escolhido, tendo-se em vista mais razão de ordem político-administrativa que interêsses econômicos. Admitia-se que, uma vez alcançando o rio por estrada de ferro, estaria constituída uma via interna terrestre do Centro para o Norte, através da navegação do trecho de Pirapora a Juàzeiro. Reconheceu-se, todavia, a necessidade de uma ligação ferroviária contínua de norte a sul do país, superior à navegação do Rio São Francisco, ainda incipiente; assim, com êsse objetivo, foi iniciado, em 1911, o ramal de Corinto em direção a Montes Claros.

A partir de 1910, inúmeros ramais ferroviários, tributários da Estrada, foram sendo ligados a ela, por imposições de ordem geral. Dêste modo foram sucessivamente incorporados à rêde da Estrada de Ferro Central do Brasil os ramais da Linha Auxiliar, Valenciana, Diamantina, Pi-

Fachada do edifício da Estrada de Ferro Leopoldina, pioneira dos transportes ferroviários no Brasil e hoje integrante da Rêde Ferroviária Federal S/A.



5 — 24 938

ranga, Bananal, Piquête, Lima Duarte, Rio Douro, Teresópolis e Maricá.

O prolongamento da Estrada de Ferro, tanto na direção de São Paulo como na de Minas Gerais, proporcionou soluções arrojadas de problemas de caráter técnico-econômico e financeiro. As primeiras vitórias foram as travessias da Serra do Mar e da Mantiqueira, realizadas através de obras de engenharia excepcionais; seguiram-se novas e grandes remodelações dos traçados da Estrada. Modernamente, são dignas de nota, dentre outras obras: a construção da nova Estação de D. Pedro II, a eletrificação dos subúrbios do Rio de Janeiro, além das grandes remodelações dos traçados da linha do centro e do Ramal de São Paulo.

A Estrada de Ferro Central do Brasil é, atualmente, uma das unidades de operação da Rêde Ferroviária Federal S.A.

| DISCRIMINAÇÃO | UNIDADES | RESULTADOS NUMÉRICOS | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | | 1956 | 1957 | 1958 (1) | Dif. % em 1958 (2) Sôbre 1956 | Sôbre 1957 |
| 1. Extensão das linhas | km | 3 729 | 3 729 | 3 729 | — | — |
| 1.1. Extensão eletrificada | km | 235 | 235 | 235 | — | — |
| 2. Número de locomotivas | unidades | 623 | 664 | 654 | + 5,0 | — 1,5 |
| 2.1. A vapor | » | 427 | 468 | 457 | + 7,0 | — 2,4 |
| 2.2. Diesel | » | 175 | 175 | 175 | — | — |
| 2.3. Elétrica | » | 21 | 21 | 22 | — | + 4 8 |
| 3. Número de carros (exclusive elétrico) | » | 814 | 815 | 803 | — 1,4 | — 1,5 |
| 4. Número de vagões | » | 9 528 | 9 501 | 9 290 | — 2,6 | — 2,3 |
| 5. Número de trens (3) | milhares | 407 | 411 | 414 | + 1,7 | + 0,7 |
| 6. Número de passageiros | » | 171 747 | 200 166 | 202 100 | + 17,7 | + 1,0 |
| 6.1. Interior | » | 14 053 | 15 204 | 15 300 | + 8,9 | + 0,6 |
| 6.2. Subúrbio | » | 157 694 | 184 962 | 186 800 | + 18,5 | + 1,0 |
| 7. Passageiros km | milhões | 4 858 | 5 203 | 5 241 | + 7,9 | + 0,7 |
| 7.1. Interior | » | 1 342 | 1 479 | 1 480 | + 10,3 | + 0,1 |
| 7.2. Subúrbio | » | 3 516 | 3 724 | 3 761 | + 7,0 | + 1,0 |
| 8. Toneladas líquidas remuneradas | milhares | 6 807 | 8 038 | 8 053 | + 18,3 | + 0,2 |
| 8.1. Bagagens e encomendas | » | 435 | 476 | 477 | + 9,7 | + 0,2 |
| 8.2. Animais | » | 176 | 166 | 167 | — 5,4 | + 0,6 |
| 8.3. Mercadorias | » | 6 196 | 7 396 | 7 409 | + 19,6 | + 0,2 |
| 9. Toneladas km líq. remuneradas | milhões | 2 067 | 2 516 | 2 531 | + 22,4 | + 0,6 |
| 9.1. Bagagens e encomendas | » | 81 | 88 | 89 | + 9,9 | + 1,1 |
| 9.2. Animais | » | 99 | 98 | 99 | — | + 1,0 |
| 9.3. Mercadorias | » | 1 887 | 2 330 | 2 343 | + 24,2 | + 0,6 |
| 10. Toneladas km brutas (total) | » | ... | ... | ... | ... | ... |
| 11. Número de empregados (média do ano) | unidades | 50 670 | 49 111 | 48 620 | — 4,2 | — 1,0 |

FONTES: Informações mensais e relatórios anuais remetidos pelas Estradas e balancetes trimestrais fornecidos pela Diretoria Financeira da R.F.F.S.A.

(1) Dados provisórios, sujeitos a retificação. — (2) Para o cálculo das percentagens foram usados os valores até a casa das unidades. — (3) Tráfego remunerado.

**ESTRADA DE FERRO LEOPOLDINA** — O primeiro trecho de estrada de ferro construído no Brasil — do pôrto de Magé à Raiz da Serra — pertence à rêde da Estrada de Ferro Leopoldina.

Em 1871, pela Lei 1 826, de 10 de outubro, era autorizada a construção de uma Estrada de ferro que ligasse Pôrto Novo do Cunha a Leopoldina. A Companhia então organizada adotou o nome de Companhia Estrada de Ferro Leopoldina. Os trabalhos de exploração foram iniciados no ano seguinte, sendo abertas ao tráfego, em 8 de outubro de 1874, as três primeiras estações nos quilômetros 3, 12 e 27, denominadas São José, Pântano e Volta Grande; Cataguazes e Leopoldina, o foram três anos depois.

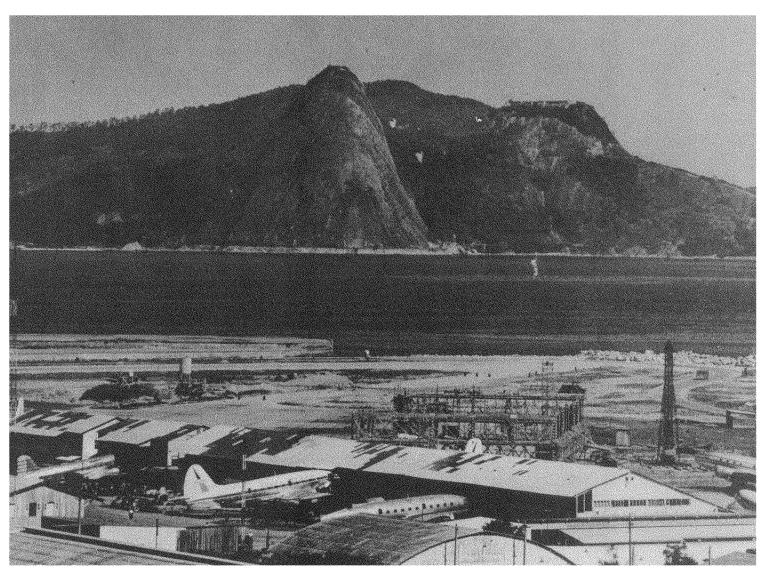
A falta de um plano geral de viação por parte do govêrno redundou em critérios errados na concessão de novas linhas, criando uma concorrência ruinosa entre as companhias de viação férrea, desorganizando-as econômica e financeiramente. Esta situação levou os diretores da Leopoldina a adquirirem as linhas concorrentes e a construírem ligações entre elas. Ao terminar o ano de 1890, a dívida consolidada elevava-se a altas cifras. A abundância do café em tôda zona servida pela ferrovia não permitia que a situação atingisse seu ponto crítico. Entre 1895 e 1900, porém, com as crises da baixa cambial e a dos preços do café, a companhia chegou às portas da falência. Com a cooperação de acionistas brasileiros e do Govêrno Federal, os credores inglêses fundaram a The Leopoldina Railway Company Ltd.

| DISCRIMINAÇÃO | UNIDADES | RESULTADOS NUMÉRICOS | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | | 1956 | 1957 | 1958 (1) | Dif. % em 1958 (2) Sôbre 1956 | Sôbre 1957 |
| 1. Extensão das linhas | km | 3 057 | 3 057 | 3 057 | — | — |
| 1.1. Extensão eletrificada | km | — | — | — | — | — |
| 2. Número de locomotivas | unidades | 329 | 332 | 383 | + 16,4 | + 15,4 |
| 2.1. A vapor | » | 328 | 331 | 338 | + 3,0 | + 2,1 |
| 2.2. Diesel | » | 1 | 1 | 45 | + 440,0 | + 360,0 |
| 2.3. Elétricas | » | — | — | — | — | — |
| 3. Número de carros | » | 403 | 403 | 438 | + 8,7 | + 8,7 |
| 4. Número de vagões | » | 3 085 | 2 973 | 3 262 | + 5,7 | + 9,7 |
| 5. Número de trens | milhares | 122 | 121 | 132 | + 8,2 | + 9,1 |
| 6. Número de passageiros transportados | » | 33 990 | 34 862 | 38 420 | + 13,0 | + 10,2 |
| 6.1 *Interior* | » | 5 392 | 4 804 | 5 037 | — 7,0 | + 4,9 |
| 6.2. Subúrbio | » | 28 598 | 30 058 | 33 383 | + 16,7 | + 11,1 |
| 7. Passageiros km | milhões | 739 | 712 | 733 | — 0,8 | + 2,9 |
| 7.1 Interior | » | 415 | 368 | 366 | — 11,8 | — 0,5 |
| 7.2. Subúrbio | » | 324 | 344 | 367 | + 13,3 | + 6,7 |
| 8. Toneladas líquidas remuneradas | milhares | 1 773 | 1 899 | 2 045 | + 15,3 | + 7,7 |
| 8.1 Bagagens e encomendas | » | 182 | 158 | 131 | — 28,0 | — 17,1 |
| 8.2. Animais | » | 46 | 28 | 39 | — 15,2 | + 39,3 |
| 8.3. Mercadorias | » | 1 545 | 1 713 | 1 875 | + 21,4 | + 9,5 |
| 9. Toneladas km líquidas remuneradas | milhões | 369 | 341 | 369 | — | + 8,2 |
| 9.1. Bagagens e encomendas | » | 39 | 37 | 28 | — 28,2 | — 24,3 |
| 9.2. Animais | » | 7 | 4 | 11 | + 57,1 | + 175,0 |
| 9.3. Mercadorias | » | 323 | 300 | 330 | + 2,2 | + 10,0 |
| 10. Toneladas km brutas reb. (total) | » | .... | ... | 1 373 | ... | ... |
| 11. Número de empregados (média do ano) | unidades | 15 229 | 18 058 | 17 650 | + 15,9 | — 2,3 |

FONTES: Informações mensais e relatórios anuais remetidos pelas Estradas.

(1) Dados provisórios, sujeitos a retificação. — (2) Para o cálculo das percentagens foram usados os valores até a casa das unidades.

Por êsse tempo, já a estrada deixara de ser uma simples tributária da Estrada de Ferro Central do Brasil e tinha seu início no Pôrto do Rio de Janeiro, estendendo-se pelos Estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais e Espírito Santo.

Iniciou-se então um período de remodelação da ferrovia, reorganizando-se os serviços e instalações. Para isso, reconstruíram-se linhas, reformou-se o material rodante e unificou-se a bitola; gastaram-se 4 milhões de libras esterlinas e no fim de 1906 estava restabelecido o tráfego, sanando-se tôdas as dificuldades iniciais. Dadas as condições de prosperidade do País, a diretoria viu facilitada sua ação e resolveu iniciar a renovação da Estrada: obteve novas concessões, prolongou as linhas férreas até o Canal do Mangue, na Capital da República; até Vitória, no Espírito Santo; de Ponte Nova foi a Raul Soares e de Carangola a Ma-

Aspecto parcial do aeroporto Santos Dumont, localizado no centro da cidade. Êste aeroporto, construído sôbre um atêrro, caracteriza-se por intenso movimento, nêle aterrissando os aviões que fazem as linhas nacionais.

nhuassu. Dos 2 290 quilômetros de linhas existentes em 1906, passou a 2 820, em 1913.

Vários fatôres, porém, conspiraram para entravar o progresso da ferrovia. Com o declínio dos cafèzais, produto básico de tôdas as zonas servidas pela Estrada, e sua transformação em pastagens, a Estrada viu-se privada da causa principal da construção e desenvolvimento da via férrea. O decréscimo da população nas zonas servidas pela ferrovia resultou na diminuição da capacidade de consumo e do tráfego para o interior.

Desde 1930, pode-se dizer, a situação da Companhia vinha sendo de desequilíbrio progressivo.

A partir de 1957, com a criação da Rêde Ferroviária Federal S.A., a Estrada de Ferro Leopoldina passou a fazer parte dela.

*Transporte aéreo* — O Distrito Federal conta com 5 campos de pouso: Santos Dumont, Galeão, Manguinhos, Santa Cruz e Campo dos Afonsos.

Os dois primeiros são utilizados pela aviação comercial e têm movimento muito intenso.

O de Manguinhos é utilizado por aeronaves de menor porte; nêle estão localizados o Aeroclube do Brasil — o único em funcionamento no Distrito Federal e a Associação Carioca de Aeromodelismo.

Os demais campos pertencem a bases aéreas militares.

O Aeroporto Santos Dumont é o 2.º de maior movimento, no País, situando-se em posição pouco abaixo do de Congonhas (São Paulo).

Vejam-se os confrontos seguintes:

| PERÍODOS | MOVIMENTO DO TRÁFEGO (1) | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Aviões | | Passageiros | | | Correio (kg) | | Carga (kg) | |
| | Pousos | Decolagens | Embarcados | Desembarcados | Em trânsito | Embarcados | Desembarcados | Embarcada | Desembarcada |
| AEROPORTO SANTOS DUMONT (Distrito Federal) | | | | | | | | | |
| 1955 | 28 874 | 29 578 | 418 350 | 423 079 | 127 | 413 844 | 257 577 | 13 572 676 | 9 176 389 |
| 1956 | 32 169 | 33 372 | 508 055 | 518 644 | 333 | 402 478 | 255 694 | 14 694 396 | 10 312 825 |
| 1957 | 34 881 | 36 178 | 570 106 | 569 522 | 128 | 443 881 | 291 467 | 15 510 024 | 10 278 268 |
| 1958 | 36 406 | 37 798 | 701 413 | 698 870 | ... | 539 946 | 275 246 | 17 487 066 | 11 909 918 |
| AEROPORTO DE CONGONHAS (São Paulo) | | | | | | | | | |
| 1955 | 37 695 | 37 752 | 492 147 | 498 510 | 78 740 | 285 327 | 288 286 | 15 114 891 | 9 614 961 |
| 1956 | 46 091 | 46 121 | 596 926 | 598 554 | 124 338 | 311 979 | 344 203 | 16 807 507 | 10 039 241 |
| 1957 | 49 955 | 49 975 | 641 872 | 636 633 | 151 356 | 355 005 | 348 077 | 19 887 996 | 11 469 939 |
| 1958 | 50 536 | 50 569 | 697 020 | 662 547 | 158 108 | 362 965 | 326 736 | 21 967 45[illegible] | 13 116 782 |

(1) Os dados transcritos nesta tabela foram apurados pelo DAC à base de informações colhidas em cada aeroporto pelos próprios funcionários do referido órgão; por isto divergem ligeiramente dos elementos transcritos nas tabelas adiante, que também foram apurados pelo mesmo Departamento, porém à base de informações fornecidas pelas companhias operantes.

Todos os restantes maiores aeroportos do País aparecem com efetivos de movimento muito abaixo dos dois citados. Observe-se que o aeroporto de Congonhas mantém o 1.º lugar. Mas, há um fato destacante: em 1958, o Aero-

porto Santos Dumont assumiu a liderança, pela primeira vez, em muitos anos, quanto ao número de passageiros embarcados e desembarcados. Esta ocorrência inédita teria sua explicação no deslocamento de parte do movimento do Aeroporto do Galeão para o de Santos Dumont.

O surto da aeronáutica comercial no Brasil iniciou-se em 1927; mas só em 1934 começou a ser construído o Aeroporto Santos Dumont, que foi dotado de uma bela estação para hidroaviões e mais tarde de uma grande estação de passageiros para aviões.

A construção dêsse aeroporto suscitou, na época, grande celeuma entre os técnicos de um lado e os admiradores da Baía de Guanabara de outro. A imprensa condenou a construção, porém, o atêrro do Calabouço foi feito até a ilha Villegaignon, onde está situada a Escola Naval. Com o apoio das autoridades, chegou a ser construído o aeroporto, que ficou dotado dos mais modernos aparelhamentos para contrôle do tráfego aéreo.

A construção dêsse aeroporto muito contribuiu para o desenvolvimento do tráfego aéreo no Brasil.

Atualmente o seu movimento é intenso: o número de passageiros embarcados aproxima-se da média diária de 2 000 pessoas e a carga transportada atinge mais de 400 kg, em média, por pouso.

A posição privilegiada do aeroporto, bem no centro da cidade, proporciona aos turistas e passageiros em geral, uma bela visão da cidade. As suas coordenadas são .... 22° 54' S. e 43° 10' W.

Construído com 1 000 m iniciais de pista, hoje possui 1 321,70 m, ainda insuficientes para comportar as grandes aeronaves, de maior velocidade e pêso. Está apto a operar com aeronaves do tipo L-49 (Constelation, com restrição de pêso).

Com o aparecimento dos quadrimotores, houve necessidade de campo maior. Por isso a pista da base aérea militar do Galeão foi ampliada, sendo construído o aeroporto para linhas internacionais. As grandes aeronaves como o Dcuglas DC7-C exigem campos com extensão mínima de 2 000 m.

O movimento aéreo-comercial no Rio está, assim, dividido entre os dois aeroportos: Santos Dumont e Galeão.

O Aeroporto do Galeão dista 10 km, aproximadamente, do centro da cidade e possui uma pista de 2 268 m, comportando aeronaves do tipo DC7-C. Está situado na ilha do Governador, a 22° 49' S. e 43° 15' W.

As linhas internacionais fazem escala neste campo.

O desenvolvimento aéreo-comercial do Brasil é bastante apreciável. Em 1927, as viagens realizadas registravam um percurso total de 119 585 km; em 1937, êste total já ascendia a 6 112 658 km; em 1947, a 54 632 580 km, atingindo, finalmente, a elevada cifra de 149 575 691 km, em 1957.

Aspecto da fachada fronteira do Aeroporto internacional do Galeão na Ilha do Governador.

Através do melhoramento das condições técnicas terrestres, das estações de rádio, da iluminação e do aperfeiçoamento do avião, intensificou-se muito o movimento pelo interior do Brasil, deixando de limitar-se ao litoral. Novos campos vão surgindo dia a dia, permitindo a penetração da civilização pelo interior.

O Correio Aéreo Nacional, nestes 25 anos de existência, muito tem contribuído para essa interiorização. Destina-se a facultar o adestramento dos oficiais da Aeronáutica, fazendo-os voar sôbre todos os quadrantes do País, realizando ao mesmo tempo obra útil, a de transportar oficiais e correspondência entre as unidades das fôrças armadas.

A aviação comercial desbravou o território até as fronteiras. Pode-se considerar como ponto de partida dêsse empreendimento nacional a construção de aeroportos como os de Santos Dumont, São Paulo, Curitiba e muitos outros que servem de base para a penetração.

É grande o número de companhias nacionais e várias emprêsas estrangeiras têm estendido suas linhas para o Brasil.

Nos aeroportos do Rio (Galeão e Santos Dumont), o movimento das emprêsas nacionais é destacado, atingindo cêrca de 90% do movimento geral.

Entretanto, observa-se que o número de passageiros em trânsito é maior nas aeronaves estrangeiras — 85% em média. Quanto ao correio descarregado, nota-se que as emprêsas estrangeiras têm uma posição menos desfavorável, isto é, 35% do total, em média.

Tomando como base o ano de 1950, verifica-se que no Rio o número de passageiros embarcados passou de 438 586 para 767 615 em 1958, acusando um aumento percentual de 75%.

O mesmo aconteceu à carga transportada e ao correio.

A carga carregada e descarregada, de 10 478 toneladas e 7 343 toneladas, respectivamente, passou para 18 253 toneladas e 13 066 toneladas, respectivamente, em 1958, demonstrando uma ascenção média de 76%.

A tonelagem do Correio aéreo acompanhou o desenvolvimento, passando de 446 toneladas a 739 toneladas, o carregado, e de 316 toneladas a 557 toneladas, o descarregado, com o aumento médio de 71%.

Observa-se que o número total de pousos aumentou em 37% apenas, enquanto o de passageiros, carga e correio teve aumentos superiores a 70%. Isto significa que, nos últimos anos, com o progresso da construção aeronáutica, tem sido ampliada a capacidade das aeronaves em movimento nos aeroportos do Distrito Federal.

A participação percentual dos aeroportos do Rio no movimento geral do Brasil é a seguinte:

| | 1950 (%) | 1957 (%) |
|---|---|---|
| Pousos | 22 | 15 |
| Passageiros | | |
| embarcados | 33 | 25 |
| desembarcados | 33 | 25 |
| Carga | | |
| embarcada | 29 | 26 |
| desembarcada | 24 | 19 |
| Correio | | |
| embarcado | 52 | 42 |
| desembarcado | 39 | 34 |

Nota-se que essa participação tem diminuido ligeiramente, embora o movimento dos aeroportos cariocas e também o movimento geral do Brasil tenham aumentado.

O fenômeno também ocorre nos principais aeroportos do País, com algumas exceções na mala postal:

| ESPECIFICAÇÃO | PERCENTAGENS SÔBRE O MOVIMENTO TOTAL DO PAÍS (%) | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | São Paulo | | Belo Horizonte | | Pôrto Alegre | |
| | 1950 | 1957 | 1950 | 1957 | 1950 | 1957 |
| Pousos | 23 | 18 | 6 | 6 | 7 | 6 |
| Passageiros | | | | | | |
| embarcados | 27 | 22 | 7 | 6 | 7 | 7 |
| desembarcados | 29 | 22 | 7 | 6 | 6 | 8 |
| Carga | | | | | | |
| embarcada | 32 | 27 | 7 | 4 | 11 | 11 |
| desembarcada | 19 | 17 | 7 | 6 | 8 | 11 |
| Correio | | | | | | |
| embarcado | 11 | 22 | 1 | 1 | 7 | 7 |
| desembarcado | 17 | 20 | 1 | 3 | 8 | 5 |

Isto se verifica, provalmente, em conseqüência da penetração das linhas aéreas pelo interior, com ampliação dos aeroportos existentes e construção de novos, permitindo maior e melhor distribuição do movimento aeronáutico.

A tabela seguinte faz confrontos por principais aeroportos, nos últimos anos:

| | MOVIMENTO DO TRÁFEGO | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Pousos | Passageiros | | Correio (t) | | Carga (t) | |
| | | Embarcados | Desembarcados | Embarcado | Desembarcado | Embarcada | Desembarcada |
| **BRASIL (1)** | | | | | | | |
| 1950 | 136 748 | 1 323 270 | 1 350 661 | 850 | 815 | 35 647 | 30 585 |
| 1951 | 244 383 | 2 144 817 | 2 121 737 | 1 012 | 1 042 | 50 047 | 49 736 |
| 1952 | 256 888 | 2 105 971 | 2 096 313 | 1 154 | 1 283 | 47 373 | 48 602 |
| 1953 | 278 644 | 2 518 276 | 2 525 308 | 1 343 | 1 524 | 56 999 | 57 493 |
| 1954 | 296 141 | 2 749 440 | 2 728 970 | 1 405 | 1 615 | 62 739 | 63 345 |
| 1955 | 327 898 | 2 786 138 | 2 805 097 | 1 753 | 1 900 | 67 706 | 68 665 |
| 1956 | 222 088 | 2 516 527 | 2 505 049 | 1 704 | 1 887 | 64 996 | 59 082 |
| 1957 | 274 724 | 2 873 951 | 2 845 351 | 1 643 | 1 706 | 73 127 | 67 379 |
| 1958 (janeiro/setembro) | 182 922 | 2 548 594 | 2 471 179 | 1 336 | 1 320 | 62 406 | 60 338 |
| **RIO DE JANEIRO (Aeroporto Santos Dumont e Galeão)** | | | | | | | |
| 1950 | 29 871 | 438 586 | 441 584 | 446 | 316 | 10 478 | 7 343 |
| 1951 | 33 547 | 501 286 | 506 729 | 451 | 375 | 13 787 | 9 105 |
| 1952 | 30 544 | 445 958 | 450 074 | 515 | 487 | 11 950 | 9 001 |
| 1953 | 31 158 | 502 353 | 510 625 | 595 | 579 | 13 935 | 10 824 |
| 1954 | 32 085 | 528 226 | 527 944 | 611 | 610 | 14 957 | 11 186 |
| 1955 | 34 442 | 525 211 | 533 349 | 733 | 687 | 14 970 | 12 478 |
| 1956 | 35 457 | 624 700 | 654 303 | 738 | 664 | 16 930 | 13 881 |
| 1957 | 42 383 | 708 373 | 699 158 | 695 | 587 | 18 750 | 12 775 |
| 1958 | 41 017 | 767 615 | 761 905 | 739 | 557 | 18 253 | 13 066 |
| **SÃO PAULO (Aeroporto de Congonhas)** | | | | | | | |
| 1950 | 31 354 | 360 510 | 397 166 | 95 | 142 | 11 255 | 5 946 |
| 1951 | 34 760 | 463 879 | 481 057 | 156 | 151 | 13 314 | 7 218 |
| 1952 | 34 568 | 419 940 | 436 166 | 175 | 239 | 12 637 | 7 787 |
| 1953 | 36 557 | 502 146 | 512 781 | 235 | 279 | 13 894 | 8 883 |
| 1954 | 36 320 | 514 292 | 532 363 | 231 | 284 | 15 578 | 9 923 |
| 1955 | 39 890 | 510 718 | 518 243 | 287 | 287 | 15 761 | 9 822 |
| 1956 | 41 333 | 621 789 | 633 076 | 329 | 352 | 17 797 | 10 987 |
| 1957 | 49 955 | 641 872 | 636 633 | 355 | 348 | 19 888 | 11 470 |
| 1958 | 50 536 | 697 020 | 662 547 | 363 | 327 | 21 967 | 13 117 |
| **BELO HORIZONTE (Aeroporto da Pampulha)** | | | | | | | |
| 1950 | 8 523 | 96 873 | 97 191 | 7 | 11 | 2 448 | 2 032 |
| 1951 | 10 152 | 120 081 | 124 425 | 13 | 19 | 3 193 | 3 066 |
| 1952 | 10 328 | 130 019 | 132 098 | 15 | 19 | 2 466 | 2 727 |
| 1953 | 10 937 | 154 446 | 154 359 | 17 | 23 | 2 670 | 2 700 |
| 1954 | 12 723 | 160 687 | 162 837 | 20 | 27 | 2 618 | 2 934 |
| 1955 | 13 885 | 158 121 | 161 221 | 30 | 35 | 3 033 | 3 431 |
| 1956 | 13 522 | 181 848 | 186 144 | 31 | 45 | 3 111 | 4 132 |
| 1957 | 15 488 | 179 840 | 183 421 | 24 | 49 | 2 956 | 4 078 |
| 1958 | 17 830 | 207 192 | 211 592 | 48 | 54 | 2 902 | 3 795 |
| **PÔRTO ALEGRE (Aeroporto de Pôrto Alegre)** | | | | | | | |
| 1950 | 9 250 | 86 367 | 86 869 | 64 | 67 | 3 856 | 2 322 |
| 1951 | 9 035 | 106 283 | 111 370 | 55 | 70 | 5 047 | 3 614 |
| 1952 | 9 431 | 117 482 | 119 542 | 69 | 79 | 6 050 | 4 343 |
| 1953 | 10 115 | 130 812 | 134 878 | 74 | 85 | 6 882 | 5 281 |
| 1954 | 10 928 | 149 449 | 149 450 | 86 | 93 | 8 041 | 6 436 |
| 1955 | 11 880 | 152 223 | 153 251 | 110 | 117 | 7 583 | 5 917 |
| 1956 | 11 821 | 183 461 | 186 173 | 117 | 132 | 8 151 | 6 279 |
| 1957 | 15 550 | 213 034 | 220 694 | 115 | 83 | 7 902 | 7 354 |
| 1958 | 16 143 | 210 187 | 208 437 | 132 | 97 | 8 697 | 8 097 |

(1) Inclusive os dados referentes aos aeroportos não discriminados.

O número total de pousos, no Brasil, entre 1950 e 1957, aumentou de 101%, enquanto que o aumento, no Rio de Janeiro, foi apenas de 42%, em São Paulo de 50%, em Belo Horizonte de 75% e em Pôrto Alegre de 68%. Em relação ao número de passageiros, o aumento para o Brasil foi mais que o dôbro, atingindo 114%. O Rio de Janeiro acusou ainda a percentagem índice mais baixa de aumento: 60% (São Paulo, 69%, Belo Horizonte, 88% e Pôrto Alegre, 151%), em média, entre passageiros embarcados e desembarcados.

A carga transportada, para o total do Brasil, teve também aumento considerável entre 1950 e 1957 (112%) e é sabido que a carga por via aérea paga fretes bem mais elevados do que por via férrea e rodoviária.

No Rio de Janeiro, houve um acréscimo, na carga transportada, de 77% (São Paulo, 85%, Belo Horizonte, 61% e Pôrto Alegre, 161%) em média, entre carregada e descarregada. A mala postal, ainda no mesmo período, teve aumentos mais rápidos em alguns aeroportos: Rio de Janeiro, 71%; São Paulo, 210%; Belo Horizonte, 294% e Pôrto Alegre, 52% e para o Brasil, 101%.

*Correios e Telégrafos* — Em 1958, havia no Distrito Federal 30 agências postais, 76 agências postais-telegráficas e 257 postos avulsos de venda de selos.

O movimento da correspondência postal sem valor declarado, no serviço nacional, atingiu 2 004 948 unidades recebidas e 325 027 expedidas. Êsses números representam 49% e 20% sôbre o total do movimento no País.

Foram expedidas 218 740 611 unidades como correspondência aérea, ou seja, 63% do total nacional.

A emissão de vales postais nacionais foi de 57 612 vales, correspondentes a 19% da emissão total do Departamento.

A rêde telegráfica no Distrito Federal, ainda em 1958, alcançou 1 026 944 metros, sendo que foram transmitidos 1 195 366 telegramas com 26 634 973 palavras e recebidos 13 730 376 telegramas, com 53 029 445 palavras. Êsses efetivos correspondem a 24% e 26% do movimento geral do País.

A Receita auferida pela Diretoria Regional do Distrito Federal, em 1958, foi de CrS 351 526 000,00, e a despesa realizada, de 649 073 000,00. A renda da Diretoria do Distrito Federal corresponde a 22% do total geral do Departamento.

Em 1958, o registro de 97 484 rádio-receptores produziu a renda de CrS 997 595,00.

A sede do DCT está localizada no antigo Paço Imperial. Outros elementos sôbre êsse prédio poderão ser obtidos no capítulo Patrimônio Histórico.

Complementando os serviços do DCT, o Rio de Janeiro é ligado, por rádio ou cabo submarino, ao exterior e a diversas cidades importantes do Brasil. São as seguintes as companhias que efetuam êsse serviço: All American Cables and Radio Inc., Companhia Rádio Internacional do Brasil, Companhia Rádio Telegráfica Brasileira, Italcable Servici Cablografici Radio Telegrafici Radioelettricci SA e Western Telegraph Co. Ltd.

*Telefones* — O serviço de telefones no Distrito Federal não tem acompanhado o ritmo de desenvolvimento demográfico nem tampouco o progresso material da metrópole brasileira.

Para uma população estimada em cêrca de 3 milhões conta a cidade do Rio de Janeiro 318 504 aparelhos telefônicos, o que equivale à proporção de 1 telefone para 10 mil habitantes.

Em relação a muitas cidades de igual ou idêntico nível, o Rio de Janeiro continua, neste particular, em posição bastante modesta.

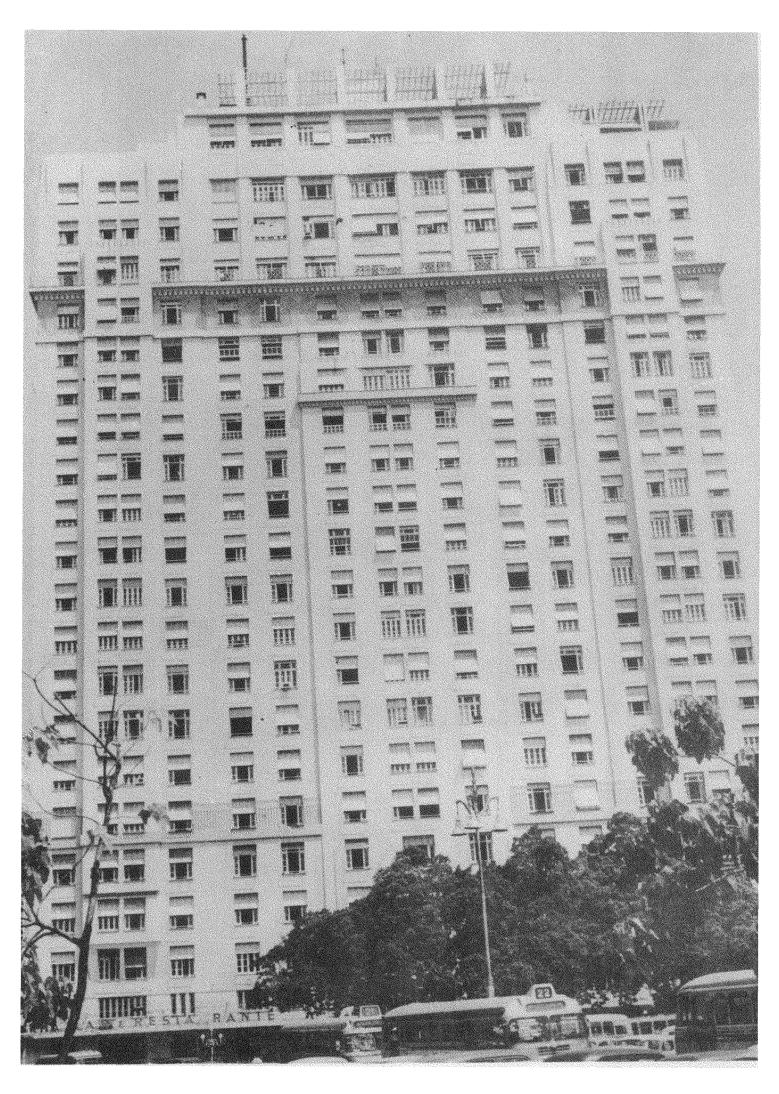
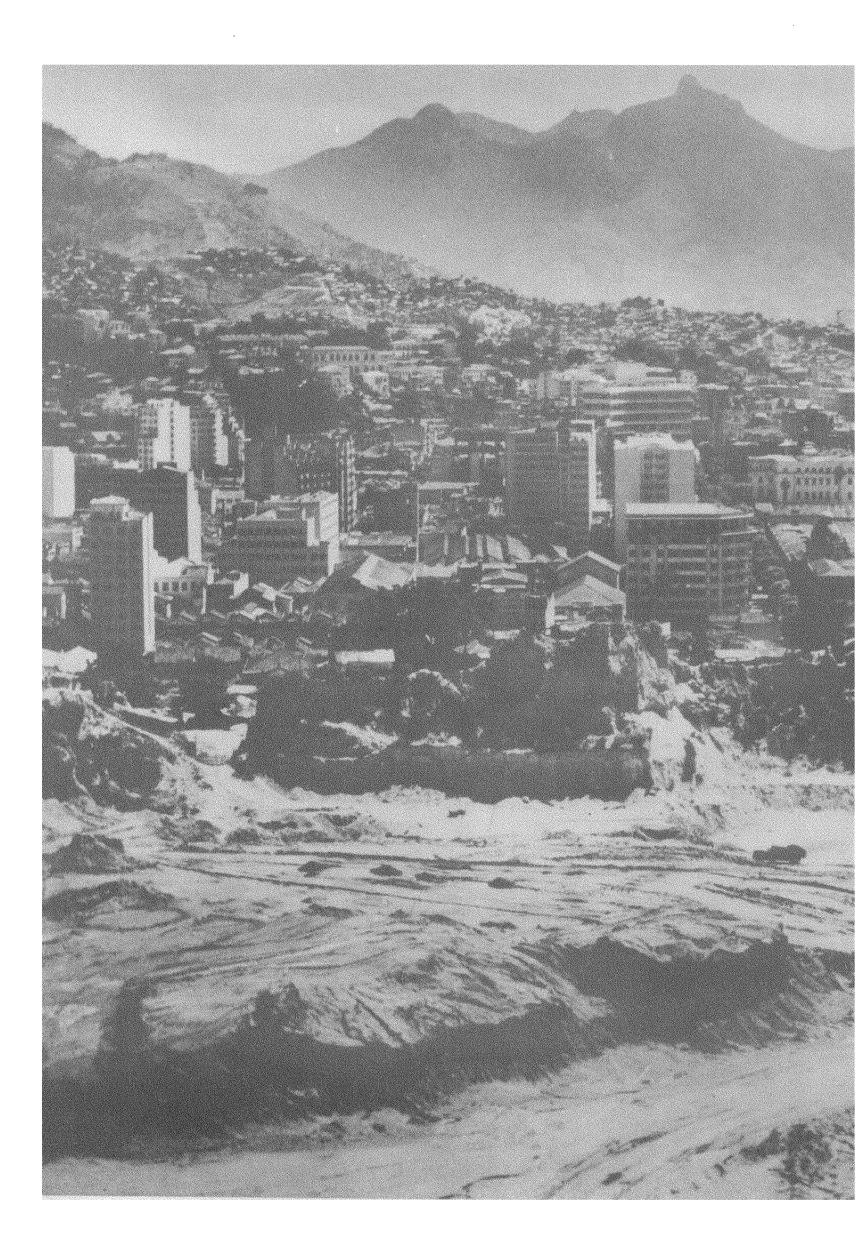
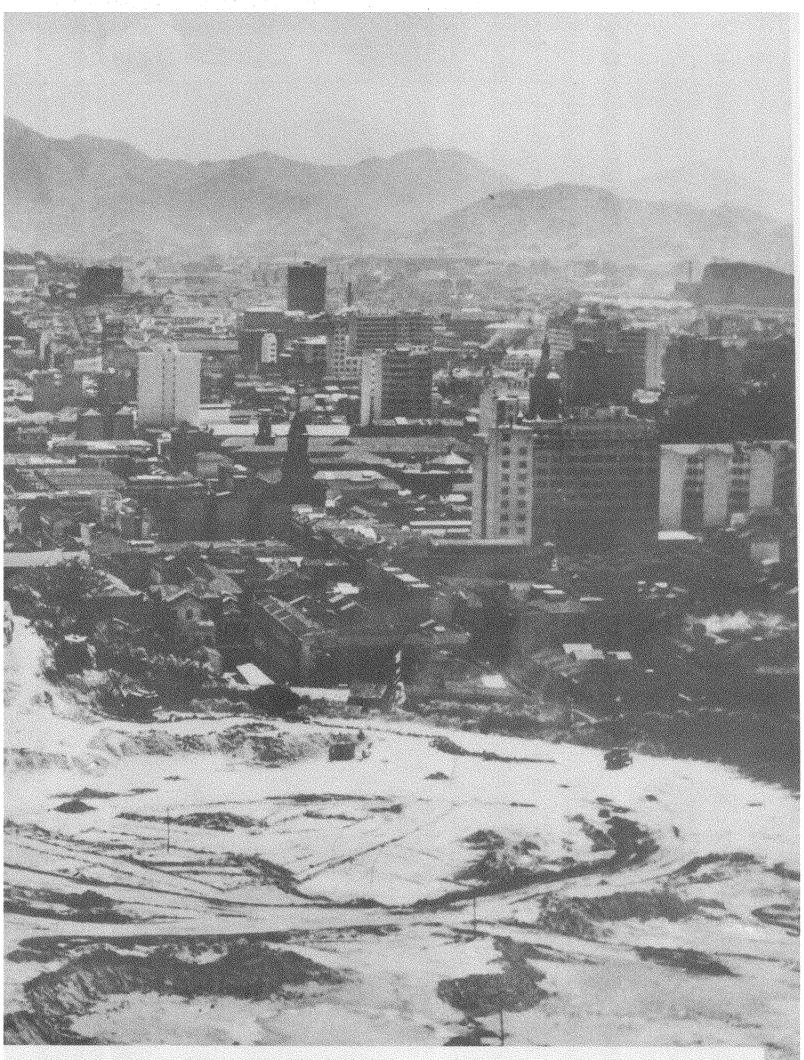
Em 1958, ano a que se refere o dado relativo ao número de telefones, havia no Distrito Federal 32 estações telefônicas e 11 643 linhas-tronco, perfazendo o total de 225 573 linhas.

No mesmo ano, a média de chamadas diárias elevou-se a 5 473 925, equivalente a 10 chamadas por aparelho, limite aparentemente razoável tendo em conta o número de telefones *per capita*.

## CONSTRUÇÃO CIVIL

O surto de construções no Rio de Janeiro, segundo J. Cordeiro de Azevedo, teve início em 1906, por ocasião do plano de remodelação da cidade, no govêrno de Rodrigues Alves. Em 1905, o número de prédios existentes era de 85 000. Em 1920, êsse número elevava-se a 111 200, registrando-se assim um aumento de 31% em apenas 15 anos. Até o presente a febre de construções não cessou no Distrito Federal. A demanda de residências tem sido sempre maior do que o número disponível. Já em 1920 os 111 200 prédios que existiam eram insuficientes para uma população de quase 1 milhão, calculando-se, nessa época, uma carência de cêrca de 200 000 residências. Atribui-se essa demanda de teto, principalmente, à tendência à urbanização das nossas populações, ao afluxo de exilados europeus e às demolições decorrentes da execução de importantes obras de urbanização.

A partir de 1932, toma grande vulto a construção de arranha-céus para residências e escritórios. Surge então o edifício de A Noite, o qual, segundo Lúcio Costa, pode ser considerado o marco que delimita a arquitetura velha da nova. Esta conquistou conceito internacional, que a coloca entre as mais importantes do mundo.

Segundo dados da Prefeitura, os prédios existentes no Rio, em 1935, elevavam-se a 173 106. Assim, verifica-se que entre 1920 e 1935 construíram-se 61 906 prédios. Já em 1954, segundo estimativa do Departamento de Edificações e Departamento de Geografia e Estatística da P.D.F., os prédios existentes atingiam o número de 364 491, verificando-se assim um aumento apreciável de 111% num período de 19 anos.

O edifício de "A Noite", localizado na Praça Mauá, foi construido em 1931, marcando o início do grande desenvolvimento arquitetônico brasileiro. Foi êste prédio, durante muito tempo, considerado um dos mais altos do centro da cidade.

Aspecto dos trabalhos que a SURSAN está realizando na cidade. Na foto, o arrasamento do morro de Santo Antônio que permitiu a abertura uma ampla avenida, a qual facilitará o escoamento do tráfego do perimetro urbano.

Podem-se observar na tabela, a seguir, o movimento de construções e demolições e a estimativa dos prédios existentes no período 1945/57.

| ANOS | CONSTRUÇÕES | DEMOLIÇÕES | ESTIMATIVA DOS PRÉDIOS EXISTENTES |
|---|---|---|---|
| 1945 | 4 353 | 515 | 306 450 |
| 1946 | 5 530 | 164 | 311 816 |
| 1947 | 4 301 | 127 | 315 990 |
| 1948 | 4 591 | 118 | 320 463 |
| 1949 | 5 492 | 53 | 325 902 |
| 1950 | 9 080 | 109 | 334 873 |
| 1951 | 7 716 | 190 | 342 399 |
| 1952 | 7 301 | 199 | 349 501 |
| 1953 | 7 934 | 223 | 357 212 |
| 1954 | 7 447 | 168 | 364 491 |
| 1955 | 5 970 | 148 | 370 313 |
| 1956 | 6 530 | 195 | 376 648 |
| 1957 | 5 558 | 185 | 381 994 |

Embora se observe no Rio apreciável movimento de demolições, decorrente da execução de planos urbanos e da valorização vultosa dos terrenos em que se localizam prédios antigos, verifica-se na tabela que o número de construções foi, nesse período, não só crescente como extraordinário em relação ao número de prédios demolidos.

No período 1945/58, o desenvolvimento das construções civis licenciadas foi o seguinte:

| ANOS | CONSTRUÇÕES CIVIS LICENCIADAS (Inclusive acréscimos e modificações) | |
|---|---|---|
| | Número de prédios licenciados | Área de piso (m2) |
| 1945 | 6 415 | 2 281 016 |
| 1946 | 7 580 | 1 106 613 |
| 1947 | 6 493 | 1 601 904 |
| 1948 | 6 766 | 1 201 775 |
| 1949 | 7 744 | 1 223 968 |
| 1950 | 11 405 | 1 661 267 |
| 1951 | 10 341 | 2 553 777 |
| 1952 | 8 278 | 2 894 545 |
| 1953 | 6 363 | 2 660 928 |
| 1954 | 6 217 | 2 245 120 |
| 1955 | 7 891 | 1 592 646 |
| 1956 | 8 603 | 2 058 719 |
| 1957 | 7 301 | 2 534 694 |
| 1958 | 6 949 | 2 678 758 |

Conforme dados do Departamento de Edificações da Prefeitura do Distrito Federal, foi o seguinte o movimento de concessão de "habite-se", segundo as edificações, no período 1952/57:

| PRÊDIOS | 1952 | 1953 | 1954 | 1955 | 1956 | 1957 |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **PRÊDIOS** | | | | | | |
| De apartamentos | 919 | 884 | 808 | 602 | 780 | 630 |
| Mistos | 187 | 253 | 231 | 252 | 212 | 254 |
| Comerciais | 59 | 97 | 61 | 47 | 244 | 191 |
| Vilas | 776 | 735 | 744 | 645 | 503 | 580 |
| Residências | 1 033 | 992 | 1 140 | 1 109 | 1 099 | 883 |
| Outros | 49 | 42 | 23 | 22 | 2 | 20 |
| TOTAL | 3 023 | 3 003 | 3 007 | 2 677 | 2 480 | 2 558 |
| **RESIDÊNCIAS** | | | | | | |
| De apartamentos | 5 770 | 5 956 | 9 027 | 9 266 | 8 753 | 8 466 |
| Mistos | 1 081 | 1 423 | 1 542 | 1 758 | 3 783 | 3 338 |
| Vilas | 933 | 995 | 869 | 826 | 553 | 647 |
| Residências | 1 033 | 992 | 1 140 | 1 109 | 1 099 | 883 |
| Outros | 3 | — | 13 | 6 | 3 | — |
| TOTAL | 8 820 | 9 366 | 12 591 | 12 965 | 14 191 | 13 334 |

Na tabela anterior, excluíram-se as construções proletárias, cujo movimento de concessão de "habite-se" foi, no mesmo período, o seguinte:

| ANOS | QUANTIDADE |
|---|---|
| 1952 | 1 004 |
| 1953 | 826 |
| 1954 | 913 |
| 1955 | 1 057 |
| 1956 | 710 |
| 1957 | 789 |

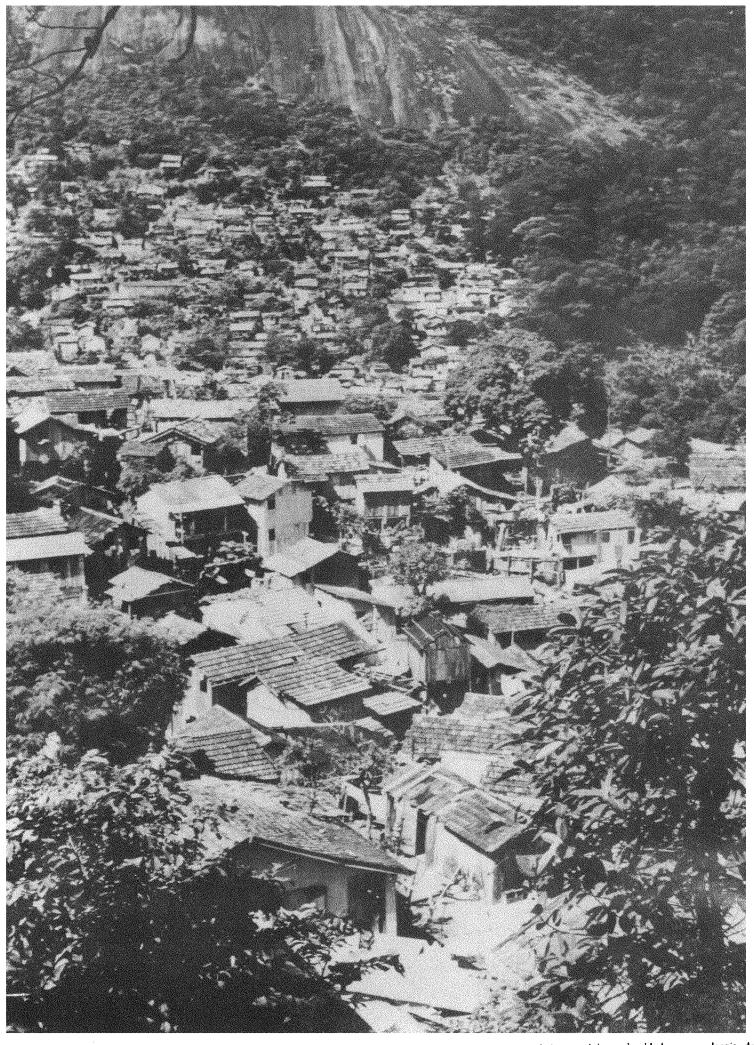
A FAVELA — Acompanhou o surto de construções no Distrito Federal o aparecimento de casebres e barracões nos morros da cidade. O levantamento cadastral realizado por ocasião do Recenseamento de 1920 apresenta o Morro da Providência, onde se diz que surgiu o primeiro aglomerado típico — a favela — com 839 domicílios. O Morro do Salgueiro contava então 190 domicílios, o de Cantagalo, 16, o da Babilônia, 59, o de São João, 63 e o da Arrelia, 6.

A fase de crescimento intenso dos núcleos de favelados ocorre a partir de 1933 e, mais particularmente, depois de 1941, quando começaram a revelar-se indícios mais acentuados da inflação, da valorização imobiliária e da carência de habitações.

O Censo das favelas, realizado pelo Departamento de Geografia e Estatística da Prefeitura do Distrito Federal, revela que nesses aglomerados humanos foram registrados, em 1948, 44 621 casebres. Entretanto, um levantamento efetuado pelo Serviço Nacional de Febre Amarela acusa, em 1949, a existência de 89 635 casebres nas favelas do Distrito Federal.

Muitas medidas têm sido adotadas para solução do problema das favelas cariocas. Atualmente, a Cruzada São Sebastião enfrenta o problema, dando início à construção de apartamentos para os favelados. Na Praia do Pinto já foram construídos 10 edifícios de 7 andares, contendo ao tcdo 910 apartamentos, encontrando-se em sua fase final a construção de 48 apartamentos dos 300 a serem construídos em Botafogo.

ESPECULAÇÃO IMOBILIÁRIA — Ao lado do surto de construção, surgiu a especulação imobiliária, que encontrou no Distrito Federal terreno extremamente favorável à sua expansão. Adotado com êxito, o sistema de condomínio proporcionou lucros extraordinários aos incorporadores, mercê da valorização contínua dos prédios e terrenos. Embora o custo da construção viesse subindo verticalmente, a tendência geral dos preços, a rápida valorização dos imóveis e a facilidade de financiamento relegaram-no a posição secundária.

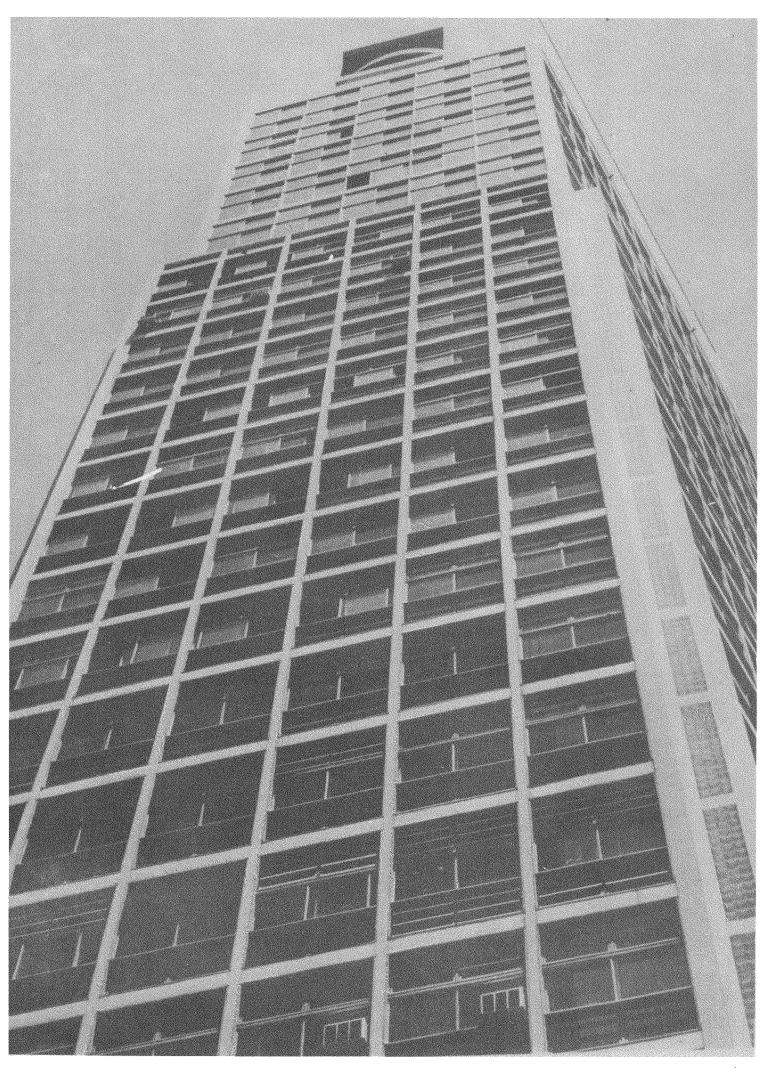
Copacabana foi o bairro onde se verificou maior elevação nos preços dos apartamentos. No período 1946/53 a elevação dos preços nesse bairro oscilou entre + 141% e + 171%, segundo o tipo, enquanto o custo da construção apenas experimentou um aumento de 89% e o custo da vida de 111%. Mesmo tendo em conta a grande valorização dos terrenos observada em Copacabana, é inegável o caráter acentuadamente especulativo das transações imobiliárias.

Aspecto de uma favela no bairro de Humaitá. As populações pobres impossibilitadas de morar nos bairros próximos à cidade e aos locais de trabalho, dado os preços elevados dos aluguéis de casas acotovelam-se nos trechos não urbanizados, especialmente nas encostas.

**Aspecto da extensa praia do Recreio dos Bandeirantes, a última praia do litoral sul do Distrito Federal a ser atingida pela expansão urbana. Atualmente, está sendo retalhada por inúmeros loteamentos, em conseqüência do grande crescimento demográfico da cidade.**

Segundo levantamento publicado em *Conjuntura Econômica*, da Fundação Getúlio Vargas, foram os seguintes o número e o valor médio unitário dos apartamentos em Copacabana no período 1954/1957:

| TIPO DE APARTAMENTO | NÚMERO | | | | ALUGUEL (Cr$ 1 000) | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Médio | | | Mais freqüente | | |
| | 19/12 1954 | 18/12 1955 | 16/12 1956 | 15/12 1957 | 9/12 1954 | 18/12 1955 | 16/12 1956 | 15/12 1957 | 16/12 1956 | 15/12 1957 |
| PRONTOS: | | | | | | | | | | |
| 1 quarto | 80 | 77 | 40 | 114 | 312 | 350 | 439 | 490 | 350 | 500 |
| 2 quartos | 51 | 45 | 24 | 53 | 623 | 690 | 880 | 1 150 | 710 | 1 100 |
| 3 quartos | 143 | 153 | 74 | 122 | 1 038 | 1 296 | 1 774 | 2 092 | 1 600 | 1 800 |
| EM CONSTRUÇÃO: | | | | | | | | | | |
| 1 quarto | 15 | 15 | 17 | 23 | 301 | 339 | 292 | 510 | 350 | 450 |
| 2 quartos | 13 | 15 | 5 | 8 | 571 | 548 | 842 | 865 | ... | ... |
| 3 quartos | 29 | 16 | 4 | 15 | 1 024 | 1 260 | 1 407 | 2 440 | ... | ... |
| EM INCORPORAÇÃO: | | | | | | | | | | |
| 1 quarto | 6 | 6 | 11 | 9 | 238 | 277 | 486 | 471 | ... | ... |
| 2 quartos | 1 | 5 | 10 | 13 | 405 | 405 | 578 | 919 | ... | ... |
| 3 quartos | 3 | 8 | 5 | 11 | 870 | 919 | 935 | 1 908 | ... | ... |

Em relação ao valor unitário, observa-se que em quatro anos o aumento percentual foi o seguinte, segundo o tipo de apartamento:

| TIPO DE APARTAMENTO | AUMENTO PERCENTUAL NO PERÍODO 1954/57 (%) |
|---|---|
| PRONTOS: | |
| 1 quarto | 53 |
| 2 quartos | 82 |
| 3 quartos | 102 |
| EM CONSTRUÇÃO: | |
| 1 quarto | 69 |
| 2 quartos | 51 |
| 3 quartos | 138 |
| EM INCORPORAÇÃO: | |
| 1 quarto | 98 |
| 2 quartos | 127 |
| 3 quartos | 119 |

Na moderna arquitetura do Rio de Janeiro destaca-se o difício Edson Passos, sede do Clube de Engenharia, localizado à avenida Rio Branco.

Demonstrando o grande desenvolvimento da nossa arquitetura, expresso pela utilização de materiais e técnicas modernos, temos o prédio de estrutura de aço que atualmente está sendo construído no local do antigo Hotel Avenida.

Segundo a mesma fonte, foi o seguinte o número de aluguel médio dos apartamentos oferecidos em locação, em Copacabana, no mesmo período:

| TIPO DE APARTAMENTO | NÚMERO | | | | ALUGUEL (Cr$ 1 000) | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Médio | | | Mais freqüente | | |
| | 19/12 1954 | 1812 1955 | 16/12 1956 | 15/12 1957 | 19/12 1954 | 18/12 1955 | 16/12 1956 | 15/12 1957 | 16/12 1956 | 15/12 1957 |
| 1 quarto | 89 | 64 | 19 | 78 | 3 300 | 3 713 | 5 122 | 5 853 | 5 500 | 6 000 |
| 2 quartos | 49 | 20 | 3 | 28 | 4 700 | 5 827 | 8 900 | 9 250 | 9 000 | 9 500 |
| 3 quartos | 86 | 60 | 20 | 28 | 6 900 | 8 211 | 12 342 | 17 500 | 11 500 | 16 010 |

O aumento percentual dos aluguéis, no período considerado, foi conforme se poderá observar na tabela, a seguir, superior ao verificado no mercado de venda dos mesmos:

| TIPO DE APARTAMENTO | AUMENTO PERCENTUAL NO PERÍODO 1954/57 |
|---|---|
| 1 quarto | 77% |
| 2 quartos | 97% |
| 3 quartos | 154% |

**RENOVAÇÃO ARQUITETÔNICA** — Como já se observou, o urbanismo do prefeito Passos, ao executar o plano de remodelação da cidade, no govêrno de Rodrigues Alves, no início dêste século, provocou o surto generalizado de novas construções, que, segundo o engenheiro Lúcio Costa, deu oportunidade à consagração do ecletismo arquitetônico, de fundo acadêmico, então dominante.

Criadas as Avenidas Beira-Mar e Central, surgiram do chão, ao longo de suas calçadas, inúmeras edificações, dos mais variados estilos, geralmente importados e nem sempre de bom gôsto.

Concluído, em 1931, "o edifício de A NOITE", diz Lúcio Costa, "pode ser considerado o marco que delimita a fase experimental das estruturas adaptadas a uma "arquitetura" avulsa, da fase arquitetônica de elaboração consciente de projetos já integrados à estrutura e que teria, depois, como símbolo definitivo, o edifício do Ministério da Educação" (concluído em 1940).

As diversas experiências no campo da construção civil, anteriores a 1930, representavam, ainda, segundo Lúcio Costa, uma "feliz conjugação de capacidades e intenções complementares de procedência diversa", levando a nossa técnica do concreto-armado "a adiantar-se a ponto de constituir, a bem dizer, escola autônoma, capaz de orientar, pelo exemplo de sua prática, a técnica estrangeira sob tantos aspectos menos experimentada".

Durante a construção do edifício do Ministério da Educação, cuja obra durou oito anos, surgiram os edifícios da Associação Brasileira de Imprensa, de Marcelo e Milton Roberto, da Obra do Berço, de Oscar Niemayer Soares, e da Estação de passageiros, destinada inicialmente aos hidroaviões, de Renato Soeiro, Jorge Ferreira, Estrêla e Mesquita, associados a Atílio Corrêa Lima. De modo inequívoco, atestam o grande desenvolvimento da moderna arquitetura brasileira.

"Contudo", diz Lúcio Costa, "o marco definitivo da nova arquitetura brasileira, que se haveria de revelar, apenas construído, padrão internacional e onde a doutrina e as soluções preconizadas por Le Corbusier tomaram corpo na sua feição monumental pela primeira vez, foi, sem dúvida, o edifício construído pelo Ministro Gustavo Capanema para a sede do novo Ministério".

Hoje, o Rio de Janeiro possui os mais belos exemplares dessa nova arquitetura brasileira, que, conforme o Arquiteto citado, "se distingue no conjunto geral da produção contemporânea e se identifica aos olhos do forasteiro como manifestação de caráter local, e isto, não sòmente porque renova uns tantos recursos superficiais peculiares à nossa tradição, mas fundamentalmente porque é a própria personalidade nacional que se expressa, utilizando os materiais e a técnica do tempo, através de determinadas individualidades do gênio artístico nativo".

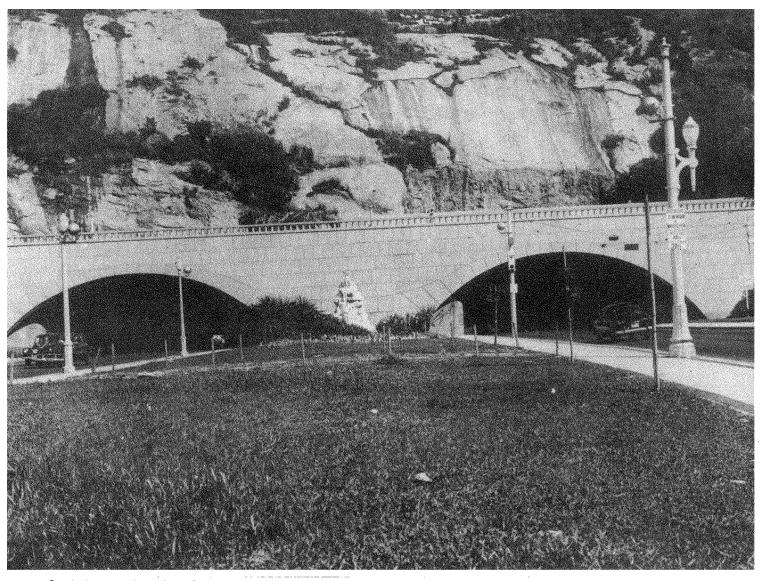
## URBANISMO

**EVOLUÇÃO** — Foi em fins de dezembro de 1902 que o Presidente Rodrigues Alves convidou o engenheiro Francisco Pereira Passos para o cargo de Prefeito. Em menos de quatro anos, realizou Passos a remodelação mais completa a que já se submeteu a Cidade. Dotado de um grande sentido de autoridade e bastante competente, logrou, com o apoio indispensável do Govêrno Federal, transformar uma cidade de aparência colonial, displicente e acanhada, em uma verdadeira metrópole, à altura do que se podia esperar do urbanismo de então. Para tanto, como Chefe do Executivo Municipal, foi investido de podêres extraordinários que lhe permitiram afastar injunções de caráter político.

Na administração Pereira Passos a Prefeitura executou a construção da Avenida Beira-Mar, com 5 km de comprimento e largura mínima de 33 m, uma das mais belas vias-corso do mundo; abriu as Avenidas Mem de Sá e Salvador de Sá na Esplanada do Senado (onde fôra o Morro do Senado), que formam a diagonal que liga a Lapa à Rua Frei Caneca (acesso aos bairros das Zonas Oeste e Noroeste).

A longa artéria longitudinal que vai da Praça 15 ao Largo Estácio de Sá foi alargada para 17 metros em todos os seus trechos, isto é, as ruas: Assembléia, Carioca, Visconde do Rio Branco, Frei Caneca e Salvador de Sá. Também a segunda longa artéria longitudinal que é a Avenida Marechal Floriano foi alargada para cêrca de 25 metros e bem calçada. Alargaram-se as Ruas Uruguaiana, do Acre e 13 de Maio, que, com o Largo da Carioca, remodelado, forneceram uma via transversal, auxiliar da Avenida Central.

Foi aberta a Rua do Sacramento, hoje Avenida Passos, e rasgada a Rua Camerino, mais uma comunicação com a zona portuária.

Outras realizações foram a abertura da Avenida Gomes Freire, da Rua Henrique Valadares e do Túnel do Leme; canalização do rio Carioca no centro da Rua Conde de Baependi; construção do Cais Pharoux e do Jardim da Glória na área resultante da demolição do Mercado da Glória; remodelação dos jardins da Praça da República e da Praça 15 de Novembro; e a decretação do "recuo progressivo" dos imóveis no centro da Cidade, visando ao alargamento de mais de 80 ruas estreitas.

Os túneis, vencendo o obstáculo que a montanha oferece à circulação no interior da cidade do Rio de Janeiro, são os principais elementos de ligação entre bairros. Na foto, o Túnel Novo que liga Copacabana a Botafogo.

Foram iniciadas as obras de canalização dos rios Berquió, Banana Podre e de parte dos rios Maracanã, Joana, Trapicheiro e Comprido.

Em 1906 é instalada a luz elétrica na Cidade e são eletrificados os serviços de bondes pela concessionária, Light & Power, que veio reunir em uma só as companhias de São Cristóvão, Vila Isabel e Carris Urbanos. No mesmo ano, como complemento de um quadriênio realmente inovador, a Cidade recebeu os primeiros veículos automóveis.

Outras obras assinalaram a administração Passos, como, por exemplo, a ligação, por outras ruas, de vários bairros suburbanos e o alargamento de alguns trechos na Estrada da Gávea, entre as gargantas do Joá e o Bairro da Tijuca, dando-lhe melhores condições de rodagem.

No entanto, a transformação por que passou o Rio durante o quadriênio do Presidente Rodrigues Alves não se deve sòmente à eficiência administrativa de Pereira Passos, mas do Govêrno Federal, que auxiliou a Prefeitura nas grandes obras de saneamento e viação. Assim, o Ministério de Viação, a cuja frente estava Lauro Müller, empreendeu as obras do Pôrto e a reconstrução e saneamento do Canal do Mangue, no trecho que é hoje a Avenida Francisco Bicalho. Fêz rasgar no centro da Cidade a principal artéria transversal, a Avenida Central. A essa última obra ligou-se o nome de André Gustavo Paulo de Frontin, e à construção do Cais do Pôrto e do Canal do Mangue, o de Francisco Bicalho.

Deve ser mencionado o fato de que Passos foi o Prefeito que maior número de árvores fêz plantar. Nas ruas novas, que ia abrindo e nas praças que fazia surgir, foram plantadas milhares de árvores. Preocupou-se também com o aproveitamento turístico das montanhas da Gávea e da Tijuca, fazendo abrir caminhos e embelezando recantos pitorescos.

Também o Teatro Municipal, que só foi concluído em 1909, quando já deixara Passos o Govêrno da Cidade, foi iniciativa sua (novembro de 1904).

Foi ainda Passos quem iniciou a construção da Avenida Atlântica, em 1906.

A Avenida Central, que a partir de 1912 passou a se chamar Avenida Rio Branco, foi projetada e executada por Frontin e inaugurada em 1915, apenas quatorze meses após o início dos trabalhos. Tem 1 800 metros de comprimento e 33 de largura, indo de mar a mar, do Largo da Prainha à Praia de Santa Luzia, ou seja, da Praça Mauá à Praça Paris. Foi uma das realizações que mais contribuíram para alterar a fisionomia do centro urbano, tornando-o alegre, civilizado e imponente. Foram demolidas 550 casas na sua abertura. Já em 1908 todos os terrenos estavam vendidos e pouco mais tarde levantavam-se edifícios ao longo dos dois lados, alguns dos quais de grande importância arqui-

tetônica, embora refletindo, no seu conjunto, o gôsto duvidoso e sincrético do princípio do século.

A construção do Pôrto teve também importância do ponto de vista sanitário, pois ao longo daquele trecho da orla marítima existiam charcos. A fim de aterrá-los, foi arrasado o Morro do Senado. O pôrto, da Praça Mauá à embocadura do Canal do Mangue, compreende 3 500 m com 175 000 m² de atêrro. Como obras complementares, construíram-se 30 armazéns principais e 32 secundários ou externos e instalaram-se 52 guindastes elétricos. Foram estendidos até o novo Pôrto os trilhos da Central e da Leopoldina.

Ao longo do cais, abriu-se a Avenida Rodrigues Alves, via de penetração importantíssima, que, à época, aliou à sua função econômica a de constituir uma clareira no "bairro rubro" da Cidade, foco de crimes e de malandragem.

A importância do Cais do Pôrto (cuja muralha foi inaugurada em 1905) foi, para o desenvolvimento da Cidade, realmente incalculável.

A sua inauguração definitiva em 1910 se deu quando o Rio já se livrara da terrível febre amarela, que por mais de 50 anos fizera de nossa baía, no dizer de Gastão Cruls, um irremediável e vergonhoso "pôrto sujo" onde os estrangeiros temiam descer. De fato, além das obras públicas do vulto das mencionadas, vem acrescer-se à dívida contraída pela Cidade para com a Administração Rodrigues Alves a obra vitoriosa de Oswaldo Cruz, complementar daquela outra, de remodelação, em que na verdade houve a criação de uma *metrópole*, empreendida no quatriênio mais fecundo da evolução urbana da Capital do País.

Na administração Francisco Marcelino de Souza Aguiar (1906-1909), foram concluídos o desmonte da Esplanada do Senado, a canalização dos rios Carioca e Berquió, a construção do Paço Municipal e das Avenidas Gomes Freire e Mem de Sá. Foi construído o Pavilhão para servir à Exposição Nacional em 1908 e concluído o prolongamento da Avenida Beira-Mar até o Arsenal de Guerra.

O Prefeito Serzedello Corrêa (1909-1910) preocupou-se em particular com o desenvolvimento de Copacabana.

Outros prefeitos se seguiram. Do ponto de vista das obras públicas, salientaram-se: nos primeiros 30 anos do século, Paulo de Frontim, em 1919 e Carlos Sampaio (1920-1922). O primeiro fêz prolongar e reconstruir a Avenida Atlântica, abriu as Avenidas Delphim Moreira, Vieira Souto, Niemeyer e Presidente Wilson (prolongamento da Avenida Beira-Mar até a ponta do Calabouço). Com o atêrro parcial da Lagoa Rodrigo de Freitas, ligou Copacabana à Gávea (Avenida Epitácio Pessoa). Ligou a Estação Pedro II ao Cais do Pôrto pelo Túnel João Ricardo, sob o morro da Providência.

Em matéria de saneamento, canalizou o rio Comprido, o que possibilitou a abertura da avenida-canal do mesmo nome (hoje, Paulo de Frontin).

Aspecto da Avenida Rio Branco, principal artéria comercial do centro da cidade e até bem pouco tempo o principal elemento de ligação entre os bairros da zona norte e sul da cidade. Observa-se na foto a intensidade do trânsito de veículos.



6 — 24 938

O Engenheiro Carlos Sampaio planejou e executou, em sua maior parte, o arrasamento do Morro do Castelo. Na área resultante do desmonte surgiu um novo bairro, a Esplanada do Castelo. O movimento de terra foi de 4 500 000 $m^3$.

O desmonte do Morro do Castelo, bem como o do morro de Santo Antônio, era problema antigo, já tratado no século XVIII.

Entre as obras de embelezamento da Cidade que executou, visando às festividades do 1.º Centenário da Independência, contam-se a abertura da Avenida Portugal, entre a Praia da Saudade e o Forte de São João, o que deu margem ao desenvolvimento do Bairro da Urca, a ebertura da Avenida Rui Barbosa, contornando o Morro da Viúva e o alargamento e término da Avenida Niemeyer.

Como obras de saneamento, citam-se a canalização do rio Maracanã e a abertura, conseqüente, da avenida do mesmo nome.

Concluiu Carlos Sampaio o Túnel João Ricardo e fêz remodelar a Lagoa Rodrigo de Freitas.

Em seu Govêrno, inaugurou-se a Exposição do Centenário, para a qual foram construídos vários prédios, alguns dos quais ainda estão fazendo parte do nosso "décor" urbano.

Alaôr Prata, prefeito de 1922 a 1926, ampliou o Largo da Carioca e fêz alargar o Túnel Velho, hoje Túnel Alaôr Prata.

Asfaltou várias artérias no centro urbano e construiu o canal do Leblon, que regularizou o regime do nível da Lagoa Rodrigo de Freitas.

Durante o Govêrno Washington Luís, foi Prefeito do Rio Antônio Prado Júnior (1926-1930).

Foi um dos mais proficientes chefes do Executivo Municipal. Melhorou e construiu várias estradas municipais. E a fim de estabelecer um plano de remodelação e extensão da cidade, contratou o urbanista francês Alfred Agache (falecido em 5 de maio de 1958), que procedeu a um estudo sério, para o qual contou com uma equipe de especialistas.

Cumpre notar que o famoso "Plano Agache", embora, hoje ultrapassado em alguns de seus aspectos, foi a primeira tentativa de ordenar o crescimento da nossa cidade, tentativa honesta de recondicionar o todo urbano, visando ao bem-estar de sua população.

Prado Júnior terminou o desmonte do morro do Castelo, reconstruiu o Teatro João Caetano.

Dentro de uma ação decisiva de reforma radical do Ensino Público Municipal, construiu um grande prédio para a Escola Normal e mais quatro prédios para grupos escolares.

Uma das iniciativas mais interessantes de Prado Júnior foi a de mandar fazer o levantamento aerofotogramétrico (aero-foto-topográfico, como se dizia antes) do Rio. Era na época da inovação que permitia a exata obtenção de uma planta cadastral, e durante anos foi essa planta que serviu aos administradores e urbanistas municipais.

Criou, ainda, Prado Júnior a Feira de Amostras, dentro de um plano geral de incentivo ao turismo internacional no Rio de Janeiro. Ainda da sua época, mas já por iniciativa do Govêrno Washington Luís, foi a abertura da estrada de rodagem Rio—Petrópolis, que veio aproximar o Rio a cidade serrana.

À administração Henrique Dodsworth (1937-1945) deve-se a iniciativa da construção da Avenida Brasil, principal auto-estrada de saída da Cidade, que veio completar a Rio—Petrópolis. Esta Avenida tornou-se logo fator de progresso para a zona suburbana que é por ela atravessada (os chamados subúrbios da Leopoldina). Mas por sua vez o desenvolvimento daquela zona trouxe para a Avenida Brasil a enorme contribuição do tráfego local, sobrecarregando-a de uma função para a qual não foi prevista.

Na administração Dodsworth foi aberta a Avenida Tijuca e ao mesmo tempo remodelada a chamada Floresta da Tijuca, sob a direção do Dr. Raymundo de Castro Maya.

Ainda na mesma época em que foi Secretário da Viação e Obras Públicas o Engenheiro Edison Passos, criou-se a Comissão do Plano da Cidade, que, em 1945, se transformou em Departamento de Urbanismo.

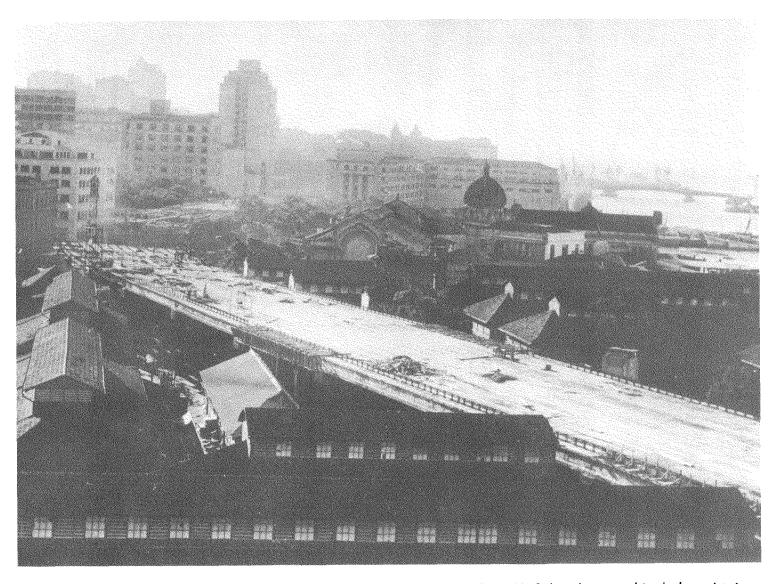
Como obra principal no centro urbano, foi aberta a Avenida Presidente Vargas, que é o eixo Leste-Oeste, grande artéria radial de penetração, que dá acesso à Zona Norte da Cidade. O seu comprimento aproximado, do cais das docas da Alfândega até a Praça da Bandeira, onde deverá terminar, é de cêrca de 4 km.

Outras realizações da gestão Dodsworth: Conclusão da Estrada do Corcovado e da Avenida Cantagalo (hoje Av. Henrique Dodsworth); alargamento da Rua 13 de Maio; construção do "Taboleiro da Baiana", refúgio provisório para passageiros de bonde, no Largo da Carioca; demolição do Teatro Lírico e da Imprensa Nacional; remodelação da Esplanada do Castelo, tendo sido modificado o Plano Agache; e abertura da Avenida General Justo.

Dos prefeitos seguintes, Filadelfo de Azevedo, Hildebrando de Araújo Góes e Ângelo Mendes de Morais, sòmente êste último (1947-1951) permaneceu o tempo suficiente ao término das obras iniciadas.

Cita-se entre estas o segundo túnel do Leme, que passou a ter a denominação de Marques Pôrto, em homenagem àquele engenheiro da Prefeitura, que foi Secretário-Geral de Viação e Obras, da administração Mendes de Morais, durante a qual veio a falecer.

Da mesma administração é o Estádio Municipal, uma das maiores obras em concreto armado do mundo. Foi também aterrada a orla marítima da Praia de Botafogo, com a construção de duas pistas de tráfego livre e iniciada a construção do Túnel do Pasmado e do Viaduto da Avenida Pasteur. Essas duas obras completaram as novas pistas de Botafogo, onde foi plantado um jardim tropical cujo projeto, de autoria de Roberto Burle-Marx, veio renovar o estilo até então adotado em nossos jardins públicos. Tudo isso deu à Praia de Botafogo nova feição, realmente monumental e moderna, embora com sacrifício do tradicional aspecto da Enseada de Botafogo, a que nos haviam acostumado quadros e gravuras antigos.

O viaduto e o Túnel do Pamado só foram inaugurados no Govêrno do Prefeito João Carlos Vital, que os terminou.

Entre os planos de urbanização da Prefeitura do Distrito Federal, está o da construção da avenida Perimetral que, em determinados pontos, tem a pista elevada, para facilitar o escoamento do tráfego. Na foto vemos detalhe dessa construção sôbre a área do antigo mercado Municipal.

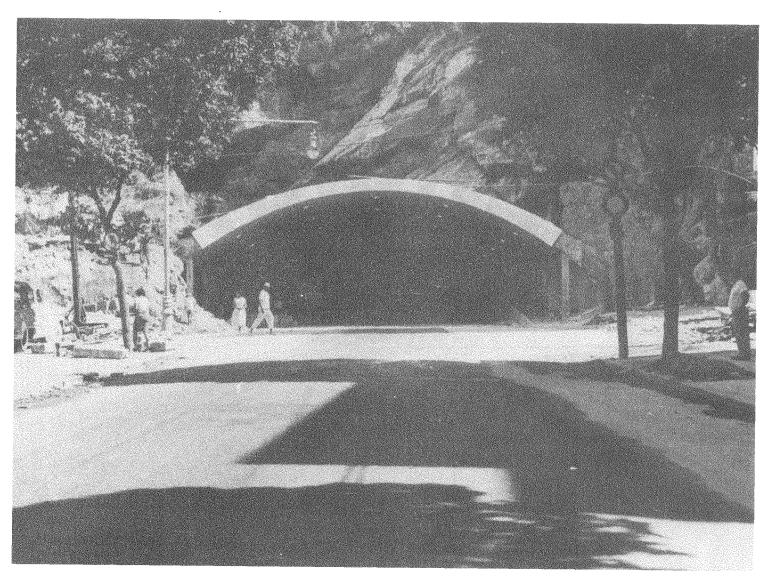
Em 1948, durante a administração Mendes de Morais, foi criado o Departamento de Estradas de Rodagem, em obediência ao que determinou a Lei Federal n.º 302, ou seja, a criação de órgãos especializados em estradas de rodagem em cada Unidade da Federação, a fim de que estas pudessem receber as cotas do Fundo Rodoviário Nacional.

Nos seus 10 primeiros anos de existência, o Departamento de Estradas de Rodagem (DER) construiu grande número de estradas e obras de arte que fazem parte do Plano Rodoviário do Distrito Federal. Êste Plano inclui estradas de interêsse econômico como a Avenida Brasil (terminada pelo DER), a Estrada Grajaú—Jacarepaguá (concluída em 1957), a Avenida das Bandeiras e estradas de interêsse turístico como a das Canoas (cujo viaduto em curva e em rampa é obra que atrai as atenções de técnicos e turistas), a Avenida Sernambetiba (antiga Litorânea, que liga a Barra da Tijuca ao Recreio dos Bandeirantes, e foi construída em tempo recorde), a Estrada do Sumaré, uma das mais interessantes, seguindo o antigo traçado do Caminho do Sumaré, e dominando, no seu percurso, vastos setores da Cidade e arredores.

Das obras de arte construídas pelo DER detacam-se o Viaduto de Madureira (hoje Viaduto Prefeito Negrão de Lima), uma das realizações mais importantes do DER, com aproximadamente 1 200 m de comprimento, e que estabelece a ligação rodoviária entre o bairro de Jacarepaguá e a Avenida das Bandeiras, ligando mais diretamente a Zona Sul aos subúrbios da Zona Rural.

Outras obras de grande significação para o sistema rodoviário do Distrito Federal são os viadutos de Deodoro, de Ana Nery e das Paineiras.

Além das obras citadas, o DER pavimentou um grande número de estradas do Distrito Federal e em quase tôdas executou obras de melhoramento, alargamento e retificação.

*Obras em Execução* — O rápido crescimento da Cidade acarretou, nos últimos anos, uma concentração em certas áreas acima das possibilidades dos antigos serviços públicos e do sistema viário. Embora o Rio não disponha de um Plano Diretor, na acepção moderna e integral da expressão, existe no Departamento de Urbanismo (durante anos e alternadamente dirigido pelo Engenheiro José de Oliveira Reis, seu primeiro diretor, e pelo Arquiteto Affonso Eduardo Reidy) um conjunto de projetos, incluindo túneis e grandes artérias, que, se executados, trariam à Cidade o desafôgo e a ordenação compatíveis com o grau de sua evolução demográfica e cultural. Mas a realização dêsses projetos, muitos dos quais fazem parte ou derivam do Plano Agache, exigia recursos de grande vulto, muito acima das possibili-

Com objetivo de melhorar as condições de tráfego da zona Sul, foi construído um túnel novo, ligando Barata Ribeiro—Raul Pompéia.

dades da receita ordinária da Prefeitura. Uma primeira tentativa no sentido de obter recursos extraordinários por meio de uma majoração de impostos e de uma melhoria do aparelho arrecadador, foi feita pelo Engenheiro João Carlos Vital, Prefeito de 1951 a 1953, tendo fracassado por falta de apoio político.

Em 1958 o Prefeito Francisco Negrão de Lima, mediante um melhor preparo da opinião pública e com maior apoio político, conseguiu fazer aprovar Mensagem à Câmara, solicitando a criação de um órgão que tivesse a seu cargo o Plano de Realizações, bem como de um Fundo Especial de Obras Públicas para prover aquêle órgão de recursos financeiros próprios e garantidos em Lei.

Dessa Mensagem resultou a Lei 899 que criou a Superintendência de Urbanização e Saneamento, SURSAN, entidade paraestatal da Prefeitura, cuja natureza autárquica veio permitir o desligamento das obras de grande vulto do âmbito dos serviços públicos ordinários.

São as seguintes as obras cujo início, prosseguimento ou término são previstos pelo Plano de Realizações:

Avenida Beira-Mar, Avenida Norte-Sul, Avenida Perimetral, Avenida Presidente Vargas, Avenida Radial-Oeste, Avenida Radial-Sul, desmonte do Morro de Santo Antônio e conseqüente atêrro da orla marítima da Glória e do Flamengo; ligação do Pôrto—Copacabana, através do Túnel Catumbi—Laranjeiras, saneamento e urbanização da Zona Suburbana do Distrito Federal e obras complementares, inclusive rêde de esgotos e avenidas-canais, Túnel General Glicério—Avenida Radial-Sul, Túneis locais de Copacabana; Barata Ribeiro—Raul Pompéia, Toneleros—Pompeu Loureiro e Sá Ferreira—Nascimento Silva.

O Túnel Barata Ribeiro—Raul Pompéia faz parte de um sistema de túneis destinados a melhorar as condições de tráfego de Copacabana. Prolonga a Rua Barata Ribeiro, evitando o cotovêlo que esta forma com a Rua Djalma Ulrich. Em seguida será construído o Túnel Toneleros—Pompeu Loureiro e depois o Sá Ferreira—Nascimento Silva.

No seu primeiro ano de existência efetiva, a SURSAN já perfurou o Túnel Barata Ribeiro—Raul Pompéia e deu grande avanço aos trabalhos de construção da Avenida Perimetral e da Avenida Radial-Oeste, bem como à perfuração do Túnel Catumbi—Laranjeiras e ao desmonte do Morro de Santo Antônio e conseqüente atêrro da orla marítima da Glória, Falmengo e Morro da Viúva.

Foram também começadas as obras de saneamento e urbanização dos subúrbios.

Por outro lado, os esgotos sanitários, cuja rêde é inteiramente independente da rêde de galerias de águas pluviais, passaram também a constituir serviço beneficiado pelo

Fundo Especial de Obras Públicas, tendo sido o Departamento de Esgotos Sanitários (no qual se havia transformado a antiga concessionária, a Companhia City) incorporado à SURSAN.

SEGUROS E CAPITALIZAÇÃO — O setor Seguros compreende grande número de sociedades que operam no Distrito Federal e em várias Unidades Federadas. Em 1958 havia 186 emprêsas dêsse tipo, das quais 153 nacionais e 33 estrangeiras. Em relação ao ano de 1957 registrou-se o aumento de 3 sociedades nacionais e 3 estrangeiras. Segundo os ramos em que operam, assim se discriminam as organizações dedicadas a seguros:

| | |
|---|---|
| Elementares | 133 |
| Vida | 6 |
| Acidentes do Trabalho | 17 |
| Elementares, de Vida e Acidentes de Trabalho | 2 |
| Elementares e de vida | 9 |
| Elementares e de Acidentes do Trabalho | 19 |

O capital subscrito das emprêsas, em 1957, era de Cr$ 1 133 254 000,00 e o realizado, de Cr$ 1 115 493 000,00, ascendendo o valor das reservas técnicas ao total de Cr$ 7 006 688 000,00. Importância aproximadamente igual — Cr$ 7 042 228 000,00 — achava-se atribuída a prêmios realizados, conforme os diversos ramos. No mesmo ano, elevou-se a pouco mais de 2,5 bilhões o valor dos sinistros e suas indenizações.

O ativo das diversas sociedades seguradoras ascendia, em 1957, a cêrca de 11,5 bilhões de cruzeiros, registrando-se aumento superior a 1,5 bilhões relativamente ao ano de 1956.

As informações disponíveis sôbre sociedades de capitalização dizem respeito a características e ao movimento realizado em 1958.

Todos os dados referem-se aos saldos em 31-12-1958, data em que o valor dos títulos de renda, em imóveis, em caixas e bancos, em empréstimos diversos, em hipotecas e outros valores e em títulos em vigor atingia ........... Cr$ 22 220 588 000,00. Êsse total está fortemente influenciado pelo valor dos títulos em vigor, a que corresponde importância superior a 19 bilhões de cruzeiros. O movimento de prêmios (únicos e mensais), reembolsos por sorteio e outras receitas elevava-se a Cr$ 1 804 525 000,00.

Ao capital subscrito e ao realizado correspondem valores relativamente modestos: 147 milhões e 146,2 milhões, respectivamente.

Dada a intensificação do tráfego, em conseqüência do grande crescimento urbano, foi necessária a conquista de novas áreas ao mar. Na Foto, o atêrro da Glória onde foi construída uma nova avenida que facilitou a circulação automobilística entre o centro da cidade e os bairros da zona sul.

.Fachada do Hospital Pedro Ernesto da P. D. F.

## ASPECTOS SOCIAIS

### ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA

ASSISTÊNCIA HOSPITALAR — Existem no Distrito Federal 167 estabelecimentos hospitalares e 288 para-hospitalares, no total de 455, sendo 36 de manutenção federal, 112 de manutenção municipal, 37 de manutenção paraestatal e 270 de manutenção particular.

Os estabelecimentos hospitalares, dos quais 20 eram mantidos pela União, 30 pela Prefeitura, 12 por entidades paraestatais e 57 por particulares, distribuíam-se, segundo a especialização, da seguinte forma: 84 eram de natureza geral, 2 especializados no tratamento do câncer, 6 de cirurgia, 23 destinados a doenças mentais e nervosas, 3 ao tratamento da lepra, 14 eram maternidades, 7 hospitais de pediatria, 16 dedicados ao tratamento da tuberculose, havendo mais 12 não especificados.

O total de leitos disponíveis nos estabelecimentos hospitalares ascendia a 27 843. Seu maior número encontrava-se nos estabelecimentos mantidos pela União (8 317) e por particulares (10 723); os hospitais mantidos pela Municipalidade contavam com 5 968 leitos e os por entidades paraestatais, 2 836 leitos.

A distribuição dos leitos segundo a especialização apresentava o seguinte quadro: Clínica médica, 3 986 leitos; Cirurgia, 4 102 leitos; Traumatologia e Ortopedia, 1 277 leitos; Obstetrícia, 2 166 leitos; Doenças transmissíveis agudas, 211 leitos; Pediatria, 984 leitos; Doenças mentais e nervosas, 7 700 leitos; Tuberculose, 4 819 leitos; Lepra, 495 leitos; Câncer, 294 leitos. Outras especializações: 1 708 leitos.

Estavam em atividade nos estabelecimentos hospitalares 4 690 médicos, 432 dentistas, 90 farmacêuticos, 356 técnicos de laboratório, 200 operadores de Raios-X e 5 642 enfermeiros.

Os estabelecimentos arrolados dispunham de 259 aparelhos de Raios-X, 36 de abreugrafia, 37 de radioterapia, 76 de eletrocardiografia e 52 de tratamento do metabolismo basal.

O número de salas somava 616, assim distribuídas: Salas de parto, 120; Salas de operação, 319; Salas de esterilização, 177.

Possuíam ambulatório 97 estabelecimentos; 13 possuíam lactário; 77 dispunham de farmácia e 81 tinham gabinete dentário, sendo que, dêstes, 56 estavam aparelhados com Raios-X.

Boa pare dos estabelecimentos hospitalares dispunham de laboratórios. Em 89, havia laboratório de análises clínicas; em 58, laboratórios de microbiologia; em 60, de sorologia; em 31, de anatomapatologia; em 66, de microscopia.

BENEFICÊNCIA PORTUGUÊSA — Fundada em 17 de maio de 1840, na sede do Gabinete Português de Leitura, por um grupo de portuguêses, para ampará-los na doença e orientá-los na vida prática, a Real e Benemérita Sociedade Portuguêsa de Beneficência do Rio de Janeiro ou Beneficência Portuguêsa, como é geralmente conhecida, é hoje uma organização exclusivamente hospitalar. Data de 16 de setembro de 1858 a instalação de sua primeira enfermaria, em prédio ainda existente à Rua Santo Amaro.

As suas instalações atuais, às Ruas Santo Amaro, 80, e Florianópolis, n.º 112, em Jacarepaguá, incluem pavilhões de clínica geral, dermatológica e neuropsiquiátrica, bem como abrigos para inválidos e doentes do pulmão, de ambos os sexos.

A partir de 16 de junho de 1941, a Sociedade passou a admitir sócios de nacionalidade brasileira, podendo a sua administração ser exercida, indistintamente, por nacionais e portuguêses. Desde a sua fundação, admitiu sócios de várias categorias, estimando-se em cêrca de 60 mil o número de pessoas assistidas.

A média diária de doentes internados nos seus diversos pavilhões ascende a 700 unidades; os ambulatórios atendem, também, diàriamente, a cêrca de 600 consulentes.

O pessoal em serviço — médicos, irmãs hospitaleiras e demais funcionários de tôdas as categorias — compreende o total aproximado de 500 pessoas.

A Beneficência Portuguêsa presta, também, assistência a pessoas estranhas ao quadro social, mediante remuneração que reverte totalmente às finalidades assistenciais da instituição.

O Decreto municipal n.º 4 693, de 15 de março de 1934, conferiu à Beneficência foros de Utilidade Pública Municipal.

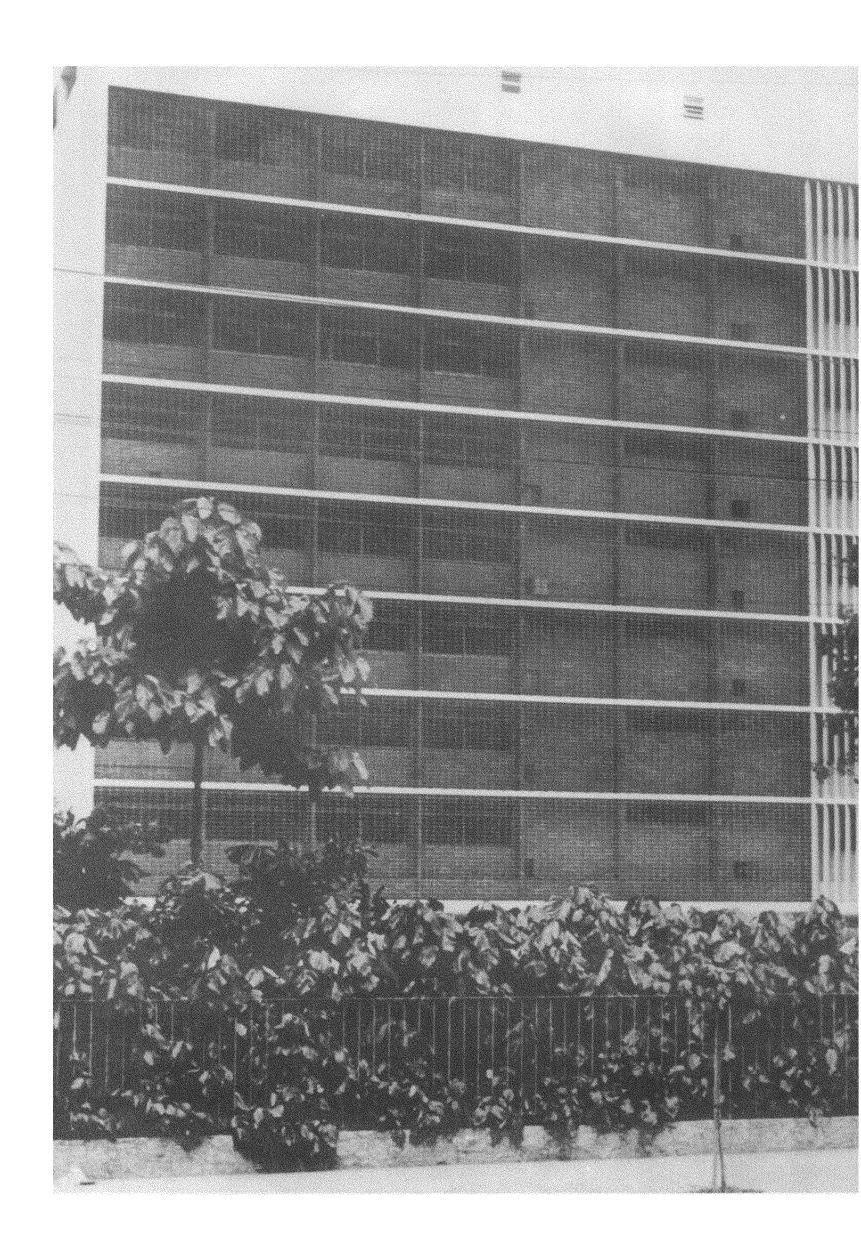
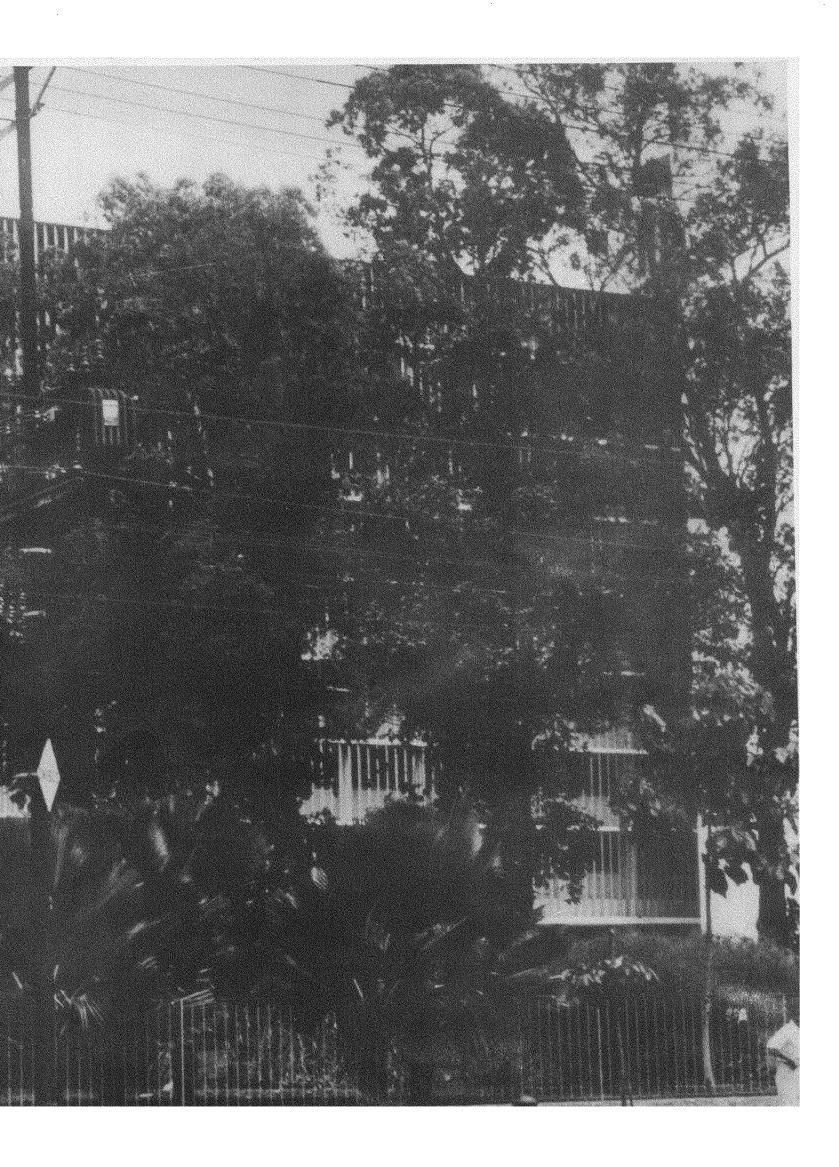
### ASSISTÊNCIA SOCIAL

LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA — Fundada em 28 de agôsto de 1948 por inspiração da Exma. Sra. Darcy Sarmanho Vargas, espôsa do então Presidente da República, Dr. Getúlio Vargas, e iniciativa da Federação das Associações Comerciais do Brasil e da Confederação Nacional da Indústria é uma sociedade civil com a finalidade principal de defender a maternidade e a infância através da proteção à família. Nesse sentido a LBA está organizada em bases técnicas e administrativas que lhe permitem manter serviços próprios de assistência ou trabalhar em colaboração com outras instituições idôneas que visem aos mesmos objetivos. Considerado órgão de cooperação com o Estado no tocante a prestação dos serviços de assistência social, tem asseguradas por lei as contribuições para manutenção dos mesmos. A LBA tem sede no Distrito Federal e âmbito de ação em todo o território nacional.

As atividades da LBA se fazem sentir no Distrito Federal através do seu Departamento de Maternidade e Infância ou mais especìficamente do "Serviço do Distrito Federal", que o integra. As atividades do "Serviço do Distrito Federal" se desdobram por sua vez pelos setores seguintes:

— De Puericultura e Medicina
— De Pesquisas Sociais
— De Obras Sociais
— De Cadastro e Estatística

O Setor de Puericultura e Medicina supervisiona 4 postos médicos localizados nos bairros da Gávea, Penha, Irajá e Realengo, que prestam assistência integral às famí-

lias nêles matriculadas e um pôsto junto à Policlínica Geral do Rio de Janeiro, com serviços de Raios X, de Tisiologia, de Triagem e uma Farmácia. Mantém ainda o "Consultório Médico do Servidor", que presta assistência aos servidores locais e respectivas famílias. O Setor de Puericultura e Medicina também subvenciona mensalmente outras obras particulares que, em 1957, eram em número de dez, tendo em tais auxílios sido despendida a verba de Cr$ 2 732 800,00. Providenciou ainda, no mesmo ano, internações de 3 784 pessoas em diversos hospitais e distribuiu apreciável quantidade de leite em pó e integral.

O Setor de Pesquisas Sociais realiza a parte de serviços sociais a que a instituição se propõe cumprir, por intermédio das Agências da Gávea e Realengo.

O Setor de Obras Sociais mantém obras próprias, como as Casas das Crianças ns. 1 e 2, com capacidade para receber, durante o dia, 160 filhos de empregadas domésticas, mas auxilia, também, outras obras sociais particulares. Cuida ainda da internação de menores em educandários e de arranjar colocação em ambiente familiar para crianças originárias de famílias pobres. Finalmente, o Setor de Cadastro e Estatística executa os tarefas necessárias para manter atualizados os registros e levantamentos estatísticos que documentam as atividades da LBA no Distrito Federal.

Atualmente é presidente da LBA o Dr. Mário Pinotti, funcionando os seus serviços centrais à Av. General Justo, número 275.

*Pioneiras Sociais* — A Organização das Pioneiras Sociais, fundada pela Senhora Sarah Lemos Kubitschek, existe aproximadamente há 3 anos.

Com o fim de socorrer a população pobre do Rio de Janeiro e de outras cidades do Brasil, as Pioneiras Sociais, lideradas pela Senhora Sarah Kubitschek, instituíram um serviço de assistência hospitalar único na América Latina, em que são utilizados os Hospitais Volantes, viaturas equipadas com aparelhagem de Raios X para diagnóstico, material e instrumental clínico-corúrgico, bem como instalações e medicamentos que possibilitam a assistência dentária,

O Hospital Souza Aguiar é conhecido popularmente por "Pronto de Socorro", pois é um dos principais centros hospitalares da municipalidade que prestam, noite e dia, assistência à população Carioca.

Na chamada Praia do Pinto, junto à Lagoa Rodrigo de Freitas, uma campanha filantrópica denominada "Cruzada São Sebastião", constrói prédios de apartamentos para abrigar os favelados da vizinhança.

os exames de laboratório, a clínica ginecológica, intervenções cirúrgicas bastante delicadas, etc.

Cêrca de 70 crianças são examinadas, diàriamente, nos Serviços de Inspeção aos Menores. Mantém ainda um serviço de assistência pré-natal que inclui o internamento da gestante em maternidades e hospitais. A distribuição de leite em pó atende às necessidades de 5 517 crianças inscritas nos dispensários.

O combate ao câncer é uma das linhas mestras do programa das Pioneiras, que visando a mais alta eficiência nesse campo, instalou o "Centro de Pesquisa Luísa Gomes de Lemos", que se destina a realizar, no mais amplo sentido, a prevenção do câncer ginecológico através de exames periódicos, educação sanitária e pesquisas no setor de sua especialidade. Dotada de instalações do mais alto padrão, destina-se, também, ao treinamento de médicos e à formação de técnicos na especialidade. Uma Lei Municipal assegura-lhe a manutenção, possibilitando-lhe estender a assistência que se propõe prestar à população feminina do País.

Além da assistência médico-hospitalar, as Pioneiras mantêm 22 escolas primárias onde quase 8 000 crianças são orientadas por 161 professôres e 4 técnicos de educação.

As Pioneiras distribuem por ocasião do Natal presentes e roupas a 200 mil crianças de tôdas as classes.

Na sua sede cêrca de 150 pessoas, senhoras da Sociedade carioca, trabalham diàriamente, na confecção de roupas destinadas às crianças pobres.

Uma vez que a assistência prestada pelas Pioneiras é inteiramente gratuita, o capital para a cobertura das despesas é conseguido por meio de reuniões artísticas e culturais, jogos e "shows", organizados cada mês, com o fim único de angariar fundos.

A repercussão do trabalho das Pioneiras se faz sentir longe do Distrito Federal. Em Belo Horizonte, capital do Estado de Minas Gerais, as Pioneiras construíram o Hospital Sarah Kubitschek com o fim de atender a vasta zona operária.

## SINDICALISMO

De acôrdo com os dados divulgados pelo Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho, do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, existiam, no Distrito Federal, em 1957, 226 sindicatos, dos quais 90 reuniam empregados, 125, empregadores e 11, profissionais liberais.

Do total de entidades, atrás referido, 187 que prestaram informações em um inquérito sindical levado a cabo naquele ano, assim se distribuíam, segundo a categoria: 73 de empregados, 104 de empregadores e 10 de profissões liberais.

Os sindicatos informantes reuniam 329 935 associados, dos quais 284 135 pertenciam aos sindicatos de empregados, 32 943 aos sindicatos de empregadores e 12 857, aos sindicatos de profissões liberais.

O movimento da arrecadação do impôsto sindical contribuições regulamentares no Distrito Federal, em 1957, segundo as categorias de sindicatos, foi o seguinte:

| SINDICATOS | ARRECADAÇÃO | CONTRIBUIÇÕES | SALDO |
|---|---|---|---|
| | Cruzeiros | | |
| De empregadores | 40 470 739 | 16 188 296 | 24 282 443 |
| De empregados | 93 456 624 | 37 382 649 | 56 073 975 |
| De profissões liberais | 1 655 974 | 662 390 | 993 584 |
| TOTAL | 135 583 337 | 54 233 335 | 81 350 002 |

FONTE — Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho — M.T.I.C.

## MELHORAMENTOS URBANOS

Com referência à pavimentação, ajardinamento, arborização e iluminação nos logradouros públicos do Distrito Federal, pode-se ter uma visão geral dêsse aspecto da cidade através de dados que abrangem o período 1953/57.

Segundo elementos do Departamento de Geografia e Estatística da P.D.F., em 1956 existiam 6 534 logradouros públicos reconhecidos. Dêsses logradouros 2 882 eram pavimentados em 1956, sendo a seguinte a situação dos mesmos, segundo o tipo de calçamento, no período 1953/56:

| LOGRADOUROS PAVIMENTADOS | 1953 | 1954 | 1955 | 1956 |
|---|---|---|---|---|
| Concreto e asfalto | 511 | 514 | ... | 521 |
| Paralelepípedos | 1 476 | 1 514 | ... | 1 588 |
| Macadame simples e betuminoso | 713 | 745 | ... | 773 |

Em 1954 existiam 1 539 logradouros arborizados e ajardinados, dos quais 1 393 eram sòmente arborizados. Segundo dados do Departamento de Parques da P.D.F., o serviço de arborização nos logradouros públicos apresenta o seguinte quadro para o período 1953/57:

| ÁRVORES | 1953 | 1954 | 1955 | 1956 | 1957 |
|---|---|---|---|---|---|
| Existentes | 98 496 | 101 294 | 104 803 | 110 607 | 115 037 |
| Plantadas | 2 412 | 2 798 | 4 450 | 6 639 | 5 347 |
| Limpas | 14 276 | 21 927 | 7 208 | 3 571 | 2 742 |
| Podadas | 5 504 | 5 055 | 4 113 | 4 546 | 3 041 |
| Removidas | 168 | 70 | 58 | 49 | 84 |
| Replantadas | 168 | 70 | 58 | 49 | 84 |
| Sacrificadas | ... | ... | 941 | 835 | 917 |

Quanto à iluminação pública, dados da Cia. Carris, Luz e Fôrça apresenta o seguinte quadro no período 1953/ /1957:

| ILUMINAÇÃO ELÉTRICA | 1953 | 1954 | 1955 | 1956 | 1957 |
|---|---|---|---|---|---|
| Iluminação pública | | | | | |
| Logradouros iluminados | 5 604 | 5 817 | 6 071 | 6 162 | 6 243 |
| Lâmpadas existentes | 48 252 | 49 981 | 51 317 | 52 693 | 54 180 |
| Iluminação domiciliária | | | | | |
| Logradouros onde há prédios servidos | 5 229 | 5 287 | 5 383 | 5 437 | 5 545 |
| Ligações existentes nos prédios servidos | 415 243 | 437 870 | 462 023 | 482 977 | 508 414 |

Observa-se que entre os anos de 1953 e 1957 mais 639 logradouros públicos receberam no Distrito Federal iluminação elétrica, verificando-se no mesmo período mais .... 93 171 ligações domiciliares.

*Abastecimento de Água* — Em 31 de dezembro de 1957, as condições gerais de captação, adução e distribuição de água eram as seguintes:

| ESPECIFICAÇÃO | DADOS NUMÉRICOS |
|---|---|
| Captação e Adução | |
| Mananciais captados | 33 |
| Extenção das linhas adutoras (m) | 728 000 |
| Reservatórios | 34 |
| Estações elevatórias | 52 |
| Potência das máquinas (c.v.) | 28 396 |
| Rêdes distribuidoras | |
| Extensão das linhas distribuidoras (m) | 3 595 430 |
| Logradouros públicos com canalização | 7 966 |
| Hidrômetros | 84 290 |
| Penas dágua | 193 760 |
| Bicas, torneiras e chafarizes públicos | 812 |
| Registros para extinção de incêndios | 6 056 |

*Esgotos Sanitários* — A situação do serviço de esgotos sanitários em 31 de dezembro de 1957 apresentava uma rêde de 883 989 metros, de extensão, e 220 521 prédios esgotados. Em 1953 a extensão da rêde era de 733 000 metros e o número de prédios esgotados, 197 638.

Convém notar que o Departamento de Edificações e Departamento de Geografia e Estatística da P.D.F. estima o número de prédios existentes, para 1957, em .... 381 994.

*Lixo* — O Departamento de Limpeza Urbana da Prefeitura Municipal, em 1958, coletou perto de 660 toneladas de lixo, sendo 138 de lixo público e 522 de lixo domiciliar.

O Rio de Janeiro ainda não conta com fornos crematórios de lixo, sendo o material coletado utilizado para aterros, como o que se vem realizando na altura de Manguinhos. Parte da cidade universitária, em construção na ilha do Fundão e Governador foi aterrada com o lixo coletado na cidade.

## 6. ASPECTOS CULTURAIS

### EDUCAÇÃO E ENSINO

*Ensino Primário* — Em 1958, ao fim do primeiro mês letivo, o número de matrículas nas diversas séries do ensino primário, no Distrito Federal, ascendia a 278 379, sendo 138 739 alunos do sexo masculino e 139 640 do sexo feminino.

A distribuição pelas diversas séries era a seguinte: 1.ª série, 105 445; 2.ª série, 69 409; 3.ª série, 58 915; e 4.ª série, 44 610.

O número de unidades escolares era de 1 256, das quais 330 sob dependência municipal e 926 de manutenção particular.

O corpo docente compunha-se de 7 667 professôres e auxiliares: 4 598 lecionando nas unidades escolares municipais e 3 069 nas unidades escolares particulares .

Dois terços dos alunos matriculados (183 263) estudavam em unidades sob dependência municipal.

A proporção relativamente elevada (86%) das crianças que, no Distrito Federal, apredem a ler e escrever antes dos 12 anos de idade mostra que, para a maioria dos nascidos na Capital do País, fica aberta a possibilidade de continuar os estudos além da escola primária.

Se bem que no Rio de Janeiro uma parte da população infantil seja aproveitada em atividades econômicas (7% dos meninos e 8% das meninas de 10 a 14 anos, segundo o Censo de 1950), isso parece menos prejudicial à instrução do que o é no restante do território nacional, devido ao caráter preponderantemente urbano e à limitada extensão de que êsse trabalho se reveste na metrópole.

No Distrito Federal, a proporção das crianças que sabem ler e escrever aumenta ininterruptamente do 6.º ano de idade até o 15.º Muito rápido no início, êsse crescimento faz-se cada vez mais lento depois do 8.º ano e até o 15.º Dos 15 aos 19 anos, o aumento da percentagem é lentíssimo para o sexo masculino, enquanto para o sexo feminino se verifica um decréscimo na alfabetização. Esta inversão da tendência é causada pela intensa imigração de adolescentes do interior para a Capital Federal, com elevada parcela de iletrados. À ocasião do Censo de 1950, entre os brasileiros natos de 15 a 19 anos presentes no Distrito Federal, 43 117 sôbre 112 894 homens e 52 588 sôbre 124 245 mulheres não eram cariocas. Pode-se ver, de passagem, que na imigração dentro dêsse grupo de idade, havia predominância feminina.

Pode-se estimar que, entre os naturais do Distrito Federal, cêrca de 95% dos homens e mais de 90% das mulheres apredem a ler e escrever antes dos 20 anos.

Os dados parciais sôbre a alfabetização infantil e juvenil, no Censo de 1950, foram os seguintes:

População de 5 a 9 anos: 206 220, dos quais 76 992 (37,3%) sabiam ler e escrever.

População de 10 a 14 anos: 209 021, dos quais 180 202 (86,2%) sabiam ler e escrever.

População de 15 a 19 anos: 241 561, dos quais 216 216 (89,5%) sabiam ler e escrever.

No último Censo, da população de 1 912 673 habitantes de 10 anos e mais, presente no Distrito Federal, sabiam ler e escrever 1 615 800 ou 84,5%. Essa taxa era a mais elevada de todo o País, no que diz respeito às Unidades Federadas, e a terceira, no que diz respeito às Capitais brasileiras (em 1.º, Curitiba, com 87,2% e em 2.º Pôrto Alegre, com 84,6%).

Os dados parciais sôbre a alfabetização nas idades adultas, no Censo de 1950, foram os seguintes:

População de 20 a 24 anos: 267 268, dos quais 236 534 (88,5%) sabiam ler e escrever.

População de 25 a 29 anos: 234 807, dos quais 204 828 (87,2%) sabiam ler e escrever.

População de 30 a 39 anos: 371 842, dos quais 319 264 (85,9%) sabiam ler e escrever.

População de 40 a 49 anos: 273 419, dos quais 225 224 (82,4%) sabiam ler e escrever.

População de 50 a 59 anos: 171 424, dos quais 132 628 (77,4%) sabiam ler e escrever.

População de 60 anos e mais (inclusive 6 679 de idade ignorada, com 4 164 alfabetizados): 143 331, dos quais 100 904 (70,4%) sabiam ler e escrever.

*Ensino médio* — Em 1958, o quadro do ensino médio no Distrito Federal apresentava a seguinte distribuição:

*Ensino secundário* — Era ministrado em 327 unidades escolares, das quais 193 de ensino colegial. O corpo docente somava 6 837 professôres (4 518 no ginasial e 2 319 no colegial).

A matrícula geral foi de 75 843 alunos no ginasial e 18 154 no colegial.

Em 1957, as conclusões de curso foram, respectivamente, de 10 546 e 3 833.

*Ensino comercial* — Era ministrado em 81 unidades escolares, das quais 36 de ensino básico e 45 de ensino técnico. O corpo docente era composto de 1 127 professôres, sendo 547 no comercial básico e 580 no comercial técnico.

A matrícula geral perfez 8 306 no primeiro e 6 398 no segundo, tendo as conclusões de curso, em 1957, sido de 793 e 1 259, respectivamente.

*Ensino industrial* — Era ministrado em 38 unidades escolares, das quais 26 de ensino básico e 12 de ensino técnico, com um corpo docente de 669 professôres no primeiro e de 213 no segundo.

Matrícula geral: 1 876 no industrial básico e 836 no industrial técnico.

Conclusões de curso em 1957: 143 e 128, respectivamente.

*Ensino agrícola* — Era ministrado em 3 unidades escolares, dispondo de um corpo docente de 24 professôres.

A matrícula geral foi de 120 alunos, e o número de conclusões de curso, em 1957, 18.

*Ensino normal* — O ensino normal (formação de professôres primários) era ministrado em 13 unidades escola-

res, que contavam com um corpo docente de 373 professôres.

A matrícula geral somou 3 877 alunos, verificando-se, em 1957, 961 conclusões de curso.

*Ensino superior* — Os resultados dos principais ramos do ensino superior no Distrito Federal, em 1958, foram os seguintes:

*Administração pública e privada* — Uma unidade escolar, 26 professôres, 156 matrículas, 53 conclusões de curso em 1957.

*Aeronáutica civil* — Uma unidade escolar, 5 professôres, 37 matrículas, 14 conclusões de curso em 1957.

*Arquitetura e urbanismo* — Duas unidades escolares, 35 professôres, 600 matrículas, 92 conclusões de curso em 1957.

*Arte dramática e coreográfica* — Quatro unidades escolares, 21 professôres, 89 matrículas, 8 conclusões de curso em 1957.

*Belas-artes* — Cinco unidades escolares, 61 professôres, 444 matrículas, 24 conclusões de curso em 1957.

*Biblioteconomia* — Duas unidades escolares, 12 professôres, 52 matrículas, 39 conclusões de curso em 1957.

*Ciências econômicas, contábeis e atuariais* — 12 unidades escolares, 270 professôres, 1 374 matrículas, 168 conclusões de curso em 1957.

*Diplomacia* — Uma unidade escolar, 17 professôres, 48 matrículas, 17 conclusões de curso em 1957.

*Direito* — Oito unidades escolares, 204 professôres, 4 705 matrículas, 681 conclusões de curso em 1957.

*Educação física* — Três unidades escolares, 129 professôres, 173 matrículas, 77 conclusões de curso em 1957.

*Enfermagem* — Seis unidades escolares, 211 professôres, 456 matrículas, 109 conclusões de curso em 1957.

*Engenharia* — 11 unidades escolares, 1 413 professôres, 2 537 matrículas, 183 conclusões de curso em 1957.

*Estatística* — Uma unidade escolar, 23 professôres, 185 matrículas, 9 conclusões de curso em 1957.

*Farmácia e odontologia* — Três unidades escolares, 129 professôres, 402 matrículas, 92 conclusões de curso em 1957.

*Filosofia, ciências e letras* — 57 unidades escolares, 698 professôres, 3 477 alunos, 1 075 conclusões de curso em 1957.

*Jornalismo* — Duas unidades escolares, 38 professôres, 166 alunos, 48 conclusões de curso em 1957.

*Medicina e Saúde pública* — Nove unidades escolares, 407 professôres, 3 250 alunos, 532 conclusões de curso em 1957.

*Museologia* — Uma unidade escolar, 11 professôres, 56 alunos, 3 conclusões de curso em 1957.

*Música e canto orfeônico* — 28 unidades escolares, 118 professôres, 334 alunos, 113 conclusões de curso em 1957.

*Polícia civil* — Uma unidade escolar, 9 professôres, 11 alunos, 27 conclusões de curso em 1957.

*Química industrial* — Uma unidade escolar, 45 professôres, 57 alunos.

*Serviço social* — Cinco unidades escolares, 126 professôres, 426 alunos, 87 conclusões de curso em 1957.

*Resultados globais do ensino superior em 1958:* 164 unidades escolares, 4 008 professôres, 19 035 matrículas. Conclusões de curso em 1957: 3 451.

UNIVERSIDADE DO BRASIL — A primeira proposta para a criação de uma Universidade partiu do Deputado José Feliciano Fernandes, que a apresentou na Constituinte, a 12 de junho de 1923. Sua proposta rezava: "Proponho que no Império do Brasil se crie, o quanto antes, uma Universidade. . ."

O projeto entrou em debates a 27 de agôsto de 1823. A 15 de outubro, José Bonifácio apresentava à Assembléia um esbôço de projeto que, a 4 de novembro, foi aprovado. Não foi, no entanto, pôsto em execução, por ter sido dissolvida a Assembléia.

Em 1825 renovaram-se as tentativas para a criação da Universidade e até 1889 o assunto foi sendo lembrado por todos os Governos. Na última Fala do Trono, a 3 de maio de 1889, ela é aconselhada pelo Imperador.

Mas só a 7 de setembro de 1920 a Universidade do Brasil seria criada.

Compreendia apenas três escolas. Logo depois, começou a luta pela autonomia. Essa luta durou 25 anos. Finalmente, em 12 de dezembro de 1945, sendo Reitor o Professor Inácio Manuel Azevedo do Amaral, a autonomia foi obtida.

Autarquia vinculada ao Ministério da Educação e Saúde, compreende 6 faculdades, 8 escolas superiores, 8 institutos e o Museu Nacional, além de um hospital. Êsses estabelecimentos pertencem ao Govêrno da União e, com exceção da Escola de Minas e Metalurgia, de Ouro Prêto, estão sediados no Rio de Janeiro.

É administrada pelos seguintes órgãos: Assembléia Universitária, Conselho de Curadores, Conselho Universitário e a Reitoria. O Reitor é o seu presidente. A Reitoria, representada na pessoa do Magnífico Reitor, é o órgão executivo central que coordena, fiscaliza e superintende tôdas as atividades universitárias.

Integram, atualmente, a Universidade do Brasil os seguintes estabelecimentos:

Escola de Enfermagem Ana Neri — Av. Rui Barbosa, 762; Hospital São Francisco de Assis — Av. Presidente Vargas, 2 863; Escola Nacional de Belas Artes — Av. Rio Branco, 199; Escola Nacional de Educação Física e Desportos — Av. Pasteur, 250; Escola Nacional de Engenharia — Largo de São Francisco de Paula; Escola Nacional de Minas e Metalurgia (Ouro Prêto, em Minas Gerais); Escola Nacional de Música — Rua do Passeio, 98; Escola Nacional de Química — Av. Pasteur, 404; Escola Nacional de Arquitetura — Av. Pasteur, 250; Faculdade Nacional de Ciências Econômicas — Rua Marquês de Olinda, 64; Faculdade Nacional de Direito — Rua Moncôrvo Filho; Faculdade Nacional de Farmácia — Av. Pasteur, 250; Faculdade Nacional de Filosofia — Av. Presidente Antônio Carlos, 40; Faculdade Nacional de Medicina — Av. Pasteur, 458; Faculdade Nacional de Odontologia — Av. Pasteur, 438; Instituto de Biofísica — Av. Pasteur, 458; Instituto de Eletrotécnica — Praça da República, 22; Instituto de Ginecologia — Rua Moncôrvo Filho, 90; Instituto de Neurologia — Av. Venceslau Brás, 95; Instituto de Nutrição — Av. Rio Branco, 311; Instituto de Psicologia — Av. Nilo Peçanha, 155; Instituto de Psiquiatria — Av. Venceslau Brás, 71; Instituto de Puericultura — Rua Mariz e Barros, 775 e Museu Nacional — Quinta da Boa Vista.

*Futura localização* — Houve vários estudos para a futura localização dos edifícios que irão integrar a Universidade do Brasil. Finalmente foi reservado, por lei, um conjunto de ilhas que serão reunidas numa única, por meio de atêrro. Pronto êste, disporá a Universidade de uma área de 494 hectares, com praias e uma angra de 6 000 metros de extensão, destinada aos esportes náuticos.

ESCOLA NACIONAL DE ENGENHARIA — A 4 de dezembro de 1810 foi criada a Academia Real Militar, para formação de oficiais de artilharia e engenharia e de engenheiros geógrafos e topógrafos. Por carta régia de 22 de janeiro de 1811, o Edifício da Sé foi destinado ao arquivo e às aulas, gabinete de física, química, história natural e mineralogia, tendo o prédio sido adaptado conforme planta organizada por João Manuel da Silva, Brigadeiro Inspetor da Engenharia. A 23 de abril do mesmo ano, em uma sala da Casa do Trem, na Ponta do Calabouço, que depois foi o Arsenal de Guerra e atualmente é o Museu Histórico Nacional, foi inaugurada solenemente a Academia Real Militar.

As aulas tiveram início a 1.º de abril de 1812, sendo reservadas a alunos militares. Só em 1823, depois da Independência, foi permitida a freqüência de civis.

Em 1832, a Academia de Guardas-Marinhas foi anexada à Academia Militar, porém três anos depois ficavam

Fachada da antiga Escola Politécnica, localizada no Largo de São Francisco, incorporada à Universidade do Brasil em 5 de julho de 1937, com o nome de Faculdade Nacional de Engenharia.

novamente separadas. O nome de Academia Militar seria modificado em 1839 para Escola Militar da Côrte, com aprovação de novos estatutos.

A reorganização de 1858, transformando a Escola Militar em Escola Central, teve profunda significação, pois veio estabelecer a distinção entre engenheiro civil e engenheiro militar. Vários regulamentos teve a Escola Central até 1874, quando o Decreto n.º 5 600, de 25 de abril dêsse ano, reestruturou o ensino técnico. Com o nome de Escola Politécnica, novos estatutos lhe foram outorgados. Foram separados o ensino civil e o militar. A Escola Politécnica passou a ser dirigida por José Maria da Silva Paranhos, Visconde do Rio Branco, que desde 1845 era lente substituto da Escola Militar da Côrte. Não houve mais reformas até o advento da República.

Na Escola Politécnica eram ministrados seis cursos especiais: 1) ciências físicas e naturais; 2) ciências físicas e matemáticas; 3) engenheiros geógrafos; 4) engenheiros civis; 5) engenheiros de minas; 6) engenheiros de artes e manufaturas.

Em 1890, a Reforma Benjamin Constant estabeleceu um curso fundamental, com a duração de 4 anos, com os cursos superiores de engenharia civil e engenharia industrial, ambos também de 4 anos. Foi instituída, e logo depois abolida, a livre-docência.

A reforma de 1896 estabeleceu nova distribuição dos cursos, que passaram a ter a seguinte estruturação:

a) curso geral, com a duração de três anos;

b) cursos especiais: 1) engenharia civil, 2) engenharia de minas, 3) engenharia industrial, 4) engenharia mecânica e 5) engenharia agronômica.

No corrente século, diversas reformas se sucederam: a Reforma Epitácio Pessoa, de 1901; a Reforma Rivadávia Correia, de 1911, que restabeleceu a livre-docência e o ensino livre; e a Reforma Carlos Maximiliano, de 1915, que reduziu os cursos a três: 1) engenharia civil, 2) engenharia mecânica e de eletricidade, e 3) engenharia industrial, os dois primeiros com a duração de 5 anos e o último, de 4 anos.

Em 1925, a Reforma João Luís Alves, conservando o mesmo número de cursos, alterava-lhes a duração para 3 anos, com o curso geral, em prosseguimento, de 3 anos.

A Reforma Francisco Campos, de 1931, manteve a divisão em três cursos: engenheiros civis, engenheiros eletricistas e engenheiros industriais, todos com a duração de 5 anos, e criou o curso de engenheiros geógrafos, com a duração de 3 anos.

A 5 de julho de 1937 a Escola Politécnica passou a chamar-se Escola Nacional de Engenharia, sendo incorporada à Universidade do Brasil.

FACULDADE NACIONAL DE MEDICINA — No dia 2 de abril de 1808, D. João VI, recém-chegado de Lisboa, nomeou "lente da nova cadeira de anatomia que se vai estabelecer a Joaquim da Rocha Mazarém que, na qualidade de primeiro cirurgião, embarcara em Portugal com o Rei". A 5 de novembro do mesmo ano, Mazarém era substituído por Joaquim José Marques, "cirurgião-mor do Reino de Angola".

Em 1812 foi criada a Junta de Direção Médico-Cirúrgica do Hospital Militar. Frei Custódio de Campos Oliveira, Presidente da Junta, era o inspetor dos cursos. Êstes regiam-se pelos estatutos escolares de Coimbra.

A reforma de Álvares de Carvalho, aprovada pelo decreto de 1813, criou a Academia Médico-Cirúrgica do Rio de Janeiro e ordenou a sua transferência do Hospital Militar para o Hospital da Misericórdia. O curso completo seria realizado em cinco anos, podendo ter matrícula no 1.º ano o aluno que soubesse ler e escrever, corretamente. Prestado o exame do 5.º ano, obtinha o candidato a sua carta de "aprovado em cirurgia"; se tivesse obtido plenamente em todos os exames, freqüentando de novo as aulas do 4.º e 5.º anos, recebia, sendo aprovado, com distinção, o título de "formado em cirurgia", que lhe dava direito a diversas prerrogativas.

As instalações não podiam ser mais deficientes. O colégio dispunha de apenas três pequenas salas na Santa Casa de Misericórdia.

Com a volta de D. João VI a Portugal, o progresso do ensino médico não só ficou em ponto morto como, sob certos aspectos, regrediu, visto que os cirurgiões aqui formados ficavam na dependência de aprovação e licença da metrópole para poderem exercer a profissão.

Em 9 de setembro de 826, um decreto de D. Pedro I punha côbro ao impasse, dando carta efetiva de cirurgião aos que se formassem nas escolas do Rio de Janeiro e da Bahia. O ato imperial teve a mais viva repercussão na época, tendo sido perpetuado num quadro célebre do pintor e poeta Araújo Pôrto-alegre.

Em 3 de outubro de 1832 é assinado o ato básico da história da medicina brasileira, que transformou as Academias Médico-Cirúrgicas do Rio e da Bahia em Escolas ou Faculdades de Medicina. Êsse decreto foi sancionado, em nome do Imperador, pela regência trina de Francisco de Lima e Silva, José da Costa Carvalho e João Bráulio Muniz. O mérito principal na promulgação da lei cabe a José Martins da Cruz Jobim. O primeiro diretor da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro foi o Dr. Domingos Ribeiro dos Guimarães Peixoto.

De 1832 a 1918, a Faculdade funcionou em locais os mais diferentes, passando do Hospital da Misericórdia para o Hospital Militar e, finalmente, para o Recolhimento das Órfãs, na Rua Santa Luzia, ao lado da Santa Casa, onde permaneceu até sua transferência para a sede atual, na Avenida Pasteur (Praia Vermelha).

A 7 de setembro de 1920 a Faculdade entrou no chamado regime universitário dentro do esquema da Universidade do Rio de Janeiro, então organizada, e que foi substituída pela Universidade do Brasil. A integração da Escola com o nome de Faculdade Nacional de Medicina, na Universidade do Brasil, se verificou a 5 de julho de 1937.

*Edifício da Reitoria* (Av. Pasteur) — Foi idealizado para hospício, por José Clemente Pereira, Provedor da Santa Casa. Construído na antiga Chácara do Vigário-Geral, nome vindo do Cônego Antônio Rodrigues de Miranda, teve as obras financiadas inicialmente pelos negociantes, que contribuíram com 8 contos de réis. (A construção do edifício, que durou de 1842 a 1852, custou, ao todo, cêrca de 2 670 contos).

Vista da fachada da Reitoria da Universidade do Brasil, na Avenida Pasteur, construída na antiga chácara do Vigário Geral, idealizada por José Clemente Pereira, para um hospício, que se inaugurou a 30 de novembro de 1852. Mais tarde, quando da transferência do hospício o prédio foi cedido para a instalação da Universidade e em um ano a Reitoria transformou-o e adaptou-o quase completamente, procurando não modificar as linhas originais. A Reitoria representada na pessoa do magnífico Reitor, é o órgão executivo central que coordena, fiscaliza e superintende as atividades universitárias.

A base do projeto, de autoria do engenheiro Domingos Monteiro, arquiteto do Hospital Central da Misericórdia, era o velho hospital francês de Charenton, que completava naquele ano, 1841, 200 anos de existência. O plano de Domingos Monteiro foi mais tarde modificado, sendo acrescentados o pórtico e outros detalhes.

A construção teve início em setembro de 1842, sendo concluída dez anos depois. Foi dirigida por Domingos Monteiro (até 1843), e posteriormente por José Maria Jacinto Rebêlo e Joaquim Cândido Guillobel. O estilo era de arquitetura dórica no primeiro pavimento e jônica no andar superior.

Uma vez terminada a obra, Clemente Pereira achou-a pouco atraente e, de acôrdo com o Imperador, resolveu providenciar melhorias na construção; em vez de refazer a fachada, levantou outra na frente, ficando a primeira incluída dentro do pátio. O êrro foi corrigido por acréscimo de um frontão admirável, que é o pormenor clássico que distingue da planta de Domingos Monteiro a de Guillobel e Rebêlo.

O edifício foi inaugurado a 30 de novembro de 1852, com a cerimônia da bênção no Hospício Pedro II. A abertura solene realizou-se no domingo de 5 de dezembro imediato.

Quando se transferiu o Hospício, o prédio foi cedido para a instalação da Universidade do Brasil. Em um ano, a Reitoria da Universidade, com verbas próprias e ajuda do Ministério da Educação, transformou e adaptou o edifício quase completamente, procurando não prejudicar as linhas originais. Em 1951 e 1952, foram inauguradas as Faculdades de Arquitetura e de Farmácia. Em 1953, completou-se a restauração de todo o edifício.

A Capela foi construída no corpo central, nela havendo uma bela imagem de D. Pedro de Alcântara. Seus sinos datam de 1861.

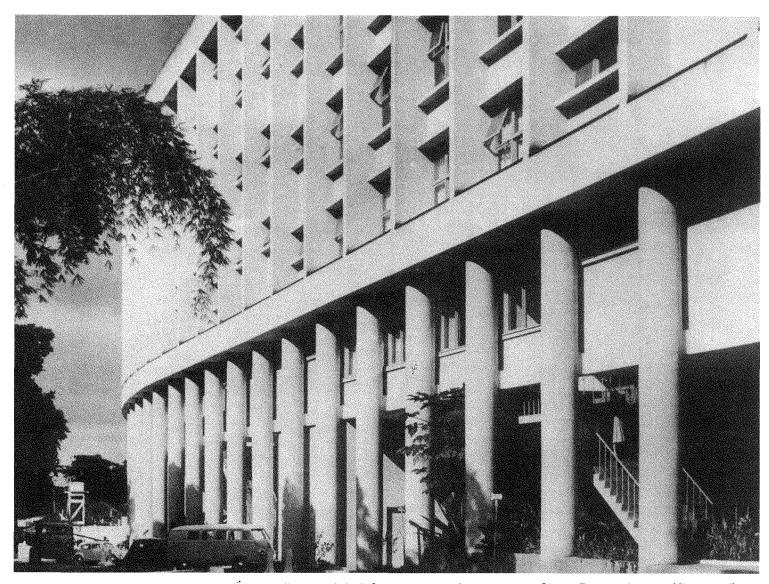
O prédio ocupava, ao todo, uma área de 140 mil metros quadrados.

UNIVERSIDADE CATÓLICA — A Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro é obra de D. Sebastião Leme e P.e Franca, S.J.

Em 1941 começaram a funcionar a Faculdade Católica de Filosofia e a Faculdade Católica de Direito, autorizadas pelo Decreto n.º 6 409, de 30 de outubro de 1940, e reconhecidas oficialmente pelos Decretos n.º 10 985 e 10 984, de 1.º de outubro de 1942.

Depois de cinco anos de funcionamento, a Faculdade Católica de Direito e a Faculdade Católica de Filosofia



7 — 24 938

Um dos prédios da Pontifícia Universidade Católica, instalada à Rua Marquês de São Vicente, na Gávea. Trata-se de um prédio em estilo moderno funcional, sua construção obedecendo às mais modernas exigências técnicas e pedagógicas.
Esta Universidade está hoje integrada por diversas Faculdades e Escolas, e sua direção e administração estão confiadas à Companhia de Jesus, sob a orientação do Cardeal D. Jaime de Barros Câmara.

obtiveram, pelo Decreto n.º 8 681, de 15 de janeiro de 1946, autorização de se reunirem com a Escola do Serviço Social e formarem a Universidade Católica do Rio de Janeiro, cujos estatutos foram aprovados a 21 de outubro do mesmo ano.

Então a Santa Sé, através da Congregação dos Seminários e Universidades, agraciou a nova universidade, por decreto de 20 de janeiro de 1947, com o título e prerrogativas de Universidade Pontifícia.

A Pontifícia Universidade Católica está hoje integrada pela Faculdade de Filosofia, Faculdade de Direito, Escola Politécnica, Escola de Serviço Social, Escola de Jornalismo, Instituto Social, Escola de Enfermagem, Instituto de Psicologia Aplicada, Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Cursos de Aperfeiçoamento Médico e Odontológico.

A direção e administração da Pontifícia Universidade Católica é confiada à Companhia de Jesus, sob a orientação do Cardeal D. Jaime de Barros Câmara.

O objetivo da Universidade Católica é subministrar aos seus alunos "uma educação superior integral, que visa o desenvolvimento pleno e harmonioso de tôdas as energias físicas, intelectuais e morais; preparar para a vida — para a família, para a sociedade e para Deus — a juventude brasileira com a vontade enérgica e a consciência reta".

Nos anos de 1957/58 a Universidade Católica apresentou o seguinte movimento, de alunos nas diversas escolas de ensino superior:

*Faculdade de Filosofia* — Cursos: filosofia, matemática, geografia, história, ciências sociais, letras clássicas, letras neolatinas, letras anglo-gemânicas, pedagogia, física, jornalismo e didática. Alunos diplomados em 1957: 115; alunos matriculados em 1958: 508.

*Faculdade de Direito* — Alunos diplomados em 1957: 35; alunos matriculados em 1958: 282.

*Escola Politécnica* — Cursos: engenheiros civis, engenheiros eletricistas e engenheiros industriais (com suas especializações). Alunos diplomados em 1957: 51; alunos matriculados em 1958: 492.

*Instituto de Psicologia Aplicada* — Cursos: formação de psicólogos e orientadores educacionais (post-graduação). Alunos diplomados em 1957: 6; alunos matriculados em 1958: 91.

*Instituto de Estudos Políticos e Sociais* — (fundado em 1955). Alunos matriculados em 1958: 86.

*Instituto Social* — Escola de Serviço Social. Alunos diplomados em 1957: 5; alunos matriculados em 1958: 62. Escola de Educação Familiar. Alunos diplomados em 1957: 3; alunos matriculados em 1958: 37.

*Escola de Enfermagem* — Alunos diplomados em 1957: 23; alunos matriculados em 1958: 25.

*Instituto de Odontologia* — Especialização: alergia aplicada à odontologia, clínica e cirurgia dos terceiros molares, dentaduras duplas, endodontia, paradontia, ortodontia e odontopediatria. Extensão; cirurgia máximo-facial, interpretação de radiografias dentárias e preparo de cavidades. Alunos diplomados em 1957: 318.

*Cursos de Aperfeiçoamento Médico* — Cursos para candidatos possuidores de diploma médico expedido por Faculdade reconhecida pelo Govêrno Federal, com 1 ano de duração. Cursos: gastrenterologia, proctologia, endocrinologia, radioterapia, endoscopia, peroval, dermatologia, oftalmologia, obstetrícia, otorrinolaringologia, clínica do aparelho digestivo da 1.ª infância, radioterapia em ginecologia, câncer do colo do útero. Clientes matriculados até outubro de 1958: 239; consultas gerais até o mesmo mês: 1 628.

A Universidade Católica tem a sua sede na Rua Marquês de São Vicente, 263, na Gávea. Aí está instalada a Reitoria, a Secretaria-Geral, a Biblioteca Central, a Faculdade de Filosofia, a Faculdade de Direito, a Escola Politécnica, o curso de Jornalismo, o Instituto de Psicologia Aplicada e o Instituto de Estudos Políticos e Sociais.

Para atender às exigências do seu desenvolvimento, magnífica sede está sendo construída na Gávea, numa área de 80 000 metros quadrados. O projeto completo destinado à Universidade conta com quatro centros, reunidos em quatro grandes blocos de onze andares. Em estilo moderno e funcional, obedecerá a construção às mais modernas exigências técnicas e pedagógicas. Completará a construção da Universidade uma Igreja, um auditório com capacidade para 1 500 pessoas, e um pavilhão para a Administração e Biblioteca. Um parque de cêrca de 20 000 metros quadrados e magnificamente arborizado com árvores seculares oferecerá aos alunos um perfeito ambiente de repouso e descanso. No centro do parque encontra-se a antiga residência do arquiteto francês Grandjean de Montigny, onde será instalado o museu universitário. Completarão o projeto campos de esportes, piscina, teatro ao ar livre, etc.

UNIVERSIDADE DO RIO DE JANEIRO — Ex-Universidade do Distrito Federal.

*Histórico* — A Universidade do Distrito Federal, atual Universidade do Rio de Janeiro, foi instituída na cidade do Rio de Janeiro, pelo Decreto n.º 5 513, de 4 de junho de 1935, pelo então interventor do Distrito Federal, Doutor Pedro Ernesto, por inspiração do seu colaborador Professor Anísio Teixeira. Constituía-se a Universidade dos seguintes órgãos: Instituto de Educação, Escola de Ciências, Escola de Economia e Direito, Escola de Filosofia e Letras, Instituto de Artes e instituições complementares para a experimentação pedagógica, prática de ensino, pesquisa e difusão cultural. Entretanto, a Universidade nos moldes como foi criada teve vida efêmera, apesar da grande projeção dada com a realização dos seus cursos, regidos por professôres de renome internacional, para isso contratados no estrangeiro, tendo sido extinta em 1939.

Ao elaborar-se a Lei Orgânica do Distrito Federal, em 1947, na Câmara dos Deputados, o parlamentar e Professor Jonas Corrêa nela procurou incluir um dispositivo visando à criação de uma Universidade por meio de encampação de Faculdades já em funcionamento.

No ano seguinte, em 1948, o então vereador João Luís de Carvalho, na sessão de 12 de maio da Câmara de Vereadores, apresentou o Projeto de Lei n.º 8, instituindo a Universidade do Distrito Federal. Posteriormente surgiu um substitutivo ao Projeto n.º 8, subscrito pelos vereadores Anésio Frota Aguiar, Walter Barbosa Moreira, Jaime Ferreira da Silva, Júlio Catalano e Ari Barroso. Ainda não foi dessa vez que seria aprovado o Projeto de Lei. Em 5 de maio de 1950 foram apresentadas várias emendas ao Projeto n.º 8/48. Êste substitutivo, o Projeto de Lei n.º 8-A de 1948, foi afinal aprovado e publicado no Diário Oficial, parte "Câmara do Distrito Federal", de 2 de setembro de 1949.

Subindo à sanção do Prefeito, coube ao Sr. Ângelo Mendes de Moraes, vetá-lo, nos têrmos constantes da mensagem de 23 de outubro de 1950, dirigida ao Presidente do Senado Federal.

O Senado Federal, sob a presidência do Sr. Nereu Ramos, rejeitou o veto apôsto pelo Prefeito Ângelo Mendes de Moraes ao Projeto que se tornou a Lei n.º 547, de 4 de dezembro de 1950, restabelecendo, destarte, a Universidade do Distrito Federal.

A Universidade seria constituída, inicialmente, pelas seguintes faculdades já existentes, a Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, instalada em 1935, a Faculdade de Ciências Econômicas do Rio de Janeiro, instalada em 1930, a Faculdade de Ciências Médicas, instalada em 1936, e pela Faculdade de Filosofia do Instituto Lafaiete, instalada em 1942.

Cada uma dessas faculdades receberia uma subvenção estimada pela respectiva congregação, para a manutenção e eficiente funcionamento administrativo e didático.

Já no govêrno do Sr. Francisco Negrão de Lima, publicou-se a Lei n.º 909, de 16 de junho de 1958, modificando a legislação até então vigente para a Universidade do Distrito Federal, e introduzindo com seu artigo 10 uma nova denominação para a Universidade, que doravante seria a Universidade do Rio de Janeiro.

Durante o govêrno do Sr. Sá Freire Alvim sancionou-se a Lei n.º 930, de 29 de julho de 1959, que dispunha sôbre a organização e integração na Universidade do Rio de Janeiro do patrimônio das Faculdades citadas, além de outras providências entre as quais integrar à Universidade do Rio de Janeiro, para efeito tão-sòmente didático, pedagógico e disciplinar, a Escola de Enfermeiras Raquel Haddock Lôbo, o Instituto Municipal de Nutrição e Escola Dramática Martins Pena, o Museu da Cidade do Rio de Janeiro, a Faculdade de Serviço Social da P.D.F. e a Faculdade de Ciências Econômicas da P.D.F. Além das quatro Faculdades integrantes da Universidade do Rio

de Janeiro atendendo a um justo reclamo decorrente do seu desenvolvimento criaram-se três institutos, a saber: Instituto de Criminologia, o Instituto de Física e o Instituto de Higiene.

Em 1959 a Universidade do Rio de Janeiro com seus quatro órgãos básicos possuía 29 unidades escolares, sendo 28 de cursos de formação e uma de curso de pós-graduação. Seu corpo docente constituiu-se de 378 professôres para um corpo discente de 3 992 alunos. Diplomaram-se, em 1958, pela Universidade do Rio de Janeiro 932 alunos, conforme veremos a seguir, discriminadamente pelas respectivas faculdades.

FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS — Em 1959 a Faculdade de Ciências Econômicas do Rio de Janeiro, com uma unidade escolar, possuía um corpo docente formado de 20 professôres para 245 alunos matriculados no início do ano letivo. Diplomou 38 alunos no ano de 1958.

FACULDADE DE DIREITO — Compõe-se de duas unidades escolares, a primeira o curso de bacharelado e a segunda o de doutorado, que é de pós-graduação. Diplomaram-se, em 1958, 280 alunos, sendo 265 no curso de bacharelado. A matrícula inicial em 1959 alcançou o número de 1 423 para o curso de bacharelado e de 99 para o de doutorado. Para êsse corpo discente lecionaram 54 professôres, sendo 36 para o curso de bacharelado.

A Faculdade de Direito do Rio de Janeiro é a única das componentes da Universidade que possui curso de pós-graduação.

FACULDADE DE CIÊNCIAS MÉDICAS — A Faculdade de Ciências Médicas também com uma unidade escolar diplomou, em 1958, 81 médicos.

Em 1959 a matrícula inicial no ano letivo foi de 682 alunos. Possuía no mesmo período um corpo docente formado de 43 professôres.

FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS — Instalada em 1942, é a que apresenta o maior número de unidades escolares, ou seja, 25. Dêsses 25, 12 eram de formação de bacharéis e 13 para o de formação de professôres secundários.

São os seguintes os cursos de formação de bacharéis na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras: — ciências sociais, filosofia, física, geografia, história, história natural, letras anglo-germânicas, letras clássicas, letras neolatinas, matemática, pedagogia e química.

Os cursos de formação de professôres secundários possuem, além dos anteriormente citados, o curso didático (licenciado).

O corpo docente do curso de bacharéis, em 1959, foi de 129 catedráticos e para o de formação de professôres secundários de 132.

A matrícula inicial do ano letivo de 1959 foi de 1 537, sendo 1 192 para o curso de formação de bacharéis e 351 para o curso de formação de professôres secundários.

Diplomaram-se em 1958, pela Faculdade 533 alunos sendo 261 pelo Curso de formação de bacharéis e 272 pelo curso de formação de professôres.

*Escola de Aeronáutica* — O ensino aeronáutico no Brasil foi iniciado em 1919, na Escola de Aviação Militar dos Afonsos. Com a criação do Ministério da Aeronáutica, em 20 de janeiro de 1941, fundiram-se a antiga Escola de Aviação Militar e a Escola de Aviação Naval, surgindo então a atual Escola de Aeronáutica — criada pelo Decreto-lei n.º 3 142, de 25 de março de 1941.

Funcionam atualmente nesse estabelecimento os cursos de Formação de Oficiais Aviadores e Formação de Oficiais Intendentes. Oficiais e cadetes de inúmeras nações sul-americanas fazem também os cursos dêsse estabelecimento de Ensino.

O ensino da Escola de Aeronáutica tem por finalidade aprimorar no cadete as qualidades morais e outros atributos indispensáveis ao oficial da Aeronáutica e proporcionar-lhe uma cultura fundamental compatível com a sua futura situação e uma educação militar e conhecimentos proporcionais básicos, que lhe dêem, mediante constante aprimoramento, capacidade para o exercício das funções correspondentes aos sucessivos graus hierárquicos.

Dados referentes a 1958 apresentam o seguinte movimento de alunos;

| | |
|---|---|
| OFICIAIS AVIADORES: | |
| Matriculados no 1.º ano | 102 |
| Cursando o 2.º ano | 69 |
| Cursando o 3.º ano | 61 |
| OFICIAIS INTENDENTES: | |
| Matriculados no 1.º ano | 15 |
| Cursando o 2.º ano | 41 |
| DECLARAÇÃO DE ASPIRANTE | |
| A Oficial Aviador | 52 |
| A Oficial Intendente | 41 |

Nesse ano a Escola abrigava, nas três séries do curso, 16 alunos sul-americanos — 8 bolivianos e 8 paraguaios. Três cadetes paraguaios concluíram o curso em 1958.

*Escola Naval* — Com a transferência da côrte portuguêsa para o Brasil, em 1808, instalou-se no Rio de Janeiro, num quartel localizado à Rua dos Ourives, a Academia Real dos Guardas-Marinhas. Mudou-se, depois, para o Mosteiro de São Bento, onde permaneceu até o ano de 1832. Daí em diante teve várias sedes, estabelecendo-se, afinal, em 1938, na histórica Ilha de Villegaignon.

Após a Independência passou a denominar-se Academia Imperial de Guardas-Marinhas, nome que seria alterado, com a proclamação da República, para o de Escola Naval.

De 1832 até hoje sofreu a instituição inúmeras reformas, visando-se sempre atualizar os currículos, aperfeiçoar os métodos de ensino ou atender a conveniências de serviço. Em 1937, pelo Decreto n.º 1 435, ampliaram-se as atividades da Escola, destinando-se à preparação de oficiais da Armada, Fuzileiros Navais e Intendentes Navais.

Elevou-se a 554 o total de alunos, em 1958, verificando-se, no mesmo ano, a investidura ao oficialato de 174 aspirantes, dos quais 106 no Corpo da Armada, 28 no Corpo de Fuzileiros Navais e 40 no de Intendentes Navais.

A Escola Naval, o mais antigo estabelecimento de ensino superior do Brasil, completou em 5 de maio de 1958 cento e cinqüenta anos de existência.

**COLÉGIO MILITAR** — Deve-se a Caxias, quando senador, em 1853, a idéia da criação de um Colégio Militar para filhos de militares mortos em campo de batalha. Incentivou-a, posteriormente, entre 1862 e 1865, o Visconde de Tocantins, quer como deputado quer como presidente da Sociedade do Asilo dos Inválidos da Pátria de que foi um dos fundadores. As dificuldades do momento e a pobreza da subscrição popular então realizada não permitiram fôsse a idéia concretizada.

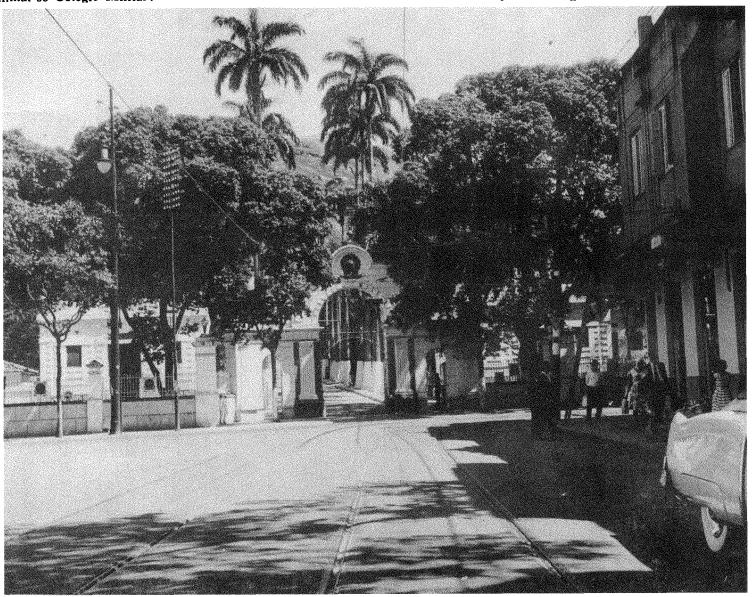
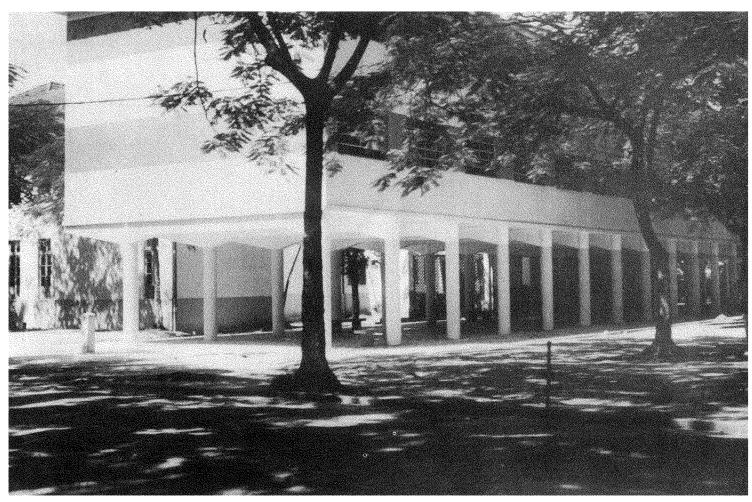
Sòmente a 9 de março de 1889 foi oficialmente criado o Imperial Colégio Militar pelo Decreto n.º 10 202, que aprovou o regulamento respectivo, havendo o Govêrno adquirido, para instalação dêsse estabelecimento de ensino, o palacete do Barão de Itacurussá, à Rua São Francisco Xavier, local em que até hoje funciona.

Nascido como educandário de Instrução e Educação Militar, destinava-se a receber, gratuitamente, filhos e netos dos oficiais efetivos, reformados e honorários do Exército e da Armada, e, mediante contribuição, alunos originários de outros setores sociais. Foi seu primeiro comandante o Coronel Dr. Antônio Vicente Ribeiro Guimarães, que assumiu o cargo a 8 de abril de 1889, mantendo-se nêle até 8 de julho de 1891. Proclamada a República, passou a denominar-se Colégio Militar.

Em tôdas as suas fases o Colégio Militar contou com bons e eficientes comandantes e professôres eméritos.

**INSTITUTO DE EDUCAÇÃO** — O Instituto de Educação, que tem por objetivo especial prover à formação técnica de professôres primários, para o Distrito Federal, resultou da incorporação, num só estabelecimento, da antiga Escola Normal e escolas anexas (jardim de infância e escola de aplicação), com as modificações de estrutura e funcionamento que foram introduzidos pelo Decreto número 3 810, de 19 de março de 1932, na Interventoria Pedro Ernesto. Essas modificações consistiram, essencialmente, na criação de uma escola de professôres, em nível universitário, e de uma escola secundária, destinada a preparar e selecionar os candidatos para aquela.

O decreto referido estabeleceu, para admissão à escola de professôres, a exigência do certificado de conclusão de curso secundário. Passou então o Instituto a abranger vários cursos: fundamental, complementar, facultativos, de Férias, Escola de Professôres, Escola Primária e Jardim de Infância.

A Escola Normal do Rio de Janeiro, a que de início se aludiu, foi fundada a 5 de abril de 1880, numa sala do Externato do Imperial Colégio Pedro II. Seu primeiro

Vista da entrada do Colégio Militar do Rio de Janeiro, funcionando até hoje à rua São Francisco Xavier.
O Educandário de Instrução e Educação Militar, destina-se a receber, gratuitamente, filhos e netos dos oficiais efetivos, reformados e honorários do Exército e da Armada.
Em tôdas as suas fases, o Colégio Militar contou com bons e eficientes comandantes professôres eméritos.

Em 1853, foi fundado o Colégio Militar destinado a receber os filhos e netos dos militares. Proclamada a República, passou a chamar-se Colégio Militar do Rio de Janeiro. *Atualmente, verifica-se a ampliação dêste colégio, com novas instalações vista na foto acima.*

A Escola Normal do Rio de Janeiro, foi fundada a 5 de abril de 1880.

Seu primeiro diretor e patrono foi Benjamim Constant. Foi ampliada em seu sistema educativo e transformada em Instituto de Educação que funciona em prédio próprio à *rua Mariz e Barros, 273, sendo sua construção em* rigoroso estilo colonial.

Tem por objetivo especial a formação técnica de professôras primárias para o Distrito Federal.

diretor e patrono foi Benjamin Contant, um dos vultos proeminentes da Proclamação da República. Durante anos funcionou em pequenos edifícios e num prédio localizado no largo do Estácio, contando, desde o início, professôres eméritos.

Foi ampliada, em seu sistema educativo, pelo Professor Fernando de Azevedo, e transformada em Instituto de Educação, mediante o decreto citado, por iniciativa do educador Anísio Teixeira.

O Instituto de Educação funciona em prédio próprio, à Rua Mariz e Barros, 273, especialmente construído pela administração Prado Júnior para a antiga Escola Normal. A construção, em rigoroso estilo tradicional (colonial), é considerada um dos monumentos da cidade, pelas proporções e acabamento. Ocupa uma área de 7 400 metros quadrados em terreno de 17 800 metros quadrados, custando cêrca de 15 milhões de cruzeiros.

Em 1958, conforme elementos fornecidos pela direção do Instituto, 488 alunos freqüentaram o Jardim de Infância, 1 352 o Curso Primário, 1 285 o Curso Ginasial, 2 890 o Curso Normal e 539 o Curso de Aperfeiçoamento (Especialização).

BIBLIOTECAS — Possui o Distrito Federal uma rêde bastante vasta de bibliotecas públicas e semipúblicas, cujo número pode ser estimado em mais de 700. Atualmente, 635 bibliotecas estão inscritas no Instituto Nacional do Livro para recebimento regular de livros e publicações, total que abrange bibliotecas escolares, ambulantes, de entidades oficiais ou culturais, etc.; existem mais 123 estabelecimentos do gênero, privativos de sociedades ou associações de caráter mais restrito.

O acervo global dessa rêde não deve ser inferior a 4 milhões de volumes. O movimento anual de consultas pode ser estimado em um milhão nas bibliotecas e de mais de meio milhão nos domicílios (empréstimos). Essas estimativas são feitas com base nas informações de 196 bibliotecas representando mais de 4/5 do acervo total (3 646 000 volumes).

As bibliotecas públicas gerais de maior patrimônio e de maior movimento são a Biblioteca Nacional, o Gabinete Português de Leitura e a Biblioteca Municipal.

O acervo e o movimento de consultas não cessam de apresentar resultados positivos de ano para ano, sobretudo com a difusão das Bibliotecas Populares.

De acôrdo com um estudo aparecido na *Revista Brasileira de Estatística* n.º 34, dispunha o Distrito Federal, em 1950, de 436 bibliotecas de mais de 300 volumes (1 biblioteca para cada 5 503 habitantes). Nas bibliotecas da Capital da República se concentrava um têrço do acervo global do País — 3,8 milhões de volumes — na proporção de 1,5 livro por habitante. O movimento de consultas por biblioteca informante, nesse ano, foi de 4 075, considerado muito baixo em relação ao patrimônio.

BIBLIOTECA NACIONAL — Aportando ao Brasil em 1808, trouxe D. João VI consigo o acervo da Real Biblioteca da Ajuda, que seu avô D. João I mandara organizar para substituir a que o terremoto de Lisboa em 1755 dispersara e o consecutivo incêndio consumira. "Colocada no extenso e escuro consistório da igreja da Ordem Terceira do Carmo — escreve Teixeira de Melo —, foi ela não de todo e indistintamente franqueada ao público, mas aproveitada, de 1811 em diante, pelos estudiosos que para êsse fim obtinham prévio e fácil consentimento régio".

A princípio acomodou-se a Real Biblioteca no andar superior do hospital; mais tarde, estendeu-se ao pavimento térreo, de onde foram removidos os doentes. O primeiro ato relativo à Biblioteca é, ao que consta, o decreto de 29 de outubro de 1810, referendado pelo Conde de Aguiar, e que reza: "Havendo ordenado por Decreto de 27 de junho do presente ano, que nas casas do Hospital da Ordem Terceira do Carmo, situado à minha Real Capela, se colocassem a minha Real biblioteca e gabinete dos instrumentos de física e matemática, vindos ùltimamente de Lisboa: e constando-me pelas últimas averiguações a que mandei proceder, que o dito edifício não tem tôda a luz necessária, nem oferece os cômodos indispensáveis em um estabelecimento desta natureza, e que no lugar que havia servido de catacumba aos Religiosos do Carmo se podia fazer uma mais própria e decente acomodação para a dita livraria: hei por bem, revogando o mencionado Real Decreto de 27 de junho, determinar que nas ditas catacumbas se erija e acomode a minha Real Biblioteca e instrumentos de física e matemática, fazendo-se à custa da Real Fazenda tôda a despesa conducente ao arranjamento e manutenção do referido estabelecimento".

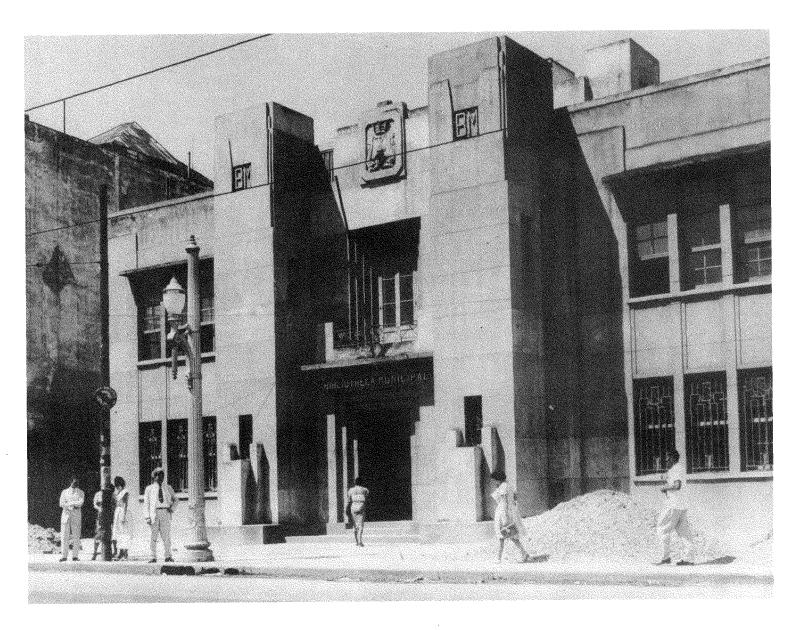
Já em 1814 contava a Real Biblioteca com um acervo de mais de 60 000 volumes. Foram inicialmente encarregados da direção do estabelecimento Frei Gregório José Viegas e Padre Joaquim Dâmaso; êste último, ao regressar a Portugal em 1822, levou grande parte dos manuscritos da Real Biblioteca e os recolheu à da Ajuda.

Doações valiosas e aquisições de vulto contribuíram para enriquecer o patrimônio do estabelecimento, que já incluía, vindas da Ajuda, as valiosas coleções doadas pelo Abade de Santo Adrião de Sever, Diogo Barbosa Machado. Teixeira de Melo cita, como principais doações ou compras, as das livrarias ou coleções de Frei José Mariano da Conceição Veloso, Silva Alvarenga, Conde da Barca (6 329 volumes, adquirida por 76:000$000 em 1822, Francisco de Melo Franco, José Bonifácio de Andrada e Silva (doação de cêrca de 5 000 volumes), D. Pedro de Angelis, Filipe Lopes Neto, Manuel Ferreira Lagos (3 475 volumes impressos e 146 mapas geográficos, comprados à viúva por 28:000$000 em 1873), e outras. No corrente século, várias doações e aquisições de monta foram registradas.

Deixando o edifício do Hospital do Carmo em 1858, a Biblioteca foi trasladada para a Rua do Passeio n.º 60, até que, em 1910, com a construção do prédio próprio, teve suas instalações definitivas no belo edifício da praça Marechal Floriano, de três andares e um porão.

A Biblioteca Nacional está dividida em quatro seções: 1.ª Seção de obras impressas; 2.ª Seção de Manuscritos; 3.ª Seção de estampas e cartas geográficas; e 4.ª Seção de publicações periódicas. No segundo andar, funciona um amplo salão de leitura, de modernas ocomodações.

Os "Anais da Biblioteca Nacional", iniciados em 1876, e os "Documentos Históricos", iniciados em 1928, constituem as principais publicações da Biblioteca.

O acervo atual da Biblioteca Nacional é estimado em mais de 1 milhão de volumes e folhetos, 600 000 manuscri-

A Biblioteca Municipal, subordinada à Secretaria Geral de Educação e Cultura da Prefeitura do Distrito Federal, foi fundada em 2 de dezembro de 1874.
Na foto, vemos seu prédio provisório à avenida Presidente Vargas, pois neste mesmo local será construído um edifício de 18 andares para as suas futuras instalações.

tos, 250 000 peças (estampas, mapas e ilustrações), 300 000 volumes de jornais e revistas.

A seção de gravuras é uma das mais ricas do mundo, possuindo a mais completa coleção iconográfica referente ao Brasil, as mais antigas e preciosas peças de valor universal, como os originais de Albrecht Dürer, Rembrandt, Andrea Mantegna, Marco Antônio, Raimondi, e de quase todos os mestres da gravação, destacando-se o "Triunfo de Galatéia", segundo Rafael, que é o 5.º exemplar conhecido no mundo. Na seção de manuscritos figuram vários cimélios notáveis, como a "Bíblia" do Conde da Barca (séc. XIII), "Breviários" dos séculos XIV e XV, "Cartas" dos Padres Jesuítas sôbre o Brasil, "Livro de orações com Cantochão" (1490), etc. Na seção de obras impressas, destacam-se os dois exemplares, em perfeito estado, da Bíblia de Mogúncia, a primeira edição dos *Lusíadas* e a *Cosmographia* de Claudius Ptolomeu, traduzida por Jacoubs Angelus (1486).

Entre os que dirigiram a Biblioteca Nacional, através de sua história, podem ser mencionados: Frei Camilo de Monserrate, Barão Ramiz Galvão, Cônego Januário da Cunha Barbosa, Teixeira de Melo, Raul Pompéia, Bittencourt Sampaio, João Saldanha da Gama, Manuel Cícero Peregrino, Rodolfo Garcia, Josué Montelo e Eugênio Gomes. O diretor atual é o Prof. Celso Ferreira da Cunha.

Em 1958, foi de 98 600 o número de consulentes.

(Fontes principais: *Guia das bibliotecas brasileiras*, Rio, 1944; *Catálogo da exposição permanente dos cimélios da Biblioteca Nacional*, prefácio de J. A. Teixeira de Melo, 1885).

BIBLIOTECA MUNICIPAL — A Biblioteca Municipal, subordinada à Secretaria-Geral de Educação e Cultura da Prefeitura do Distrito Federal, foi fundada em 2 de dezembro de 1874.

Funciona atualmente à Avenida Getúlio Vargas, 1 261, em prédio provisório. Os planos da nova biblioteca em edifício de 18 andares, com capacidade para um milhão de volumes, incluem vários salões de leitura e de conferência, e um moderno auditório. Será construída em extensa área do mesmo quarteirão onde se acha presentemente.

É mantida por verba municipal. Horário de funcionamento: nos dias úteis, de 9 às 22 horas; aos domingos, de 9 às 12 horas. Entrada franca. Seu acervo é de caráter geral, sendo estimado em 75 000 volumes.

Número de consulentes em 1958: 44 266.

A Biblioteca Municipal empresta a domicílio as duplicatas existentes no seu acervo. Possui duas seções especiais: a Seção Guanabarina, que reúne tôdas as obras sôbre

o Rio de Janeiro, inclusive iconografia; e a Seção Pan-Americana, que congloba as obras de interêsse para a História das Américas, inclusive o folclore brasileiro.

Publica uma coleção intitulada "Coleção Cidade do Rio de Janeiro", dentro da qual já foram editados os seguintes volumes: "Efemérides Cariocas", de Antenor Nascentes; "Calendário Folclórico do Distrito Federal", de Mariza Lira; "Toponímia Carioca", de Agenor Lopes de Oliveira. "Geografia do Distrito Federal", vol. I, de Affonso Várzea; "Vida e Morte do Padre José de Anchieta", de Quirício Caxa; e "A Fundação da Cidade do Rio de Janeiro", de Frederico Trotta.

Mantém uma rêde de sete bibliotecas públicas em bairros do Distrito Federal, através do Setor de Bibliotecas Populares, cuja sede é na própria Biblioteca Municipal. No momento, estão funcionando as seguintes Bibliotecas Populares:

*Méier* (inaug. 8-5-1952); Rua Frederico Méier, 32; Números de empréstimos efetuados nos últimos três anos: 1956 — 18 015; 1957 — 14 259; 1958 — 20 306.

*Penha* (inaug. 26-7-1952); Rua Uranos, 1 326; Empréstimos: 1956 — 19 959; 1957 — 15 507; 1958 — 15 106.

*Campo Grande* (inaug. 22-11-1952); Avenida Custódio de Melo, 1 117; Empréstimos: 1956 — 21 441; 1957 — 23 306; 1958 — 39 957.

*Copacabana* (inaug. 20-1-1954); Praça do Lido, s/n.; Empréstimos: 1956 — 41 013; 1957 — 31 804; 1958 — 57 447.

*Gávea* (inaug. 7-12-1954); Praça Santos Dumont, 160-A; Empréstimos: 1956 — 18 810; 1957 — 19 914; 1958 — 28 315.

*Botafogo* (inaug. 20-1-1956); Rua Farani, 3-B; Empréstimos: 1956 — 13 266; 1957 — 22 004; 1958 — 27 191.

*Rio Comprido* (inaug. 3-9-1958); Rua Haddock Lôbo, 163 loja F; Empréstimos em 1958: 3 063.

GABINETE PORTUGUÊS DE LEITURA — A fundação do Real Gabinente Português de Leitura data de 1837. Até 1842, o Gabinete teve por sede o sobrado do prédio n.º 83 da antiga Rua de São Pedro, bem junto à igreja da mesma invocação. Mudou-se nesse ano para a Rua da Quitanda n.º 55 e em 1850 se transferiu para a Rua dos Beneditinos n.º 12, local onde permaneceu até à sua instalação definitiva no belo prédio da Rua Luís de Camões, de sua propriedade e mandado construir em 1880.

O edifício manuelino em que hoje funciona o Gabinete Português de Leitura foi inaugurado em 1888. Em sua fachada se encontram quatro estátuas de autoria de Simões d'Almeida e quatro medalhões do mesmo mestre, dois esculpidos na própria pedra da frontaria e os dois restantes nos umbrais rendilhados do portão central. As estátuas representam Luís de Camões, O Infante de Sagres, Pedro Álvares Cabral e Vasco da Gama. Os medalhões são de Gil Vicente, Fernando Lopes, Garrett e Alexandre Herculano. O projeto é do arquiteto português Rafael da Silva e Castro, tendo sido tôda a obra de cantaria executada em Lisboa nas oficinas de Germano José de Sales.

O acervo da biblioteca do Gabinete Português de Leitura é estimado em 75 000 volumes (50 000 obras). Por lei portuguêsa, a biblioteca recebe um exemplar de cada obra registrada na Biblioteca Nacional de Lisboa. Possui diversas obras raras, e seu patrimônio em livros e periódicos é dos mais valiosos.

## MUSEUS

O Distrito Federal possui atualmente 33 museus, entre públicos e privativos de Repartições ou entidades. Alguns dêles se encontram em fase de organização ou ocupam instalações provisórias.

O movimento de freqüência é enorme, atingindo algumas vêzes várias dezenas e mesmo centenas de milhares de pessoas por ano.

Quase todos possuem acervos valiosíssimos em sua especialidade e atraem visitantes e cientistas não só do País como do estrangeiro. Numerosas peças, objetos, documentos ou espécimes existentes nos Museus do Rio são únicos no mundo.

Essa rêde de museus contribui para que o Distrito Federal seja não só a Capital política senão também a Capital artística e científica do Brasil.

Entre as instituições de maior importância ou interêsse se incluem as seguintes: Museu Histórico Nacional o Museu Nacional de Belas Artes, o Museu Nacional, o Museu de Arte Moderna, o Museu do Índio, o Museu de Caça e Pesca, o Museu da Divisão de Geologia e Mineralogia do Ministério da Agricultura, o Museu de Geografia do Brasil, o Museu de Polícia, o Museu dos Teatros do Rio de Janeiro, o Museu Histórico da Cidade do Rio de Janeiro, o Museu Histórico e Diplomático do Itamarati e a Casa de Rui Barbosa.

(Fonte principal: Guy de Holanda, *Recursos educativos dos Museus brasileiros,* Rio de Janeiro, 1958).

MUSEU NACIONAL — O Museu Nacional, instituição federal integrada na Universidade do Brasil, foi fundado a 6 de julho de 1818 por D. João VI, em continuação à Casa dos Pássaros criada pelo Vice-Rei Luís de Vasconcelos. Teve sua primeira instalação no atual edifício do Arquivo Público (Praça da República). Em 1892 foi transferido para o Palácio da Quinta da Boa Vista (contruído em 1803) que, durante 81 anos, foi residência da Família Imperial. Aí continua até hoje.

Área total, inclusive dependências: 67 000 m². Peças que se destacam: a Sala do Trono, a dos Embaixadores e a Capela da Imperatriz.

Entre as finalidades do Museu Nacional estão as de "coligir, classificar e conservar material de interêsse para o estudo das ciências naturais e antropológicas, especialmente do Brasil, organizando coleções em série e exposições em público; realizar estudos e pesquisas sôbre assuntos relacionados com essas ciências; e divulgar conhecimentos científicos por meio de palestras, conferências, publicações, cursos, etc.".

O acervo do Museu Nacional está assim distribuído: Divisão de Antropologia e Etnografia, 37 490 peças; Divisão de Botânica, 380 000 exsicatas; Divisão de Geologia e Mineralogia, 12 500 rochas e minerais; 7 600 fósseis; Divisão de Zoologia, 350 000 exemplares, num total de quase 800 000 peças. Grande parte dêsse material se encontra

em exposição permanente, ou é de fácil acesso aos estudiosos.

Algumas peças são particularmente notáveis. Citem-se apenas o meteorito "Bendengó", o megatério fóssil e as múmias egípcias.

Possui biblioteca especializada com um acervo de 150 000 volumes. A instituição mantém cursos para pós-graduados e um programa de palestras semanais.

Edita diversas publicações, notadamente os "Arquivos" e os "Boletins" de Geologia, Botânica, Zoologia e Antropologia, além de revistas.

Dispõe de filmoteca e fototeca.

É o museu mais freqüentado do Brasil, ascendendo o número de visitas à média anual de 270 000 pessoas.

MUSEU NACIONAL DE BELAS ARTES — O Museu Nacional de Belas Artes foi criado pela Lei n.º 378, de 13 de janeiro de 1937. "A coleção de quadros que constitui sua exposição permanente teve origem na primitiva Academia Imperial de Belas Artes, fundada por D. João VI, em 1816, e inaugurada em 1820, para o ensino das Belas Artes, sob a direção da Missão Lebreton, contratada pelo Conde da Barca. Lebreton, convidado para essa missão por Marialva em Paris, trouxe uma pequena coleção de quadros para início de uma pinacoteca no Brasil. Henrique José da Silva, primeiro diretor da Academia durante algum tempo, desentendeu-se com os artistas franceses, dificultando-lhes assim sua ação pedagógica. Em 1834, assumia Félix Émile Taunay, um dos mestres da Missão Lebreton, a direção da Academia. Coube a êle e a Manuel de Araújo Pôrto Alegre, poeta e artista, organizaram a Pinacoteca e o ensino artístico entre nós. Taunay, quando diretor, restaurou muitas das telas trazidas por Lebreton; estas, mais os quadros deixados por D. João VI quando voltou para Portugal, e as dádivas imperiais e particulares constituíram o início da coleção do atual Museu. Doações, legados e aquisições foram sucessivamente enriquecendo o acervo da instituição. A Academia funcionava no antigo edifício do Tesouro Nacional, lado da travessa Belas Artes. Depois da República, tomou o nome de Escola Nacional de Belas Artes. Em 1937, separaram-se da Escola a Pinacoteca, assim objetos de arte em geral, para formação do Museu Nacional de Belas Artes. Seu primeiro e atual diretor é o pinto Oswaldo Teixeira". (REMB)

O prédio atual na Avenida Rio Branco, n.º 199, é projeto do arquiteto Morales de los Rios e foi construído em 1908.

Anualmente, realiza-se no Museu o Salão Nacional de Belas Artes (o chamado Salão de Arte Acadêmica, em contraposição ao chamado Salão de Arte Moderna, que em 1958 também foi ralizado no mesmo local).

A exposição permanente ocupa o pavimento térreo e três andares. No 1.º andar, as salas "Mulher Brasileira" e "Irmãos Bernardelli". No 2.º andar, as salas "Franz Post", "Missão Artística Francesa", "Artistas Brasileiros" (6 salas), "Artistas Contemporâneos, Pinturas dos séculos XVI, XVII, XVIII e XIX, de pintores italianos, holandeses, flamengos, espanhóis, e a "Sala Boudin". No 3.º andar, "Escola Portuguêsa", desenhos, gravuras, aquarelas, guaches, Contemporâneos, "Influência Impressionista".

O Museu Nacional de Belas Artes possui obras valiosíssimas, podendo mencionar-se, entre inúmeros, trabalhos de Pedro Américo, Vítor Meireles, Bernardelli, Amoedo, Almeida Júnior, Eliseu Visconti, dos nacionais, e Tintoretto, Van Dyck, Columbano, Franz Post, Rosa Bonheur, Salvador Rosa, dos estrangeiros.

A freqüência é boa, principalmnte na época do Salão. Em 1958, o Museu foi visitado por 127 900 pessoas.

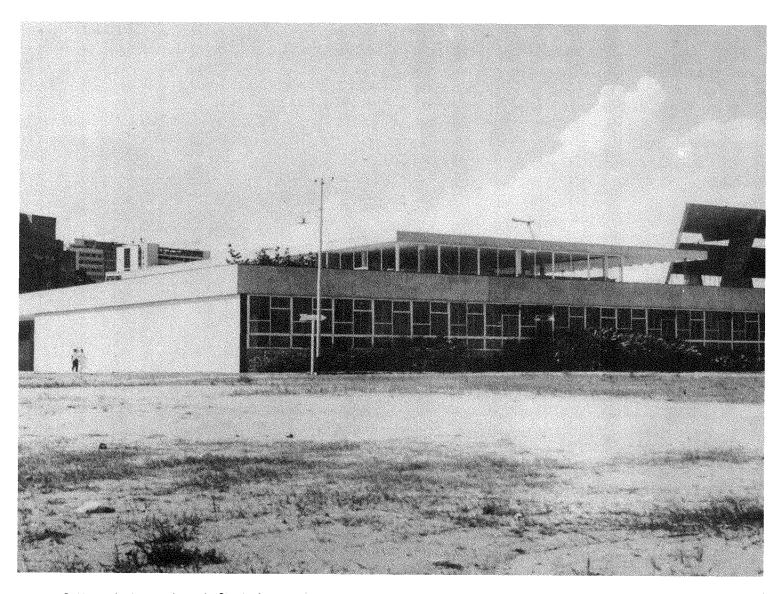
MUSEU DE ARTE MODERNA — O Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro surgiu em 1948, por iniciativa de um grupo de entusiastas da arte moderna, tendo à frente, como seu primeiro presidente, o Sr. Raymundo de Castro Maya. Instalou-se, na ocasião, numa das salas do último andar do Banco Boa Vista, cedida pelo Barão de Saavedra. O primeiro período de existência do MAM foi de repercussão cultural limitada; mas já conseguira reunir algumas obras de arte.

Em 1951, a Sra. Niomar Muniz Sodré assumiu a direção executiva do MAM, tendo tido início uma fase de grande expansão, que iria culminar com a construção da sede própria. Em 1952, o museu instalou-se, a título provisório, numa área lateral do térreo do Ministério da Educação, especialmente adaptada (Rua da Imprensa, 16-A). Nesse local foram realizadas numerosas exposições de artistas nacionais e estrangeiros, além de conferências e palestras.

A luta pela aquisição da sede própria chegou a bom têrmo quando a Câmara Municipal do Distrito Federal votou uma lei concedendo uma área de 40 000 metros quadrados no atêrro da Praia de Santa Luzia, onde hoje se está erguendo o belo e moderno edifício do MAM, projetado pelo arquiteto Affonso Eduardo Reidy. A cerimônia da cravação solene da primeira estaca da sede própria teve lugar no dia 9 de janeiro de 1954, com a presença do Presidente da República, Sr. João Café Filho, e altas autoridades. A inauguração da sede própria, ao ensejo da conclusão do primeiro bloco da construção, verificou-se a 27 de janeiro de 1958, em solenidade que contou com a presença do Presidente Juscelino Kubitschek, um dos membros do Conselho Deliberativo da instituição. Desde essa data, todos os serviços do MAM, instalados na Rua da Imprensa, foram transferidos para a nova sede, onde já se realizaram várias exposições e encontros de arte.

O Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro conta atualmente com 8 000 sócios, e seu patrimônio de obras nacionais e estrangeiras vem sendo cada vez mais enriquecido. A nova sede, quando terminada, será, ela própria, um monumento artístico de grande beleza arquitetônica e de linhas e acabamento moderníssimo. Terá uma superfície construída de 36 000 metros quadrados, distribuindo-se em três grandes blocos: o da Escola, já pronto, o das Exposições e o do Teatro.

Paralelamente às mostras e às conferências, o MAM promove sessões semanais de cinema e tem patrocinado festivais de clássicos da sétima arte.

MUSEU DO ÍNDIO — O Museu do Índio foi criado com a finalidade de "fazer compreender que o índio brasileiro possui uma cultura diferente da nossa, porém digna de

O Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro, que surgiu em 1948 por iniciativa de um grupo de entusiastas da arte moderna, constrói atualmente no atêrro da Praia de Santa Luzia a sua sede própria, cujo aspecto parcial vemos na foto acima.

aprêço por haver logrado, com recursos tecnológicos rudimentares, uma perfeita adaptação ao meio geográfico". Pode-se acrescentar que também visa à difusão de conhecimentos sôbre a vida e os hábitos dos aborígines, que tiveram papel de relêvo em nossa formação política e ainda hoje habitam diversas regiões do País.

O acervo é constituído pelas coleções formadas, inicialmente, pelo Marechal Rondon, fundador do Serviço de Proteção aos Índios, seus colaboradores, e ùltimamente pelos etnólogos da Secção de Estudos dêsse Serviço. Recentemente foi adquirida e incorporada ao patrimônio do Museu do Índio parte da coleção etnográfica do extinto Museu Simoens da Silva.

Um prédio onde funciona (Rua Mata Machado, 192, Maracanã) é do Ministério da Agricultura, tendo sido adaptado pelo arquiteto Aldari Toledo. O Museu foi inaugurado em 1953, sendo seu primeiro diretor o Professor Darcy Ribeiro.

Possui biblioteca especializada, fototeca com 30 000 negativos, cinemateca (filmes sôbre o índio brasileiro) e discoteca (gravação de músicas e cantos de indígenas brasileiros).

O número de visitantes em 1958 foi de 15 390.

CASA DE RUI BARBOSA.— A Casa de Rui Barbosa foi fundada para cultuar a memória do grande homem público e escritor. Teve sua inauguração solene em 1930; mas foi em 1924, um ano depois da morte de Rui, que o Govêrno adquiriu a Casa onde residira o grande brasileiro, inclusive biblioteca e arquivo, para transformá-la num monumento perene a quem a habitava. Posteriormente foram incorporados à instituição os móveis e outros pertences da família.

As salas do corpo principal da Casa conservam os móveis e a arrumação que tinham em vida de Rui Barbosa, estando nelas expostas as condecorações e objetos de uso pessoal. O principal acervo é constituído de livros, documentos e originais do ilustre iscritor.

Os 43 600 volumes de sua biblioteca estão repartidos pela Casa inteira. A consulta é pública, em sala de leitura especial (freqüência em 1958: 705 leitores).

A instituição pode ser visitada livremente (número de visitantes em 1958: 4 200).

A Casa de Rui Barbosa, além de encarregar-se da conservação e ampliação do acervo ruiano, tem um setor de publicação e um Centro de Pesquisas. Diversas obras de valor já foram editadas sob seus auspícios. Também organiza cursos e conferências.

O Diretor atual é o Dr. Américo Jacobina Lacombe, pessoa inteiramente devotada à nobre instituição. A Casa de Rui Barbosa está subordinada ao Ministério da Educação e Cultura. (Enderêço: Rua São Clemente, n.º 134).

MUSEU DE CAÇA E PESCA — O Museu de Caça e Pesca foi criado em 1939 e tem por finalidade o estudo científico das espécies peculiares à fauna brasileira e das atividades relacionadas com a caça e pesca. Está subordinado ao Ministério da Agricultura, podendo ser visitado livremente.

Seu acervo é formado de interessantes coleções, em taxidermia, de mamíferos, aves e répteis, das principais regiões zoogeográficas do Brasil.

Habitualmente promove excursões pelo território nacional para obter novos exemplares. Tem biblioteca especializada. A média anual de visitantes é de 3 500.

(Endereço: Praça 15 de Novembro, Edifício da Pesca, 4.º andar).

MUSEU DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO — O Museu foi criado pelo Decreto n.º 4 989, de 2 de julho de 1934. Mas a formação das coleções nasceu do Decreto n.º 1 641, conseqüência do requerimento do Intendente Alfredo Piragibe, em 22 de abril de 1891, que pedia se remetessem as peças do Senado da Câmara e da Câmara Municipal para formarem o Museu Municipal. Doações e aquisições foram enriquecendo o patrimônio da entidade.

Funcionou até 1941 numa sala do Palácio da Prefeitura, no Campo de Santana, mudando-se depois para o Parque da Gávea, onde ocupou algumas salas do prédio principal, então do Gabinete do Prefeito. Em 1942, transferiu-se para um próprio da Prefeitura na Praça Cardeal Arcoverde, em Copacabana, retornando finalmente ao Parque da Cidade, desta vez ocupando o edifício inteiro.

O acervo do Museu da Cidade consta de coleções distribuídas por 14 salas, de acôrdo com a cronologia da história do Rio de Janeiro, desde sua fundação até à atualidade. Móveis, quadros, retratos, estampas, estandartes, bandeiras, moedas, medalhas, esculturas, viaturas e outros objetos históricos e artísticos relacionados com a história da Capital nacional acham-se em exposição permanente.

Em 1958 o número de visitantes foi de 30 mil.

MUSEU HISTÓRICO NACIONAL — "Foi criado pelo decreto n.º 15 596, de 2 de agôsto de 1922, tendo sido nomeado para organizá-lo o Dr. Gustavo Barroso, seu primeiro e atual diretor. Ocupava, então, duas salas da parte que dá para a entrada principal, o chamado Portão de Minerva. Terminada a Exposição do Centenário, passou para a Casa do Trem e a outra ala do edifício. Assim, aos poucos se foi estendendo, constando agora de mais de quarenta salas, fora galerias, escadarias, vestíbulos, arcadas, e pátios, ainda insuficientes para possibilitar a exposição de todo o seu acervo e o desafôgo de suas dependências". (REMB)

O edifício onde se acha instalado é o antigo Arsenal de Guerra; foi construído em 1762, sob o govêrno do Conde de Bobadela.

O acervo é dos mais opulentos. Compõe-se de pratarias, cristais, porcelanas, louças, troféus, medalhas, objetos de adôrno, leques, jóias, objetos de arte, etc. No pátio, peças de artilharia de várias procedências. Coleções de coches, crucifixos e imagens de madeira e marfim, armas, etc. Relíquias históricas: restos da fôrca e objetos de Tiradentes, a caneta de ouro oferecida à Princesa Isabel para a assinatura da Lei Áurea, a espada de honra do Marechal Deodoro da Fonseca e muitas outras.

Situado na Praça Marechal Âncora, o Museu Histórico Nacional foi visitado em 1958 por 20 mil pessoas.

## INSTITUIÇÕES CULTURAIS

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS — A instituição literária mais respeitável do país, estruturada nos moldes da Academia Francesa, foi fundada por um grupo de intelectuais de renome na sala de redação da "Revista Brasileira", no Rio, a 15 de dezembro de 1896, tendo-se instalado solenemente a 20 de julho do ano seguinte.

Os fundadores foram os seguintes, em ordem alfabética: Afonso Celso, Alberto de Oliveira, Alcino Guanabara, Aluisio Azevedo, Araripe Júnior, Artur Azevedo, Carlos de Laet, Clóvis Bevilacqua, Coelho Neto, Domicio da Gama, Eduardo Prado, Filinto de Almeida, Franklin Dória, Garcia Redondo, Graça Aranha, Guimarães Passos, Inglês de Souza, Joaquim Nabuco, José do Patrocínio, José Veríssimo, Lúcio de Mendonça, Luiz Murat, Luís Guimarães Júnior, Machado de Assis, Magalhães de Azeredo, Medeiros e Albuquerque, Olavo Bilac, Oliveira Lima, Pedro Rabelo, Pereira da Silva, Raimundo Correa, Rodrigo Octavio, Rui Barbosa, Salvador de Mendonça, Silva Ramos, Sylvio Romero, Teixeira de Melo, Urbano Duarte, Valetim Magalhães e Visconde de Taunay.

O quadro dos patronos, constituído por livre escolha dos acadêmicos, ficou assim organizado: 1. Adelino Fontoura; 2. Álvares de Azevedo; 3. Artur de Oliveira; 4. Bazílio da Gama; 5. Bernardo Guimarães; 6. Casimiro de Abreu; 7. Castro Alves; 8. Cláudio Manuel da Costa; 9. Domingos de Magalhães; 10. Evaristo da Veiga; 11. Fagundes Varela; 12. França Júnior; 13. Francisco Otaviano; 14. Franklin Távora; 15. Gonçalves Dias; 16. Gregório de Matos; 17. Hipólito da Costa; 18. João Francisco Lisboa; 19. Joaquim Caetano; 20. Joaquim Manoel de Macedo; 21. Joaquim Serra; 22. José Bonifácio, o Moço; 23. José de Alencar; 24. Júlio Ribeiro; 25. Junqueira Freire; 26. Laurindo Rabelo; 27. Maciel Monteiro; 28. Manuel Antônio de Almeida; 29. Martins Pena; 30. Pardal Mallet; 31. Pedro Luís; 32. Araújo Pôrto Alegre; 33. Raul Pompéia; 34. Sousa Caldas; 35. Tavares Bastos; 36. Teófilo Dias; 37. Tomás Antônio Gonzaga; 38. Tobias Barreto; 39. Varnhagen; 40. Visconde do Rio Branco.

A Academia tem ainda um quadro de membros correspondentes, composto de intelectuais estrangeiros num total de 20, com os seguintes patronos: 1. Alexandre de Gusmão; 2. Antônio José da Silva; 3. Botelho de Oliveira; 4. Eusébio de matos; 5. D. Francisco de Sousa; 6. Matias Aires; 7. Nuno Marques Pereira; 8. Rocha Pita; 9. Santa Rita Durão; 10. Vicente do Salvador; 11. Alexandre Rodrigues Ferreira; 12. Antônio de Morais Silva; 13. Domingos Borges de Barros; 14. Francisco de Mant'Alverne; 15. Gonçalves Ledo; 16. José Bonifácio; 17. Odorico Mendes; 18. Silva Alvarenga; 19. Sotero dos Reis; 20. Visconde de Cairu. Os primeiros membros eleitos foram Emile Zola, Guerra Junqueiro, Teófilo Braga, Eça de Queiroz, Eugênio de Castro, José Echegaray, Herbert Spencer, Bartolomeu

A Academia Brasileira de Letras foi fundada em 1896 por um grupo de intelectuais de renome na sala de redação da "Revista Brasileira". Sua atual sede, vista na foto acima é uma cópia do "Petit-Trianon" e foi construida na época do Centenário da Independência do Brasil pelo govêrno francês que posteriormente a doou ao Brasil.

Mitre, Mommsen, Tolstoi, Paul Groussac, Garcia Merou, Guilherme Blest Gana, Henrique Ibsen, John Fiske, John Hay, Gabriel d'Annunzio, e H. Sienkiewicz.

O primeiro presidente da Academia foi Machado de Assis.

Foi adotado o dístico "Litterarum vincitur pace" (Vence-se pela paz das letras). Nas publicações, contudo, é usado o verso famoso de Machado de Assis: "Esta é a glória que fica, eleva, honra e consola".

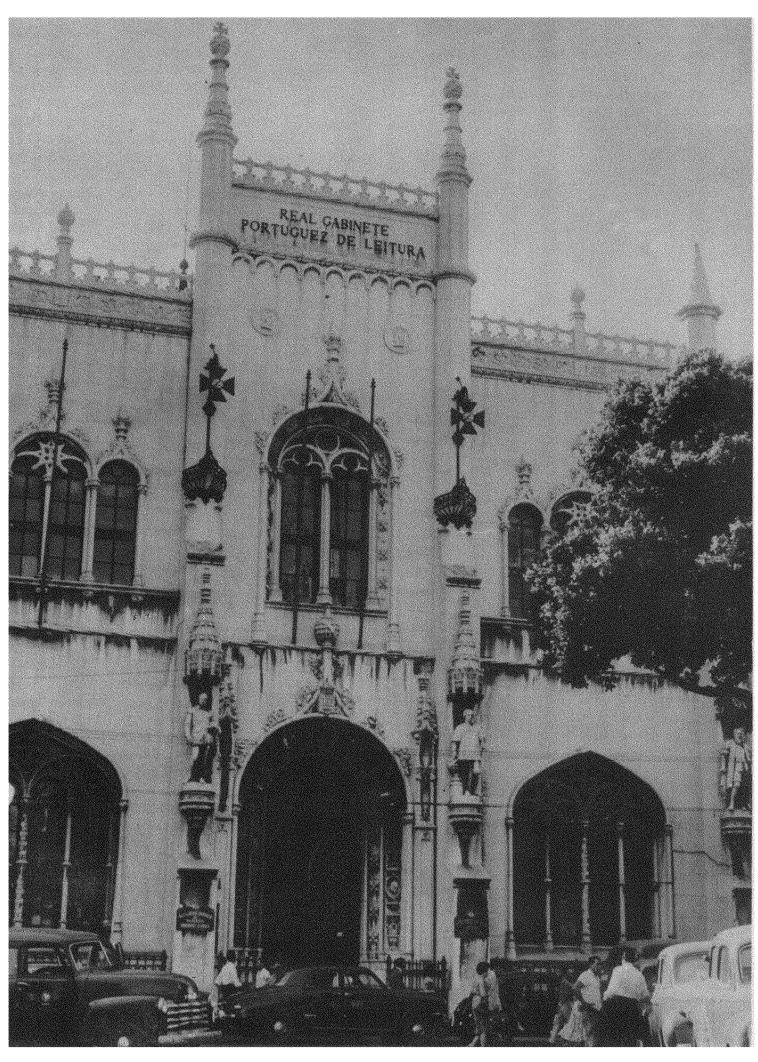
Além de lançar uma série de publicações, realizar reuniões culturais, concursos literários e cursos de conferências, a Academia tem levado a efeito trabalhos de vulto no interêsse da cultura e na defesa da unidade da língua.

O quadro atual de acadêmicos está assim composto: Srs. Adelmar Tavares, Afonso Arinos, Afonso Pena Junior, Alceu Amoroso Lima, Aloysio de Castro Alvaro Lins, Álvaro Moreyra, Antônio Austregésilo, Assis Chateaubriand, Carlos Magalhães de Azevedo, Cassiano Ricardo, Clementino Fraga, Elmano Cardim, Guilherme de Almeida, Hélio Lobo, Ivan Lins, João Neves da Fontoura, José Carlos de Macedo Soares, Levi Carneiro, Luis Edmundo, Luis Viana Filho, Manuel Bandeira, Mauricio de Medeiros, Menotti del Picchia, Osvaldo Orico, Otávio Mangabeira, Pedro Calmon, Peregrino Júnior, Ribeiro Couto, Rodrigo Otavio Filho, Viana Moog e Viriato Correa.

São os seguintes os sócios correspondentes, no momento: Serafim Leite, S.J., Reinaldo Santos, Rebelo Gonçalves, Antonio Correia de Oliveira, Augusto de Castro, Júlio Dantas, Fidelino de Figueiredo, João de Barros e Caeiro da Mata (Portugal); Eduardo Barrios (Chile); Enrique Larreta e Ramón Cárcamo (Argentina); Georges Duhamel, Jacques Maritain e André Maurois (França); Ramón Menendez Pidal e Gregório Marañon (Espanha); Martin Brussot (Áustria) e Dardo Regules (Uruguai).

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO — O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro foi fundado em 21 de outubro de 1838, sendo sua primeira diretoria composta do Visconde de São Leopoldo, presidente; Cônego Januário Barbosa, 1.º Secretário, e Dr. Silva Maia, 2.º Secretário.

A finalidade do Instituto é o estudo e a investigação histórica da geografia, da etnografia e da arqueologia, especialmente relacionadas com o Brasil. Publica, desde 1839, uma Revista trimestral.

O quadro de sócios é composto de 5 grandes beneméritos, 15 beneméritos, 50 honorários, 40 efetivos e 40 correspondentes. A Diretoria é composta de um presidente, três vice-presidentes, dois secretários, um tesoureiro e um orador.

Prédio do Real Gabinete Português de Leitura, situado à rua Luiz de Camões, instituição portuguêsa que mantém uma magnífica biblioteca franqueada ao público. Trata-se de uma bela construção em estilo manoelino.

Existem sete comissões, a saber: Fundos e Orçamento, Estatutos, História, Geografia, Etnografia e Arqueologia, Bibliografia e de Admissão de Sócios.

O Instituto distribui dois prêmios: o "Prêmio Pedro II", destinado à melhor monografia sôbre as especialidades do Instituto, com medalha de ouro, e "Prêmio Conselheiro Olegário", medalha de prata, destinado à melhor memória lida em sessão, num prazo de cinco anos, pelo menos.

O atual quadro de sócios é o seguinte:

Presidentes Honorários: Dr. Wenceslau Braz Pereira Gomes, Marechal Eurico Gaspar Dutra, General-de-Brigada Francisco Higino Craveiro Lopes e Dr. Juscelino Kubitschek de Oliveira.

Sócios Grandes Beneméritos: Embaixador José Carlos de Macedo Soares, Ministro Alfredo Valladão, Engenheiro Virgílio Corrêa Filho e Dr. Pedro Calmon Muniz de Bittencourt.

Sócios Beneméritos: Vice-Almirante Carlos da Silveira Carneiro, D. Ricardo Levene, Dr. José Wanderley de Araújo Pinho, Dr. Cláudio Ganns, Dr. Henrique Carneiro Leão Teixeira Filho, Dr. Eugênio Vilhena de Moraes, Dr. Rodrigo Otávio de Langgaard Menezes Filho, Desembargador Fernando Luís Vieira Ferreira, Ministro Hélio Lobo, General-de-Exército Estevão Leitão de Carvalho, Dr. Gustavo Barroso, Ministro Ruben Rosa, Dr. Alexandre Barbosa Lima Sobrinho, Dr. Arthur Cesar Ferreira Reis e Coronel João Baptista Magalhães.

Sócios Efetivos: Contra-Almirante Thiers Fleming, Tenente-coronel Antônio Leôncio Pereira Ferraz, Dr. Levi Fernandes Carneiro, Almirante Lucas Alexandre Boiteux, Dr. Luís Felipe Vieira Souto, Ministro Dr. Otávio Tarquínio de Souza, Dr. Herbert Canabarro Reichardt, Dr. Edmundo da Luz Pinto, Dr. Cristóvam Leite de Castro, Doutor Rodrigo Melo Franco de Andrade, General Pedro de Alcântara Cavalcanti de Albuquerque, Francisco Marques dos Santos, Professor Hélio Vianna, D. Américo Jacobina Lacombe, Prof. Haroldo Teixeira Valladão, Dr. José Honório Rodrigues, Prof. Adolfo Morales de los Rios Filho, Prof. Afonso Arinos de Melo Franco, Prof. Afonso Penna Júnior, Prof. Francisco Mozart do Rêgo Monteiro, Dr. Manuel Xavier de Vasconcellos Pedrosa, Prof. Edgardo de Castro Rebelo, Dr. José Antônio Soares de Sousa, Dr. Mucio Leão, Dr. Roberto da Mota Macedo, Dr. Ivolino de Vasconcelos, Rev. Clemente Maria da Silva Nigra (O.S.B.), General Francisco Jaguaribe Gomes de Mattos, Dr. Marcos Carneiro de Mendonça, Dr. José Augusto Bezerra de Medeiros, Dr. Guilherme Auler, Prof. Indefonso Mascarenhas da Silva, Dr. Manuel Diegues Junior, Prof. Daniel de Carvalho, Ministro Aluizio Napoleão de Freitas Rego, Embaixador Hildebrando Accioly, Dr. Pedro Paulo Moniz Barreto de Aragão, Professor Fabio de Macedo Soares Guimarães, Dr. Clado Ribeiro de Lessa e Dr. Mario Ferreira França.

Sócios Correspondentes: Prof. José Feliciano de Oliveira, Dr. Fidelino de Figueiredo, Dr. Mário Carneiro do Rêgo Melo, Ministro Silvio Rangel de Castro, Embaixador Carlos Magalhães de Azeredo, Dr. Djalma Forjaz, Dr. Luís Enrique Azarola Gil, Embaixador Argeu de Segadas Machado Guimarães, Dr. Luís da Câmara Cascudo, Dr. Vicente de Paula Vicente de Azevedo, Embaixador Joaquim de Souza Leão Filho, Prof. Antônio Augusto Mendes Corrêa, Almirante Carlos Viegas Gago Coutinho, Dr. Enrique de Gandia, Desembargador José de Mesquita, Dom Henrique Pereira Leite de Cernache (Conde de Campo Belo), Doutor Luís Norton de Matos, Padre Serafim Leite, S.J., Professor Ernesto de Sousa Campos, Dr. Aureliano Leite, Doutor Fernando de Almeida Prado, Prof. Luís Vianna Lima, Professor Walter Spalding, Dr. Osvaldo R. Cabril, Prof. José Pedro Leite Cordeiro, Prof. José Carlos de Ataliba Nogueira, Dr. Renato da Costa e Almeida, Ministro Renato de Mendonça, Ministro Orlando Guerreiro de Castro, Doutor Ariosto Gonzalez, Prof. Damião Peres, Ministro Sérgio Corrêa da Costa, Dr. Ernesto Cruz, Dr. Justo Pastor Benitez, Professor Manuel Rodrigues Lapa, Embaixador Alvaro Teixeira Soares, Dr. Silvio Zavala, Professor R. Antonio Ramos e Professor D. Manuel Balesteros Gaibrois.

Sócios Honorários: Embaixador José Manuel Cardoso de Oliveira, Dr. Norival Soares de Freitas, Prof. Carlos Delgado de Carvalho, Dom Pedro Dulanto, Padre Paul Coulet, S.J., Ministro Hubert Knipping, Cardeal Dom Manuel Gonçalves Cerejeira, Dr. Luís Pasteur Vallery Radot, Dr. Elmano Cardim, Embaixador Martinho Nobre de Mello, Prof. Clarence Henry Haring, Dr. Julio Dantas, Professor Nels Andrew Nelson Claven, Professor Ernesto Leme, Dr. Waldo Gifford Leland, Embaixador Dr. Osvaldo Aranha, Dr. Manuel Augusto Pirajá da Silva, Dr. Felix Guisard, Reverendo Joseph F. Thorning, Dom Pedro de Orléans e Bragança, Almirante Alvaro Alberto da Mota e Silva, Desembargador Julião Rangel de Macedo Soares, Cardeal D. Jaime de Barros Câmara, Embaixador Heitor Lira, Almirante Jorge Dodsworth Martins, Dr. Afonso Bandeira de Melo, Professor Adroaldo Mesquita da Costa, Professor Agnello Bittencourt, Almirante Luís de Oliveira Belo, Professor Aloysio de Carvalho Filho, Dr. Edgard Batista Pereira, Ministro Anibal Freire, Prof. Heraclides César de Sousa Araújo, Prof. Jaime Cortesão, Desembargador Florêncio de Abreu, Prof. Antônio Sampaio Doria, Dr. Alberto Iria, Dr. Antônio de Araújo de Aragão Blucão, Dr. Gilberto Freyre, Ministro Antonio Carlos Lafayete de Andrada, Dr. Miguel Costa Filho, Dr. Dante Laytano, Almirante Juvenal Greenhalgh Ferreira Lima, Desembargador José Moreira Brandão Castelo Branco, Major-Brigadeiro Henrique Fleiuss, Ministro Orozimbo Nonato da Silva, Dr. Edmundo Ferrão Moniz de Aragão, Dr. Severino Jordão Emerenciano e Almirante Washington Perry de Almeida.

Em 1958 o Instituto registrou 26 877 consultas a documentos, 26 548 obras diversas e 13 506 a revistas. O movimento de visitantes ao museu foi de 417 pessoas.

INSTITUTO NACIONAL DE CINEMA EDUCATIVO — Fundado em 1936, obteve organização definitiva e legal em 1946, ficando subordinado ao Ministério da Educação e Cultura. Deve seu desenvolvimento, sobretudo, ao dinamismo de Roquette Pinto, que o dirigiu até 1947, quando foi substituído pelo professor Pedro Gouvêa Filho, seu antigo assistente e atual Diretor.

Os filmes produzidos pelo INCE são de três gêneros: os de ensino, de caráter puramente didático; os de educação popular, que abrangem documentários sôbre os mais variados aspectos da vida brasileira; e os de documentação

científica, de caráter mais específico, que visam à difusão de conquistas científicas e técnicas.

A fim de suprir as necessidades das escolas, o INCE está produzindo grande número de *diafilmes,* versando sôbre a história do Brasil, estudos no campo da geografia, antropologia, etc., preparados por autoridades na matéria. O *diafilme* é um processo de projeção fixa, de manejo fácil e de custo barato. São fotografias sôbre películas de 35 mm, em imagens que podem ser projetadas em pequenas telas e até nas paredes brancas, enquanto o professor disserta sôbre o tema.

As atividades da instituição dividem-se em três setores: produção, distribuição e exibição. Diversas medidas têm sido tomadas com o fim de facilitar a distribuição e projeção dos filmes produzidos por êsse órgão.

Desde sua fundação, o INCE produziu 414 filmes, adquiriu 509 e adaptou 59. Em sua maioria foram filmes de 16 mm (284), silenciosos (311) ou sonoros (59); o restante, de 35 mm (dados até 1958). Por outro lado, produziu, até 1958, 109 diafilmes, destacando-se a série "História do Brasil", que já conta com três obras: "Descobrimento do Brasil" (1 500 cópias), "O Indígena Brasileiro" (duas partes — 1 200 cópias) e "O Negro Brasileiro" (300 cópias).

Até julho de 1958, 1 350 escolas e instituições culturais estavam inscritas no INCE e dispunham de projetores cinematográficos; 1 448 entidades da mesma natureza tinham projetores fixos para diafilmes.

Os filmes produzidos pelo INCE já participaram de vários certames internacionais em diversos países, tendo muitos dêles recebido as melhores citações.

ACADEMIA NACIONAL DE MEDICINA — Sob o título de Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro, foi fundada, em 30 de junho de 1828, uma instituição para estudar e discutir os assuntos concernentes aos fins médicos.

Por decreto da Regência Imperial, de 8 de maio de 1835, foi adotada pelo Govêrno com instituto oficial, com o nome de Academia Imperial de Medicina. Posteriormente à proclamação da República, em 1889, foi mudado o seu nome para o atual.

INSTITUTO NACIONAL DO LIVRO — Pelo Decreto-lei n.º 93, de 21 de dezembro de 1937, o antigo Instituto Cairu foi transformado no Instituto Nacional do Livro, competindo-lhe organizar e publicar a "Enciclopédia Brasileira" e o "Dicionário da Língua Nacional", editar obras raras ou preciosas, de interêsse para a cultura nacional. Deve promover, ainda, medidas para incrementar, melhorar e baratear a edição de livros no País, facilitando a importação do livro estrangeiro. Compete-lhe, também, incentivar a organização e auxiliar na manutenção de bibliotecas em todo o território nacional.

INSTITUTO BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA — O Instituto foi fundado em 13 de junho de 1946, pelo Decreto-lei n.º 9 355, tendo por objetivo associar aos trabalhos da UNESCO e à realização de seus objetivos os principais grupos nacionais que se interessam pelos problemas de educação da pesquisa científica e da cultura no sentido de colaborar no incremento do conhecimento mútuo dos povos por todos os órgãos de informação, recomendando acôrdos internacionais necessários para promover a livre circulação de idéias pela palavra e pela imagem. Deverá, ainda, imprimir impulso à educação popular e à expansão da cultura, colaborando com a Organização das Nações Unidas no desenvolvimento das atividades educacionais.

O IBEC tem sede no Ministério das Relações Exteriores, sendo composto de 20 delegados do Govêrno Federal, dois funcionários do Ministério das Relações Exteriores e de representantes dos grupos nacionais interessados. Para ser membro do Instituto, é necessária a nacionalidade brasileira, autoria de obra cultural meritória e residência no Rio.

A administração do Instituto cabe a uma diretoria e um Conselho Deliberativo, sendo Presidente de Honra o Ministro das Relações Exteriores.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL — O IBAM foi criado em outubro de 1952, por ocasião do II Congresso Nacional de Municípios, realizado em São Vicente. Os objetivos do Instituto são o estudo da organização administrativa e o funcionamento dos serviços públicos municipais, promovendo a divulgação de idéias e práticas que possam contribuir para o desenvolvimento da administração municipal, prestando assistência aos Prefeitos e Câmaras Municipais. Mantém, ainda, cursos de administração municipal, visando à formação de profissionais especializados.

O Instituto é administrado por um Conselho de sete membros, eleitos pela Assembléia Geral da entidade. Êsse Conselho nomeia um Diretor-Executivo.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE GEOGRAFIA — A Sociedade Brasileira de Geografia, instituição de utilidade pública, assim reconhecida pelo Decreto do Govêrno Federal, de 27 de dezembro de 1917, foi fundada em 25 de fevereiro de 1883 com o nome de Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, tendo passado a ser conhecida pela sua atual denominação em face das reformas introduzidas pelos Estatutos aprovados em 26 de dezembro de 1945.

A instituição, que tem por finalidade estatutária deligenciar para "O progresso da Geografia, especialmente no âmbito do Brasil e o congraçamento das pessoas de boa vontade, interessadas no estudo da Geografia", e sediada na Praça da República, n.º 58, na cidade do Rio de Janeiro, Distrito Federal.

É a Sociedade Brasileira de Geografia promotora da série de Congressos Brasileiros de Geografia, iniciada em 1909, com a realização do I Congresso Brasileiro de Geografia, levado a efeito na Capital do País, sob a presidência do Marquês de Paranaguá. Seguiram-se a realização de mais 10 (dez) certames dessa natureza em diferentes metrópoles do Brasil, sendo que o XI foi efetuado na cidade de Pôrto Alegre, sob a presidência do Desembargador Florêncio de Abreu. Vêm contando uns Congressos com numerosas adesões de geógrafos, professôres e profissionais de Geografia e das ciências afins, aos quais comparecem representações de entidades congressistas do País e do es-

trangeiro. Os respectivos Anais dêsses certames bem evidenciam a importância e a quantidade das teses e informações científicas apresentadas e debatidas nos mesmos.

Edita a Sociedade uma Revista e um Boletim e possui Biblioteca e Mapoteca franqueadas ao público.

Dentre as suas iniciativas Culturais, conta-se a *Geografia do Brasil* publicada por ocasião do transcurso do I Centenário da Independência cujos 4 volumes iniciais foram distribuídos em 1922.

É também conhecida a instituição referida pelo nome de "Casa de Paranaguá", por ter sido o Marquês de Paranaguá, um dos seus principais fundadores e seu primeiro presidente (15-IV-1883 a 9-II-1912, data em que faleceu). Preside atualmente os destinos da Sociedade Brasileira de Geografia, o General Francisco Jaguaribe Gomes de Mattos.

A Sociedade Brasileira de Geografia é integrada ao sistema Estatístico Geográfico Nacional, por Resolução da Assembléia Geral do Conselho Nacional de Geografia.

## INSTITUIÇÕES DE PESQUISAS

CONSELHO NACIONAL DE PESQUISAS — O Conselho Nacional de Pesquisas (C.N.Pq.) foi criado pela Lei Federal n.º 1 310, de 15 de janeiro de 1951, com a finalidade de promover e estimular o desenvolvimento da investigação científica e tecnológica em qualquer domínio de conhecimento.

A organização do C.N.Pq. regulamentada pelo Decreto Federal n.º 29 433, de 4 de abril de 1951, prevê a existência de um Conselho Deliberativo, constituído da seguinte maneira: dois membros de livre escolha do Presidente da República, exercendo, respectivamente, as funções de Presidente e Vice-Presidente do Conselho; cinco membros escolhidos pelo Govêrno como representantes, respectivamente, dos Ministérios da Agricultura, da Educação e Cultura, da Saúde, das Relações Exteriores e do Trabalho, Indústria e Comércio, e do Estado-Maior das Fôrças Armadas; e nove, no mínimo, a dezoito, no máximo, representando um dêles a Academia Brasileira de Ciências, dois outros, respectivamente, a Confederação Nacional da Indústria e o DASP, devendo os demais ser escolhidos dentre homens de ciência, professôres, pesquisadores ou profissionais técnicos pertencentes a Universidades; escolas superiores, instituições científicas, tecnológicas e de alta cultura, civis ou militares, e que se recomendam pelo notório saber, reconhecida idoneidade moral e devotamento aos interêsses do País.

A estrutura administrativa do C.N.Pq., além do Conselho Deliberativo, inclui como órgãos centrais a Divisão Técnico-Científica e a Divisão Administrativa. A Divisão Técnico-Científica tem a seu cargo a elaboração dos planos gerais de trabalho e pesquisa relacionados com os objetivos do Conselho. As atribuições da D.T.C. são desempenhadas por intermédio do Setor Técnico e dos Setores de Pesquisas Especializadas. Subordinados ao Conselho Nacional de Pesquisas, existem os seguintes órgãos especializados: o Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (I.B.B.D.), o Instituto de Matemática Pura e Aplicada (I.M.P.A.) e o Instituto de Pesquisas Rodoviárias (I.P.R.), com sede no DF; o Instituto de Energia Atômica (I.E.A.), criado por convênio com a Universidade de São Paulo e o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (I.N.P.A.), com sede em Manaus, AM.

Dentre as pesquisas empreendidas pelo C.N.Pq., devem-se ressaltar as relacionadas com o aproveitamento da energia nuclear em nosso País, havendo adquirido, para êsse fim, um reator atômico, já instalado e em funcionamento em São Paulo. Preocupa-se, também, o C.N.Pq., com o fomento da prospecção dos minerais atômicos e o contrôle sôbre a produção das jazidas em exploração, ao tempo em que desenvolve atividades visando à formação e ao aperfeiçoamento de pesquisadores (concessão de auxílios e bôlsas, no País e no estrangeiro), ao melhor intercâmbio de conhecimentos científicos com instituições estrangeiras e internacionais, à coordenação e divulgação de resultados de pesquisas especiais, ao estabelecimento de bibliotecas e centros de documentação científica e tecnológica, à instalação de laboratórios para investigação científica, bem como a outros objetivos de caráter geral em benefício da pesquisa.

Ocupa, no momento, a presidência do C.N.Pq., o Professor João Cristóvão Cardoso.

INSTITUTO OSWALDO CRUZ — Em fins de 1899, por ocasião do surto de peste bubônica em Santos, foi criado no Rio de Janeiro o Instituto de Seroterapia, que se tornaria mais tarde a Escola de Manguinhos.

O local escolhido para a instalação do Instituto de Seroterapia foi a velha fazenda de Manguinhos.

O cirurgião brasileiro, o barão de Pedro Affonso, que organizou o Instituto, dirigiu-o até 1902, quando passou o cargo de diretor a Oswaldo Cruz. O Instituto de Manguinhos, recentemente fundado, foi então anexado ao Instituto de Seroterapia.

O Instituto de Manguinhos é fruto dos esforços de Oswaldo Cruz. Graças às pesquisas e às descobertas dêsse sábio, goza hoje o Instituto de renome universal. Em 1908, Manguinhos tornou-se autônomo e recebeu o nome de Instituto Oswaldo Cruz.

Em 1909 foi construído o edifício principal do Instituto, construção suntuosa com decoração de estilo árabe.

Atualmente o Instituto Oswaldo Cruz é constituído de 2 hospitais, 22 divisões de pesquisas e 60 laboratórios. Entre as divisões de pesquisas mais importantes incluem-se a de bacteriologia, a de fisiologia, a de leprologia, a de zoologia medicinal, a de patologia, a de química, a de febre amarela, a de preparação de vacinas contra a varíola, a de plantas medicinais, a da peste, que consome várias centenas de ratos diàriamente, a de hematologia experimental, etc.

INSTITUTO PASTEUR — Com a descoberta, em 1885, da profilaxia da raiva por Louis Pasteur, convergiram para a França estudiosos do assunto, à procura da nova técnica que permitia controlar uma doença sabidamente incurável.

Por decreto do Imperador Pedro II, foi enviado à Europa o Dr. Augusto Ferreira dos Santos, que iniciou estudos num laboratório da Rua d'Ulm, em Paris. Regressando em 1887, o Dr. Ferreira dos Santos estudou e projetou a instalação de uma instituição que atendesse aos casos



8 — 24 938

de raiva que se verificavam, com freqüência, no Rio de Janeiro.

Em 25 de fevereiro de 1888, foi fundado o Instituto Pasteur, com a presença do Barão de Cotegipe, do presidente da Câmara Municipal e outras autoridades.

O primeiro prédio em que funcionou o Instituto foi na Rua de Laranjeiras, 62, com as adaptações feitas pela Santa Casa da Misericórdia, proprietária do imóvel. O primeiro diretor da nova instituição foi o seu fundador, Professor Augusto Ferreira dos Santos. Inúmeras foram as dificuldades iniciais, como a necessidade da importação de cobaias da Argentina, ao preço de dois mil e quinhentos réis cada uma. Posteriormente, êsses animais passaram a ser criados no Asilo de Santa Maria, em Botafogo.

O primeiro caso de raiva atendido pelo Instituto foi o da menina Isolina Rores, que foi inoculada a 9 de fevereiro, data anterior à própria inauguração oficial da instituição.

Hoje, o Instituto Pasteur atende a cêrca de 14 000 pessoas anualmente, em sua maioria atacada por cães. A excelência da vacina preparada pelos laboratórios já foi canfirmada pelos mais afamados centros científicos internacionais, como o Commitee on Rabics, de Washington. Recebeu, igualmente, expressivos elogios do Prof. Karl Habel, famoso cientista norte-americano.

O Instituto Pasteur conta com sete médicos e dois atendentes, seis enfermeiros e 25 auxiliares. Acha-se localizado na Rua Juan Pablo Duarte, 11, sendo mantido pelo govêrno municipal desde 1934. Em 1958 foram tratadas 4 740 pessoas, com um comparecimento de 11 266 para exames ou consultas.

## IMPRENSA

HISTÓRICO — Até a chegada de D. João VI ao Brasil, nem o Rio nem qualquer outra cidade da Colônia possuíam imprensa própria. Nada favorecera a instalação de tipografias, e em épocas anteriores, verificando-se mesmo uma severa repressão. O primeiro jornal brasileiro, o "Correio Brasiliense", de Hipólito José da Costa, era impresso em Londres; circulou de 1808 a 1822.

Trouxera D. João VI prelos inteiramente novos, que um feliz acaso havia feito chegar a Portugal na ocasião em que a Família Real se aprestava para fugir à invasão napoleônica e que foram reembarcados para o Brasil como tinham vindo da Inglaterra. Em 1808, era fundada a Impressão Régia e nesse mesmo ano entrou a circular o primeiro jornal impresso no País, a "Gazeta do Rio de Janeiro".

Até 1822, o desenvolvimento do periodismo carioca se ressentiu das pesadas restrições impostas pela censura prévia e das dificuldades inerentes ao regime colonial. Todavia, algumas dezenas de órgãos surgiram nesse interregno, tendo sido o mais duradouro o "Diário do Rio de Janeiro" (1821-1878), no qual Machado de Assis encetou sua longa atividade jornalística. Merecem lembrados "O Patriota" (1813) e a famosa "A Malagueta", de Luís Augusto May.

Nos anos que se seguiram à proclamação de nossa autonomia política, o número de jornais, revistas, periódicos ou folhetos de curta existência (alguns não passariam do n.º 1) se eleva a um ou dois milheiros. As bibliografias registram títulos os mais variados, jocosos, combativos, enigmáticos, até mesmo ridículos. A sátira e a caricatura vão ganhando terreno, nascem as primeiras revistas ilustradas, repontam grandes nomes do jornalismo nacional, a literatura alimenta numerosas publicações.

São dêsse período o "Jornal do Comércio", fundado por Pierre Plancher, em 1827, e o mais antigo órgão da imprensa metropolitana; "Aurora Fluminense", de Evaristo da Veiga; "O Sete de Abril"; "O Brasil", de Justiniano José da Rocha; "Niterói" (impressa em Paris), que congregava Magalhães e Pôrto-Alegre, deflagradores do movimento romântico no Brasil; "Astréia", "Mineira Brasiliense", "Guanabara", "A Atualidade"; "O Mequetrefe" e "O Mosquito", ambos de caricaturas; "A República"; "A Semana Ilustrada", que teve enorme popularidade em sua época (1860-1876). No "Correio Mercantil" (de 1848) apareceu pela primeira vez, em folhetim, o romance de Manuel Antônio de Almeida, *Memórias de um Sargento de Milícias.*

No último quartel do século, a causa da Abolição e o movimento republicano deram origem a novos jornais e periódicos, alguns dêles existentes até hoje. Foi uma fase de intensa atividade política e literária. Dos órgãos desaparecidos merecem referência especial "O País", fechado em 1930, e que desfrutou de imenso prestígio nacional, "A Imprensa", o "Diário de Notícias", onde escrevia Rui Barbosa, "A Cidade do Rio", de José do Patrocínio, "Novidades", de Alcindo Guanabara, "A Semana", periódico literário onde pontificavam os parnasianos. A "Gazeta de Notícias", de Ferreira de Araújo, fundada em 1875, teve nesse fim de centúria os seus dias de maior esplendor.

Na derradeira década apareceriam o "Jornal do Brasil" e "A Notícia". O "Correio da Manhã" é do início dêste século.

Seguir-se-iam, entre outros, "A Noite" (recentemente extinta, após uma fase de grande brilho), o "Diário da Noite", "O Jornal", "O Globo", "A Manhã" (que manteve vários suplementos de qualidade, como "Letras & Artes" e "Autores & Livros"), "Diário Carioca", "Diário de Notícias", "Tribuna da Imprensa", "Última Hora", "Jornal dos Sports", "Diário Trabalhista", "O Dia", "Luta Democrática", etc.

Circulam atualmente diversos hebdomadários e periódicos em língua estrangeira.

*Revistas* — Em janeiro de 1959, deixou de circular a mais antiga revista do Rio, que era a "Revista da Semana". Antes haviam desaparecido outras não menos populares, como "Fon-Fon", "O Malho", "Ilustração Brasileira", "Carioca", "Vamos Ler", "Cena Muda", "A Noite Ilustrada"; menção particular deve ser feita a "O Tico-Tico", cujo desaparecimento foi uma perda para a nossa literatura infantil; gerações de brasileiros se deliciaram com essa revista de leitura sadia.

Atualmente circulam, com grandes tiragens, "O Cruzeiro", "Manchete", "A Cigarra" e, ainda, "Vida Doméstica", "Careta". "O Mundo Ilustrado", "Rio Magazine" e outras.

Nos últimos 150 anos, têm sido lançadas centenas de revistas literárias, quase tôdas sob o signo da efemeridade. Além das já mencionadas, citem-se a "Revista do Brasil", que teve três fases distintas, "Kosmos", "Renascença", "Dom

Casmurro", etc. Continuam sendo publicados o "Jornal de Letras" (já com mais de dez anos) e "Leitura".

Há numerosas publicações tecnológicas, de publicidade, sociologia, economia, política, órgãos de instituições e autarquias, boletins de vária ordem e órgãos de associações religiosas.

*Jornalistas do passado* — Pode-se dizer que os maiores jornalistas do País deixaram seu nome na imprensa carioca. Comentaristas, redatores, políticos, panfletários, articulistas (às vêzes, anônimos), cronistas, críticos, a lista de grandes valores poderia prolongar-se quase interminàvelmente, desde Hipólito e Evaristo até Alcindo Guanabara e Costa Rêgo. Além de escritores como Machado de Assis, Coelho Neto, Artur de Azevedo, Humberto de Campos, Antônio Tôrres, José de Alencar, Olavo Bilac, Lima Barreto, Sílvio Romero, José Veríssimo, Valentim Magalhães, Raul Pompéia e outros, podem ser citados: Rui Barbosa, José do Patrocínio, Medeiros e Albuquerque, João do Rio, Figueiredo Pimentel, Joaquim Serra, Irineu Marinho, Quintino Bocaiuva, Félix Pacheco e muitíssimos mais.

*Desenhistas e caricaturistas* — Grandes talentos do lápis e da pena enriqueceram e continuam enriquecendo as páginas da imprensa carioca e brasileira. Sem preocupação de ordem e com as inevitáveis lacunas, podem ser lembrados: Raul, Ângelo Agostini, J. Carlos, Calixto, Yantok, Belmonte, Henrique Fleiuss, Julião Machado, Alfredo Storni, Artur Lucas, Álvarus, Seth, Trinas Fox, Luís Peixoto, Theo, Luís Sá, Appe, Seelinger, Santa Rosa, Mendez, Amaro Amaral, Martiniano, Vão Gôgo, Péricles, Vasco Lima, Bordalo Pinheiro, Augusto Rodrigues, Nássara, Borjalo, Carlos Estêvão, Hilde, etc.

(Fontes principais: Gondin da Fonseca, *Biografia do Jornalismo Carioca,* Rio, 1941, e Licurgo Costa & Barros Vidal, *História e Evolução da Imprensa Brasileira,* Rio, 1940).

*Associação Brasileira de Imprensa* (ABI) — A Associação Brasileira de Imprensa, que hoje ocupa um dos mais belos e modernos edifícios da Esplanada, no Distrito Federal, foi fundada, a 7 de abril de 1908, por um grupo de profissionais congregados em tôrno de Gustavo de Lacerda. Chamou-se inicialmente Associação de Imprensa e tinha finalidades quase que exclusivamente beneficentes.

Vários nomes ilustres passaram pela presidência da entidade: depois de Gustavo Lacerda, Francisco Souto, Dunshee de Abranches, Belisário de Sousa, Raul Pederneiras, João Guedes de Melo, Dario de Mendonça, Barbosa Lima Sobrinho (duas vêzes), Gabriel Bernardes, M. Paulo

Vista parcial do Rio de Janeiro, aparecendo a área urbanizada do antigo morro do Castelo e o aeroporto construído sôbre aterros. Em primeiro plano, temos a arquitetura mais antiga representada pela Biblioteca Nacional, e o Museu de Belas Artes, situados à Avenida Rio Branco, contrastando com os traços modernos dos edifícios da Associação Brasileira de Imprensa e do Ministério de Educação e Cultura, êste último, famoso no mundo inteiro.

Filho, Alfredo Neves e, de 1931 até os nossos dias, o dinâmico Herbert Moses.

A luta pela sede própria foi de uma longa odisséia. Da sala emprestada pela Caixa Beneficente dos Empregados de "O País" ao magnífico edifício de treze pavimentos, teve a ABI de passar por várias dificuldades, instalada em acomodações precárias, havendo mesmo, em 1922, funcionado numa dependência do quartel da Polícia Militar.

As principais finalidades da ABI são a defesa, orientação, assistência e união dos jornalistas brasileiros, em tôdas as suas modalidades funcionais, e afirmação do prestígio da classe. Visa primordialmente a "interpretar o pensamento, as aspirações, os reclamos, a expressão cultural e cívica da imprensa brasileira; preservar a dignidade profissional dos jornalistas do Brasil; acautelar, por tôdas as formas a seu alcance, os interêsses da classe jornalística". Não tem feição política ou religiosa

A Associação Brasileira de Imprensa tem a seu favor as seguintes disposições governamentais: Considerada de utilidade pública federal pelo Decreto n.º 3 297, de 11 de junho de 1917; considerada de utilidade municipal pelo Decreto n.º 1 883, de 10 de dezembro de 1917; órgão técnico e consultivo do Estado, pelo Decreto n.º 6 517, de 11 de novembro de 1940; reconhecida como instituição de educação e assistência social pela Lei n.º 487, de 20 de outubro de 1950.

## RADIODIFUSÃO

A radiodifusão foi implantada no Brasil em 1923, quando se fundou no Distrito Federal a Rádio Sociedade Rio de Janeiro, atualmente Rádio Ministério da Educação. Atualmente o Distrito Federal conta com 16 estações radioemissoras e 3 emissoras de televisão.

*Rádio* — Conforme dados do Serviço de Estatística da Educação e Cultura, referentes a 1956, foi o seguinte o número de horas de irradiação das radioemissoras, segundo o tempo empregado nas principais programações:

| PRINCIPAIS PROGRAMAÇÕES (1) | HORAS DE IRRADIAÇÃO |
|---|---|
| Cursos | 676 |
| Programas infanto-juvenis | 309 |
| Solenidades cívicas e religiosas | 647 |
| Programas femininos | 466 |
| Conferências e palestras | 471 |
| Comentários e transmissões esportivas | 3 327 |
| Propaganda política | 265 |
| Representações teatrais | 3 259 |
| Programas instrutivos ou de divulgação | 1 265 |
| Música de classe | 7 888 |
| Propaganda comercial | 6 813 |
| Outros assuntos | 43 235 |
| TOTAL | 68 621 |

(1) Número de emprêsas informantes: 13.

Segundo a mesma fonte, o número de pessoal empregado nas radioemissoras, em 1956, foi o seguinte:

| ESPECIFICAÇÃO PROFISSIONAL | PESSOAL EMPREGADO |
|---|---|
| Administradores e auxiliares | 823 |
| Redatores | 172 |
| Atores de radio-teatro | 166 |
| Cantores | 152 |
| Humoristas | 19 |
| Locutores e animadores | 161 |
| Músicos | 198 |
| Engenheiros | 7 |
| Operadores | 197 |
| Rádio-técnicos | 40 |
| Outros | 45 |
| TOTAL | 1 980 |

Conta o Distrito Federal com duas radioemissoras oficiais, uma mantida pela Prefeitura (Rádio Roquette Pinto) e outra pelo Govêrno Federal (Serviço de Radiodifusão Educativa). Ambas mantêm programações regulares e de caráter essencialmente cultural e educativo.

RÁDIO ROQUETTE PINTO — Criada pelo Decreto número 2 940, de 22 de novembro de 1928, a Rádio Escola Municipal foi instalada pelo interventor Pedro Ernesto, em janeiro de 1934, como parte integrante do Instituto de Pesquisas Educacionais, na Secção de Museus e Radiodifusão, chefiada então por Edgard Roquette Pinto.

A Rádio Escola Municipal foi inaugurada a 6 de janeiro de 1934. O estúdio funcionava no segundo andar do Teatro Municipal e a estação transmissora foi instalada no Instituto de Educação.

Inicialmente, a Rádio transmitia a Hora Infantil e Jornal dos Professôres. Comprovada sua eficiência, passou a denominar-se Serviço de Divulgação e, pela Resolução n.º 4, de 2 de abril de 1957, compõe-se hoje dos seguintes setores: atividades externas; cinema educativo; discoteca pública; informações; radiodifusão; documentação; rádio-escola; e televisão (a ser instalada).

Segundo palavras de Roquette Pinto, que definem bem as diretrizes da rádio da qual foi o primeiro diretor, seus programas devem lutar sempre "pela cultura dos que vivem em nossa terra, pelo progresso do Brasil".

SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA — O Serviço de Radiodifusão Educativa foi criado pelo Lei n.º 378, de 13 de janeiro de 1937, e seu regimento aprovado pelo Decreto n.º 11 491 estabelece: "O Serviço de Radiodifusão Educativa, órgão subordinado diretamente ao Ministério da Educação e Cultura, tem por finalidade orientar a radiodifusão como meio auxiliar de aducação e ensino, promover, permanentemente, a irradiação de programas científicos, literários e artísticos de caráter educativo, e informar e esclarecer quanto à política de educação do país".

TELEVISÃO — Com elementos colhidos nas programações diárias das 2 estações de televisão, existentes em 1958, verifica-se que as mesmas transmitem semanalmente 170 pro-

gramas, os quais perfazem 226 transmissões por semana e dispendem 141 horas.

Na tabela abaixo, elaborada ainda com elementos da mesma fonte, pode-se observar o movimento semanal das estações de televisão segundo as principais programações:

| PRINCIPAIS PROGRAMAÇÕES | NÚMERO DE PROGRAMAS IRRADIADOS DURANTE A SEMANA |
|---|---|
| Programas instrutivos | 5 |
| Programas culturais | 5 |
| Representações teatrais | 18 |
| Transmissões cinematográficas | 17 |
| Programas de auditório | 5 |
| Revistas musicais | 7 |
| Programas humorísticos | 8 |
| Música | 29 |
| Programas infantis | 21 |
| Programas femininos | 12 |
| Programas informativos | 24 |
| Comentários e transmissões esportivas | 12 |
| Reportagens | 7 |
| Entrevistas | 7 |
| Outros assuntos | 49 |
| TOTAL | 226 |

Assim, anualmente o número de transmissões sobe a 11 680, cobrindo o total de 7 300 horas, aproximadamente.

**MOVIMENTO EDITORIAL** — O Distrito Federal é, depois do Estado de São Paulo, o maior centro editorial e gráfico do País.

Em 1957, havia no Brasil 311 emprêsas editôras ou impressoras, das quais 41 no Distrito Federal e 81 em São Paulo.

Foram editados, nesse ano, 1 395 livros no Distrito Federal, com o total de 11 650 mil exemplares (São Paulo: 2 098 títulos, 28 140 mil exemplares; Brasil: 4 659 títulos, 47 280 mil exemplares).

Do total editado na Capital Federal, 961 eram primeiras edições (4 940 mil exemplares).

Segundo os assuntos, as edições feitas no Rio em 1957 se distribuíam da seguinte forma:

Geral — 58 títulos, 2 227 mil exemplares.

Filosofia — 21 títulos, 124 mil exemplares.

Religião — 106 títulos, 808 mil exemplares.

Ciências Sociais — 691 títulos, 5 933 mil exemplares.

Ciências Aplicadas — 76 títulos, 412 mil exemplares.

Literatura — 227 títulos, 897 mil exemplares.

Belas-artes, Recreação e Desportos — 40 títulos, 187 mil exemplares.

Geografia, História e Biografia — 154 títulos, 809 mil exemplares.

Filologia — 9 títulos, 211 mil exemplares.

Ciências Puras — 13 títulos, 42 mil exemplares.

Fachada do Teatro Municipal, nossa principal casa de espetáculos. Construída em 1909, assemelha-se pelo seu estilo, ao edifício da Ópera de Paris. Entre os artistas que o embelezaram podem ser citados Rodolfo Bernardelli, Eliseu Visconti e Rodolfo Amoedo.

## DIVERSÕES PÚBLICAS

CINEMAS E TEATROS — O Rio de Janeiro contava, em fins de 1958, com 152 cinemas, distribuídos entre as várias zonas em que se divide a cidade. A zona centro era servida por 20 casas, a sul por 22 e a norte por 43. O maior número de estabelecimentos de diversões no gênero, achava-se na chamada zona suburbana, somando 67 unidades.

No que se refere à freqüência, foi esta, em números absolutos, de 13 148 256 pessoas na zona centro, 15 168 250 na sul, 13 148 256 na norte e 11 930 129 na suburbana.

Cinco companhias dedicadas à produção cinematográfica produziram, nesse ano, 189 570 metros de filmes, dos quais 32 016 de longa metragem.

No mesmo ano, registrava-se no Rio de Janeiro o total de 20 teatros: 7 na zona centro, 9 na sul, 1 na norte e 3 na suburbana.

A maior freqüência verificou-se nos teatros do centro da cidade, ou seja, 451 980 pessoas, só à distância acompanhada pela dos teatros da zona sul, freqüentados por 139 526 espectadores. O único teatro da zona norte, localizado em Vila Isabel, realizou o movimento de 12 909 pessoas. Dos 3 estabelecimentos na zona suburbana dispõe-se apenas dos dados relativos à freqüência num só teatro, o de Madureira, que acusou o movimento de 14 814 pessoas.

Foi, resumidamente, de 619 228 pessoas o total dos que freqüentaram teatros no Rio de Janeiro, no ano em aprêço.

TEATRO MUNICIPAL — O Teatro Municipal, fundado em 1909, ainda hoje é considerado um dos melhores do mundo. Situado em frente à Praça Marechal Floriano (Cinelândia) e entre a Avenida Rio Branco e Rua Treze de Maio, a nossa principal casa de espetáculos foi construída na administração do prefeito Pereira Passos, sendo seu construtor o engenheiro Francisco de Oliveira Passos. Entre as obras de arte que o embelezam contam-se as esculturas de Rodolfo Bernardelli e as pinturas de Eliseu Visconti e Rodolfo Amoedo.

Por ocasião do espetáculo inaugural, foram apresentados vários números. Assim, o público que lotou literalmente suas dependência assistiu "Isônia", poema sinfônico, letra de Escragnolle Dória e música de Francisco Braga; "Bonança", peça em 1 ato, de Coelho Neto; "Moema", ópera de autoria de Delgado de Carvalho e "Noturno", da ópera "Condor", de Carlos Gomes. No dia seguinte, iniciou-se a temporada francesa de Rejane, que apresentou, na estréia, "Le Refuge" e "Lollote". De então para cá o palco do Teatro Municipal tem sido pisado pelas maiores personalidades internacionais no domínio artístico, tornando-se tradicionais as temporadas teatrais. Deve dizer-se que o Teatro Municipal não é apenas uma casa de teatro, "ballet" e de exibição de orquestras; é também a sede do mais famoso baile elegante na segunda-feira do Carnaval, já hoje um dos motivos de atração turística.

Desde 1912, acha-se instalado no subsolo do Teatro Municipal o Museu do Teatro do Rio de Janeiro. Franqueado ao público, o salão, mais conhecido por Salão Assírio, dada a sua decoração característica, exibe nos seus "stands" objetos históricos ligados principalmente à vida do Teatro Municipal.

Em 1958, a freqüência do Teatro Municipal (Conselho Nacional de Estatística, Serviço de Coleta do Distrito Federal) foi de 78 902 pessoas e a receita respectiva superior a 20 milhões de cruzeiros.

FUTEBOL — O esporte preferido do carioca é praticado por doze clubes profissionais e por centenas de outros, de amadores. Os clubes de profissionais são os seguintes: América Futebol Clube, Associação Atlética Portuguêsa, Bangu Atlético Clube, Bonsucesso Futebol Clube, Botafogo de Futebol e Regatas, Canto do Rio Futebol Clube, Clube de Regatas do Flamengo, Clube de Regatas Vasco da Gama, Fluminense Futebol Clube, Madureira Atlético Clube, Olaria Atlético Clube e São Cristóvão Futebol Clube.

Os principais jogos de campeonato ou amistosos são realizados no Estádio Municipal do Maracanã. Também mantêm campos de jogos os clubes de profissionais.

REMO — O Remo é um esporte ainda grandemente apreciado no Rio de Janeiro, atraindo grande número de assistentes às regatas. A Lagoa Rodrigo de Freitas é o local preferido, pela facilidade de acesso ao público e por possibilitar melhor exibição dos remadores.

Existem treze associações de remo, filiadas à Federação Metropolitana de Remo. Em 1958, foram realizadas 6 regatas, inclusive a do 60.º Campeonato do Rio de Janeiro. Participaram mais de 1 000 atletas, sendo a maior representação a do Clube de Regatas Vasco da Gama, com 238 amadores.

BASQUETE — As atividades oficiais do basquetebol carioca são controladas pela Federação Metropolitana de Basquetebol, à qual estão filiados 42 clubes, dos quais 18 na condição de efetivos, isto é, disputantes permanentes dos campeonatos.

A média de atletas em atividade é da ordem de 150 por clube (considerados sòmente os filiados efetivos), reunidos entre as diversas categorias.

Existem 42 quadras e ginásios. Possuem ginásio o Clube Municipal, o Fluminense F. C., o Grajaú e o Tijuca, estando em via de conclusão os do Botafogo de Futebol e Regatas e Clube Sírio e Libanês do Rio de Janeiro. O Clube de Regatas do Flamengo é o único filiado que dispõe de quadra coberta. Os demais têm quadra descoberta.

Apenas Botafogo e Flamengo disputam os campeonatos da Federação, masculinos e femininos.

A seleção feminina do Distrito Federal detém o título de bicampeã brasileira (anos de 1958/59).

ATLETISMO — O esporte base é praticado com pouca desenvoltura no Distrito Federal. Estão filiados à Federação Metropolitana de Atletismo apenas 5 clubes: Clube de Regatas Vasco da Gama, Fluminense Futebol Clube, Botafogo de Futebol e Regatas, Clube de Regatas do Flamengo e o Bangu Atlético Clube, que requereu sua inscrição no último ano. Dessas agremiações, apenas as duas primeiras dispõem de pistas de atletismo. Atualmente, a maioria das competições está sendo realizada no Estádio Atlético Célio

de Barros, componente do conjunto esportivo do Estádio Municipal do Maracanã, supervisionado pela Administração dos Estádios Municipais (ADEM).

Com base em dados fornecidos pela FMA, pode-se estimar em aproximadamente 500 o número de atletas em atividade. Do calendário oficial da FMA constam campeonatos de diversas categorias, além de competições extra-campeonato, sob seus auspícios. Em 1959, realizaram-se 4 campeonatos femininos (juvenil, de principiantes, novíssimos e o da Cidade) e 6 masculinos (de aspirantes, principiantes, novíssimos, júniors, da cidade e o de corridas de fundo).

No mesmo ano a cidade foi sede da 3.ª disputa do Troféu Gilberto Cardoso e da 7.ª do III Troféu Brasil. Foram levadas a efeito, ainda, 6 competições para "qualquer classe".

Os Jogos Infantis, promovidos anualmente por "Jornal dos Esportes" e supervisionados pela Federação Metropolitana de Atletismo, merecem especial citação pelo importante papel que desempenham no encaminhamento de jovens para as disputas atléticas, quando novas vocações são descobertas em proveito do esporte. Da mesma forma, os Jogos da Primavera, também sob o patrocínio daquele jornal, reúnem a juventude feminina de Clubes e Colégios, estendendo-se as disputas, além do atletismo, a outros esportes.

A FMA mantém cursos para preparação de juízes, tendo sido diplomados 43 alunos no 2.º dêsses cursos, realizado em 1959. Sob sua supervisão, foi promovido curso idêntico pela Divisão de Educação Física do Ministério da Educação e Cultura, para alunos de estabelecimentos escolares de grau médio, sendo diplomados 26 juízes.

TÊNIS — O tênis, conquanto se trate de esporte cuja prática se restringe a um pequeno número de adeptos, tem, entretanto, a sua atividades disciplinada em tôrno de uma Federação a que estão filiados, na qualidade de efetivos (disputantes) 10 clubes e na de especiais, 5 agremiações. Os filiados efetivos são: Rio de Janeiro Country Clube, Fluminense F. C., Tijuca T. C., S. E. Clube Naval, Clube Caiçaras, Leme T. C., A. A. Banco do Brasil, Grajaú T. C., C. T. Independência e C. R. Vasco da Gama. São filiados especiais A. A. Grajaú, Clube Desportivo 1909, Paissandu A. C., Canto do Rio F. C. e Jacarepaguá T. C. Em 1959, foram registrados na Federação Metropolitana de Tênis 375 tenistas amadores — 289 do sexo masculino e 86 do feminino. Os maiores contingentes pertencem, pela ordem, ao R. J. Country Clube, com 93, Fluminense F. C., 85, Tijuca T. C., 54 e S. E. Clube Naval, 44. Os demais apresentaram um número inferior a 30 amadores.

O número de quadras existentes eleva-se a 39, das quais 10 pertencem ao Tijuca T. C. — 4 iluminadas e 6 sem iluminação. Por outro lado, o Fluminense e o Clube Naval possuem tôdas as suas quadras iluminadas, em número de 5 cada um. Seguem-se A. A. Banco do Brasil com 5 (3 iluminadas), o Country com 5 (4 iluminadas) e Caiçaras com 4 (tôdas iluminadas) o Vasco, 3 (2 iluminadas) e o Grajaú com 2 quadras iluminadas. Entre os títulos conquistados pelos tenistas cariocas nos últimos anos, no âmbito nacional, figuram os vencedores do Campeonato Aberto (1958/59) e do Campeonato Brasileiro da Juventude. Durante o ano de 1959 realizaram-se no Distrito Federal 12 torneios interclubes, 18 torneios individuais de classe e infanto-juvenis, 4 campeonatos individuais e abertos e 2 campeonatos especiais.

IATISMO — O primeiro movimento veleiro no Brasil surgiu justamente no Rio de Janeiro a 10 de setembro de 1906. Nesta data, na praia de Botafogo fundava-se o Iate Clube Brasileiro, entidade que se encontra hoje no Saco de São Francisco, Niterói. Foi ainda um desentendimento entre associados dêste clube que motivou a criação de Rio Yacht Club.

Mais tarde, isto em 25 de março de 1920, fundou-se o Fluminense Yacht Club, agora Iate Clube do Rio de Janeiro. É êste o maior iate clube da metrópole e sem dúvida o mais importante do país. Iatistas estrangeiros que nos têm visitado concordam plenamente em situar esta entidade como das mais perfeitas já vistas.

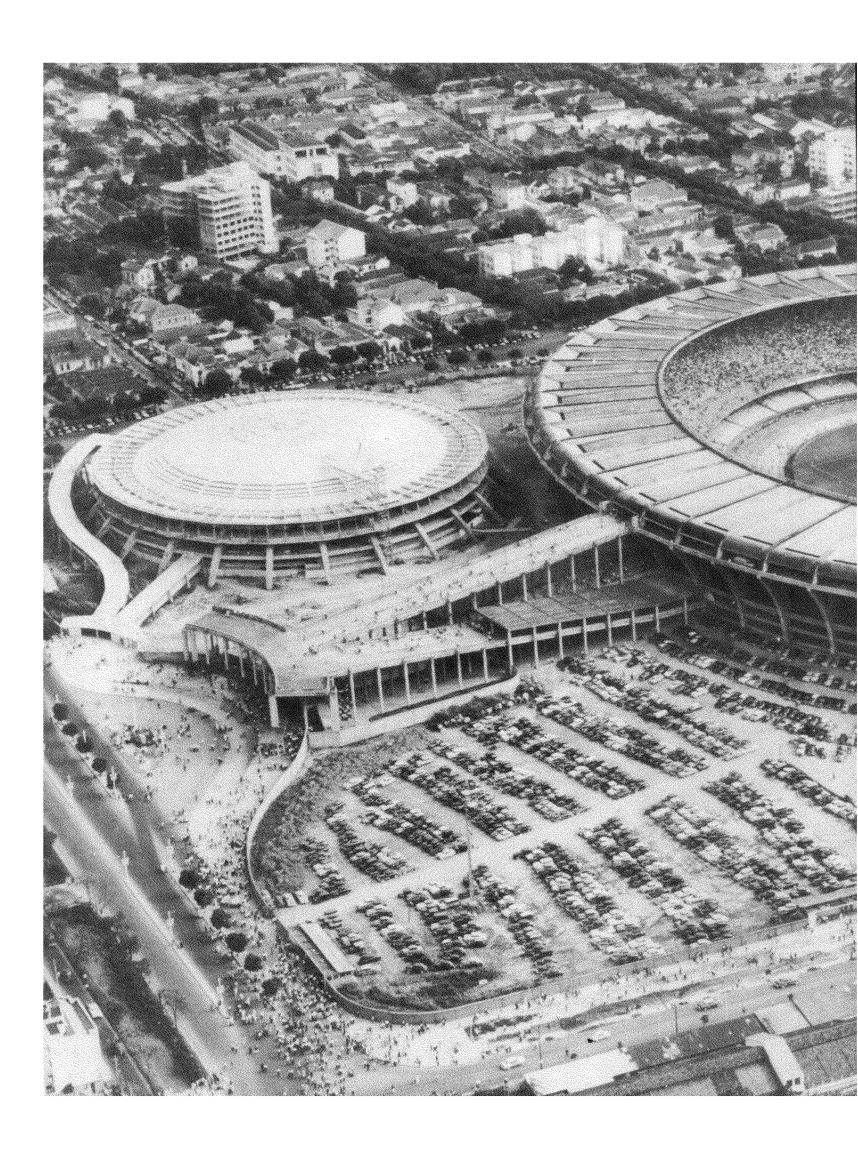
Não podendo precisar data, sabendo sòmente ter sido em 1923, o Iate Clube Brasileiro lançou a primeira classe monotipo de barco a vela em águas brasileiras. Era um desenho da firma alemã Abeking & Rasmussen, sendo um eslupe de cêrca de 15 m² de área vélica. Começaram os regatistas daquela época a sentir necessidade da organização para o desenvolvimento do esporte. Seria ainda um associado daquela entidade que em 1926 traduziu as regras de regata da International Yacht Racing Union.

A 13 de novembro de 1934, veleiros da Guanabara se reuniram a fim de se congregar em uma entidade única, à qual se vinculariam os clubes existentes. Nasceu assim a Liga Carioca de Vela, mais tarde Federação Metropolitana de Vela e Motor e atualmente Federação Metropolitana de Vela, tendo a sua sede no Iate Clube do Rio de Janeiro. Congregados os veleiros cariocas, em 6 de dezembro de 1934 fundar-se-ia a Federação Brasileira de Vela e Motor, que em 5 de novembro de 1941 passaria a chamar-se Confederação Brasileira de Vela e Motor.

Por esta época acabava de surgir o Sharpie 12 m², classe olímpica alemã, que viria a ser a de maior expansão em território nacional. Hoje, ainda muito se pratica o esporte neste bom barco, mas a sua tendência é, sem dúvida, desaparecer.

Em 1939, o Iate Clube Brasileiro importaria dois eslupes de bolina, com cabina para acomodações de cruzeiro, cuja intenção era de um iate ideal para a baía de Guanabara. Esta a razão de êsses iates se chamarem Guanabara. O Iate Clube do Rio de Janeiro alguns anos depois viria a tentar a solução do mesmo problema, e nasceria assim a Classe Carioca.

A Classe Snipe, a mais numerosa tanto no Rio de Janeiro como em todo o mundo, teria alguns barcos construídos ainda na década dos 30. Mas, seria sòmente em 1942, que associados do Clube de Regatas Guanabara fundariam a Flotilha de Snipe do Rio de Janeiro, que ficou filiada na entidade internacional sob n.º 159.

Também nesta época começaram a realizar regatas fora da barra, das quais participavam os verdadeiros iates de oceano e barcos de águas abrigadas como o Guanabara.

A mais famosa dessas regatas, hoje quase relegada ao esquecimento, foi a Pau-a-Pino.

A década dos 40 foi a mais produtiva para o esporte do iatismo. Em 1947, o Dr. José Cândido Pimentel Duarte, considerado por muitos como um dos maiores incentivadores do esporte, em permanente contacto com o argentino Hipólito Gil Elizalde, levou a efeito a I Regata Oceânica Buenos Aires—Rio, da qual participaram os veleiros cariocas "Vendaval" e "D. Quixote".

Em 1945, associados do Iate Clube do Rio de Janeiro lançariam a Classe Star, das mais esportivas. Em 1947 surgiria a Classe Lightning, que iria propagar-se como a Snipe pelos principais centros brasileiros de iatismo.

A época atual permite-nos situar o esporte da vela no Rio como um dos mais avançados em todo o mundo. No ano passado, o "Osprey V" de Erik Schmidt, Axel Schmidt e Figueira Barbosa, comparecendo a Chigago, em disputa dos III Jogos Pan-americanos, conquistaram a Medalha de Ouro na Classe Lightning. Dois velejadores paulistas obtiveram idêntica vitória na Classe Snipe.

Possuímos as classes Star, Lightning, Snipe, Pingüim, 5.05, Hagen-Sharpie Sharpie 12 m², Guanabara, Carioca. Existem ainda os grandes iates de oceano, filiados à Associação Brasileira de Veleiros de Oceano.

Os clubes são Iate Clube Brasileiro, Grêmio de Vela da Escola Naval, Clube Naval, Caiçaras, Iate Clube do Rio de Janeiro, Clube de Regatas Guanabara, Rio Yacht Club, Iate Clube Icaraí, Paquetá Iate Clube, Carioca Iate Clube, Iate Clube de Ramos, Governador Iate Clube, Iate Clube Jardim Guanabara, e o Tijuca Tênis Clube.

FUTEBOL DE SALÃO — De todos os esportes de quadra que se praticam atualmente no DF, foi o futebol de salão o que apresentou uma evolução mais rápida em todos os sentidos. A entidade que congrega os clubes que se empenham nessa modalidade esportiva (Federação Metropolitana de Futebol de Salão) comemorará em 1960 o sexto aniversário de fundação. A ela estão filiados 42 clubes na condição de efetivos (que disputam os campeonatos oficiais) e 19 na categoria especial.

No último qüinqüênio foram registrados 4 673 amadores, distribuídos entre as categorias infanto-juvenil (10 a 14 anos), juvenil (14/18 anos), aspirante (18/23 anos) e Principal (18 anos em diante). Pode-se estimar, com base em dados fornecidos pela FMFS, que a média de atletas em atividade nesse esporte seja presentemente de uns 30 por categoria em cada clube.

Existem 42 quadras, na maioria adaptadas de outros esportes.

Os cariocas são campeões brasileiros de 1959, na categoria principal.

VOLIBOL — A Federação Metropolitana de Volibol, a cujos regulamentos está subordinada à prática do volibol no Distrito Federal em caráter oficial ou não, congrega 35 associações esportivas, sendo 9 filiados efetivos e 26 especiais. Os efetivos, que disputam regularmente os torneios e campeonatos instituídos pela entidade, são os seguintes: América Futebol Clube, Associação Atlética Banco do Brasil, Botafogo de Futebol e Regatas, Centro Israelita Brasileiro "Bene Herzl", Clube de Regatas do Flamengo, Clube Sírio e Libanês do Rio de Janeiro, Fluminense Futebol Clube, Grajaú Tênis Clube e Tijuca Tênis Clube.

Em 1959, participaram dos campeonatos oficiais 458 atletas (integraram os quadros masculinos e 131, os femininos). O Flamengo apresentou os maiores contingentes (44 no setor masculino e 32 no feminino). Ao Clube Sírio e Libanês coube o menor número, 34 volibolistas na equipe masculina, não concorrendo aos campeonatos femininos. As categorias em confronto são, no setor masculino, 1.os e 2.os quadros, aspirantes e juvenis, e no feminino apenas não se disputa o campeonato de aspirantes. Realizam-se ainda outros torneios, aos quais nem sempre concorre a totalidade dos filiados efetivos. A Federação prestigia, também, iniciativas particulares, como os Jogos Infantis e da Primavera, entre outros.

NATAÇÃO, SALTOS ORNAMENTAIS E POLO AQUÁTICO — A Federação Metropolitana de Natação congrega entidades esportivas com sede no Distrito Federal e Niterói, que desenvolvem a prática da natação, saltos ornamentais e pólo aquático entre seus associados. Os clubes filiados dividem-se em duas categorias; a dos efetivos, que disputam normalmente as competições constantes do calendário oficial, reunindo 14 clubes, dos quais Gragoatá, São Cristóvão e Boqueirão têm estado ausentes das disputas. Apenas o Fluminense F. C. e o Clube de Regatas Vasco da Gama praticam as três modalidades referidas. América F.C., Bangu Atlético Clube, Botafogo de Futebol e Regatas, Clube de Regatas Guanabara e Clube de Regatas Icaraí competem em natação e pólo aquático e Flamengo, Grajaú, Santa Teresa e Tijuca sòmente em natação. O grupo dos filiados especiais (não disputantes das competições oficiais) reúne o Clube Ginástico Português, Associação Cristã de Moços do Rio de Janeiro, Clube Monte Líbano, Associação Brasileira de Caça Submarina, Clube dos Caiçaras, Clube dos Marimbás, Clube Naval e Iate Clube do Rio de Janeiro.

O número de atletas em atividade pode ser estimado em cêrca de 600, cabendo ao Fluminense e Vasco da Gama os maiores contingentes. São utilizadas para confrontos oficiais 7 piscinas no Distrito Federal: as do Bangu, Botafogo, Fluminense, Grajaú, Guanabara, Tijuca e Vasco e, em Niterói, a do Estádio Caio Martins. O América possui uma pequena piscina, que apenas pode ser usada para treinos. Os únicos filiados que mantêm instalações para saltos ornamentais são o Vasco e o Fluminense.

Nos torneios de natação e saltos intervêm equipes masculinas e femininas. Realizam-se anualmente 5 competições de natação para adultos e 4 para juvenis e 5 de saltos para adultos e 3 de juvenis. De pólo aquático, 4 torneios para adultos e 1 para juvenis.

Os cariocas são detentores dos títulos brasileiros de saltos e pólo aquático, conquistados em 1959, mantendo a hegemonia que haviam conquistado em 1957 nesses esportes.

ESTÁDIO DO MARACANÃ — A pedra fundamental do Estádio Maracanã foi lançada em 20 de janeiro de 1948, ocorrendo sua inauguração a 17 de junho de 1950. Nesse mesmo ano, no dia 24 de junho, abria o estádio seu campo para início do 4.º Campeonato Mundial de Futebol.

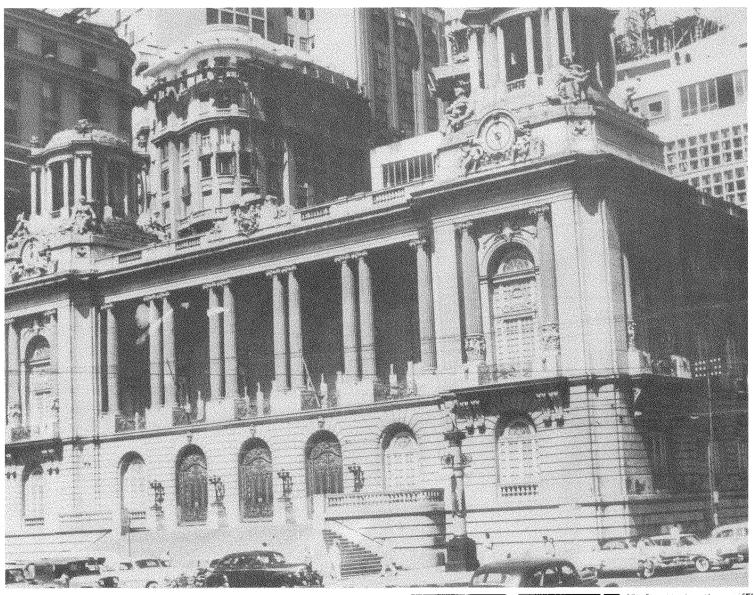
Um dos lugares pitorescos do Rio de Janeiro é a Estrada das Canoas que é um belo trabalho de engenharia moderna. Da estrada, avista-se o oceano.

O Estádio do Maracanã, localizado no terreno do antigo "Derby Club", desfruta de posição privilegiada relativamente à convergência das populações das Zonas Norte, Sul e Centro da Cidade. O Serviço de Meteorologia e o Observatório Nacional realizaram estudos completos sôbre as ocorrências meteorológicas do local e concluíram que o mesmo apresentava ótimas condições para a prática dos esportes.

O Estádio de Futebol apresenta a forma de falsa elipse, medindo 300 metros na maior distância, 260 metros na menor, 800 metros de perímetro e 32 metros na altura máxima, sendo de 23,60 metros a altura do mais alto degrau e de 150 metros a distância entre o centro do campo e o espectador mais afastado. Está constituído de campo de futebol e a parte destinada aos espectadores, esta em 3 lances. No primeiro lance estão localizadas as gerais, com capacidade para 30 000 pessoas em pé. O segundo lance dispõe de 30 000 cadeiras numeradas, dispostas em 25 filas, e 300 camarotes, com 5 lugares cada um. O terceiro lance é destinado às arquibancadas, dotadas com bancos corridos de cimento, e com lotação para 93 500 pessoas. Aqui estão localizadas a Tribuna de Honra e as cabines destinadas aos jornalistas e às emprêsas de radiotransmissão.

Em 1958 o Estádio apresentou uma freqüência de 2 426 715 pessoas e uma renda de 80 920 124 de cruzeiros.

A segunda parte do estádio a ser construída foi o Ginásio Gilberto Cardoso, cuja inauguração ocorreu em 1954, com capacidade para 35 000 espectadores, distribuídos pelas gerais, arquibancadas, cadeiras especiais, tribunas para convidados e imprensa, cabinas para radiotransmissão e televisão.

O conjunto do Estádio do Maracanã está projetado para tornar-se uma das mais completas praças de esporte do mundo. No plano geral estão ainda incluídos o "court" de tenis, descoberto, dotado de arquibancadas para 10 000 pessoas, um "playground" para 500 crianças, uma piscina, com arquibancadas para 25 000 pessoas, um "stand" de tiro, um estádio de atletismo e uma caixa acústica para canto orfeônico, com capacidade para 20 000 espectadores.

Vista do prédio da Câmara dos Vereadores que é o órgão Legislativo do Distrito Federal. A Câmara é composta de 50 representantes e funciona sete meses por ano.

## 7. ASPECTOS ADMINISTRATIVOS E POLÍTICOS

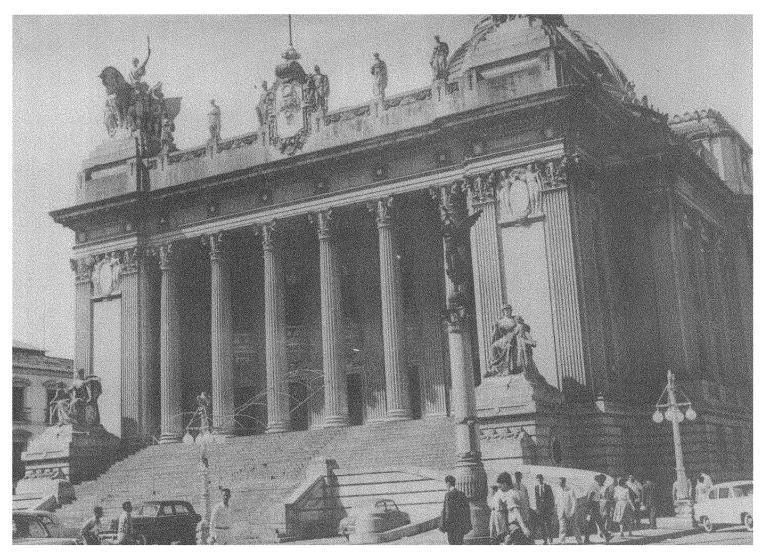
ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA — O govêrno do Distrito Federal é exercido pelo Prefeito e pela Câmara dos Vereadores, com a cooperação de vários órgãos.

A Câmara dos Vereadores, que exerce o Poder Legislativo, compõe-se de 50 representantes, escolhidos por sufrágio direto dos eleitores do Distrito Federal. Cada legislatura tem a duração de quatro anos, devendo a Câmara instalar-se, independentemente de convocação, a 1.° de abril, e funcionar durante sete meses. Pode a Câmara, no entanto, ser convocada extraordinàriamente, a requerimento de quatro quintos dos seus membros, pelo menos, ou por iniciativa do Prefeito.

De acôrdo com a Lei Orgânica do Distrito Federal, de 15 de janeiro de 1948, a iniciativa das leis, ressalvados os casos de competência exclusiva, cabe ao Prefeito e a qualquer membro ou comissão da Câmara. O Prefeito poderá vetar projeto que considere inconstitucional ou contrário aos interêsses do Distrito Federal ou da União, caso em que o veto será submetido, dentro de 10 dias, ao conhecimento do Senado Federal, que, pela maioria dos senadores presentes, o aprovará ou rejeitará.

O Poder Executivo é exercido pelo Prefeito, de livre indicação do Presidente da República, verificando-se a sua nomeação com o assentimento do Senado Federal. Além da iniciativa das leis e dentro dos limites de sua competência, cabe ao Prefeito a administração dos negócios públicos locais, através dos órgãos integrados na Prefeitura Municipal. Esta, de acôrdo com o Decreto n.° 8 223, de 11 de setembro de 1945, é constituída por uma Secretaria do Prefeito, um Tribunal de Contas, uma Procuradoria Geral e seis Secretarias assim discriminadas: Secretaria-Geral de Administração, Secretaria-Geral de Agricultura, Indústria e Comércio, Secretaria-Geral de Educação e Cultura, Secretaria-Geral de Finanças, Secretaria-Geral de Saúde e Assistência e Secretaria-Geral do Interior e Segurança.

Para o efeito de execução e fiscalização dos serviços que competem à Prefeitura, foi mantida a divisão do Distrito Federal em dezessseis distritos, que são os seguintes: 1.° Distrito — Centro da Cidade; 2.° Distrito — Largo do Estácio; 3.° Distrito — Praça Duque de Caxias; 4.° Distrito — Praia de Botafogo; 5.° Distrito — Praça Serzedelo Correia; 6.° Distrito — Campo de São Cristóvão; 7.° Distrito — Praça Saens Peña; 8.° Distrito — Praça Barão de Drumond; 9.° Distrito — Méier; 10.° Distrito — Madureira; 11.° Distrito — Penha; 12.° Distrito — Praça Barão de Taquara; 13.° Distrito — Deodoro; 14.° Distrito — Campo Grande; 15.° Distrito — Santa Cruz e 16.° Distrito — Ilha do Governador.

O "Monroe" é um prédio tradicional no Rio de Janeiro tendo sido construido para as comemorações do centenario da Independência do Brasil. Até a mudança da Capital Federal para Brasília ai funcionará o Senado Federal.

O Palácio Tiradentes é um prédio de majestosas linhas arquitetônicas onde funciona a Câmara Federal. Foi construído no local da antiga cadeia pública do período colonial, onde mais tarde funcionou a Assembléia Legislativa de 1823.

**ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA** — A primeira organização judiciária do Distrito Federal foi implantada, no Govêrno Provisório da República, pelo Decreto n.º 1 030, de 14 de novembro de 1890. De acôrdo com êsse decreto, a Justiça civil e penal ficou a cargo de 15 Pretores, 15 Juntas Correcionais, 1 Juízo de Feitos da Fazenda Municipal, 1 Tribunal Civil e Criminal, 1 Tribunal do Júri e 1 Côrte de Apelação.

O Decreto n.º 1 334, de 28 de março de 1893, expediu o Regulamento do ato anterior, na parte civil, pelo qual ficaram determinadas as atribuições dos magistrados e as normas processuais a serem observadas. Finalmente o Decreto n.º 2 464, de 17 de fevereiro de 1897, completou as disposições regulamentares no que respeita ao pessoal da Justiça local, bem como na parte relativa à competência da Justiça.

A organização judiciária do Distrito Federal sofreu, através do tempo, várias modificações, sendo disciplinada, atualmente, pelo Código de Organização Judiciária (Decreto-lei n.º 8 527, de 31-12-45), com as modificações introduzidas pela Lei n.º 1 301, de 28-12-50 e por leis posteriores.

A administração da Justiça compete aos seguintes órgãos do Poder Judiciário: 1 Tribunal da Justiça, 2 Tribunais do Júri, 1 Tribunal de Imprensa, 1 Júri de Economia Popular e 61 Juízes de Direito e 42 Juízes Substitutos, além dos órgãos promotores e auxiliares: Ministério Público, serventuários e funcionários da Justiça.

O órgão supremo é o Tribunal de Justiça e, como tal, a instância superior do Distrito Federal e dos Territórios Federais.

O Ministério Público do Distrito Federal é constituído por agentes do Poder Executivo, consistindo a sua função em promover e fiscalizar, na forma prevista em lei, o cumprimento e a guarda da Constituição, da lei, regulamentos e decisões.

**FINANÇAS MUNICIPAIS** — A arrecadação total do Distrito Federal atingiu, em 1958, o elevado valor de 54 879 milhões de cruzeiros, dos quais 38 577 correspondem à receita da União e 16 302 à receita da Prefeitura.

Como se vê, a Prefeitura arrecada quase duas vêzes e meio menos que a União, na Capital da República.

A União tem, no Distrito Federal, o seu segundo maior contribuinte, que se coloca, quanto ao particular, em posição só superada pela do Estado de São Paulo com seus 435 municípios (valores de arrecadação em ordem decrescente de grandeza):

| *UNIDADES DA FEDERAÇÃO* | *Arrecadação da União em 1958* (Cr$ milhões) |
|---|---|
| São Paulo | 51 195 |
| Distrito Federal | 38 577 |
| Rio Grande do Sul | 8 195 |
| Minas Gerais | 4 627 |

Vista parcial da rua D. Manuel vendo-se a Pretoria e o Fôro. Os prédios onde se acham instalados representam bem o estilo arquitetônico do século passado.

A parcela correspondente ao Distrito Federal (38 577 milhões de cruzeiros) em confronto com o total geral arrecadado em tôdas as Unidades da Federação (117 816 milhões de cruzeiros) atinge o elevado nível de 33%.

Os dados a seguir dão idéia de quanto o Distrito Federal contribui para os cofres da União, referentemente a cada impôsto da competência do Govêrno Federal (elementos para 1958, expressos em milhões de cruzeiros):

| *PRINCIPAIS IMPOSTOS DA UNIÃO* | *Arrecadação em tôdas as Unidades da Federação* | *Arrecadação no Estado de São Paulo* | *Arrecadação no Distrito Federal* | % |
|---|---|---|---|---|
| Consumo | 39 518 | 20 634 | 7 751 | 20 |
| Renda | 31 856 | 12 584 | 10 427 | 33 |
| Sêlo | 12 069 | 3 492 | 5 713 | 47 |
| Importação | 12 925 | 7 858 | 3 918 | 30 |

Só para o impôsto de sêlo o Distrito Federal contribuiu com 47%.

ARRECADAÇÃO — Como foi dito, anteriormente, do total de 54 879 milhões de cruzeiros arrecadados no Distrito Federal, em 1958, 16 302 milhões pertencem à Prefeitura.

Êste montante é superior à arrecadação de qualquer Estado, à exceção do de São Paulo.

Veja-se o confronto a seguir, cujos dados estão dispostos em ordem decrescente de grandeza:

| *UNIDADES DA FEDERAÇÃO* | *Arrecadação dos Governos estaduais em 1957* (Cr$ milhões) |
|---|---|
| São Paulo | 36 855 |
| Distrito Federal (Prefeitura) | 12 101 |
| Minas Gerais | 8 389 |
| Rio Grande do Sul | 6 983 |
| Paraná | 3 487 |

A posição do Distrito Federal destaca-se pela sua grande relevância.

Como ocorre com os Estados, a Prefeitura do Distrito Federal tem a sua base tributária no impôsto sôbre vendas e consignações:

| *IMPOSTOS, EM ORDEM DA MAIOR GRANDEZA DE ARRECADAÇÃO* | *Renda Tributária da Prefeitura do Distrito Federal em 1958* (Cr$ milhões) |
|---|---|
| Vendas e consignações | 9 535 |
| Transmissão "inter vivos" | 844 |
| Indústria e Profissões | 627 |
| Transmissão "Causa mortis" | 221 |
| Sêlo | 83 |
| Outros | 2 390 |
| Total dos impostos | 13 700 |

---

* Os dados referentes às finanças da União foram fornecidos pela Contadoria Geral da República e os que se relacionam à Prefeitura, pelo Conselho Técnico de Economia e Finanças.

Na relação discriminada, o impôsto sôbre vendas e consignações contribuiu com 70% sôbre o total dos impostos.

Tenha-se em vista que parte do impôsto sôbre vendas e consignações arrecadado pela Prefeitura do Distrito Federal pertence à União.

Finalmente, cumpre citar que a Prefeitura arrecadou, ainda, 467 milhões de cruzeiros de taxas, em 1958.

DESPESA — A despesa realizada pela Prefeitura foi de 18 025 milhões de cruzeiros, em 1958.

Desta despesa pouco menos de metade — 8 993 milhares de cruzeiros — coube aos serviços de administração geral; os serviços de utilidade pública absorveram 2 382 milhares, seguindo-se outros serviços com verbas muito menores.

ORÇAMENTO — No orçamento da Prefeitura para 1959 a receita prevista é de 17 979 milhares de cruzeiros e a despesa fixada de 22 790 milhares.

## SEGURANÇA PÚBLICA

CORPO DE BOMBEIROS — O Corpo de Bombeiros do Distrito Federal é uma corporação militar permanente, subordinada diretamente ao Ministro de Estado da Justiça e Negócios Interiores.

Destina-se ao serviço de extinção de incêndios, no Distrito Federal, bem como nas embarcações e Ilhas existentes na Baía de Guanabara; à prestação de socorros nos casos de inundação, desabamento ou outras catástrofes, sempre que haja vítima ou pessoa em iminente perigo de vida. Presta socorro, também, em caso de incêndio ou catástrofe, a pessoas e bens em Municípios limítrofes do Distrito Federal que não possuam organizações similares. É considerado fôrça auxiliar, reserva do Exército, conforme Lei número 427, de 11 de outubro de 1948, e adota, na instituição militar de seu pessoal, os mesmos regulamentos baixados para o serviço ativo, e em caso de mobilização dêste, com êle cooperará no Serviço de Defesa Passiva.

Em 1856 foi criado, pelo Decreto n.º 1 775, de 2 de julho, o Corpo Provisório de Bombeiros, ficando o mesmo sob a jurisdição do Ministério da Justiça. A corporação era então composta de 130 homens, entre os quais se incluíam 60 africanos livres. Seu primeiro diretor foi o Major João Baptista de Castro Morais Antas.

A 11 de março de 1861, o Corpo Provisório de Bombeiros foi transferido para o Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, retornando em 1892 para a jurisdição do Ministério da Justiça e Negócios Interiores.

Em fins de 1881, compunha-se o material do Corpo de 57 viaturas, 5 bombas a vapor, 3 bombas químicas, 16 bombas manuais, 3 carros com escadas, 4 carros para transporte do pessoal e material, 2 carros para mangueiras, 2 meias-cabeças, 10 carros com pipas d'água, 10 carroças com pipas d'água e 2 carroças para condução de materiais. A tração dessas viaturas era realizada por 50 muares e 7 cavalos.

As obras de seu atual Quartel na Praça da República foram iniciadas em 1898 e concluídas em 1908.

As primeiras viaturas motorizadas foram inauguradas no dia 1.º de junho de 1913, e receberam seu batismo de fogo no dia seguinte, no grande incêndio ocorrido no quarteirão compreendido pelas ruas Uruguaiana, Sete de Setebro e Carioca.

Desde sua fundação o Corpo de Bombeiros do Distrito Federal tem não só acompanhado o desenvolvimento da técnica de extinção de incêndios, introduzindo modernos equipamentos ao acervo de seu material, como introduzido na corporação reformas e sistemas educacionais e de adestramento que permitam de seu pessoal um trabalho mais eficiente como uma segurança maior.

Em 1958, verificaram-se no Distrito Federal 596 incêndios e no Quartel do Corpo de Bombeiros registraram-se 3 461 saídas de socorro.

É Comandante do Corpo de Bombeiros atualmente o general Raphael de Souza Aguiar, que continua mantendo vivas as melhores tradições dessa Corporação.

POLÍCIA MILITAR — Criada pelo Príncipe Regente D. João, em 1909, nos moldes da Guarda Real de Lisboa, passou a chamar-se, em 1858, Corpo Policial da Côrte. Durante a campanha do Paraguai, participou de várias batalhas, destacando-se pela bravura e combatividade de seus componentes. Em 1893, incorporada às fôrças que guarneciam o litoral da cidade do Rio de Janeiro, estêve à disposição do Ministério da Guerra, sob a designação de Brigada Policial.

Outros acontecimentos históricos em que se fêz sentir a ação da Polícia Militar do Distrito Federal foram a reação contra a vacina obrigatória, em 1904, a revolta parcial do Batalhão Naval, em 1910, a revolta da Escola Militar do Realengo e do Forte de Copacabana, em 1922, o levante militar da Praia Vermelha, em 1935, e a defesa da sede do Govêrno Federal, em 1937.

Dotada de moderna organização, a Polícia Militar presta valiosa colaboração ao policiamento da cidade, sendo hoje, familiar a presença, nas vias públicas, das duplas de soldados popularmente conhecidos por "Cosme e Damião". Também colabora, eficientemente, com o Serviço de Trânsito, na disciplina do tráfego, estando, ainda, presente nos aeroportos e estações ferroviárias, rodoviárias e das barcas, nos quais fiscaliza o serviço de táxis.

Um dos mais recentes serviços que a Polícia Militar presta, não só à população carioca como, principalmente, aos turistas, é o "Tele-Tour". Diàriamente, oficiais, sargentos, cabos e soldados poliglotas se revesam junto ao telefone 42-3642 para prestar inúmeros esclarecimentos.

## 8. PATRIMÔNIO HISTÓRICO

IGREJAS — O Rio conta com inúmeras igrejas do período colonial. A maior parte dessas igrejas foi construída no século XVIII, durante o qual a arte barroca dos templos brasileiros se desenvolveu e se realizou em todo seu esplendor. Estas igrejas são, hoje, um testemunho vivo da história da cidade, constituindo ao mesmo tempo o marco inicial da tradição artística de seus habitantes.

Encontram-se tombadas pelo Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional 24 igrejas, incluindo-se muitas delas entre os mais belos exemplos da arquitetura do período colonial brasileiro.

CATEDRAL METROPOLITANA — Nesta igreja efetuou-se a coroação de D. Pedro I, em 1822. A ornamentação de talho douro foi executada por Mestre Ignácio em 1785. Os doze apóstolos que ornam as pilastras são atribuídos ao pintor José Leandro de Carvalho. A pintura do teto da Capela-mor, dedicada à Nossa Senhora do Monte do Carmo, é de José de Oliveira. O Descimento da Cruz foi pintado por Manuel da Cunha. A fachada da igreja foi modificada no reinado de D. Pedro. Entre 1889 e 1900 a Catedral passou por grande reforma e em 1905 construiu-se a tôrre, hasôbre a qual se vê a imagem de bronze da Imaculada Conceição. Repousavam nesta igreja, desde 1903, os restos mortais de Pedro Álvares Cabral.

IGREJA MATRIZ N. S.ª DA CANDELÁRIA — Construção iniciada em 1775, embora a obra da capela date do século XVII. Foi inaugurada por D. Pedro II. O teto abobadado foi decorado por João Zeferino da Costa, em 1880-1883. As portas de bronze, os púlpitos e sua balaustrada datam de 1900. A pintura do teto narra a história da fundação da igreja: a partida de Antônio Martins da Palma e sua mulher Leonor Gonçalves; o temporal e a promessa; a feliz chegada; a inauguração da igreja; o lançamento da pedra fundamental do atual templo e a transferência da imagem de N. S.ª da Candelária, da Ilha das Palmas. O risco original de João Francisco Roscio, da Academia Militar de Lisboa, foi alterado por Antônio Paula Freitas. Em forma de basílica, de três naves, com planta em cruz latina, é a maior e mais suntuosa igreja do Rio. A fachada obedece ao puro estilo barroco. A igreja tem um domo ou zimbório que, como realização estereotômica, é, segundo Gastão Cruls, o mais notável que possuímos.

IGREJA DE N. S.ª DO MONTE DO CARMO — O início da construção data de 1760. Inaugurada em 1770, foi submetida a grandes reformas no período 1797/1826. A entrada principal é guarnecida de magnífica porta em mármore. A nave apresenta rica ornamentação em branco e ouro, havendo superabundância de ornatos de talha em todo o seu interior. A capela-mor é coberta por grande cúpula. A obra do trono e o último passo da Paixão são de Mestre

Aspecto da fachada principal da Igreja de Nossa Senhora da Candelária, uma das mais ricas construções religiosas da cidade. Atualmente esta igreja domina a Avenida Presidente Vargas, pois foi mantida no seu sítio original quando da abertura dessa principal artéria para a zona norte da cidade.



9 — 24 938

A Catedral Metropolitana está situada à rua Primeiro de Março no local onde, desde o tempo de D. Pedro I, erigia-se a capela Imperial. Tem na sua fachada um nicho com a imagem do protetor da cidade de São Sebastião.

Vista da Igreja de Nossa Senhora da Glória do Outeiro localizada num dos primitivos sítios de ocupação da cidade — o outeiro da Glória.

Valentim, de quem a igreja possui outros trabalhos. A Capela do Noviciado, à direita da capela-mor, é apontada como um dos mais belos exemplos da arte barroca no Rio de Janeiro e como um atestado eloqüente do gênio de Mestre Valentim.

Entre a Catedral Metropolitana e a Igreja do Carmo, há uma passagem, da Rua 1.º de Março para a Rua do Carmo. Sôbre o portão existente nesta última, ainda permanece um dos poucos oratórios que restam da cidade colonial e cujo nicho guarda a imagem de N. S.ª do Cabo da Boa Esperança.

IGREJA DE N.S.ª DA CONCEIÇÃO E BOA MORTE — Esta igreja foi edificada em 1721 e reconstruída em 1735. O retábulo do altar-mor é obra de Mestre Valentim. Juntamente com o retábulo destaca-se o trabalho em talha e folhagem dourada. A ornamentação restante data do fim do século XIX. Na sacristia encontra-se um quadro de Leandro Joaquim representando a morte de Nossa Senhora. Há outra pintura valiosa: Nossa Senhora da Conceição, de Raimundo da Costa e Silva.

IGREJA DE N.S.ª DA GLÓRIA DO OUTEIRO — O culto de Nossa Senhora da Glória do Outeiro teve início em 1608, quando um certo Aires colocou, numa gruta ali existente, uma imagem da Santa. Em 1676 foi construída no mesmo local a primeira capela. Em 1739 fundou-se canônicamente a irmandade e em 1781 foi iniciada a construção da igreja, na qual se encontra a imagem primitiva. A igreja não conserva suas características iniciais, mas muitos de seus valores artísticos foram restaurados pelo Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Localizada no alto do outeiro, a igrjea goza de posição privilegiada na paisagem urbana carioca. A entrada é guarnecida, por esplêndida portada de mármore. Os dois lampadários em frente dos altares laterais foram oferecidos por D. Pedro II. O interior é todo guarnecido com silhar de azulejos portuguêses. A obra de talha é preciosa, embora não seja abundante. Na sacristia acha-se um magnífico arcaz com pintura representando os quatro Evangelistas. A irmandade conta ainda com valiosa coleção de arte sacra.

IGREJA DE N.S.ª DA LAPA DO DESTÊRRO — Fundada por provisão de 1751, que atorizava a construção da igreja e do Seminário da Lapa. A parte externa é simples, de cantaria, sugerindo o mourisco, com azulejos que sobem até a tôrre. No altar-mor encontram-se ricos adornos de prata cinzelada. Os corredores e a sacristia dispõem de silhar de azulejos. Nos fundos da igreja, está o Convento do Carmo, onde há boas pinturas atribuídas a João de Souza e um painel de Raimundo da Costa e Silva, representando N.S.ª do Carmo.

IGREJA DE N.S.ª DA LAPA DOS MERCADORES — A construção desta igreja, na Rua do Ouvidor, data de meados do século XVIII. Era, então, denominada "Lapa dos Mascates". De 1869 a 1878 passou por grandes reformas. Logo à entrada destaca-se um medalhão circular, de mármore,

A Igreja de São Francisco de Paula, é um dos mais ricos templos do Rio de Janeiro. Construida em estilo neo-clássico, possui em seu interior belos trabalhos em talha, pinturas de mestres famosos e valiosas esculturas. Está situado ao Largo de São Francisco de Paula.

representando a Coroação de Nossa Senhora pela SS. Trindade. No interior destacam-se, pela originalidade da construção, o órgão e as quatro tribunas. Nos altares laterais encontram-se magníficas imagens de São Joaquim e Sant' Ana.

IGREJA DE N.S.ª MÃE DOS HOMENS — Igreja barroca, construída em 1779. Situada na Rua da Alfândega, dispõe de uma só tôrre. O interior, oitavado, termina em cúpula. No interior destacam-se os dois altares laterais, dotados de belíssima decoração.

IGREJA DE N.S.ª DO ROSÁRIO E S. BENEDITO — Construída em 1725, serviu temporàriamente de catedral devido à sua grandiosidade. As duas tôrres datam de 1863, quando a igreja passou por algumas reformas. Na fachada vê-se uma placa que recorda os dias do "Fico", pois nessa época o Senado da Câmara reunia-se no consistório da igreja. Mestre Valentim foi sepultado ali em 1813.

IGREJA DE SANTA CRUZ DOS MILITARES — A pedra fundamental desta igreja foi lançada a 1.º de setembro de 1780 e as obras concluídas em setembro de 1811. A construção foi iniciada pelo Brigadeiro José Custódio de Sá Faria, de quem é a planta, e terminada por Mestre Valentim, que aqui realizou sua maior obra.

Em 1605 foi construído, na praia que então existia ao longo da Rua 1.º de Março, o Forte Vera Cruz. Posteriormente, os diversos aterros no local tornaram o forte inútil, vindo então os militares, em 1628, a construir sôbre suas ruínas, a Capela de Santa Vera Cruz. Serviu ela de sede para a Irmandade dos Militares, sendo substituída mais tarde pelo templo que existe hoje. Dos quatro Evangelistas, em mármore, que se vêem na fachada, dois — São João e São Mateus — são obras de Mestre Valentim, e reproduzem imagens de cedro que se encontram no Museu Histórico Nacional. A ornamentação interior é rica e harmoniosa, destacando-se aqui todos os elementos do barroco e do rococó. Entre os motivos clássicos das fôlhas de ocanto e palmeira, aparecem instrumentos de guerra e troféus militares. Na composição interior destaca-se a capela-mor, onde predominam ornamentos que representam os martírios da Paixão e Morte de Cristo. O magnífico conjunto do altar-mor é dominado pela imagem da Pietá. No corredor lateral encontram-se brasões de destacados membros da Irmandade, incluindo-se entre êles o do Duque de Caxias.

IGREJA DE SANTA LUZIA — A primitiva ermida, até onde chegava então o mar, havia sido construída em 1592. Em 1752 foi substituída por modesta igrejinha de uma tôrre, vindo a sofrer grandes reformas em 1872, quando recebeu as duas tôrres ornadas de azulejos e que até hoje conserva. Dentro da igreja, no altar lateral à esquerda, encontra-se a imagem de Santa Luzia (obra do início do século XIX), padroeira dos homens do mar e das pessoas que sofrem dos olhos. No altar lateral à direita, acha-se o patrono dos ourives, Santo Elói, ricamente ornado.

IGREJA DE SANTA RITA — Era conhecida, noutros tempos, por igreja dos Malfeitores, porque os condenados à polé, de passagem por sua porta, ali recebiam o consôlo da religião.

Esta igreja traz na frente de uma tôrre um medalhão com a santa e a data de 1728. Nessa mesma tôrre vê-se um belo relógio. Destacam-se, na parte de dentro, as imagens de Santa Rita, Santo André e Santo Agostinho. Na sacristia há um belo lavabo de mármore, com duas cabeças de águia e um brasão.

IGREJA DO SANTÍSSIMO SACRAMENTO — Data esta igreja de 1816. As duas tôrres de pirâmides quadrilaterais, projeto de Bethencourt da Silva, foram terminadas em 1875. A talha interior é obra do entalhador Antônio de Pádua e Castro. O altar-mor fica debaixo de grandioso dossel pousado sôbre colunas coríntias.

IGREJA DE SÃO FRANCISCO DE PAULA — Mestre Valentim trabalhou nesta igreja entre os anos de 1801 e 1813, realizando a capela-mor e seu altar, as colunas coríntias, o coruchéu, a abóboda ricamente ornamentada e as pilastras do arco-cruzeiro. Continuou sua obra Antônio de Pádua e Castro, que se manteve fiel aos desenhos de Bragaldi, ou mesmo de Mestre Valentim, na execução da talha da nave. Nas pilastras, os altos-relevos que representam a vida de São Francisco de Paula são obras dos meados do século XIX. A talha da Capela de N.S.ª das Vitórias, à direita da capela-mor, é atribuída a Mestre Valentim. Os painéis e a pintura do fôrro desta capela são trabalhos de Manuel da Cunha. Os painéis representam os milagres de São Francisco de Paula. No altar acha-se uma bela imagem de Nossa Senhora. Destacam-se ainda no interior os púlpitos e o côro com o órgão.

Na parte externa elevam-se duas tôrres cobertas de azulejos e ornadas de balaustrada. A porta principal apresenta belíssimo trabalho de talha de Antônio de Pádua e Castro.

IGREJA DE SÃO FRANCISCO DA PENITÊNCIA — A atual igreja foi inaugurada em 1772. Os altares laterais foram iniciados em 1702. A data que ainda hoje se vê na portada, 1612, pertenceu, sem dúvida, à primeira construção. A pintura e a talha do interior, de rara beleza, refletem o esplendor do barroco. A pintura do fôrro da nave e da capela-mor é de Caetano da Costa Coelho. Entre as inúmeras preciosidades do templo, destacam-se os dois candelabros da capela-mor, talha de puro rococó com figuras de anjos. A Ordem dispõe de um pequeno museu, onde está enterrado o infante espanhol D. Pedro Carlos.

IGREJA MATRIZ DE SÃO JOSÉ — A obra desta igreja foi iniciada em 1808 e concluída em 1842, embora a primitiva capela fôsse anterior a 1641. Diferencia-se bastante das igrejas construídas no século XVIII. A talha é de Simeão José de Nazaré, discípulo de Mestre Valentim, cuja influência é notada na decoração interior. A igreja dispõe de um carrilhão que toca o Hino Nacional em datas cívicas.

MOSTEIRO E IGREJA DE SÃO BENTO — A construção do mosteiro data do século XVIII. A igreja, no entanto, foi levantada de 1633 a 1652. Esta é uma basílica de três

Fachada da Igreja Abacial do Mosteiro de São Bento, um dos templos mais antigos da cidade, situada em uma colina junto ao mar. É uma construção sólida, repleta de obras de arte, sendo o interior da igreja revestido a ouro. Na foto, podemos observar os portões de ferro, artisticamente trabalhado.

naves. A nave principal tem teto abobadado e pintado e as laterais são ornadas de tribunas. Todo o interior apresenta exuberante talha de fôlhas de acanto, enlaçadas com figuras de anjos. É obra dos monges beneditinos, que a ela se dedicaram nos séculos XVII e XVIII. As pilastras que separam as tribunas receberam rica ornamentação dourada e cada uma ostenta duas figuras ligadas à história da Ordem.

A imagem de Nossa Senhora no altar-mor é cópia da célebre imagem de Montserrate. As figuras dos fundadores da Ordem, São Bento e Santa Escolástica, que se encontram aos pés de Nossa Senhora, são obras de Frei Domingos da Conceição Silva, assim como as colunas em espiral da capela-mor. A capela do SS. Sacramento e a de N. S.ª da Imaculada Conceição são apontadas como obras-primas da arte colonial.

Frei Ricardo do Pilar, o primeiro pintor e mais importante da época colonial, é o autor da imagem do Salvador, na Sacristia.

Destacam-se ainda no interior os lampadários de prata e um lavabo na sala junto da sacristia. O mosteiro conta também com uma preciosa coleção de relíquias artísticas.

CONVENTO E IGREJA DE SANTO ANTÔNIO — Em 1607, alguns terrenos na base do Morro de Santo Antônio foram doados aos franciscanos, que ali construíram uma ermida e uma casa de residência. A atual igreja foi concluída em 1617 e o convento em 1761. A igreja de Santo Antônio passou por reformas e os trabalhos de restauração nem sempre respeitaram suas obras de arte. No interior é abundante a talha dourada. Junto ao órgão, encontram-se 18 bustos de mártires da Ordem, talhados em linhas primitivas. Há em todo o interior muitas peças e muitos detalhes que se destacam no conjunto: o oratório localizado no parlatório, as pinturas do fôrro, os azulejos, os móveis de jacarandá e o lavabo de linhas barrocas.

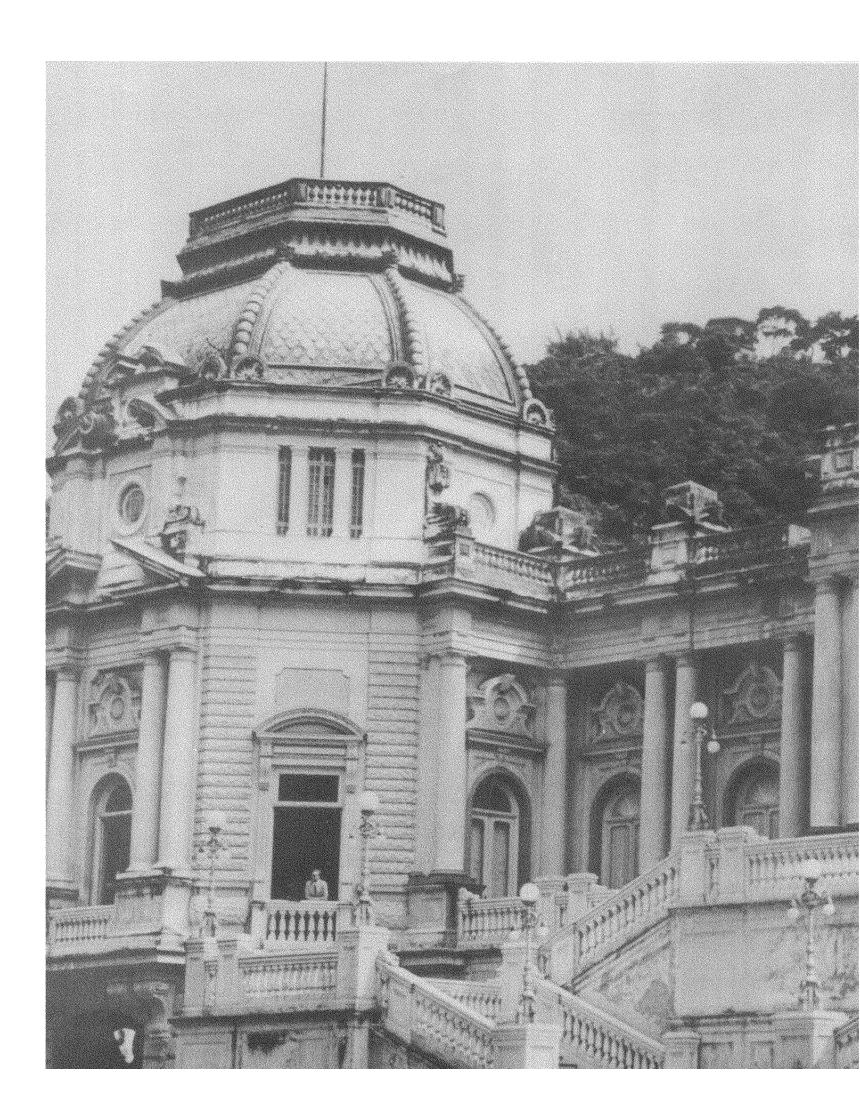
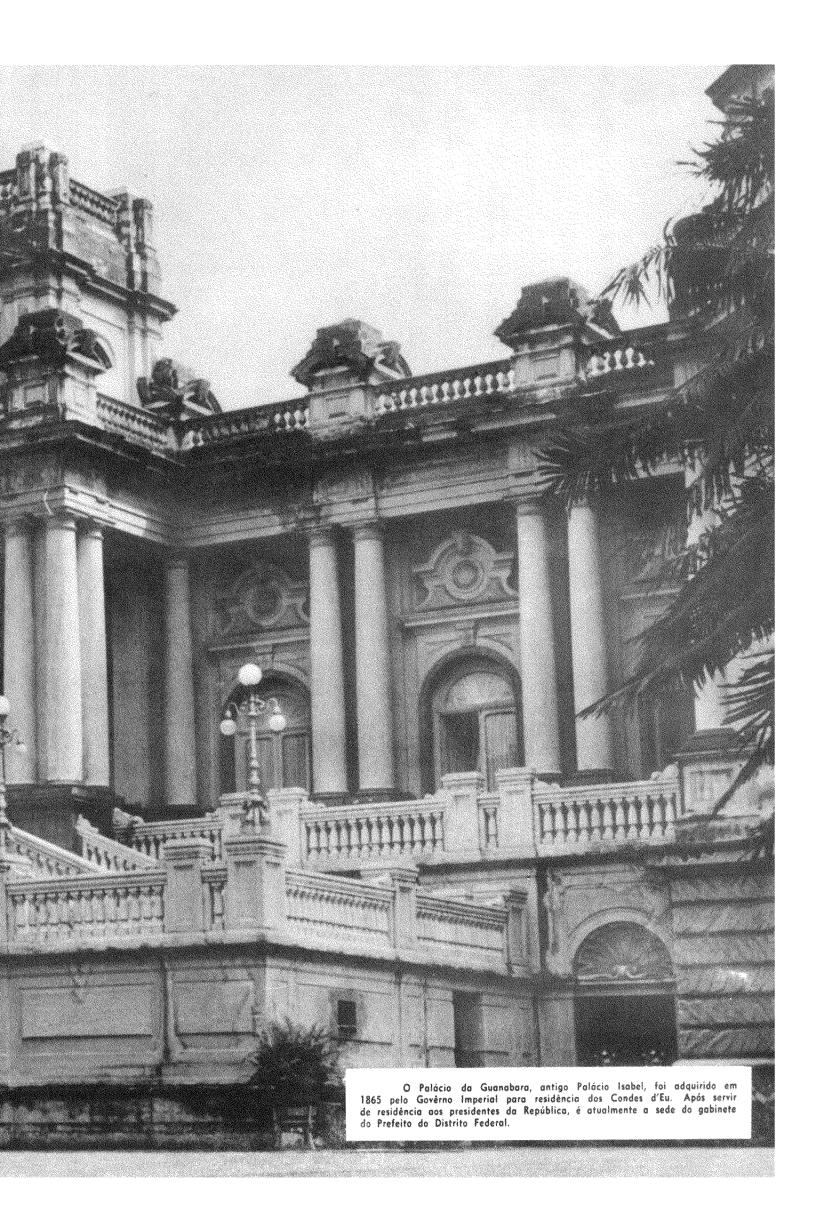
CONVENTO E IGREJA DE SANTA TERESA — Antônio Gomes do Destêrro construiu, em meados do século XVII, uma ermida no morro que, por muito tempo, teve o seu nome — Morro do Destêrro. Êste local havia sido escolhido por Gomes Freire de Andrade para a construção do convento destinado às irmãs Jacinta e Francisca Pereira Aires e suas companheiras, sediadas numa ermida no antigo caminho do Mata-Cavalos, ao pé do morro. Em 1751, estas religiosas para lá se mudaram e em 1781, depois de ter Madre Jacinta de São José falecido, tomaram elas o hábito como primeiras carmelitas cariocas.

No interior da igreja encontram-se ainda, nos altares laterais as imagens de N. S.ª do Carmo e São José da Cruz, levadas por Jacinta da Capela do Menino Deus, onde se agruparam inicialmente.

IGREJA DE N.S.ª DA AJUDA — Esta igreja está localizada na Praia da Freguesia, na Ilha do Governador. Edificada antes de 1710 e reconstruída em 1743, mantém externamente seu estilo colonial, tendo seu interior passado por grande reforma depois de um incêndio em 1871.

IGREJA DE N.S.ª DO DESTÊRRO — Matriz da paróquia de Campo Grande, na Pedra de Guaratiba. Data do século XVII.

Aspecto do Convento e Igreja de Santo Antônio, construídos por frades franciscanos em terrenos a êles doados em 1607. A igreja foi construída em 1617, e o convento em 1761, sendo portanto um dos mais antigos da cidade.
Os atuais planos urbanísticos da cidade arrasaram o morro de Santo Antônio, mas, o convento e a igreja permanecem em seu sítio original.

O Palácio da Guanabara, antigo Palácio Isabel, foi adquirido em 1865 pelo Govêrno Imperial para residência dos Condes d'Eu. Após servir de residência aos presidentes da República, é atualmente a sede do gabinete do Prefeito do Distrito Federal.

IGREJA DE N.S.ª DA PEÑA — Esta igreja, situada em Jacarepaguá, data do século XVIII, tendo sido reconstruída em 1873. A Santa é apontada como padroeira das artes, principalmente dos escritores, e a sua imagem no altar-mor traz, à mão direita, uma pena em campo azul, além das inscrições: *Virgo Singularis Malla Nostra Pelle.*

IGREJA DE S. FRANCISCO DA PRAINHA — Assentada na encosta do Morro da Conceição, data de 1740. Guardou por algum tempo os despojos de Santa Prisciliana, atualmente na Igreja de Sant'Ana.

IGREJA DE N.S.ª DA SAÚDE — Situada na Rua Conselheiro Zacarias, na Gamboa. Data de 1742, tendo sido construída por Manuel da Costa Negreiros.

## BENS TOMBADOS

Além das igrejas, o Rio de Janeiro possui inumeros bens móveis e imóveis que constituem seu patrimônio histórico e artístico. A maioria dêsses bens está inscrita nos Livros do Tombo da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, que até 1957 divulga a relação que damos a seguir:

ANTIGO PAÇO IMPERIAL — Atualmente sede da Diretoria Regional dos Correios e Telégrafos na Praça Quinze de Novembro. Construído sob planta do brigadeiro-engenheiro José Fernandes Pinto Alpoim, foi inaugurado em 1743, tendo passado por diversas transformações, a última em 1929, quando foi-lhe acrescentado mais um pavimento. Ali residiu D. João VI, quando de sua vinda para o Rio. Nessa época o artista Manuel da Cunha executou-lhe pinturas murais. Ocupa uma área de quase três mil metros quadrados e dispõe, entre portas, janelas e sacadas, de duzentas e quatro ligações com o exterior. É considerado um dos mais valiosos imóveis que possui o patrimônio histórico nacional.

PALÁCIO IMPERIAL — A Quinta da Boa Vista pertenceu, inicialmente a um abastado comerciante português, Elias Antônio Lopes, que ali dispunha da mais bela casa de campo das existentes nos arredores da cidade. Pouco tempo depois da mudança da família real para o Rio, êsse português pôs à disposição de D. João a sua casa em São Cristóvão. D. João gostou muito do local e aí se instalou. A antiga casa de campo de Elias Antônio Lopes passou, através de anos, por sucessivas reformas, até transformar-se em autêntica residência real. Hoje, acha-se instalado nesse edifício o Museu Nacional.

PALÁCIO DO CATETE — Construído em 1862, para residência do Barão de Nova Friburgo. Adquirido em 1896 pelo govêrno federal, foi no ano seguinte, depois de algumas obras, inaugurado como Palácio Presidencial, durante a gestão do Vice-Presidente Dr. Manuel Vitorino Pereira. É de estilo clássico francês e copia, em pequenos ornamentos, detalhes de templos gregos.

PALÁCIO GUANABARA — O atual Palácio Guanabara, antigo Palácio Isabel, foi adquirido pelo govêrno imperial em 1865, para servir de residência ao jovem casal dos Condes d'Eu: príncipe Gastão de Orleans e princesa Isabel. Hoje, o Palácio Guanabara serve de residência para o Prefeito do Distrito Federal.

CASA DA MOEDA — A Casa da Moeda foi transferida da Bahia para o Rio de Janeiro em 1690, tendo funcionado inicialmente no prédio da Junta do Comércio. Transferiu-se depois para a Casa dos Governadores e posteriormente, em 817, para a Casa dos Pássaros, onde estava instalado o Erário Régio. Dali mudou-se para o prédio localizado na Praça da República. Êsse edifício, construído especialmente para a Casa da Moeda, teve sua construção iniciada em 1858 e concluída em 1866. Em estilo neoclássico, deve sua planta a Teodoro de Oliveira. As palmeiras reais, em sua frente, vêm da época da construção.

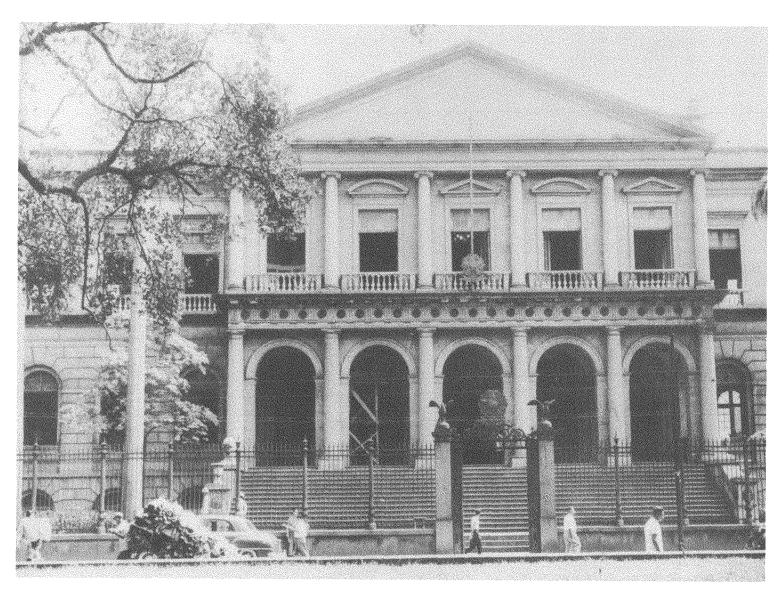
ANTIGO PALÁCIO EPISCOPAL — Em 1702 os bispos fluminenses mudaram-se para um hospício, no Morro da Conceição. Nesse local viveram por quarenta anos os capuchinhcs franceses. Êsse prédio passou por sucessivas reformas e finalmente foi transformado no Palácio dos Bispos, que o ocuparam até 1915. Está ocupado atualmente pelo Serviço Geográfico do Exército, que o submeteu a grandes reformas, tendo havido bastante cuidado na conservação das antigas linhas arquitetônicas.

PALÁCIO ITAMARATI — Atualmente Ministério das Relações Exteriores. Mandou-o construir o segundo Barão de Itamarati, tendo ficado concluído em 1855. Passou para o domínio da União em 1889, instalando-se então aí o Govêrno Provisório. As linhas arquitetônicas aproximam-se do neoclássico italiano.

CASA DE RUY BARBOSA — Construída em meados do século XIX pelo Barão da Lagoa. Localizada à Rua São Clemente, aí viveu Rui Barbosa durante quase trinta anos. Adquirida pelo govêrno, foi mantida tal como foi deixada por ocasião da morte do insigne brasileiro. Sua biblioteca conta 35 mil volumes.

CASA DO BARÃO DO RIO BRANCO — Situada à Rua Vinte de Abril, abriga hoje a Escola Nacional de Teatro. Aí nasceu o Barão do Rio Branco, em 1845.

ANTIGA ALFÂNDEGA — Sob projeto de Grandjean de Montigny, foi construída em princípios do século XIX. Recentemente, foi restaurada.

SANTA CASA DE MISERICÓRDIA — A construção do atual edifício foi iniciada em 1840 e concluída em 1852. Sua fundação, porém, data de 1582. O risco primitivo, que sofreu algumas alterações posteriormente, foi feito pelo engenheiro Domingos Monteiro. De estilo neoclássico, apresenta magnífica fachada. A concepção arquitetônica da Santa Casa de Misericórdia incluiu-se entre as mais importantes do patrimônio histórico da cidade. Entre as inúmeras relíquias da Santa Casa inclui-se a Bandeira da Misericórdia, pintada por Manuel da Cunha e três vêzes secular, que acompanhava os condenados à fôrca. Uma imagem

Aspecto da fachada da Casa da Moeda, situada à Praça da República. Êste é um dos prédios mais antigos da cidade.

de Cristo crucificado, que também acompanhava os condenados, é ali conservada. Consta que essas relíquias estiveram presentes quando da execução de Tiradentes. Pertencente à Santa Casa, existe a Igreja de N.S.ª do Bom Sucesso, muito conhecida por Igreja da Misericórdia. Edificada entre 1567 e 1569. Passou por grandes reformas nos séculos XVIII e XIX. É um templo simples, com um pórtico de mármore. Na capela-mor encontra-se uma tribuna de madeira de onde a família real assistia às festas de Santa Isabel. São guardados ali três altares e um púlpito pertencentes à Igreja dos Jesuítas, demolida com o desmonte do Morro do Castelo. Essas peças têm hoje valor inestimável, pois representam a única obra de talha quihentista que possuímos. Outra preciosidade é o painel da Imaculada Conceição, de autor desconhecido e com data de 1664.

ASILO SÃO CORNÉLIO — O edifício, à Rua do Catete, apresenta traços dos palácios italianos. Já existia em 1862. Seu segundo proprietário, João Martins Cornélio dos Santos, legou-o à Santa Casa, em 1895, para ser transformado em asilo.

CASA DE GRANDJEAN DE MONTGNY — Situada à Rua Marquês de São Vicente, n.º 233, pertenceu ao grande arquiteto francês, que para cá veio em 1817. É uma das poucas construções de sua autoria ainda existentes.

ANTIGO SEMINÁRIO SÃO JOSÉ — Antiga "Casa do Bispo", doada em 1762, por um particular, ao Bispado do Rio de Janeiro. Em 1873 o seminário maior separou-se do menor e êste aí se instalou. Em 1891 os dois estabelecimentos de ensino religioso novamente se reuniram e até hoje ocupam o mesmo prédio, à Avenida Paulo de Frontim, 568.

CASA DA MARQUESA DE SANTOS — Pequeno palácio de linhas neoclássicas, está situado na Avenida D. Pedro II, em São Cristóvão. Aí viveu a Marquesa de Santos até que foi forçada a retornar a São Paulo. Ocupa-o hoje o Serviço Nacional de Febre Amarela, e nêle ainda se encontram traços de sua antiga beleza.

CASA DE JOSÉ BONIFÁCIO — Situada na Ilha de Paquetá, aí residia José Bonifácio, em 1831, quando recebeu uma carta de D. Pedro pedindo-lhe aceitar a tutela de seus filhos. Retornou aí em 1833 ao ser destituído da tutoria do imperador e suas irmãs.

ARCO DO TELES — O Arco do Teles e as casas ns. 32 e 34, na Praça 15 de Novembro estão também tombados pela Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Construídos em meados do século XVIII sob planta do engenheiro José Fernandes Pinto Alpoim. O arco dá acesso à Travessa do Comércio, antiga travessa Nova do Peixe.

O Aqueduto dos Arcos atualmente serve de ponte para linhas de bonde que, do centro da cidade, atingem o bairro de Santa Teresa. É um dos mais antigos monumentos da cidade, pois a sua construção data do século XVIII. Outrora, sua função era de trazer água do Maciço da Carioca para o abastecimento da cidade.

AQUEDUTO DA CARIOCA — Construído no primeiro quartel do século XVIII (1719/1723), no govêrno de Aires Saldanha, e submetido a reformas em 1750. Foi uma das grandes obras de utilidade pública na época do Brasil-Colônia. Conduzia o encanamento da água do Silvestre até o Campo de Santo Antônio. Os Arcos da Carioca foram, em 1896, transformados em viaduto, por onde correm hoje os bondes de Santa Tereza. O viaduto é constituído de duas séries de 42 arcos de volta completa, atingindo 17,60 m de altura e 270 m de extensão.

CHAFARIZ DO ALTO DA BOA VISTA — Localizado inicialmente no Rócio Pequeno, atual Praça 11 de Junho, foi removido posteriormente para o Alto da Boa Vista. Trata-se de um projeto de Grandjean de Montigny, mas a execução não foi fiel ao desenho primitivo. Uma grande taça e, mais abaixo, quatro cabeças de leão derramam água em um tanque.

CHAFARIZ DA GLÓRIA — Construído em 1772, está localizado na Rua da Glória, entre as ruas Conde de Lage e Cândido Mendes. Construída a muralha que se destinava a evitar os desbarrancamentos do Morro do Destêrro, o Marquês de Lavradio mandou pôr ali êsse chafariz para distribuição de água aos moradores da Lapa e vizinhanças.

CHAFARIZ DO LAGARTO — Obra de Mestre Valentim, construído em 1786, no antigo Caminho Novo, hoje Rua Frei Caneca. Um lagarto, em bronze, jorrava água dentro de um tanque. A água provinha do aqueduto de Catumbi, já demolido.

CHAFARIZ DE PAULO FERNANDES — Construído em 1870, acha-se localizado na junção das Ruas Salvador de Sá e Frei Caneca. Traz a data de 1817. É de grandes dimensões, sendo dotado de cinco bicas. Recebia, também, água do aqueduto de Catumbi.

CHAFARIZ DA PIRÂMIDE — Construído em 1789, por Mestre Valentim. Localizado inicialmente no Cais da Praça Quinze de Novembro, está hoje afastado do mar em virtude dos sucessivos aterros. Trata-se de construção em forma de tôrre de quatro faces encimada por uma pirâmide também quadrangular.

CHAFARIZ DE MATA-CAVALOS — Situado à Rua Riachuelo, traz a seguinte inscrição: "O Rei em benefício de seu povo. M.F.E.O. 1817".

CHAFARIZ DAS SARACURAS — Obra de Mestre Valentim, foi levantado, em 1795, no pátio do Convento da Ajuda.

Está localizado hoje na Praça General Osório, em Ipanema, mas despojado das quatro saracuras de bronze que o caracterizavam e das quais jorrava a água.

BICA DA RAINHA — Êste chafariz, construído em 1845, evoca com seu nome a Rainha D. Maria I, que ali ia tomar ares e beber uns goles de água férrea. É um dos poucos chafarizes do Rio que ainda dispõe de suprimento de água.

BEBEDOURO DA ESTRADA NOVA DA TIJUCA — D. Pedro, em 1823, descobriu esta fonte de água férrea. No muro que serve de anteparo ao terreno, há uma placa onde se lê: "Local onde existiu a fonte férrea descoberta pelo Imperador D. Pedro I, em 24 de dezembro de 1823. Esta pedra foi aqui colocada a 3 de maio de 1917". A fonte e a placa primitivas não mais existem.

PASSEIO PÚBLICO — No Passeio Público, o DPHAN tombou especificadamente o chafariz dos Jacarés, obeliscos e portão de Mestre Valentim. No local do Passeio Público existia inicialmente a Lagoa do Boqueirão da Ajuda, que desapareceu através de sucessivos aterros. As obras do Passeio Público, projetado por Mestre Valentim, foram iniciadas em 1779 e concluídas em 1783. O jardim, então, chegava até o mar, projetando-se sôbre êle através de um terraço cercado por balaustrada de bronze e adornada com jarros de mármore. Hoje, após sucessivas reformas, o Passeio Público apresenta-se com aspecto inteiramente diferente. Do antigo jardim encontram-se ainda a cascata com seus jacarés, as pirâmides, o portão e um ou outro dos elementos decorativos. O portão, que dava então acesso ao jardim, serve agora apenas como pórtico de um cercado que tem ao centro o busto de Valentim da Fonseca e Silva. O Chafariz do Passeio Público constitui-se de uma fonte coroada com o escudo do Vice-Rei D. Luís de Vasconcelos e o gênio que faz jorrar a água dentro de um barril, com os dizeres "Sou útil inda brincando", é uma substituição da obra primitiva. Atrás dessa fonte encontra-se o "Chafariz dos Jacarés".

JARDIM BOTÂNICO — O Jardim Botânico do Rio de Janeiro tem 150 anos de existência. Foi criado em 1808 com o nome de Real Hôrto. No local onde existia um engenho de cana-de-açúcar de propriedade de Rodrigo de Freitas, havia já um próprio nacional que era a Fábrica de Pólvora. Anexo a esta, mandou D. João VI instalar um "jardim para aclimação e cultura de especiarias das Índias Orientais".

Em 1817, o hôrto, que havia sido enriquecido com algumas contribuições de mudas e sementes, passou a chamar-se Real Jardim Botânico, mas continuou de uso particular. Só com o advento da Independência foi franqueado ao público, embora as visitas dependessem de permissão do diretor e os visitantes fôssem acompanhados de praças militares.

Entre as finalidades e atividades do Jardim em sua fase inicial, destacam-se a cultura e preparo do chá da Índia, entregue a chineses especialmente contratados, e a fábrica de "chapéus do Chile", feitos com as fôlhas da bombonaça, de que havia uma grande cultura no hôrto.

Com a nomeação, em 1824, de Frei Leandro do Sacramento para diretor do Jardim Botânico, êste se transformou numa instituição de caráter científico. Em 1859, outro frade carmelita, Frei Custódio Alves Serrão, assumiria a direção do estabelecimento, reencetando os trabalhos de Frei Leandro.

Já no período republicano, a administração do Jardim passou para as mãos do botânico J. Barbosa Rodrigues, que deu início a uma nova fase de expansão, melhorando as coleções vivas, criando o herbário e a biblioteca e dando ao parque o seu formoso aspecto artístico de ainda hoje.

Em 1933, o Jardim Botânico passou a fazer parte do Instituto de Biologia Vegetal, sob a direção do naturalista Costa Lima. Em nova reforma (1938), foi criado o Serviço Florestal, a que ficou incorporado o parque. Cêrca de cinco anos depois, o Jardim Botânico recuperava sua autonomia administrativa, passando a ter um diretor científico.

A área do parque compreende mais de 54 hectares (546 343 $m^2$), sendo 13,5 hectares em matas naturais e o resto cultivado.

OUTROS BENS TOMBADOS — No Distrito Federal existem ainda os seguintes monumentos e bens tombados pelo DPHAN: Aqueduto da Colônia de Psicopatas (Engenho de Dentro); casa na praia do Caju, n.º 115; Casa na Rua dos Inválidos, 193-203; casa onde faleceu o General Osório, na Rua do Riachuelo, 303; casa chamada de D. João VI, na Rua Doutor Aristão, 55, em Paquetá; casa do Engenho d'Água, na estrada do Capão, 1990; casa da fazenda do Capão do Bispo, na Avenida Suburbana, 4616; casa da fazenda da Taquara, em Jacarepaguá; casa da fazenda do Viegas, na estrada Rio—São Paulo; edifício sede do Ministério da Educação e Cultura; Fortim Caetano Madeira, na Rua Luís Zanchetta; antiga fortaleza da Conceição, atual dependência do Serviço Geográfico do Exército; portão da fortaleza de São João; portão da fortaleza de São José, na Ilha das Cobras; frontispício da capela de São José, no Hospital Central da Marinha; marco da fazenda de Santa Cruz; marco da fundação da cidade, na igreja de São Sebastião; lápide tumular de Estácio de Sá, na igreja de São Sebastião; ponte dos jesuítas, sôbre o rio Guandu, em Santa Cruz; conjunto paisagístico do jardim e morro do Valongo; coleção de armas do Dr. Sérgio Ferreira da Cunha, na Rua Conde de Bonfim, 423; Coleção Balbino de Freitas (conchas do litoral sul), no Museu Nacional; coleções de magia afro-brasileira, do Museu do Departamento Federal de Segurança Pública, na Rua Francisco Eugênio, 228.

## MONUMENTOS

D. PEDRO I — Localizada na Praça Tiradentes, a estátua eqüestre de D. Pedro I é a mais antiga do Rio de Janeiro. Inaugurada no dia 30 de março de 1862. Sob projeto de José Maximiliano Mafra, executou-a o artista francês Louis Rochet. O monumento tem 15,70 m de altura e o pêso total do bronze é de 55 000 quilos. Compõe-se de quatro grupos de índios e animais que simbolizam os rios Amazonas, Paraná, São Francisco e Madeira. No alto destaca-se a figura de D. Pedro I sôbre um cavalo, em seu gesto que proclamou a independência do Brasil.

JOSÉ BONIFÁCIO DE ANDRADA E SILVA — Estátua erguida por iniciativa do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil. Foi a segunda estátua levantada no Rio de Janeiro, ocorrendo sua inauguração, no Largo São Francisco, a 7 de setembro de 1872. É também obra de Louis Rochet. Tem 2,40 m de altura com um pedestal de bronze e emboçamento de mármore de um metro de altura pesando 18 000 quilos. José Bonifácio apresenta-se de pé, com o braço esquerdo estendido para a frente e a mão direita segurando a pena com que escreveu o *Manifesto às Nações*.

MANOEL BUARQUE DE MACEDO — Obra do escultor Chaves Pinheiro, é a única estátua do Rio fundida em ferro. Inaugurada em 28 de agôsto de 1881, na estação de São Diogo da E.F.C.B., encontrando-se desde 1938 no Cais Pharoux. A figura de Manoel Buarque de Macedo, com 2 metros de altura, eleva-se sôbre um pedestal de granito de 3 metros.

JOÃO CAETANO DOS SANTOS — Homenagem ao grande ator dramático brasileiro, foi projetada em gêsso pelo artista brasileiro Francisco Manoel Chaves Pinheiro fundida em Roma pelo escultor Nisi. Foi inaugurada a 3 de maio de 1891, na Travessa das Belas Artes. Encontra-se atualmente na Praça Tiradtntes, em frente ao Teatro que traz o seu nome.

GENERAL MANOEL LUÍS OSÓRIO — Obra de Rodolfo Bernardelli, fundida nas oficinas Thiebaut, em Paris, com o bronze dos canhões tomados na guerra do Paraguai. Foi inaugurada no dia 16 de novembro de 1894, na Praça 15 de Novembro. Osório está montado a cavalo com a espada desembainhada. No pedestal encontram-se dois baixos-relevos representando a ocupação do Passo da Pátria e a Batalha do Tuiuti. Na Cripta do monumento encontra-se o corpo embalsamado do General Osório.

JOSÉ DE ALENCAR — Modelada e fundida por Rodolfo Bernardelli, foi inaugurada a 1.º de maio de 1897. Está localizada na Praça José de Alencar. No pedestal encontram-se quatro baixos-relevos representando cenas dos romances "O Guarani", "O Gaúcho", "O Sertanejo" e "Iracema".

DUQUE DE CAXIAS — Obra de Rodolfo Bernardelli. Inaugurada em 15 de agôsto de 1899, no Largo do Machado,

De autoria de Rodolfo Bernardelli, a estátua do Duque de Caxias, inaugurada no Largo do Machado em 1899, está hoje localizada em frente ao Ministério da Guerra sôbre o Panteon Nacional.

Aspecto do Monumento a Pedro Álvares Cabral no Largo da Glória. O monumento é de autoria do escultor Rodolfo Bernardelli e data de 1900.

O monumento ao Marechal Deodoro da Fonseca é de autoria de Modestino Kanto, datando de 15 de novembro de 1917 e está localizado na Praça Paris. O monumento constitui uma homenagem ao proclamador e aos realizadores da República no Brasil.

encontra-se atualmente defronte do Ministério da Guerra, sobre o Panteão Nacional, onde estão recolhidos os despojos de Caxias e sua espôsa. Caxias está montado a cavalo e traz na mão direita um óculo de campanha. No pedestal baixos relevos representam a passagem de Itororó e a entrada de Caxias em Assunção.

PEDRO ÁLVARES CABRAL — Obra de Rodolfo Bernardelli, inaugurada a 3 de maio de 1900. Situado no Largo da Glória, o monumento consta de um pedestal de alvenaria de 6 faces e de um grupo de bronze constituído de 3 figuras: Pedro Álvares Cabral, Pero Vaz Caminha e Frei Henrique de Coimbra.

MARECHAL FLORIANO PEIXOTO — Sob projeto de Eduardo Sá, a estátua foi fundida em Paris e inaugurada a 21 de abril de 1910, na Praça Floriano. Monumento com 17 metros de altura, apresenta um pedestal dividido em dois troncos. No primeiro compõe-se de cinco nichos — um ao centro e quatro laterais. No nicho do centro uma figura de mulher glorifica "a supremacia do sentimento ou do coração sôbre a inteligência ou o espírito". Nos quatro nichos laterais estão representados episódios de quatro poemas nacionais: "Y Juca Pirama", de Gonçalves Dias, "Caramuru", de Santa Rita Durão, "Anchieta", de Fagundes Varela, e "Cachoeira de Paulo Afonso", de Castro Alves. O segundo tronco do pedestal simboliza um cenotáfio, representando o culto dos mortos e glorificando a participação das fôrças civis e militares que lutaram ao lado de Floriano na defesa da República. Sôbre o capitel eleva-se a figura de Floriano. À direita do Marechal, surge das dobras da bandeira Tiradentes, José Bonifácio e Benjamin Constant, e à esquerda a figura de uma donzela, símbolo da pátria, apontando o porvir a um grupo de crianças.

MARECHAL DEODORO DA FONSECA — Obra de Modestino Kanto, foi inaugurada a 15 de novembro de 1917. Tem 23 metros de altura e pesa 850 toneladas. Deodoro aparece montado a cavalo no alto do monumento, com o boné na mão, dando o brado de "Viva a República". Na frente do pedestal uma estátua de mulher simboliza a República entre as figuras: Floriano Peixoto, Correia da Câmara, Almeida Barreto, Marciano de Magalhães, João Teles, Solon Ribeiro, Benjamin Constant e um grupo de alunos da Escola Militar da Praia Vermelha. Atrás, à direita, as figuras de Quintino Bocaiúva, Aristides Lobo, Saldanha Marinho, João Ribeiro, Júlio de Castilhos e Prudente de Morais, e à esquerda, um grupo prestando homenagem à Marinha. Entre êstes dois grupos aparece a figura de D. Rosa Maria Paulina Fonseca, mãe de Deodoro, quando entregava a espada ao último filho que partia para a guerra do Paraguai. À volta do pedestal encontram-se 16 medalhões de bronze com as efígies de figuras que se destacaram no panorama nacional.

BENJAMIN CONSTANT — Obra de Décio Vilares, com baixos-relevos de Eduardo Sá. Inaugurada a 14 de julho de 1926, na Praça da República, foi transferida em 1949 para o centro do Campo de Santana. Benjamin Constant aparece de pé, na frente de uma pirâmide, em atitude de preleção. Às suas costas está sua espôsa com as bandeiras republicanas bordadas por suas filhas. No alto da pirâmide a figura de Clotilde de Vaux simboliza a Humildade. Em volta do pedestal 9 placas reproduzem episódios da vida de Benjamin Constant. Completam o monumento inúmeras legendas.

ALMIRANTE BARROSO — É autor do monumento o escultor José Otávio Correia Lima. Foi inaugurado a 11 de junho de 1908, na Praia do Flamengo. A figura de Barroso aparece no alto do pedestal, segurando o boné com a mão direita e apoiando a esquerda na ponte de comando. Dos lados, duas figuras aladas sôbre duas proas rostrais simbolizam a Pátria e a Vitória. Completam o monumento medalhões com as efígies de J. G. Greenhalgh, Marcílio Dias, Lima Barros, Feliciano de Andrade Maia, Oliveira Pimentel e Pedro Afonso Ferreira, e placas de bronze com os nomes dos navios que tomaram parte na batalha do Riachuelo e seus respectivos comandantes.

MASQUÊS DE TAMANDARÉ — Obra de Leão Veloso inaugurada a 28 de dezembro de 1937, na Praia de Botafogo. Monumento constituído de uma escada de cinco degraus e uma coluna de granito com a legenda: "Ao Almirante Tamandaré — A Marinha — 1937". No alto da coluna vê-se o Almirante, de pé. Atrás do monumento uma placa de bronze lembra os feitos de Tamandaré.

SANTOS DUMONT — Inaugurada a 23 de outubro de 1942, na Praça Santos Dumont, teve por autor o artista Amadeu Zami. O inventor do balão dirigível e do aeroplano está sentado, segurando uma peça de motor de avião, tendo alguns livros ao lado. Em cima, um homem com asas de aeroplano tenta voar, enquanto outros homens procuram alcançar o mesmo nível pela fôrça dos pulsos; em baixo veem-se dois aviadores mortos. Abaixo da figura principal lê-se: "A Santos Dumont, o Pioneiro da Aviação — o Brasil".

BARÃO DO RIO BRANCO — Obra de João Veloso, que reproduziu um trabalho em mármore do escultor francês Feliz Charpentier, localizado no Palácio Itamarati. Inaugurado a 7 de setembro de 1943, na Esplanada do Castelo.

VISCONDE DE MAUÁ — Estátua em bronze, inaugurada a 30 de abril de 1910. Erigida no antigo Largo da Prainha, atualmente Praça Mauá. É obra de Rodolfo Bernardelli.

VISCONDE DO RIO BRANCO — Modelada e fundida pelo artista francês Feliz Charpentier. Inaugurada a 13 de maio de 1902, no Largo da Grória e transferida posteriormente para a Avenida Princesa Isabel, no Leme.



10 — 24 938

O monumento ao Almirante Barroso constitui uma verdadeira alegoria aos heróis da batalha naval do Riachuelo.
E de autoria do escultor José Octávio Correia Lima, tendo sido inaugurado em 1.º de julho de 1908 na Praia do Flamengo.

ALMIRANTE SALDANHA DA GAMA — Obra de Antônio Caringi, inaugurada no Jardim de Alah, a 15 de abril de 1946, por ocasião do centenário do nascimento de Saldanha da Gama.

MONUMENTO AOS HERÓIS DA LAGUNA E DOURADOS — Levantado na Praça General Tibúrcio, Praia Vermelha. Obra de Antônio Pinto de Matos, inaugurada no dia 31 de dezembro de 1933.

MONUMENTO AOS AVIADORES — Homenagem aos conquistadores do ar, apresenta as figuras de Ícaro e Dédalo. Escultura da artista chilena Rebeca Matte. Inaugurado na Praça Mauá a 1.º de novembro de 1923 e transferido posteriormente para a Escola de Aeronáutica no Campo dos Afonsos.

MONUMENTO A SÃO FRANCISCO DE ASSIS — Inaugurado a 3 de outubro de 1927, no Campo do Russel. Obra de Eduardo Sá.

MONUMENTO COMEMORATIVO DA ABERTURA DOS PORTOS DO BRASIL — Obra do artista francês Eugène Bénet, inspirada nas estátuas da Praça da Concórdia, em Paris. Traz a legenda: "Abertura dos Portos — 28 de janeiro de 1908". Está localizada na Rua do Russel, em frente do Hotel Glória.

MONUMENTO DA AMIZADE — Oferecido pelos Estados Unidos ao Brasil. Trabalho do artista americano Charles Keche, inaugurado a 4 de julho de 1931, na Praça 4 de Julho.

MONUMENTO DO ESCOTEIRO — Oferta dos meninos chilenos às crianças brasileiras. Obra do escultor chileno Fernando Thauby, inaugurada a 20 de dezembro de 1933, na Praia do Flamengo.

PEQUENO JORNALEIRO — Inaugurada em 1933, na confluência das Ruas Miguel Couto, Ouvidor e Avenida Rio Branco. É autor da obra Anísio Mota Fritz.

FREDERICO CHOPIN — Oferta da colônia polonesa ao Brasil. Obra do escultor Augusto Zamoiski, inaugurada na Praça General Tibúrcio no dia 1.º de setembro de 1944 e posteriormente transferida para a Praça Floriano.

ESTÁTUA DE CUAUHTEMOC OU GUATIMOZIM — Oferecida pela República do México por ocasião das festas do 4.º Centenário da Independência do Brasil. Obra do escultor mexicano Carlos Obregon Santacília, inaugurada a 16 de setembro de 1922, na Curva da Amendoeira, na junção da Avenida Oswaldo Cruz com a Avenida Beira Mar.

GENERAL COLOMBIANO FRANCISCO SANTANDER — Oferta do govêrno colombiano. É cópia de um monumento existente em Bogotá. Inaugurada no dia 12 de dezembro de 1941, numa pequena praça em frente da Embaixada Americana.

D. PEDRO II — Executada pelo artista francês Jean Mogrou, sob projeto de Heitor da Silva Costa. Inaugurada em 2 de dezembro de 1925, na Quinta da Boa Vista.

TIRADENTES — Obra de Francisco Andrada, inaugurada a 6 de maio de 1926. Está localizada em frente da Câmara dos Deputados.

MACHADO DE ASSIS — Incrustada na fachada da Academia Brasileira de Letras. Trabalho de Humberto Cozzo, inaugurado em 21 de junho de 1929.

MIGUEL COUTO — Obra de Heitor Usoi, inaugurada a 3 de setembro de 1944, na Praia de Botafogo.

AUGUSTO TEIXEIRA DE FREITAS — Inaugurada no dia 7 de agôsto de 1905 no Largo de São Domingos e fixada posteriormente defronte o Silogeu. Obra de Rodolfo Bernardelli.

ANA NERY — Inaugurada no dia 29 de dezembro de 1956, na Praça da Cruz Vermelha. Obra erigida com a contribuição da Cruz Vermelha de 23 países americanos.

PINHEIRO MACHADO — Obra de Leão Veloso, inaugurada em 8 de setembro de 1931, na Praça Nossa Senhora da Paz.

CRISTIANO OTTONI — Situada junto à estação da Central do Brasil. Trabalho de Rodolfo Bernardelli, inaugurado a 29 de março de 1908.

FRANCISCO DE CASTRO JÚNIOR — Obra de Rodolfo Bernardelli, inaugurada a 17 de setembro de 1910 em frente da Faculdade de Medicina, e removida em 1922 para a Avenida Pasteur.

QUINTINO BOCAIÚVA — Inaugurada em 15 de novembro de 1944, na Praça Piaçava, no Jardim Botânico. Obra de Leão Veloso.

JOÃO TEIXEIRA SOARES — Trabalho do escultor Correia Lima, inaugurado em 8 de julho de 1930, na Praça Mauá.

JOÃO PESSOA — Obra do artista Samuel Martins Ribeiro, inaugurada a 26 de julho de 1937.

LINEU DE PAULA MACHADO — Localizada em frente ao portão principal do Jockey Club. Obra de Leão Veloso.

ESTÁTUA DO ATLETA DO FLAMENGO — Inaugurada em 15 de novembro de 1953, na Avenida Rui Barbosa, em frente à sede do Clube de Regatas do Flamengo.

Na fotografia, o monumento a Santos Dumont de autoria de Amadeu Zani, localizado na Praça Santos Dumont, junto ao aeroporto do mesmo nome.

## 9. TURISMO E FOLCLORE

### PONTOS DE INTERÊSSE

Como centro de turismo, o Rio de Janeiro oferece ao visitante os mais variados e atraentes aspectos. Seu prestígio como ponto turístico tem aumentado consideràvelmente nos últimos anos, atraindo não só crescente número de visitantes de todos os estados do país, como de tôdas as partes do mundo. Ao lado da paisagem urbana, onde se elevam edifícios que se destacam pelo arrôjo arquitetônico, vislumbra-se a paisagem natural, rica em côres, contornos, sugestões e convites. As principais atrações, merecedoras da atenção do turista, além de igrejas e monumentos a que se faz referência no capítulo anterior, são relacionadas, a seguir.

PRAIA DO LEME E COPACABANA — Com 4 300 m de comprimento, tem em seus extremos a Fortaleza do Leme e o Forte Copacabana. É hoje a praia mais famosa do Rio, e a mais bela.

PRAIA DO ARPOADOR — Junto à rocha, onde começa a Praia de Ipanema, encontram-se as areias alvas e a água cristalina da chamada Praia do Arpoador. É grande o seu prestígio entre os banhistas da Zona Sul.

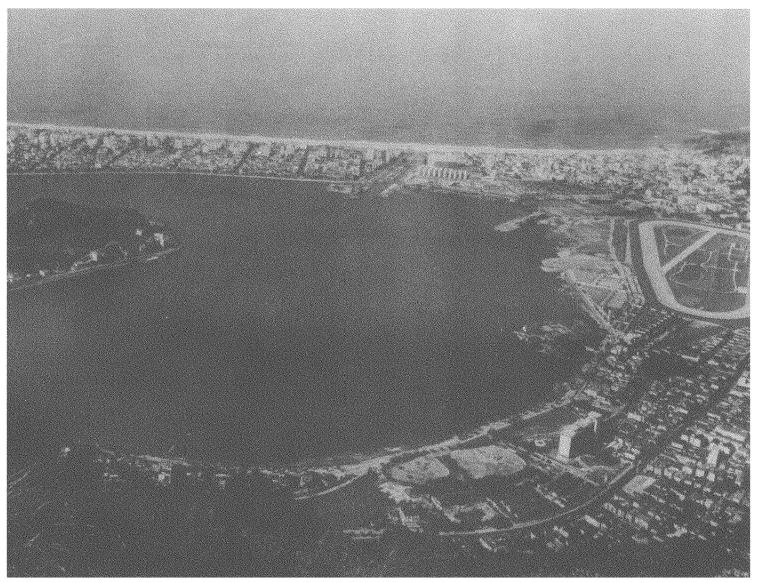
PRAIA DE IPANEMA — Com 1 500 metros de comprimento, termina no canal do Jardim de Alá, onde começa a Praia do Leblon. Possui palmeiras, abrigos rústicos e jogos para crianças.

PRAIA DO LEBLON — Começa no canal por onde se escoa a água da Lagoa Rodrigo de Freitas e termina na base do Pico dos Dois Irmãos. É, assim, a continuação da Praia de Ipanema, possuindo 1 300 metros de extensão.

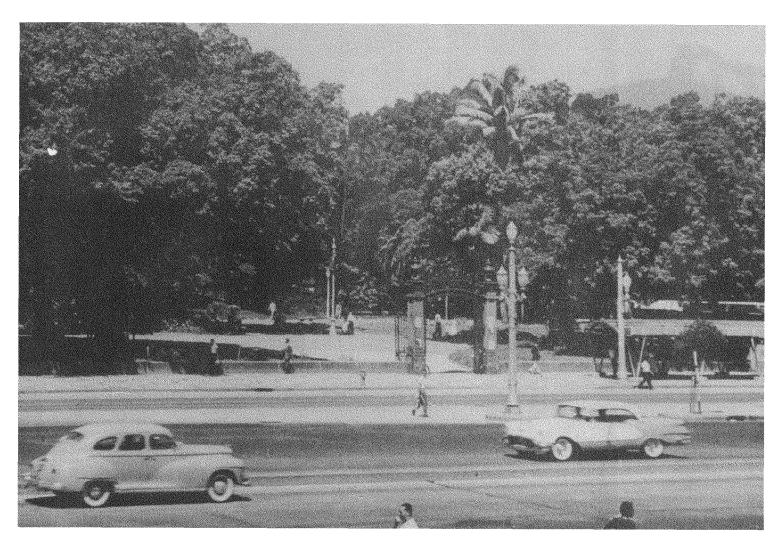
PRAIA DA GÁVEA OU SÃO CONRADO — Começa no fim da Avenida Niemayer, estendendo-se entre a Pedra da Gávea e o Pico dos Dois Irmãos.

PRAIA DA TIJUCA — Com 18 quilômetros de comprimento, é a maior praia do Rio. Começa na Barra da Tijuca e segue até o Retiro dos Bandeirantes. É acompanhada em tôda sua extensão por estrada de rodagem.

PRAIA VERMELHA — Situada entre o Morro da Urca e o Morro da Babilônia. Praia pequena, das mais encantadoras da cidade, tem do lado esquerdo muralhas antigas, parapeitos e guaritas de velha fortaleza.

PRAIA DA URCA — Encravada entre o Morro da Urca e o Pão de Açúcar, é hoje uma das últimas praias da Baía

A Lagoa Rodrigo de Freitas constitui um dos pontos de atração turística da cidade do Rio de Janeiro. Na foto, vemos a Lagoa Rodrigo de Freitas e os bairros de Ipanema e Leblon, construídos sôbre uma restinga, e, também, um trecho do Jardim Botânico.

A praia de Copacabana por sua beleza tem fama internacional, atraindo para suas areias, numerosos turistas do país e de diversas partes do mundo.

O Recreio dos Bandeirantes é uma praia de grande beleza que atrai constantemente visitantes sobretudo nos dias de verão.

Um dos principais parques da cidade é o Júlio Furtado, situado à Praça da República. É conhecido popularmente como Campo de Santana, devido a uma de suas antigas denominações.

de Guanabara. Praia mansa e aprazível, é muito freqüentada por banhistas de tôdas as zonas da cidade.

PRAIA DO FLAMENGO — Pequena praia defronte à Rua Paissandu, destinada a desaparecer com o novo atêrro da orla da Baía de Guanabara.

PRAIA DE INHAÚMA — Situada na Zona Norte, à margem da Avenida Brasil. É dotada de excelente balneário.

## ILHAS

ILHA DO GOVERNADOR — Sua área é de 29 milhões de metros quadrados. Quando os franceses, em 1560, aí se estabeleceram, a ilha era habitada pelos índios Maracajaí. Sempre foi habitada, mas começou realmente a se desenvolver depois de 1951, quando ficou concluída a ponte que a liga ao continente. Esta ilha abriga o Aeroporto Internacional do Galeão. Possui belíssimas praias: Galeão, Praia do Engenho, da Bica, da Ribeira, do Zumbi, da Bandeira, do Cocotá, da Freguesia, do Dendê, de Tubiacanga e Praia Grande.

ILHA DE PAQUETÁ — Sua área é de aproximadamente 1 500 000 metros quadrados. É, pelas suas belezas naturais, chamada de a Pérola da Guanabara, ou Ilha dos Amôres. Dispõe de belíssimas praias, como a dos Frades, da Moreninha, do Estaleiro, José Bonifácio e Praia Comprida.

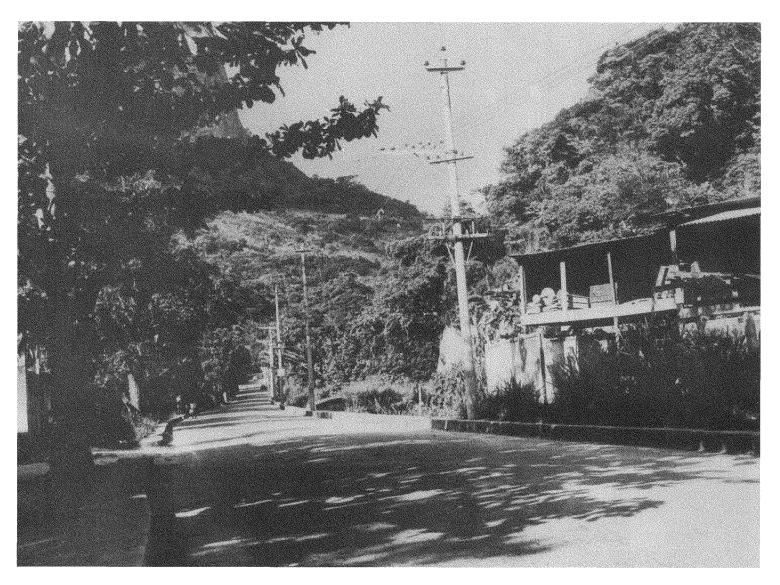
ILHA DE BROCOIÓ — Antiga propriedade da família Guinle, pertence hoje à prefeitura do Distrito Federal. Dotada com parques e uma belíssima vivenda, aí se realizam festas oficiais.

ILHAS MENORES — Há ainda inúmeras ilhas pertencentes ao Distrito Federal, muitas localizadas dentro da Baía de Guanabara, algumas ao longo do Oceano e outras na Baía de Sepetiba.

## PARQUES

FLORESTA DA TIJUCA — Em meados do século XIX, teve início a penetração e conhecimento da floresta da Tijuca. Em 1861, o Major Manoel Gomes Archer foi nomeado Administrador da Floresta, iniciando a construção das primeiras estradas aos pontos mais belos. O Barão de Escragnolle continuou a obra do Major Archer. O escritor francês Gustave Aimard, que nos visitou em 1880, assim se refere à Floresta da Tijuca: "Panorama maravilhoso se descortina sôbre o Rio e sua baía; é a vista mais admirável que jamais me foi dado contemplar". Hoje, a Floresta da Tijuca possui os mais belos pontos de atração turística: a Cascatinha, onde há um restaurante; a Capela do Mayrink, que integrava a moradia da família Mayrink, e que está hoje restaurada e enriquecida com painéis de Portinari; o Monte Excelsior, a 611 metros de altura; a Gruta Paulo e Virgínia; as Cascatas Gabriela e Diamantina; a fonte

Detalhe do jardim fronteiro ao Museu Nacional, situado no parque da Quinta da Boa Vista, antiga residência imperial.

O Cristo Redentor, colossal monumento situado no alto do Morro do Corcovado, além de ser uma atração turística, demonstra o espírito cristão do povo carioca. Foi inaugurado em 1931.

A Estrada do Joá cortando as encostas do Maciço da Carioca dá acesso a pontos turísticos da cidade, como o Restaurante do Joá, de onde se descortina bela vista.

Piaraiú; o Açude da Solidão; os restaurantes "da Floresta" e "dos Esquilos"; os picos da Tijuca, com 1 021 metros de altura, da Pedra do Archer e do Bico do Papagaio, com 980 metros de altura; a Vista do Almirante; as Furnas da Tijuca, a antiga vivenda do Barão do Bom Retiro, hoje restaurada e servindo de sede para a Sociedade Hípica.

PRAÇA DA REPÚBLICA — Chama-se hoje Parque Júlio Furtado. O local, no início do século XIX, era ainda um charco. Em 1815, o Intendente Paulo Fernandes ali plantou um hôrto. Inicialmente chamou-se Campo de São Domingos e em seguida Campo de Santana. Já foi conhecido como Campo das Lavadeiras. Depois de 1822, quando D. Pedro aí foi aclamado imperador, passou a denominar-se Praça da Aclamação e, durante a Regência, Campo de Honra. Em 1840 retomou a denominação de Praça da Aclamação, alterada posteriormente com o advento da República. Em 1880, foi inaugurado o novo Parque da Aclamação, depois das obras de remodelação executada pelo engenheiro-botânico Glaziou, que aí plantou na época 60 000 plantas. É hoje um dos parques mais atraentes da cidade, habitado por inúmeras aves e animais da fauna brasileira.

PARQUE DA CIDADE — Situado nas fraldas da Serra Carioca, na Gávea. Antiga residência do Sr. Guinle, está hoje incorporado ao patrimônio municipal. É um dos parques mais aprazíveis da cidade. Na antiga residência está instalado o Museu Histórico da cidade.

QUINTA DA BOA VISTA — Antiga chácara do Elias, em São Cristóvão, oferecida pelo seu proprietário a D. João, quando êste se transferiu para o Rio. Algumas reformas transformaram a residência do rico comerciante Elias no Palácio de São Cristóvão, onde está hoje instalado o Museu Nacional. Neste grande parque acha-se instalado o Jardim Zcológico, um dos melhores e mais modernos da América do Sul.

## PICOS E SERRAS

CORCOVADO — Sôbre uma ponta da Serra Carioca, de 704 metros de altura, ergue-se a imagem do Cristo Redentor, estátua com 38 metros de altura. Projeto do Engenheiro Heitor da Silva Costa, executado por Paul Landeowski e inaugurado em 12 de outubro de 1931. Tem-se do alto do Corvocado o mais belo e mais completo panorama da cidade.

PÃO DE AÇÚCAR — Morro formado por uma rocha ciclópica, de 390 metros de altura. Situado na entrada da baía de Guanabara, é hoje um símbolo do Rio de Janeiro.

Alcança-se seu cume pelo trem aéreo, que parte da Praia Vermelha. A subida é feita em dois vãos, com baldeação no Morro da Urca. O caminho aéreo foi inaugurado em 1912. A vista do alto do Pão de Açúcar é soberba: Copacabana e praias do sul; o Oceano e suas ilhas; a barra da baía e os fortes; Niterói; o centro da cidade; tôda a baía e, ao fundo, a Serra dos Órgãos; Flamengo, Botafogo e Serra Carioca.

PEDRA DA GÁVEA — De difícil escalada, só pode ser atingida por quem tenha alguma prática de alpinismo. Com 842 metros de altura, oferece vista deslumbrante para a baixada e lagoas de Jacarepaguá, os morros de Guaratiba, a Serra do Barata, parte da Zona Sul e tôda a Serra Carioca.

PEDRA BONITA — Com 693 metros de altura, é de fácil acesso, oferecendo ao alpinista belíssimo panorama.

PICO DA TIJUCA — Com 1 021 metros de altura, é de fácil acesso através da Floresta da Tijuca.

PICO DOIS IRMÃOS — Pode ser fàcilmente atingido partindo-se do Leblon e seguindo-se pela parada chamada Vidigal. Com 533 metros de altura, oferece esplêndido panorama sôbre a zona da Lagoa da Gávea, de um lado, e a Pedra da Gávea e as praias, de outro.

PASSEIOS DE AUTOMÓVEL

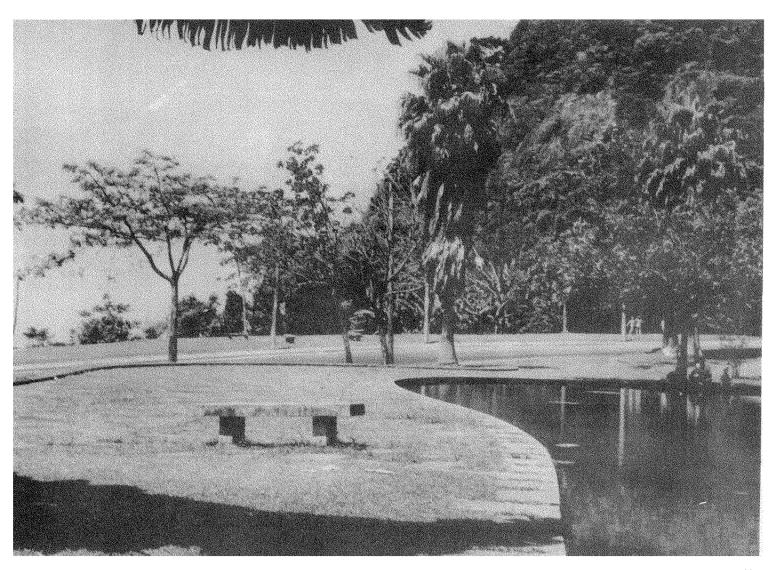
A AVENIDA NIEMEYER, que começa na parte final da Praia do Leblon, margeia o oceano e termina em São Conrado. Um pouco antes desta praia encontra-se a GRUTA DA IMPRENSA, obra inaugurada pelo Rei Alberto da Bélgica, em 1922.

Da PRAIA DE SÃO CONRADO parte a ESTRADA DAS CANOAS, pela qual se atinge o ALTO DA BOA VISTA. Subindo pelas encostas das montanhas, atravessa original viaduto, junto ao qual há um restaurante.

Partindo ainda de São Conrado, segue à beira-mar a Estrada do JOÁ, ao pé da PEDRA DA GÁVEA, de onde se desfruta belíssimo panorama. Do Joá desce-se até a BARRA DA TIJUCA e RETIRO DOS BANDEIRANTES.

A ESTRADA DAS FURNAS parte da Barra da Tijuca e segue até o Alto da Boa Vista. Nesta estrada encontram-se as FURNAS DE AGASSIZ, estranho grupo de rochas e furnas.

Do JARDIM BOTÂNICO parte a estrada da VISTA CHINESA, pequeno pavilhão em estilo chinês e que ofe-

A Estrada Niemeyer foi construída entre o mar e a montanha, estreitando-se muitas vêzes, devido o maciço se aproximar do oceano, o que lhe dá um aspecto pitoresco atraindo a atenção dos visitantes.

Aspecto de um dos jardins localizados na Avenida Edson Passos, conhecido vulgarmente como Estrada Nova da Tijuca, que dá acesso ao Alto Boa Vista, um dos principais pontos turísticos do Rio de Janeiro.

rece deslumbrante vista sôbre o Zona Sul. Um quilômetro acima da Vista Chinesa encontra-se a Mesa do Imperador, cuja vista sôbre o oceano é maravilhosa.

A ESTRADA DO REDENTOR conduz ao PICO DO CORCOVADO, que pode também ser atingido por um trem de cremalheira, passando pelo SILVESTRE e Hotel das PAINEIRAS. Esta via férrea, construída por iniciativa dos engenheiros Pereira Passos e João Teixeira Soares, apresenta dois lances, um dos Cosme Velho às Paineiras e o outro destas ao Corcovado, perfazendo a distância de 3 760 metros, através dos quais se avistam as mais belas paisagens. Nas Paineiras, a 465 metros de altitude, há um hotel, desfrutando-se ali temperatura amena e agradável, mesmo durante o verão.

FESTAS E CERIMÔNIAS RELIGIOSAS — O calendário folclórico do Distrito Federal, conquanto não seja dos mais ricos nem extensos, assinala uma série apreciável de festas de igreja e procissões tradicionais, que se revestem de particular interêsse para o estudo da etnografia regional.

No dia 20 de janeiro, data em que se comemora a fundação da cidade, realiza-se a procissão de São Sebastião, em geral com enorme acompanhamento. Três dias antes a imagem do padroeiro do Rio fica exposta na Câmara dos Vereadores, para onde acorre o povo para pedir as bênçãos e graças do mártir.

A festa da Candelária, em homenagem a Nossa Senhora das Candeias, a 2 de fevereiro, é das mais importantes do ciclo mariológico. Celebrada missa solene no belo templo, cuja construção data dos princípios do século XVII, percorre as ruas adjacentes a procissão das velas, de cunho imponente.

Em março ou abril — por ser festa móvel —, há a Semana Santa, com as suas cerimônias tradicionais: no domingo, a procissão de Ramos; na quinta-feira, cerimônias internas, entre elas a do lava-pés; na sexta-feira, exposição do Senhor Morto, seguida da procissão do Entêrro; no sábado, a vigília pascal, que finda na madrugada de domingo com a missa solene de Páscoa, e um Te-Deum à tarde. Até pouco tempo rompia a Aleluia pela manhã de sábado, ao repicar dos sinos e ao espocar dos foguetes, enquanto nas ruas as crianças malhavam os "judas" — bonecos de pano, que simbolizavam o traidor de Cristo e no peito dos quais a meninada em geral pregava cartazes com alusões ferinas aos desafetos, com referências políticas, às vêzes.

Festeja-se São Jorge a 23 de abril — êste um santo da devoção popular, que reflete um fenômeno de sincretismo religioso: o culto ao santo-soldado aproxima católicos, espíritas e fiéis de macumbas, em cerimônias que se realizam em igrejas, tendas e terreiros, com igual fervor.

No mês de maio são levadas a efeito, como em todo o País, as ladainhas, em louvor à Virgem Maria.

A festa do Santíssimo Sacramento, ou Corpo de Deus, celebra-se 11 dias depois da Festa do Espírito Santo, realizando-se a grande procissão eucarística.

Junho é o mês das comemorações de três santos da devoção popular: Santo Antônio, São João e São Pedro. São comemorações, aliás, que se revestem de cunho profano: festas de pátio de igreja — particularmente nos subúrbios —, com jogos e prendas, festas de casas de família e festas de clubes. As crianças se divertem soltando fogos e balões. Há uma cozinha junina típica, com pratos, doces e bolos característicos.

Uma das mais belas festas populares da cidade é a de Nossa Senhora da Glória, no dia 15 de agôsto. O templo, no outeiro da Glória, é profusamente iluminado. No átrio, barracas com leilões de prendas e divertimentos. É na igreja da Glória, aliás, que se realizam os casamentos mais pomposos, por ser a escolhida por parte da elite social carioca.

Outros santos do culto popular: São Cosme e São Damião. Sempre foram venerados no Rio no altar de Nossa Senhora dos Prazeres, na Igreja da Misericórdia. Hoje têm templo próprio, no Andaraí. É no dia 27 de setembro que a população os festeja, havendo, em vários pontos da cidade, distribuição de doces às crianças — costume que se vai tornando tradição. É de ressaltar, ainda neste caso, os casos evidentes de sincretismo religioso afro-brasileiro.

Em outubro, todos os domingos, realiza-se uma das festas lúdico-religiosas mais expressivas do calendário folclórico do Rio: a festa de Nossa Senhora da Penha, na igreja situada no alto de um penhasco, na Penha. Numerosa é a freqüência de fiéis, que lá vão fazer ou pagar promessas, entregar-se às orações ou distrair-se nas barracas de jogos e prendas que se instalam por todo o arraial. Essa festa tradicional da cidade já deixou marcas na música popular, sendo bastante rico o seu cancioneiro. Noel Rosa, Donga, Ari Barroso, Assis Valente e muitos outros compuseram sambas inspirados nos festejos da Penha. Mascas semelhantes, com igual sentido, podem ser encontradas na literatura.

O dia 28 de outubro é consagrado à devoção de São Judas Tadeu — devoção que não vem de longe, mas que se corporificou ràpidamente nas tradições religiosas da cidade.

A Santa Luzia, protetora dos olhos, é dedicado o dia 13 de dezembro. À igrejinha da Esplanada do Castelo, hoje monumento histórico nacional, acorre parte da população, naquele dia, contrita, para as suas orações e os seus pedidos.

Encerra-se o ano com o ciclo das festas natalinas (de véspera de Natal ao Dia de Reis), hoje sem a expressão de antigamente, já que se vão pouco a pouco diluindo certos usos e costumes. Há ainda as missas de Natal (missa

A Igreja da Penha é um tradicional templo carioca, onde anualmente, sua festa atrai numerosos romeiros. É uma comemoração remanescente da vida social colonial carioca, onde os festejos religiosos ocupavam lugar de destaque.

do galo) e de Ano Bom, cuja freqüência se vê reduzida ante a adoção de novas práticas sociais — os grandes bailes de clube e os "reveillons" de entrada de ano. Nos últimos anos uma prática, de cunho nìtidamente afro-brasileiro, é a da invocação festiva, e com cerimonial típico, a Iemanjá; nas praias, homens e mulheres acendem velas, à meia-noite, e atiram presentes e flôres às águas, em homenagem à "rainha do mar". Mais uma expressão característica de sincretismo religioso.

É de assinalar que a cidade altera sensìvelmente sua fisionomia nas vésperas de Natal e de Ano Bom: ao meio dia, das janelas dos altos edifícios é jogado papel picado em abundância, como nas grandes cidades. Por tôda a parte, a população se mostra particularmente alegre, trocando cumprimentos e votos de felicidade, com uma efusão que torna a atmosfera carioca, nesses momentos, de uma singular beleza.

FESTAS POPULARES — O Carnaval é a maior das festas populares tradicionais do Rio, hoje internacionalmente conhecida, a ponto de atrair correntes de turismo para a cidade durante a temporada mais divertida do ano. Antigamente havia o corso de automóveis, o que assegurava maior animação ao movimento das ruas, nos três dias. Hoje realizam-se os desfiles tradicionais: no domingo gordo, o dos Ranchos; na segunda-feira, o das Escolas de Samba e dos Frevos; e, na terça-feira, o préstito das grandes sociedades, com os grandes carros alegóricos. Todos êsses desfiles que despertam o interêsse de considerável multidão, realizam-se para disputa de prêmios concedidos pelo poder público, tendo em vista o divertimento do povo.

Clubes e associações de tôda natureza realizam bailes a fantasia, alguns estabelecendo concursos que constituem motivos de atração, com disputa de prêmios. Há um baile oficial da cidade, organizado pelo órgão próprio do turismo carioca — o Baile do Teatro Municipal, a vários títulos famoso até no estrangeiro.

Durante o período carnavalesco — e pré-carnavalesco — um divertimento comum é o dos banhos de mar a fantasia, com a presença de blocos e grupos.

O carnaval carioca trouxe uma contribuição abundante, rica e variada para a música popular brasileira. Muitos compositores de ontem e de hoje se tornaram apreciados e ganharam projeção e fortuna com as suas marchas e sambas.

Na literatura muitos são os traços marcantes do carnaval — no romance, na poesia, no conto, na crônica. Quem quiser ter uma idéia do que é e o que significa, na vida da cidade, essa festa popular tradicional encontrará para ler um livro do maior interêsse, no caso: "História do Carnaval Carioca", de Eneida.

CONFECÇÃO GRÁFICA

*Sob a direção de:*

Antônio Maria Coelho,
Petrônio Cezar Coutinho,
Francisco Molinari,
Mário Batista de Abreu,
José Corrêa Neves e
Elio Ricaldône.

*Com a colaboração de:*

Antônio Buss, Seno Eyng, Nerval Dutra, Ovídio Rodrigues Costa, Francisco A. M. Bessa, Walkyrio W. Morgado, Heinzelman Almeida, João Brand, Venício Coutinho, Valdemiro Joaquim Fernandes, Luiz Borges da Silva, Antônio Bernardino da Silva, Joaquim Soares Moreira, Manoel Pereira de Melo, Vicente Basile, José Paixão Filho, Jussieu Leite, Acrisio Lopes, Francisco Lopes, Pedro Murga, Carlos Alfeld, Manoel Neto Araújo, Hilton Fróis Ribeiro, Eudes Vieira, Sílvio Brand, Lourival Fernandes, Sebastião Cassia, Armindo Fiães, Walter Schöpke, Manoel Ferreira de Figueiredo, Zenir Ferreira Lopes, Walter Freitas Nunes, Pedro de Castro Biancovilli, Laudo de Oliveira, José Fagundes do Amaral, Arnaldo V. Reis, Luiz C. Campos, Antônio Gama, José Batista de Abreu, Waldir Rangel, Jayme Santiago Maphêo, Antônio Ferreira Gabri, Marcílio Mazzola, Manoel Gomes Neto, Reginaldo de Sousa Leal, Valdemar Lopes, Manoel Cordilha, Florisvaldo Araújo, Laurentino de Oliveira, José Maria da Silva, Raimundo Pires Seixas, Levy de Menezes, Álvaro F. Órphão, Ivo José Ferreira, Geraldo Gonçalves de Souza, Maria Yára Branco, Leonardo Eyng, Darcy Vieira Cardoso, Edjalme Perret de Souza, Miguel Paixão, Eduardo Dias, João de Almeida Guimarães, Armando W. Cruz, Joaquim G. M. Gonçalves e José Cândido de Araújo.